



UNIVERSITAT DE
BARCELONA

Construção e transformação do centro urbano de São Luís-MA: Uma análise do Património Histórico

Magno Vasconcelos Pereira Junior

ADVERTIMENT. La consulta d'aquesta tesi queda condicionada a l'acceptació de les següents condicions d'ús: La difusió d'aquesta tesi per mitjà del servei TDX (www.tdx.cat) i a través del Dipòsit Digital de la UB (diposit.ub.edu) ha estat autoritzada pels titulars dels drets de propietat intel·lectual únicament per a usos privats emmarcats en activitats d'investigació i docència. No s'autoritza la seva reproducció amb finalitats de lucre ni la seva difusió i posada a disposició des d'un lloc aliè al servei TDX ni al Dipòsit Digital de la UB. No s'autoritza la presentació del seu contingut en una finestra o marc aliè a TDX o al Dipòsit Digital de la UB (framing). Aquesta reserva de drets afecta tant al resum de presentació de la tesi com als seus continguts. En la utilització o cita de parts de la tesi és obligat indicar el nom de la persona autora.

ADVERTENCIA. La consulta de esta tesis queda condicionada a la aceptación de las siguientes condiciones de uso: La difusión de esta tesis por medio del servicio TDR (www.tdx.cat) y a través del Repositorio Digital de la UB (diposit.ub.edu) ha sido autorizada por los titulares de los derechos de propiedad intelectual únicamente para usos privados enmarcados en actividades de investigación y docencia. No se autoriza su reproducción con finalidades de lucro ni su difusión y puesta a disposición desde un sitio ajeno al servicio TDR o al Repositorio Digital de la UB. No se autoriza la presentación de su contenido en una ventana o marco ajeno a TDR o al Repositorio Digital de la UB (framing). Esta reserva de derechos afecta tanto al resumen de presentación de la tesis como a sus contenidos. En la utilización o cita de partes de la tesis es obligado indicar el nombre de la persona autora.

WARNING. On having consulted this thesis you're accepting the following use conditions: Spreading this thesis by the TDX (www.tdx.cat) service and by the UB Digital Repository (diposit.ub.edu) has been authorized by the titular of the intellectual property rights only for private uses placed in investigation and teaching activities. Reproduction with lucrative aims is not authorized nor its spreading and availability from a site foreign to the TDX service or to the UB Digital Repository. Introducing its content in a window or frame foreign to the TDX service or to the UB Digital Repository is not authorized (framing). Those rights affect to the presentation summary of the thesis as well as to its contents. In the using or citation of parts of the thesis it's obliged to indicate the name of the author.



UNIVERSITAT DE
BARCELONA

Programa de Doctorado
Geografía, Planificación
Territorial y Gestión Ambiental

CONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO CENTRO URBANO DE SÃO LUÍS-MA: Uma análise do Património Histórico

Magno Vasconcelos Pereira Junior



Diretores

Dr. Horacio Capel Saez
Dr^a Isabel Pujadas Rúbies

Barcelona, Espanha
Novembro/2015



UNIVERSITAT DE
BARCELONA

**CONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO CENTRO URBANO DE SÃO LUÍS-MA:
Uma análise do Património Histórico**

Tesis Doctoral presentada por
Magno Vasconcelos Pereira Junior

Diretores

Dr. Horacio Capel Saez
Dr^a Isabel Pujadas Rúbies

Programa de Doctorado:
Geografía, Planificación Territorial y Gestión Ambiental

Barcelona, Espanha
Novembro/2015

Para as duas grandes mulheres da minha vida, a
minha mãe Julia Kátia Borgneth Petrus e a
minha esposa Eva Rubia Carvalho Freitas, com
grande amor.

DEDICO

RESUMO

Esta tese apresenta a trajetória e os resultados de uma investigação realizada referente à evolução urbana da cidade de São Luís, capital do Maranhão, com um olhar sobre o Centro Histórico. A investigação se fundamenta na necessidade de conhecer os processos que geraram, para o centro da cidade, o título Patrimônio da Humanidade em 1997. É neste contexto que foi analisada a morfologia urbana desde sua fundação até o reconhecimento do título pela UNESCO. Realizou-se uma pesquisa dos principais aspectos que contribuíram para que pudesse ser alcançado esse logro internacional, entre eles: a análise da própria sociedade colonizadora, pensando em como ela desenvolveu o núcleo inicial e quais as normas e leis criadas para o progresso da cidade; os ciclos econômicos, que ora proporcionaram a construção dos grandiosos casarões, ora impossibilitaram a renovação dos antigos casarões; a aparição do primeiro movimento conservacionista e seus principais protagonistas na São Luís do século XIX; as intervenções urbanísticas realizadas pelo governo em prol da revitalização e renovação do centro histórico; e, finalmente, a análise da proposta de elevar a capital ludovicense a Patrimônio Cultural da Humanidade.

Palavras chaves: São Luís - Centro Histórico - Patrimônio da Humanidade – Urbanismo.

ABSTRACT

This thesis presents the path and the results of an investigation related to the urban evolution of the city of Sao Luís, capital of the State of Maranhão, with an eye on the historical center. The research meets the need to understand the processes that led the city center to receive the World Heritage title in 1997. In this context, we analyzed the urban morphology from its foundation to the recognition of the title by the UNESCO through the main aspects that contributed to achieving this international recognition, namely: the colonial society itself, focusing on how it developed the initial core of the city and which rules and laws it created for its progress; the economic cycles, which both provided the construction of grand mansions and prevented their renovation; the appearance of the first conservationist movement and its key players in nineteenth century São Luís; the urban interventions carried out by the government towards the revitalization and renewal of the historic center; and, finally, the proposition to raise São Luís's historical center to a World Heritage site.

Key words: São Luís – Historical town center - World Heritage Site - Urbanism.

RESUMEN

La Tesis Doctoral presenta la trayectoria y los resultados de la investigación a cerca de la evolución urbana de la ciudad de São Luís, capital del estado de Maranhão, con una mirada hacia el Centro Histórico. La investigación se basa debido la necesidad de comprender los procesos que generaron, para el centro de la ciudad, el título de Patrimonio de la Humanidad en el año 1997. En este contexto, se analizó la morfología urbana de la ciudad desde su fundación hasta el reconocimiento del título por la UNESCO. Se llevó a cabo un estudio sobre los principales aspectos que contribuyeron de manera que este logro podría ser alcanzado y reconocido a nivel internacional, entre ellos: el análisis de la sociedad colonizadora y cómo se desarrolló el núcleo inicial y cuáles fueron las normas y leyes creadas para el progreso de la ciudad; los ciclos económicos que en un momento proporcionaron la creación de grandiosos casarones coloniales y en otro momento imposibilitaron la renovación de los mismos; la aparición del primer movimiento conservacionista de la São Luis del siglo XIX; las intervenciones urbanas realizadas por el gobierno para el beneficio de la revitalización y renovación del centro histórico; y finalmente, el análisis de la propuesta para elevar la capital ludovicense a Patrimonio Cultural de la Humanidad.

Palabras claves: São Luís - Centro Histórico - Patrimonio de la Humanidad – Urbanismo.

AGRADECIMENTOS

A finalização desta tese doutoral significou uma longa viagem que começou unindo dois continentes. Ao alcançar o objetivo depois de recorrer uma longa distância, nada mais gratificante que ao olhar para trás e lembrar de todos os seres queridos, amigos e mentores que me ajudaram durante o percurso.

Agradeço aos meus diretores de teses Horacio Capel Saez e Isabel Pujadas Rúbies pelas suas orientações valiosas e por ter tido um papel fundamental no meu trabalho doutoral. Em especial ao professor doutor Horacio Capel, lhe sou grato pelo seu apoio, amizade e motivação que me proporcionou durante todos esses anos. Sem o compartilhamento de seus conhecimentos, do compromisso ético e acadêmico este trabalho não poderia chegar a um final feliz.

Ao programa de Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) do Brasil, por me conceder uma bolsa de estudos, que mais que recursos financeiros garantiu uma necessária estabilidade, a qual chegou em um momento oportuno, durante os dois últimos anos da minha jornada doutoral.

A aquelas pessoas que através dos correios eletrônicos me enviaram informações necessárias para o desenvolvimento da tese, e assim ajudaram a encurtar a distância entre Barcelona e São Luís, dentre elas merecem ser destacadas a participação das minhas cunhadas Isabela Carvalho e Janaina Carvalho que ajudaram na coleta das bibliografias arquivistas junto as bibliotecas de São Luís e nas tomadas de fotos do Centro Histórico da cidade.

Aos amigos que construí no decorrer desta minha caminhada e que me proporcionaram momentos de distração e apoio quando necessitava, dentre eles em especial ao meu companheiro de apartamento Nivaldo Fernandes, em que tivemos

diversos debates produtivos sobre teses e que contribuiu para o enriquecimento da mesma e a Barbara Cardoso pelo companheirismo, almoços e cafés que favoreceram momentos de alegria.

À Barbara Cardoso agradeço por ter me apresentado ao arquiteto Ronald de Almeida, e a ele sou grato por aplicar a teoria do conhecimento de Platão, que o conhecimento deve ser compartilhado, e seguindo a esse pensamento me possibilitou o material para que pudesse dar continuidade no desenvolvimento da tese, sua contribuição foi de grande valia, minha gratidão Ronald de Almeida.

De maneira muito especial agradeço a minha mãe Julia Kátia Borgneth Petrus, sem ela nada disso seria possível, foi a primeira em acender a chispar do doutorado em mim, sempre disse frases de apoio para persistir no intento, é um exemplo de estímulo e de educadora. Sou quem sou hoje graças a você mãe.

A minha esposa Eva Rubia Carvalho Freitas, obrigado pelo seu apoio, carinho e compreensão por me suportar em momentos estressantes, sempre esteve me motivando, animando e ajudando. Obrigado por estar ao meu lado e poder compartilhar esses momentos com você.

E, finalmente agradeço a minha irmã Patrícia Petrus e ao meu Pai Magno Vasconcelos, por estarem ao meu lado mesmo distante, dando-me incentivo e torcendo pelo meu sucesso. Ambos sempre souberam ver o melhor de mim, expressando o quanto orgulhosos estiveram em cada passo da minha vida.

Obrigado a Deus e a todos vocês. Minha gratidão!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1	Fluxograma Metodológico	46
Figura 1.2	Mapa de localização de São Luís – Maranhão.....	47
Figura 3.1	Diagrama de classificação do Patrimônio	76
Figura 3.2	Conceito de Patrimônio cultural.....	79
Figura 3.3	Ideias relacionadas ao patrimônio a partir das administrações de Rodrigo Melo, em 1937, e Aloísio Magalhães, em 1979, que presidiam ao órgão do SPHAN	94
Figura 4.1	Planta da vila de São Luís em 1640	107
Figura 4.2	Vista de São Luís pelos holandeses em 1641, obra do pintor Franz Post...	109
Figura 4.3	São Luís em 1641, em registro do cartógrafo holandês Johanes Vingboons	111
Figura 4.4	Planta da cidade de São Luís em 1640: O Núcleo original atribuído por Frias de Mesquita	122
Figura 4.5	Traçados originais de Frias de Mesquita sobrepostos na planta atual do Centro Histórico de São Luís	125
Figura 4.6	Vista da Rua Portugal, Praia Grande, São Luís: Conjunto de sobrados e azulejos, consequência da verticalização provocada pela valorização do solo	134
Figura 5.1	Planta de São Luís em 1844.....	153
Figura 5.2	Localização das indústrias de Tecidos em São Luís século XVIII	157
Figura 5.3	Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo, em São Luís XIX. Hoje Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão - CEPRAMA ...	158
Figura 5.4	Gomador da fábrica Rio Anil	158
Figura 5.5	População das capitais nordestina entre 1872 a 1920.....	161
Figura 5.6	Crescimento demográfico de São Luís 1820 a 1950	163
Figura 5.7	Evolução/expansão do Centro Histórico de São Luís:1640/1970.....	169
Figura 6.1	População urbana e rural do Brasil.....	174
Figura 6.2	População urbana e rural relativamente por estados no ano de 2010	175
Figura 6.3	População urbana e rural do Maranhão	176
Figura 6.4	Surgimento dos principais bairros de São Luís (1967 – 1987).....	182

Figura 6.5	Evolução histórica da urbanização em São Luís	184
Figura 6.6	Novos territórios incorporados ao Município, através de transferências da União.....	185
Figura 6.7	Padrão de conjunto residencial de classe média de São Luís	186
Figura 6.8	Número de prédios construídos/ano em São Luís	198
Figura 7.1	Fachada com revestimento de azulejos	203
Figura 7.2	Localização do centro de São Luís	206
Figura 7.3	Limites dos tombamentos federal, municipal e da UNESCO	208
Figura 7.4	Zoneamento do Centro	210
Figura 7.5	Limites dos bairros do centro e adjacentes de São Luís	211
Figura 7.6	Traçado urbano no centro de São Luís	212
Figura 7.7	Fachada de um sobrado localizado na rua da Estrela	214
Figura 7.8	Tipologias das casas históricas de São Luís	215
Figura 7.9	Distribuição da tipologia arquitetônica do Centro Histórico de São Luís	216
Figura 7.10	Representação gráfica da implantação de edificações nos lotes/Plantas tipológicas de partidos - Arquitetura Luso-Brasileira, em São Luís.....	217
Figura 7.11	Diversos tipos de balcões e gradis	219
Figura 7.12	Balcão de um casarão na rua da Estrela.....	219
Figura 7.13	Veneziana de um sobrado.....	220
Figura 7.14	Beirais e tipologias dos telhados	221
Figura 7.15	Tipologias dos mirantes.....	222
Figura 7.16	Azulejos estampilhados.....	223
Figura 7.17	Números de domicílios particulares permanentes	226
Figura 7.18	Tipo de Domicílio Particulares Permanente - 2010.....	228
Figura 7.19	Densidade demográfica - 2010	230
Figura 8.1	Avenida Maranhense (atual Pedro II) vista a partir do palácio Episcopal em direção à rampa de acesso ao porto.....	252
Figura 8.2	Av. Maranhense (atual Pedro II) e ao fundo palácio Episcopal	252
Figura 8.3	Plano de zoneamento de Pedro Neiva	257
Figura 8.4	Fachada lateral e interna do Palácio do Governo.....	258
Figura 8.5	Avenida Getúlio Vargas.....	259
Figura 8.6	Mapa de 1640 registrado pelos holandeses com a indicação da Rua Grande em verde	260
Figura 8.7	Rua Oswaldo Cruz ano 1939: à esquerda desfile de tratores e à direita inúmeras casas demolidas no mesmo ano.....	261
Figura 9.1	Problema da moradia no Centro Histórico	271

Figura 9.2	Conservação urbana integrada	272
Figura 9.3	O álbum Renovação Urbana da Praia Grande.....	275
Figura 9.4	Diagrama da CI indicando as etapas que não foram atendidas	277
Figura 9.5	Foto aérea do Centro Histórico de São Luís e da área Praia Grande	281
Figura 9.6	Vista aérea da feira da Praia Grande com as obras já concluídas localizada no centro da foto.....	283
Figura 9.7	Praça do Comércio em 1890	285
Figura 9.8	A foto da esquerda com o sistema elétrico antes do projeto Reviver e a foto da direita com a iluminação elétrica após o projeto	286
Figura 9.9	A foto da esquerda mostra o Convento das Mercês antes da reforma e a foto da direita depois	288
Figura 10.1	Organograma da Comissão Institucional.....	307
Figura 10.2	Título de inclusão do Centro Histórico na lista do Patrimônio Mundial	325
Figura 10.3	Portada do jornal <i>O Estado do Maranhão</i> enfatizando a atuação do plenário no discurso da Roseana Sarney.....	329
Figura 10.4	São Luís do Mundo.....	330
Figura 10.5	Artistas festejando em frente à igreja do Carmo comemorando o título de Patrimônio da Humanidade dado a São Luís.....	332

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1	Evolução dos conceitos Patrimoniais no Brasil.....	97
Quadro 5.1	As 10 capitais mais populosas do Brasil em 1872.....	160
Quadro 5.2	As 13 capitais mais populosas em 1890.....	160
Quadro 6.1	Número de habitantes e crescimento populacional no ano de 1970 e 1980	188
Quadro 7.1	Distribuição do uso do solo no Centro Histórico	225

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEPRAMA	Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão
CGCGPM	Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CINTRA	Centro Integrado de Ensino
CIRPAC	Congresso Internacional de Arquitectura Moderna
CNRC	Centro Nacional de Referências Culturais
COHAB	Cooperativa Habitacional Brasileira
COHAFUMA	Cooperativa Habitacional dos Funcionários da Universidade Federal do Maranhão
COHAJAP	Cooperativa Habitacional do Japão
COHAJOLI	Cooperativa Habitacional Jardim das Oliveiras
COHAMA	Cooperativa Habitacional do Maranhão
COHAPAM	Cooperativa Habitacional dos Profissionais Acionomos do Maranhão
COHASERMA	Cooperativa Habitacional dos Servidores do Estado do Maranhão
COHATRAC	Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores do Comércio
CPC	Coordenadoria do Patrimônio Cultural
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Maranhão
DCP	Departamento de Cultura da Prefeitura
DEPROT	Departamento de Proteção
DER	Departamento Estadual de Rodagem
DPE	Departamento de Projetos Especiais
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPHAP	Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico

FCM	Fundação Cultural do Maranhão
GATEPAC	Grupo de Artistas y Técnicos Españoles para el Progreso de la Arquitectura Contemporánea
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios
IPASE	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCH	Programa de Cidades Históricas
PPRCHSL	Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos
SECMA	Secretaria de Estado da Cultura Maranhão
SFH	sistema de financiamento da Habitação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIVIMA	Universidade Virtual do Estado do Maranhão
VOS	Voluntariado de Obras Sociais
WHC	World Heritage Committee
ZC	Zona Central
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZPA	Zona de Proteção Ambiental
ZPH	Zona de Preservação Histórica

SUMÁRIO

Apresentação.....	25
PARTE I - REFERENCIAL TEÓRICA À PESQUISA	27
Capítulo 1 - Estrutura, objetivo e metodologia	29
1.1 Estrutura da tese.....	30
1.2 Objetivo geral e específicos da tese.....	40
1.3 Perguntas iniciais.....	41
1.4 Introdução metodológica.....	41
1.5 Metodologia elegida.....	43
1.6 Delimitação da área.....	46
1.7 Técnica e procedimentos utilizados para análise de dados.....	47
Capítulo 2 - Epistemologia dos espaços urbanos.....	51
2.1 Morfologia urbana.....	52
2.1.1 As escolas.....	56
2.1.2 Elementos da morfologia urbana.....	57
2.2 Agentes urbanos na produção dos espaços	60
2.3 Morfologia das cidades brasileiras	64
Capítulo 3 - Contextualização do Patrimônio Cultural e a institucionalização da memória coletiva no Brasil.....	73
3.1 Conceito de patrimônio	75
3.1.1 Percepção do patrimônio urbano	80
3.2 Passagem patrimonial: desde sua singularidade até a valorização do seu entorno	82
3.3 Patrimônio cultural no Brasil	87
3.3.1 Institucionalização do Patrimônio Cultural no Brasil	89
PARTE II - CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS EM SÃO LUÍS.....	99
Capítulo 4 - Surgimento de uma nova urbanização XVII a XVIII.....	101
4.1 Novas urbanizações do século XVII a XVIII	102
4.1.1 Consolidação e ocupação Portuguesa 1612-1642	103
4.1.2 Ocupação Holandesa 1642-1644.....	107
4.1.3 Aparecimento dos primeiros grupos sociais 1644-1822	112

4.1.4 <i>Influência da econômica na organização dos espaços urbanos em São Luís colônia</i>	114
4.2 Configuração do primeiro plano urbanístico de São Luís	117
4.2.1 <i>Localização</i>	118
4.2.2 <i>Escola militar e Frias de Mesquita</i>	119
4.2.3 <i>Plano urbanístico de São Luís</i>	122
4.3 Consolidação da economia através da abertura dos portos e a expansão urbana por meio das primeiras companhias mercantilistas da região.	125
4.3.1 <i>Consolidação da economia ludovicense através do surgimento das primeiras companhias XVII a XVIII</i>	126
4.3.2 <i>Construção cidadina através dos escravos negreiros. Um processo socioespacial</i>	130
Capítulo 5 - Processo urbanístico em São Luís: da era colonial à república - XIX a XX	137
5.1 Institucionalização da Monarquia no Brasil	138
5.1.1 <i>Trajectoria do Brasil colônia à Monarquia Constitucional</i>	140
5.1.2 <i>Uma nova sociedade nacional: direitos e obrigações dos cidadãos</i>	141
5.1.3 <i>Terras urbanas: Leis de ordenanças</i>	146
5.1.4 <i>Oligarquia Nordestina</i>	149
5.2 Introdução das indústrias: readaptação econômica e espacial na cidade de São Luís	151
5.2.1 <i>Transformação espacial da malha urbana</i>	152
5.2.2 <i>Influência da atmosfera industrial no crescimento populacional 1820 - 1920</i>	159
5.2.3 <i>Estagnação econômica: consequência que produz o aparecimento de um novo estilo de vida - 1920 a 1960</i>	164
Capítulo 6 - Migração e construção de novos espaços no Brasil: desenvolvimento urbano em São Luís (1970 -1990)	171
6.1 Nova configuração dos espaços: um rural menos populoso e um urbano mais saturado	173
6.1.1 <i>Crescimento urbanístico no Maranhão</i>	174
6.2 Crescimento desordenado e novos assentamentos em São Luís	177
6.2.1 <i>Construção dos novos bairros</i>	180
6.3 A cidade muda de tamanho e a organização dos espaços	185
6.3.1 <i>Plano diretor: ferramenta para o desenvolvimento da cidade</i>	188
PARTE III - CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS 1986 – 2006	199
Capítulo 7 - Caracterização do Centro Histórico de São Luís	201
7.1 Delimitações da área central	205
7.2 Características do Centro Histórico de São Luís	207
7.3 Tipologia do acervo arquitetônico	213
7.3.1 <i>Elementos arquitetônicos</i>	218

7.4 Uso do solo no Centro Histórico de São Luís.....	224
--	-----

Capítulo 8 - Centro Histórico de São Luís: sentimento preservacionista e agentes interventores 1900 -1945233

8.1 Primeiros indícios do surgimento dos pensamentos preservacionistas na primeira metade do século XX.....	235
---	-----

8.1.1 <i>Atenas Brasileira: sentimento e orgulho maranhense</i>	236
---	-----

8.1.2 <i>De Atenas a Manchester: de capital cultural a cidade progressista e, logo, insalubre e antiquada</i>	239
---	-----

8.1.3 <i>Transformação da malha urbana e sentimento conservador</i>	242
---	-----

8.2 Pensamentos preservacionistas da segunda metade do século XX: agentes e ações. 246
--

8.2.1 <i>Administração de Saboya Ribeiro em São Luís 1936 - 1937</i>	248
--	-----

8.2.2 <i>Administração de Pedro Neiva de Santana (1937 -1945)</i>	253
---	-----

Capítulo 9 - Centro Histórico de São Luís: sustentabilidade e revitalização ...265

9.1 Desenvolvimento Sustentável e Reabilitação Urbana Integrada	266
---	-----

9.1.1 <i>Reabilitação Urbana Integrada</i>	270
--	-----

9.2 Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCHSL	278
---	-----

9.2.1 <i>Primeira etapa: O programa da Praia Grande 1981-1983</i>	280
---	-----

9.2.2 <i>Segunda etapa: Projeto Reviver 1987-1990</i>	286
---	-----

9.2.3 <i>Terceira etapa: Teatro Arthur Azevedo e o Projeto Piloto de Habitação 1991-1994</i>	290
--	-----

9.2.4 <i>Quarta Etapa: Patrimônio da Humanidade e PRODETUR/NE 1995 -2002</i>	292
--	-----

9.2.5 <i>Quinta Etapa: Projeto de Habitação no Centro Histórico de São Luís 2002 – 2006</i>	293
---	-----

9.2.6 <i>Um repasso pelas 5 etapas</i>	295
--	-----

Capítulo 10 - A inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO: uma análise da proposta299

10.1 Agentes participativos no processo de inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista da UNESCO	302
--	-----

10.2 Etapas, estrutura e procedimento para a realização do dossiê original, maio de 1996	310
--	-----

10.2.1 <i>Inscrição dos bens para a Lista Indicativa</i>	312
--	-----

10.2.2 <i>O dossiê (A proposta)</i>	314
---	-----

10.2.3 <i>Avaliação do Dossiê</i>	322
---	-----

10.2.4 <i>O Parecer</i>	324
-------------------------------	-----

10.3 Repercussão do título Patrimônio da Humanidade	327
---	-----

10.3.1 <i>No Contexto Político</i>	328
--	-----

10.3.2 <i>No âmbito sociocultural</i>	331
---	-----

10.3.3 <i>No campo da cidade</i>	333
--	-----

CONCLUSÃO	335
BIBLIOGRAFIA	341
ANEXOS	351

APRESENTAÇÃO

A tese doutoral que leva o título *Construção e transformação do centro urbano de São Luís - MA: Uma análise do Patrimônio Histórico*, dirigida por Horacio Capel e Isabel Pujadas, é a conclusão do processo formativo para a obtenção do grau de doutor no programa *Geografía, planificación territorial y gestión ambiental*, oferecido pelo departamento de Geografía Humana, adscrito à Universidade de Barcelona, Espanha.

A tese foi desenvolvida em Barcelona, sendo que apesar das dificuldades devido à distância, tive a oportunidade de voltar em duas ocasiões a minha cidade natal para poder realizar as pesquisas necessárias e dar seguimento ao estudo proposto. As dificuldades geradas por causa da distância foram supridas pela aproximação com grandes profissionais da área da geografia humana, que me permitiram ter todo o apoio acadêmico necessário para concluir esta pesquisa.

Obtive três inspirações que me conduziram a definir esta investigação. Primeiramente, a cidade de Barcelona, que, com seu encanto, me cativou e motivou a desvendar seu passado e entender como a transformação urbanística afetou a cidade. Os estudos realizados sempre foram considerados por mim o início de algo maior para minha carreira profissional. Dessa forma, realizei o mestrado oficial em *Planificación Territorial y Gestión Ambiental* na Universidade de Barcelona, programa que favoreceu meu primeiro contato acadêmico com a planificação urbana. As reflexões então surgidas levaram ao desenvolvimento de uma dissertação intitulada *Ocupação e metamorfose dos espaços na cidade de São Luís do Maranhão/Brasil*, orientada por Nuria Benach.

Os estudos realizados na dissertação foram o segundo motivo que determinou o tema desta tese; aquela investigação me incentivou a dar continuidade ao complexo debate sobre os agentes urbanos. A nova investigação, no entanto, estaria focada em uma outra visão e direcionada ao Centro Histórico, ambiente este que resultou em lançar a capital ludovicense ao mundo.

Por último, estando na Universidade de Barcelona, tive a oportunidade e o privilegio de conhecer e manter contatos com os melhores profissionais da área acadêmica que abordam temas relacionados às questões sociais dos núcleos urbanos. Entre esses profissionais, destaco minha aproximação ao professor doutor Horacio Capel, que, por meio do seu conhecimento, pôde guiar-me na definição do tema proposto para esta tese, preenchendo a lacuna intelectual que faltava para orientar o caminho a ser seguido.

Em relação à tese, foi realizado um trabalho que intenta estimular o acadêmico em reflexionar sobre os fatores que levaram o Centro Histórico de São Luís a ser considerado Patrimônio da Humanidade, que não seja somente pensado com foco no processo político que ocorreu anos antes da nomeação, mas em determinar a história vivida naquele espaço, as lutas ocorridas em prol da defesa do mesmo e os momentos de glória e frustrações daquela sociedade no século XVIII e XIX.

A contribuição deste estudo para o meio acadêmico brasileiro consiste principalmente em dar apoio e acréscimo ao conhecimento e tentar despertar para outros tipos de temas relacionados ao Centro Histórico, como o abandono e/ou gentrificação que se leva a cabo nesse espaço. O tema abordado nesta tese é um de muitos que podem ser investigados dentro das ciências sociais e humanas, e, sendo este o motivo de o doutorando continuar a ampliar a pesquisa realizada.

PARTE I

REFERENCIAL TEÓRICA À PESQUISA



CAPÍTULO 1

ESTRUTURA, OBJETIVO E METODOLOGIA

A construção dos centros urbanos adquire a identidade social daqueles que os construíram, no caso das cidades antigas. Seus espaços e monumentos têm uma carga histórica que a constituem. Muitas vezes, a origem dos planejamentos urbanos-arquitetônicos reflete as ideologias imperialistas, constituindo-se como parte das características essenciais de cada população. No contexto patrimonial existem diversas maneiras de intervir nos centros denominados históricos, as quais dependem da visão de quem pretende transformá-los. O presente trabalho de investigação analisa a cidade histórica de São Luís e destaca o tema de patrimônios urbanos desde suas diferentes perspectivas, já que a cidade é um ambiente interdisciplinar e causante de uma série de dinâmicas sociais que lhe concedem características excepcionais.

O enfoque que se pretende é que, por meio das características recebidas para a cidade histórica, possa-se dar um testemunho de uma geração passada. Para que isso ocorra, é necessário compreender o processo de transformação que foi realizado e o processo pelo qual vêm passando esses espaços. O objeto de intervenção nessas áreas às vezes atua de forma favorável ou de maneira radical e esta última, na maioria das vezes, não beneficia em nada a cidade, consequência de uma pobre visão urbanística e arquitetônica por parte das instâncias responsáveis pelo resguardo das zonas de monumentos históricos.

O Centro Histórico de São Luís é um assentamento desenvolvido durante o segundo decênio do século XVII, conhecido hoje pelas suas características do traçado ortogonal das ruas, pelos seus casarões antigos, todos alinhados com o plano e revertidos de azulejos portugueses, fisionomia que o identifica do resto das cidades consideradas Patrimônio Cultural da Humanidade. Ocupa uma área de 220 hectares que contém a maioria das arquiteturas cívicas antigas, representada por intermédio daquele espaço onde foi desempenhada a vida cotidiana da população, seu estilo de vida e as diversas atividades e intercâmbios sociais que realizaram. A cidade se destaca pela conservação de suas tradições e costumes, considerados como patrimônio tangível e intangível.

1.1 Estrutura da tese

O estudo aqui realizado foi organizado em três partes, que, por sua vez, estão separadas por capítulos, seguindo a lógica de forma linear e cronológica. No entanto, quando foi necessário, aplicou-se a interpolação dos fatos entre si, para que o sentido do pensamento possa ser desenvolvido com maior compreensão.

A **primeira parte** está formada por três capítulos. O **primeiro capítulo** está elaborado conforme o protocolo da maioria das universidades brasileiras, composto da seguinte maneira: apresentação da introdução; os objetivos gerais e específicos; as hipóteses e, por último, a metodologia proposta e desenvolvida.

Os outros dois capítulos fazem a contextualização teórica do tema. O **capítulo dois** explica o marco teórico dos espaços urbanos, fazendo uma revisão bibliográfica a respeito de temas como a definição da morfologia urbana, agentes urbanos na produção dos espaços e a morfologia nas cidades brasileiras. Resumem-se e interpretam-se os escritos mais relevantes relacionados com a investigação presente, ligados diretamente ao caso de estudo. Isso significa que se excluem algumas leituras úteis, mas não para a compreensão do tema em específico.

O **capítulo três** se dedica à contextualização do patrimônio cultural e à institucionalização da memória coletiva no Brasil. O primeiro aborda o processo de

ampliação conceitual que ocorreu com o patrimônio a partir da visão de diferentes disciplinas, como arqueologia, história da arte, geografia, antropologia, entre outras, voltadas para o desenvolvimento em relação ao patrimônio. Sendo assim, foram destacadas as diferentes posturas adotadas na epistemologia da palavra patrimônio ao longo dos séculos.

A segunda metade deste capítulo está voltada para os acontecimentos ocorridos com o patrimônio cultural brasileiro. Faz-se um breve resumo histórico dos conceitos patrimoniais no país e, em seguida, realiza-se uma discussão sobre a institucionalização do patrimônio através do principal órgão público criado com o propósito de identificar, conservar e proteger os bens nacionais. Nesta parte se estudam as ideias sobre a preservação patrimonial através da institucionalização dos conceitos, que está representado pela unidade estatal implantada naquela época sob o nome Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN em 1936.

A **segunda parte** da tese está desenvolvida cronologicamente, considerando a construção dos espaços e da sociedade na cidade de São Luís. Esta parte permite compreender as dificuldades e os êxitos alcançados ao longo do percurso que a cidade perpetrou para poder obter uma das melhores arquiteturas cívicas da era colonial na América Latina. Deste modo, dividiu-se nos capítulos quatro, cinco e seis.

No **capítulo quatro** foi realizado um esforço em escrever sobre a importância da gênese da urbanização da cidade de São Luís. O estudo dos antepassados históricos da cidade tem como finalidade estabelecer como foi o planejamento urbano segundo as leis ditadas pelo velho mundo (Portugal e Espanha), que tinham como objetivo difundir a fé católica e as ideologias prevalecentes.

As cidades colônias nascem da consequência da ocupação do território por parte de uma população que conhece a vida urbana, e é por meio deste sistema de colonização que se produz uma condição socioeconômica diferente da que existia anteriormente na região. O núcleo urbano em construção tem que começar deste

zero e é pensando nisto que os fundadores adotaram para o primeiro assentamento um plano urbano compreensivo, que pode ser evolucionado com facilidade. É nesta perspectiva que foi elaborado um subcapítulo para compreender a importância do traçado urbanístico que se desenvolveu e que sobrevive até os dias atuais em São Luís.

Neste capítulo também investiga-se a evolução da estrutura da cidade e as funções que foram adquiridas na era colonial em relação ao espaço e à sociedade, para que possa ser entendido como ocorreu a transformação do núcleo urbano, inicialmente fundado com fins militares, convertendo-se posteriormente em uma cidade portuária. Uma vez identificada a metamorfose dos espaços daquela época, foi possível detectar na estrutura social os primeiros agentes urbanos paralelos ao Estado que teriam a capacidade de serem detentores de tomadas de decisões. Esses agentes, por meio de sua influência e do poder de persuasão, poderiam realizar alterações nos editos, códigos, normas e, inclusos na estrutura da cidade, com o fim de beneficiarem a si próprios, colocar seus interesses acima de tudo. Deste grupo podem ser citados os nobres, as igrejas e posteriormente os latifundiários.

O **capítulo cinco** dá uma continuidade na cronologia dos fatos anteriores. Assim, uma vez descritas as características do traçado que concedeu a fisionomia à cidade de São Luís, é fundamental investigar as etapas subsequentes, que alterariam os aspectos iniciais da tipologia da cidade. Neste sentido, estuda-se o processo urbanístico ocorrido no Brasil entre a era colonial e a república dos séculos XIX e XX, com o fim de saber como afetou o desenvolvimento do Centro Histórico ludovicense.

A forma como procedeu a esta transição em âmbito nacional repercutiu no estilo de vida das cidades brasileiras, influenciando diretamente na divisão do solo, nos direitos e nas obrigações dos cidadãos e na vida cotidiana das cidades, portanto afetando também a cidade de São Luís. Entender esses eventos faz compreender o processo a que a cidade teve de sobreviver, enquanto, ao conseguir resistir às evoluções ao longo do tempo, fez com que fosse se enriquecendo com os diversos acontecimentos históricos e nas estruturas da qual vão sendo incorporadas novas

ideologias, culturas, estilos de vidas, incluindo cenário de lutas como protestos, reivindicações e batalhas campais. A cidade torna-se testemunha viva desses acontecimentos, refletindo nesses espaços urbanos façanhas inolvidáveis.

É neste sentido que se apresenta, na primeira parte deste capítulo, a história da trajetória do Brasil colônia para a monarquia imperial com uma visão voltada para a urbanização. Na segunda parte, relata-se o período republicano com ênfase em duas fases: a primeira está relacionada com o processo da industrialização, o inchamento da cidade mediante a chegada das fábricas e o surgimento de novos assentamentos; a segunda fase se refere à estagnação da economia, consequência que gera novos estilos de vida e de moradia, efeito este que produz uma nova realidade para o centro de São Luís.

Seguindo a cronologia dos acontecimentos, o **capítulo seis** trata de abordar o estudo do desenvolvimento urbanístico de São Luís da década de 1970 até o final de 1990. Período este destacado pelo aumento da concentração populacional na cidade, fator que é acompanhado pelo processo de transformação do estado do Maranhão, em que o estado deixa de ser rural para ser mais urbano. Este evento contribuiu para o incremento da densidade populacional na capital ludovicense. Portanto, o inchamento resulta na necessidade de uma ampliação territorial que, por sua vez, causa a incorporação dos municípios ao redor do território da cidade, efeito conhecido como conurbação.

O inchamento populacional na cidade pela consequência da migração do interior inicia um processo de metamorfose na capital do Maranhão, encandeando novas construções de moradias. Essas novas práticas estão orientadas para se expandir horizontalmente em terrenos não “explorados” pelos agentes urbanos. Este efeito muda o rumo e o conceito da organização territorial e do ordenamento do espaço, o que ocasiona um processo de territorialização seletiva, já que as novas construções são mais modernas e melhores que as do centro histórico.

Este capítulo está organizado em três partes: a primeira faz uma comparação do crescimento urbanístico de São Luís com outras cidades brasileiras, com o intuito de

observar a relação das consequências ocorridas por este fenômeno. Na capital ludovicense o processo urbanístico gerou várias inconveniências para o centro histórico; houve um abandono das casas e logo uma ocupação por uma classe de baixa renda: imigrantes recém-chegados na cidade buscando um local de baixo custo para se alojar.

A segunda parte está orientada para o estudo da construção dos espaços urbanos na década de 1970. A necessidade de vivendas, juntamente com os interesses dos agentes urbanos, faz surgir novos assentamentos, que, por sua vez, criam novos estilos de vida. A intensificação do crescimento de residências somente foi possível por meio da criação do programa dos conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH); no entanto, paralelo a este programa, aparecem as práticas de autoconstrução, as invasões e as palafitas, localizadas mais precisamente ao redor do Centro Histórico.

E, por último, a terceira parte do capítulo reflete sobre os planos diretores e as propostas de lei realizados pelo governo do Maranhão, com o propósito de orientar a consolidação dos espaços, além de marcar o acontecimento da aproximação do poder local com o urbanismo. Esta etapa também é assinalada por modificar novamente a morfologia da cidade, aparecendo os edifícios de mais de seis plantas na década de 1980.

A **terceira parte** da tese é o corpo central do desenvolvimento da investigação. É realizado um estudo voltado diretamente para o Centro Histórico de São Luís. Uma vez conhecida a trajetória histórica da cidade por meio dos capítulos anteriores, torna-se necessário um estudo minucioso dos espaços que formam o núcleo central da cidade que hoje é considerado Patrimônio Cultural da Humanidade. Nessa perspectiva, foram preparados quatro capítulos relacionados com esse tema, capítulos sete, oito, nove e dez.

O **capítulo sete** trata de fazer uma caracterização mais detalhada do Centro Histórico de São Luís, no sentido de poder conhecer melhor sua identidade, seu passado e suas tipologias. A partir dessas informações se traçam os problemas

relacionados com esse espaço, como também se procura entender como e por que o centro de São Luís é hoje o Patrimônio Cultural da Humanidade e um dos maiores exemplares da arquitetura remanescente dos séculos XVIII e XIX da América Latina.

Os principais objetivos deste capítulo são identificar os elementos que fazem parte do Centro Histórico e analisar o uso do solo nesse espaço. Assim, o capítulo está dividido em três partes.

A primeira parte é introdutória em relação às questões da delimitação da área central, localização e características do território e normatizações para esta zona, estas últimas relacionadas aos planos diretores e as leis de zoneamentos. O estudo do contexto geográfico é necessário para analisar as dificuldades que a localização representa para o Centro Histórico. É a partir desta reflexão que foi elaborado este subcapítulo.

A segunda parte está dedicada à identificação das tipologias do acervo arquitetônico com o intuito de se aprofundar na compreensão do que foi herdado. A maioria das edificações conservadas é de arquiteturas civis dos séculos XVIII e XIX, destacadas por sua singularidade no Brasil. Esse estilo arquitetônico agregou uma maneira tropical ao espírito lusitano em suas construções. O estudo do caráter morfológico dessas edificações ajudará a entender os capítulos seguintes da tese que tratam do sentimento e apego por esses monumentos, da necessidade de adaptação do espaço no Centro Histórico para a nova realidade do século XXI e da análise, considerada pelo doutorando como uma das contribuições mais importante da tese, que aborda a proposta de inclusão desse estilo de arquitetura na lista patrimonial da UNESCO.

A terceira parte do capítulo tem como finalidade analisar o uso do solo na área central composto por onze bairros e limitado pelo anel viário. A diversidade do uso do solo no Centro Histórico é considerada uma das características importantes a ser estudada, já que a heterogeneidade funcional merece ser entendida dentro do contexto socioeconômico.

O **capítulo oito** aborda o sentimento preservacionista em São Luís, que tem suas origens no século XIX, inserido por meio dos intelectuais da época que disseminaram, no contexto social, a preocupação com as propriedades arcaicas, e que posteriormente seria instrumento de debates entre os agentes interventores e os defensores desses monumentos, em um dilema de conservá-los ou modernizá-los.

O capítulo está organizado em dois momentos. O primeiro trata de detectar o início do pensamento preservacionista através da construção intelectual. A idealização por parte dessa comunidade resultou na contribuição da conservação do urbanismo português de característica colonial na cidade de São Luís, ocorrido mediante o fomento do sentimento de valorização dos monumentos para a população ludovicense. Sentimentos esses que dariam, posteriormente, a luta pelo título do Patrimônio Cultural da Humanidade.

Entende-se que os intelectuais são indivíduos que têm uma relação direta com a cidade, com a capacidade de interpretar o espaço, conflitos e a transformação do entorno a partir de um referencial teórico e que podem ser compreendidos através da difusão dos meios locais. Entre os indivíduos que estão inseridos no grupo intelectual destacam-se escritores, poetas, jornalistas, professores, advogados, entre outros.

O segundo momento está dedicado à exploração das ações e dos agentes interventores envolvidos na transformação urbanística da cidade, influenciados pelo urbanismo moderno que se vivenciava no período de 1936 a 1945, para identificar quais foram seus papéis na conservação ou destruição de parte da arquitetura luso-brasileira.

No século XX, os urbanistas estavam influenciados por uma corrente modernista em relação à cidade, justificada pela necessidade de melhorar as condições de vida da época. Naquele momento, os principais debates em São Luís eram a necessidade de melhorar a salubridade e de ampliar as ruas para a circulação dos veículos automotorizados, posto que a cidade antiga não havia sido projetada para esse tipo de locomoção. É nesta perspectiva que se realiza um estudo de como houve as

intervenções no Centro Histórico de São Luís em que se identifica quem foram os agentes que estiveram no poder em um período em que afloravam os sentimentos preservacionistas na população local.

O **capítulo nove** parte do princípio de que, através dos capítulos anteriores, foi possível compreender a origem da valorização, no período de 1910 a 1943, da ideia da preservação da memória histórica dos antepassados da cidade de São Luís. Procedendo a este pensamento, consolida-se a terminologia de conservação na cidade. Neste capítulo, uma vez consolidado e amadurecido o pensamento da conservação dos monumentos na cidade, iniciam novos dilemas para a proteção das arquiteturas excepcionais. Esta etapa está caracterizada pela segunda metade do século XX. A evolução da ideia de preservação se estende ao entorno onde se encontram essas arquiteturas, deixando de serem tombadas isoladamente para estarem protegidas em conjunto.

Essa etapa também é marcada pelo discurso inserido nos órgãos públicos da necessidade de esses espaços serem autossustentáveis. É por meio dessa manifestação que são realizadas revitalizações com o propósito de atrair investimentos para a área. As intervenções neste período foram muito marcantes, tanto para o espaço em questão como para a população local, que passaria a chamar o Centro Histórico de Reviver ou Praia Grande, nomes dos projetos realizados para as referidas revitalizações da área.

Este capítulo está dividido em duas fases: a primeira, relacionada com o desenvolvimento sustentável e a reabilitação urbana integrada, e a segunda, com o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCHSL.

Em relação à primeira fase é elaborada uma introdução do estudo teórico sobre a evolução conceitual da sustentabilidade urbana, tratando de forma resumida as cartas internacionais redigidas, com o fim de assegurar o ambiente urbano de interesse histórico, as quais buscam suprir a necessidade do presente sem afetar as futuras gerações.

A parte introdutória deste subcapítulo continua com o tema relacionado à reabilitação urbana integrada, um assunto essencial a ser discutido antes de avançar para a segunda fase do capítulo. Faz-se uma aproximação das reflexões pertinentes à conservação e à reabilitação do patrimônio histórico e cultural voltada para a sustentabilidade, com a necessidade de ser realizada de forma integrada com a vida social no decorrer das políticas de reabilitação urbana participativa. É importante destacar que, para realizar este estudo foi analisado o método de conservação urbana integrada aplicada por aplicado por Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès em seu mestrado na Universidade Federal de Pernambuco e posteriormente em seu livro *São Luís - reabilitação do Centro Histórico - Patrimônio da Humanidade*. Andrès. Phelipe Andrès foi um personagem importante na história da conservação do Centro Histórico de São Luís; por este motivo é utilizado seu estudo nesta fase da tese.

A segunda fase do capítulo está relacionada diretamente ao Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCHSL, o principal projeto realizado para tentar reverter o processo de abandono e degradação do Centro Histórico. Essa fase está separada por cinco etapas, que vão desde 1978 até 2006, quando é extinto o programa. As ações realizadas nesse período foram, na história da cidade, as que mais sucederam intervenções urbanísticas por meio dos agentes governamentais. O intento era conceder ao Centro Histórico seu aspecto original do início do século XIX e com isso poder atrair os turistas e a classe média de volta ao centro, já que, após a reforma, essa área encontrava-se em melhores condições.

O **capítulo dez** é um dos mais importante da tese. Nele se realiza um estudo e uma análise do processo da apresentação da candidatura de inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, título de reconhecimento de valor universal, no qual é expressado, no mais alto nível, o testemunho do processo cultural, social e econômico da história ludovicense.

Esta investigação está baseada na análise do dossiê da *Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco*, de maio de

1996, volume I. O estudo desse documento revela os agentes responsáveis, bem como suas ações e medidas tomadas para concretizar o objetivo proposto por aquele governo de alcançar o almejado título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Para desenvolver o capítulo, identificam-se três questionamentos que devem ser respondidos, dos quais é importante ressaltar: quem foram os agentes envolvidos no processo? Quais foram as etapas, procedimentos e as estratégias utilizadas para alcançar o almejado título? E quais foram as repercussões do título Patrimônio Mundial no âmbito da política, no contexto social e no campo da cidade? Para responder a essas perguntas, foi necessário dividir o capítulo em três partes em que cada uma corresponde às respectivas respostas.

A **primeira parte** faz um levantamento dos agentes participativos no processo de inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista da UNESCO. Esse levantamento contribui para a identificação das instituições responsáveis pela elaboração da proposta à UNESCO. O reconhecimento das intuições por detrás desse grandioso projeto, que durou quase dois anos, permite entender quais foram seus papéis e sua respectiva importância no processo da proposta ao título.

Uma vez que já foi evidenciada a intenção do governo do Maranhão em elevar a cidade de São Luís à categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade, torna-se necessário conhecer as etapas e os procedimentos que foram seguidos para concretizar a inscrição na lista da UNESCO. A **segunda parte** do capítulo trata exatamente de analisar as etapas obrigatórias a serem seguidas pelo governo do Maranhão juntamente com as intuições envolvidas para que a candidatura do Centro Histórico de São Luís seja validada diante da UNESCO. As etapas estão divididas em quatro procedimentos: a Identificação dos Bens, a Proposta de Inscrição, Avaliação e Parecer. O segundo procedimento, a *Proposta de Inscrição*, é a tarefa de realizar um dossiê que tem como propósito (descrevendo em forma resumida) fazer um levantamento dos dados dos bens propostos para inscrever-se na lista da UNESCO. Este documento é a principal ferramenta de investigação do doutorando, cujas informações permitem fazer uma interpretação detalhada de todas as etapas.

A **terceira e última parte** do capítulo aborda o tema relacionado à repercussão do título do Centro Histórico de São Luís como Patrimônio da Humanidade. A inclusão do Centro Histórico nesse grupo seletivo leva a refletir como foi recebida esta notícia pelas instituições governamentais, quais foram as consequências no âmbito social e o que mudou na cidade. Essas são questões discutidas no subcapítulo, que, por intermédio dos jornais da época e das bibliografias, pode-se constituir um registro do comportamento nessas três esferas.

A tese acaba com a **conclusão geral e perspectivas sobre a investigação** no qual é apresentado os resultados alcançados pelo doutorando.

1.2 Objetivo geral e específicos da tese

- Esta investigação tem como finalidade Identificar, caracterizar e analisar a evolução dos espaços urbanos de São Luís para compreender como foi produzido o Centro Histórico, ambiente este que resultou situar a capital ludovicense como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1997.

Em quanto aos objetivos específicos, tratam-se dos seguintes:

- Estudar e caracterizar a evolução urbana de São Luís;
- Estudar o espaço e os monumentos arquitetônicos no Centro Histórico da cidade de São Luís;
- Identificar a origem dos sentimentos conservacionistas e as ações dos agentes interventores nos monumentos históricos;
- Analisar o Programa de Preservação e Renovação do Centro Histórico de São Luís – PPRCHSL;
- Investigar os esforços dedicados para situar a capital ludovicense como Patrimônio Cultural da Humanidade através da proposta do dossiê elaborado para ICOMOS/UNESCO em 1996.

1.3 Perguntas iniciais

Desde a descoberta de São Luís no século XVII, começa a formação dos espaços públicos e dos monumentos cívicos, como também o desenvolvimento da vida cidadina ludovicense, a qual perpassou por diversas atividades e intercâmbios sociais ao largo da história. Diante o exposto, formula-se duas perguntas.

- Os processos decorridos durante a construção sócio-espacial, estruturaram um espaço propício para que pudessem ser reivindicado o título de Patrimônio Cultural da Humanidade?
- Em que meio social a ideia de tornar São Luís Patrimônio da Humanidade foi desenvolvida? Quais os discursos aplicados pelo poder público para considerar relevante a reivindicação do título para o Centro Histórico?

1.4 Introdução Metodológica

O estudo proposto orienta-se, fundamentalmente, pela leitura especializada sobre a história dos espaços urbanos e dos monumentos patrimoniais da cidade de São Luís, Maranhão. Estabelece uma análise sobre os aspectos urbanísticos e de proteção das arquiteturas excepcionais em uma investigação científica, na expectativa de contribuir, no campo intelectual, com o entendimento dos acontecimentos passados que fazem referência a essas áreas estudadas, com o propósito de que o presente possa interatuar nesses espaços com coerência, pois são esses locais que determinam nossas origens.

Esta investigação está inserida no campo das ciências sociais e humanas, no que leva a adotar o pensamento de Maria Cecília de Souza Minayo de que estas ciências têm como objeto o histórico: “isto significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro” (2001, p. 13). Utiliza-se este pensamento com a finalidade de entender o espaço urbano de São Luís com um olhar histórico e assim determinar os aspectos

singulares produzidos por uma sociedade colonialista, os quais posteriormente fariam parte da nossa história.

Uma vez determinado o ponto de partida do estudo, a investigação passa a se identificar com os quatro conceitos defendidos por Gilbson Burrell e Garethz Morgan (1979), ontológico, epistemológico, da natureza humana e metodológico.

Por que o ontológico? Este conceito se refere à própria essência do fenômeno da investigação. Neste caso se aplica, no decorrer do desenvolvimento da tese, sendo identificado através dos momentos históricos dos acontecimentos. Primeiramente se trata do surgimento da urbanização ludovicense, posteriormente do início da conscientização da proteção dos bens patrimoniais e, por último, de como começou o processo para denominar o Centro Histórico como Patrimônio Cultural da Humanidade.

A investigação presente faz parte do processo epistemológico, porque trata de entender as formas e os meios verdadeiros do objeto de estudo, através da captação do conhecimento já formado. A preocupação nesta etapa é distinguir o que é relevante, assim como separar as informações que podem ser consideradas verdadeiras das que se consideram falsas. Essa dicotomia entre verdade e falsidade implica certa posição epistemológica.

A natureza humana alude à relação do ser humano com o entorno, sendo um ponto primordial da pesquisa, já que a referida abordagem no campo do espaço urbano atribui ao ser humano um papel central no cenário, que passa a ser o criador do próprio ambiente.

Os três conceitos mencionados têm implicações diretas em orientar uma teoria metodológica consistente a ser aplicada para esta tese, que, por sua vez, tem como objetivo fundamental conduzir o desenvolvimento da investigação com o fim de obter respostas para os problemas planteados.

1.5 Metodologia elegida

Em referência à metodologia, é aplicado o método humanista, denominado também como interpretacionismo e mais conhecido como qualitativo. Este é o mais indicado para esta pesquisa, por apresentar várias possibilidades de estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.

O método qualitativo está fundamentado na ideia de que o conhecimento da realidade social exige atividades de interpretação e compreensão do fenômeno; neste caso, os primórdios da urbanização ludovicense, o começo da conscientização da proteção patrimonial e o início da proposta do Centro Histórico na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, e a valorização dos atores sociais, que dão significado aos fenômenos sociais de forma variada.

Este conceito envolve técnicas e procedimentos interpretativos que procuram, sobretudo, descrever, decodificar e traduzir o sentido e não a frequência de eventos ou fenômenos no ambiente social. Assim sendo, busca-se entender como ocorreram os acontecimentos relacionados à urbanização de São Luís com um olhar para os patrimônios herdados.

As características essenciais levadas em consideração pelo método qualitativo para a aplicação na tese foram a utilização de procedimentos descritivos da realidade estudada, a busca do significado das situações ocorridas pelos fenômenos (Título de Patrimônio da Humanidade ao Centro Histórico de São Luís) para as pessoas e os efeitos sobre as suas vidas, e a preocupação com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto.

Foi tentado colocar em parênteses todas as crenças, perspectivas e proposições, o que se considera como *epoché*, ou seja, a “suspensão do juízo”, para permitir assim uma descrição dos eventos ou fenômeno ocorridos em São Luís em toda sua pureza e valorizando as múltiplas visões do tema. No entanto, de certa forma, o ser humano

é orientado pela sua vida social, leituras, jornais e próprias deduções, o que torna esta tarefa difícil no decorrer da tese.

A professora Sharan B. Merriam, educadora da Universidade de Geórgia e ganhadora do prêmio O. Houle Cyril, faz uma análise da metodologia qualitativa em seu livro *Qualitative research and case study applications in education*, em que classifica esse método em cinco tipos: básica ou genérica, etnográfica, fenomenológica, *grounded theory* e estudo de caso (MERRIAM, 1998, p. 3–10).

A pesquisa básica ou genérica compõe-se de descrição, interpretação e entendimento, exemplifica as características da pesquisa qualitativa, buscando descobrir e compreender o fenômeno, processo ou as perspectivas e visões do espaço pelos interventores. A etnográfica é um tipo de pesquisa qualitativa aplicada em sua maioria por antropologistas para estudar a sociedade humana e a cultura, ou seja, seus estudos estão focados na cultura de uma sociedade, na qual procura descobrir e descrever crenças, valores, atitudes, estruturas sociais e comportamentos de um grupo.

A pesquisa fenomenológica descreve a estrutura básica de um fenômeno e usa dados e experiências daqueles que participam e investigam o fenômeno. A *grounded theory* significa a construção de teoria a partir de dados baseados na realidade. O pesquisador forma uma versão teórica da realidade e essa formulação teórica ou teoria substantiva não apenas pode ser usada para explicar a realidade, mas também provê um esquema de referência para a ação.

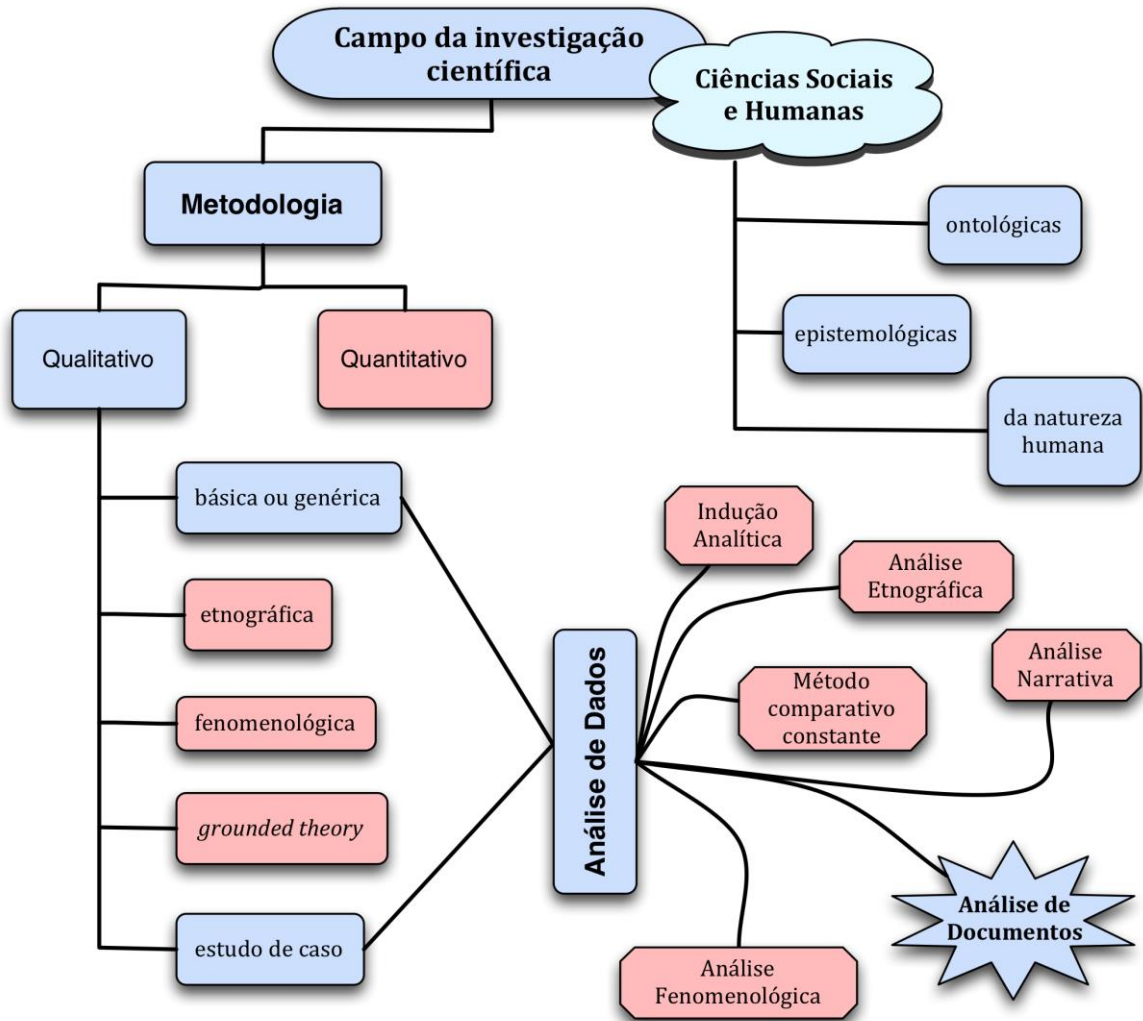
O estudo de caso está caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir seu conhecimento amplo e detalhado; geralmente é aplicado em pesquisas que têm interesse em estudar uma situação singular e particular.

Diante do exposto, foram empregadas nesta investigação diversas metodologias de caráter qualitativo, e assim se escreveu a tese, aplicando em cada momento a metodologia mais adequada. A primeira parte está voltada para a conceptualização

do tema proposto, desenvolvida a partir dos estudos bibliográficos. Na segunda parte da tese, que aborda o surgimento da urbanização, construção e o processo social, é desenvolvido um estudo através da metodologia qualitativa, classificada como pesquisa básica ou genérica, decifrando os acontecimentos urbanísticos e sociais ao longo do tempo. A terceira parte utiliza o método do estudo de caso, já que se faz uma investigação mais aprofundada do tema relacionado ao Centro Histórico, o qual permite o conhecimento amplo e detalhado dessa temática.

Apresenta-se na figura 1.1 um resumo de como está estruturada metodologicamente a tese, representado a explanação acima, proporcionando um melhor entendimento sobre o assunto. O que está em cor azul representa metodologias aplicadas na tese e, em cor rósea, as não utilizadas. A análise de dados que se encontra no diagrama será explicada em seguida, como também as delimitações da área e os procedimentos realizados.

Figura 1.1
Fluxograma Metodológico



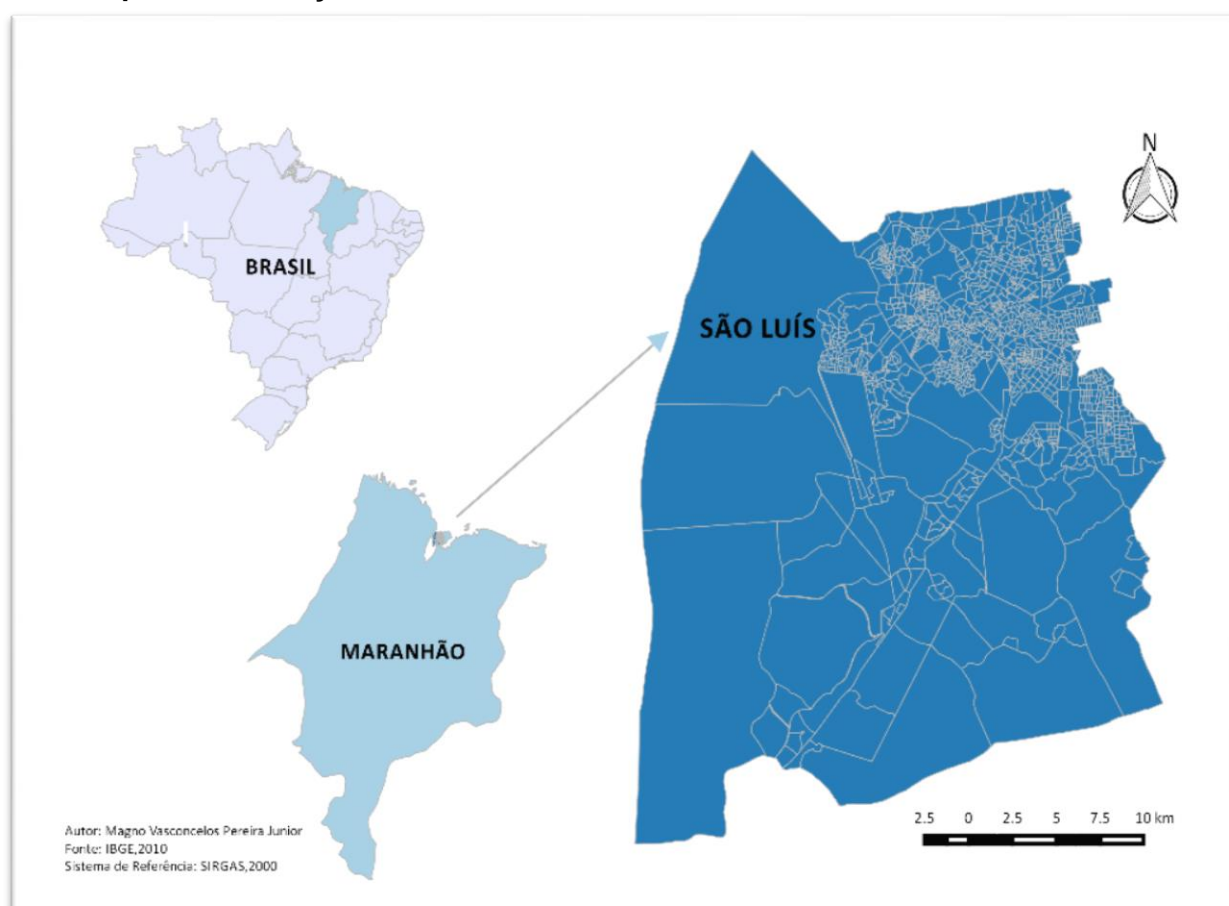
Elaboração do autor.

1.6 Delimitação da área

O objeto de estudo desta tese está localizado no Brasil, estado do Maranhão. A cidade de São Luís é o foco das atenções da investigação e está situada em uma ilha que possui 1.370 Km² de extensão, com mais três cidades: Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa. Todavia, em termos territoriais, São Luís ocupa sessenta por cento da ilha, com uma dimensão de 827,1 Km² e com uma população de aproximadamente 1.064.197 habitantes (IBGE, estimativa 2014).

O centro de São Luís é um lugar tombado pelos governos federal e municipal e reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, motivo este considerado pelo seu extraordinário exemplar da arquitetura colonial pombalina do início do século XIX, um verdadeiro espaço histórico que representa o estilo de vida e arquitetônico daquela época. Pode-se visualizar a localização na figura 1.2:

Figura 1.2
Mapa de localização de São Luís – Maranhão com as unidades censitárias



Elaboração do autor.

1.7 Técnica e procedimentos utilizados para análise de dados

Entre as várias técnicas de análise de dados na pesquisa qualitativa, Merriam (1998) destaca a análise etnográfica, análise narrativa, análise fenomenológica, método comparativo constante, análise de conteúdo e indução analítica.

Dessas ferramentas e técnicas é utilizada pelo doutorando a análise de conteúdo, sendo a mais adequada para atingir os objetivos do trabalho e avaliar as perguntas iniciais levantadas. Sendo um método utilizado desde o século XVII na tentativa de decodificar símbolos, sinais e mensagens, esta ferramenta vem evoluindo cada vez mais nos campos das ciências sociais e humanas. No início do século XX, passa a ser usada como importante instrumento nas interpretações de artigos, sobre tudo nos Estados Unidos.

Bernard Berelson, doutor pela Universidade de Chicago em especialização de opinião pública, foi um dos primeiros estudiosos a sistematizar a análise de conteúdo como técnica de investigação na década de 1950. Ele define que “a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que visa uma descrição do conteúdo manifesto de comunicação de maneira objetiva, sistemática e qualitativa” (BERELSON, 1984, p. 6–18).

A professora Laurence Bardin, especialista nas técnicas de análise de conteúdo, a define como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

Este método compreende um conjunto de técnicas de pesquisas cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento. Portanto, baseando-se neste método, foi realizado um inventariado das ideias chave do documento em análise (dossiê da proposta de inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO), seguida de sua organização. O intuito é permitir a orientação do doutorando na interpretação do documento. Para isso foram respeitadas as fases fundamentais da metodologia aplicada à análise de conteúdo, que se desenvolveu da seguinte forma: uma leitura flutuante, que serviu para estabelecer um primeiro contato com as ideias relacionadas às referidas intenções

do governo do Maranhão em candidatar o Centro Histórico à lista de Patrimônio da Humanidade, depois uma exploração do material e inventariação das ideias chave, bem como a sua classificação que proporcionou a construção estrutural das etapas realizadas no processo ocorrido na cidade.

Deve ser ressaltado que o acesso ao Dossiê elaborado pelo governo do Maranhão para a UNESCO, principal documento da tese, considerado valioso pelo doutorando, só foi permitido através do contato direto com um dos arquitetos envolvidos diretamente com o processo.

Para poder complementar o Dossiê, também foi realizada uma busca sistemática de fontes arquivísticas, às quais foi dedicada uma análise, organizando-as e interpretando-as segundo os objetivos da investigação proposta. O tratamento metodológico da investigação de arquivo serviu para determinar, por meio do acervo histórico, documental e fotográfico e, inclusive, de bens móveis que se encontram localizados em diferentes instituições, as características dos espaços públicos e dos casarões da cidade antiga: antecedentes históricos, tipologias, usos, atuações, propostas, restrições e manutenção.

A pesquisa de fontes arquivísticas e historiográficas é um processo de “garimpagem”, pois elas precisam ser encontradas, extraídas das prateleiras para receber um tratamento, que, orientado pelo problema proposto da investigação, estabeleça a montagem de ideias na finalidade de formar uma investigação científica.

Este tipo de pesquisa gera um excessivo volume de dados do qual, em primeiro lugar, é necessário selecionar o que importa à pesquisa, organizá-los sistematicamente e, enfim, compreendê-los. Requerendo, assim, um processo contínuo em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações e decodificar significados.

CAPÍTULO 2

EPISTEMOLOGIA DOS ESPAÇOS URBANOS

É de fundamental importância que se aborde o assunto temático deste estudo em três subcapítulos, uma vez que o primeiro deles é mais conceitual, pelo fato de operar uma aproximação de sua definição e de sua origem; o segundo refere-se aos agentes urbanos e sua relação direta na produção dos espaços e o último apresenta um estudo em relação à morfologia urbana no Brasil.

O primeiro subcapítulo visa, em sua essência, compreender o que é morfologia urbana, assim como sua evolução ao longo do tempo sobre as questões conceituais da palavra, e, para tanto, é necessário dividi-lo em três pontos-chaves, sendo que o primeiro deles diz respeito ao conhecimento dos conceitos de morfologia urbana por meio de estudiosos renomados, o passo seguinte busca identificar as escolas que tiveram influência na origem do conceito da morfologia urbana e, por fim, no terceiro, pretende-se definir os elementos da morfologia urbana.

O segundo subcapítulo faz referência aos agentes urbanos, mas com uma visão para o comportamento dos atores e agentes na produção dos espaços, já que a definição deles tem como propósito conduzir a um entendimento mais acurado dos termos utilizados em toda a tese. Sabe-se que a produção dos espaços nas cidades é um processo dinâmico, que ocorre continuamente em um sistema de construção, destruição e reconstrução dos espaços. É através dessa relação que se estudam os agentes urbanos dentre os quais se destacam os proprietários de terra, imobiliários,

construtores e promotores.

O terceiro subcapítulo busca compreender, no âmbito intelectual brasileiro os estudos referentes à morfologia das cidades, e como as reflexões teóricas sobre os problemas urbanos foram discutidos dentro da ciência social brasileira. A possibilidade de pensar mais criticamente sobre esses temas gerou maiores debates em congressos, foros, teses, entre outros meios acadêmicos, contribuindo na formação crítica dos alunos que refletiram, posteriormente, em uma dinâmica mais compreensiva sobre os problemas urbanos, em áreas involucradas com as questões urbanas, que remetem a Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, importantes personagens brasileiros, que tiveram uma passagem ativa na academia brasileira.

2.1 Morfologia urbana

Em relação à definição, interpreta-se que a ideia central sobre a morfologia urbana visa estabelecer uma teoria sobre a formação das cidades, mediante a aproximação interdisciplinar, que abrange os conceitos da geografia, história, ciências sociais, arquitetura e urbanismo. Através do diálogo dessas disciplinas, a morfologia urbana trata do estudo do meio físico, da forma urbana, dos processos e das pessoas que o formataram. Este estudo estabelece uma ferramenta poderosa no entendimento e no planejamento da cidade.

A definição da morfologia urbana, para diversos autores, é manifestada de distintas formas. O professor doutor Horacio Capel já afirmava que a definição do urbano é um dos problemas mais intrigantes da geografia urbana, para ele é necessário definir suas características, além da simples separação do urbano com o rural.

Uno de los problemas más interesantes de la Geografía urbana es, sin duda, el de la misma definición de lo urbano, el de la definición de la ciudad. Es, además, un problema fundamental, ya que si no fuéramos capaces de identificar con precisión las características de este fenómeno como algo sustancialmente diferente de lo "rural", es claro que la misma existencia de una rama de la

Geografía dedicada a su estudio podría carecer, en último término, de sentido (CAPEL, 1975)¹.

Dificuldade esta, também, lembrada pelo professor de Geografia Humana, Harold Carter que escreveu em seu livro *The study of urban geography* em 1972, sobre o dito problema:

El problema de identificación de lo que es urbano ha sido llevado al punto más difícil por el hecho de que el concepto y la realidad de lo que es urbano no son estáticos, sino que se hallan sometidos a continuos cambios que se derivan de las nuevas condiciones (CARTER, 1974, p. 30).

O filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (1986, p. 159) define o urbano com um olhar mais social, visto que o “urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma”. O autor ainda completa que o urbano se manifesta do encontro e da reunião de todos os elementos que constituem a vida social, “desde, los frutos que nos da la tierra, hasta los símbolos y las obras llamadas culturales” (1972, p. 68). Enquanto a cidade é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação, ou seja, a cidade é a projeção da sociedade sobre um local que deve ser estudado pelas amplas disciplinas. Conforme descreve:

La ciudad es un objeto espacial que ocupa un lugar y una situación y que debe, por consiguiente, ser estudiado en tanto que objeto a través de diferentes técnicas y métodos: económicos, políticos, demográficos, etc. [...] La ciudad es también el lugar donde se manifiestan las contradicciones de la sociedad considerada, por ejemplo, las existentes entre el poder político y los diferentes grupos sobre los que se asienta ese poder (LEFEBVRE, 1972, p. 65–66).

A noção de morfologia urbana, segundo Marcel Roncayolo (1990, p. 90) seria a “descripción racional de los objetos urbanos y su ordenación en todos los niveles (aglomeración, barrio, calle, manzana, solar)”. Desse modo, do ponto de vista do referido autor, a morfologia urbana exige uma racionalidade temporal e espacial na

¹Texto publicado *Estudios Geográficos*, 138-139 no especial de "Homenaje al Profesor Manuel de Terán", febrero-mayo 1975, p 265-301. Reproduzido em *scripta Vetera* - <http://www.ub.edu/geocrit/sv-33.htm>

construção da cidade, em que os objetos estão dispostos ordenadamente no espaço interior.

Ana Fani Alessandri Carlos considera a cidade como uma construção humana, consequência da formação histórica social, que aparece pelo trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico e desenvolvido por uma série de gerações. Além do mais, é no espaço urbano que atuam as práticas socioespaciais, que dizem respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação. Assim, o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela enquanto condição, meio e produto da ação humana, pelo uso ao longo do tempo. Ao afirmar que o espaço urbano é um processo produtivo ela descreve que:

A cidade é antes de mais nada trabalho objetivado, materializado, que aparece através da relação entre o 'construído' (casas, ruas, avenidas, estradas, edificações, praças) e o 'não construído' (o natural) de um lado, e do movimento, de outro, tanto no que se refere ao deslocamento de homens e mercadorias quanto (ao que diz respeito) às marcas que representam momentos históricos diferentes produzido na articulação entre o novo e o velho (CARLOS, 1994, p. 56).

Ao fazer uma revisão histórica sobre a morfologia da geografia urbana identificam-se personagens que influenciam nas abordagens atuais. Dito isto, pode-se destacar alguns intelectuais que atuaram na primeira linha do pensamento relacionado com as questões da morfologia urbana, como:

O alemão Otto Schlüter, responsável pela introdução dos conceitos-chaves na geografia, da paisagem cultural e um dos pioneiros na análise da morfologia urbana, mais precisamente no estudo dos objetos que compõem a cidade e a distribuição dos mesmos sobre a superfície, dedicou seu maior esforço na análise geomorfologia.

O geógrafo alemão Michael Robert Gunter Conzen foi fundador da escola anglo-alemã da morfologia urbana, em seu trabalho mais influente sobre cidade, fez um

detalhamento do mercado de Alnwick, que foi publicado em Londres em 1960. No estudo, ele desenvolveu o método empírico *urban fringe belts* que, na tradução, significa cinturão de franja urbana, ou seja, modelo que se refere à formação periférica urbana e a diferença de fase de crescimento e estancamento.

O cinturão de franja explica a modificação do uso do solo através do resultado de dois grandes movimentos: de expansão e de concentração. Tais movimentos, nas cidades antigas, eram melhores percebidos por estas serem geralmente cercadas por muros, sendo este o objeto físico que limitava a expansão urbana. Naquela época, como era impossível controlar o crescimento populacional, os habitantes ocupavam os espaços até o limite máximo exigido pela cidade, que produzia um efeito de concentração, o qual demandava um novo deslocamento das fronteiras, expandido, assim, a cidade. Nos tempos atuais, sem muros e com novos meios de transporte, a malha ocupada pode-se concentrar e expandir, de modos não sucessivos, mas simultâneos.

Atribui-se que a origem dos estudos da morfologia urbana, na interpretação da disciplina arquitetônica está vinculada à teoria do arquiteto italiano Saverio Muratori e seus discípulos, que traz um aporte à ciência urbana. A análise se baseia na relação entre a morfologia urbana e tipologia edificada, estudada através do tempo, como um processo lógico e analógico.

Em 1952, referido arquiteto italiano é convidado para administrar a disciplina de *Características Distributivas dos Edifícios* em Veneza, quando teve a oportunidade de aplicar suas hipóteses teóricas do seu ensaio de 1950 e reexaminar as primeiras pesquisas urbanas sobre o centro da cidade. Durante o curso, Muratori estabeleceu a primeira pesquisa sistemática sobre os edifícios históricos, e realizou, como passo obrigatório, o desenvolvimento dos projetos. Ele relata que:

Podemos afirmar que em nosso curso desenvolvemos um programa de desenho arquitetônico: isto inclui diferentes campos dos estudos arquitetônicos, de fato analisamos problemas do planejamento urbano, da decoração de interiores, de estrutura e construção teórica, de novas tecnologias, de construção, normas de

planejamento e políticas. Nosso propósito é ir desenvolvendo gradualmente todos estes problemas (MURATORI *et al.*, 1963, p. 118, traduzido pelo autor).

2.1.1 As escolas

Os geógrafos legaram, com seus estudos, correntes de seguidores, daí a importância de se fazer referência às escolas que contribuíram na origem do conceito da morfologia urbana. Dentre elas, destacam-se as escolas germânica e francesa do começo do século XX, seguidas pelos ingleses sendo que nesse mesmo período a geografia urbana começa a aparecer como matéria científica.

A escola alemã aportou grande contribuição para a morfologia urbana, além do geógrafo Otto Schlüter como já citado anteriormente destacam-se os trabalhos de Siegfried Passargue sobre paisagens regionais, W. Geisler realizou grandes obras cartográficas e o geógrafo austríaco Hans Bobek cabeça desta escola situada em Viena, escreveu vários artigos em alemão e realizou em seus diversos trabalhos, os princípios básicos da geografia social como parte integrante da geografia regional.

Na evolução dos estudos morfológicos urbanos também é importante destacar a escola francesa e inglesa. Na escola francesa sobressaem-se os geógrafos, Jean Brunhes que expressa em suas obras preocupação com os espaços e a relação destes com o ser humano, e Pierre George cujo estudo sobre a morfologia urbana tinha como orientação compreender de que modo os fatores econômicos influenciavam na organização dos espaços.

O principal foco da escola britânica restringia-se ao estudo da forma urbana, da evolução do plano e a classificação dos distintos tipos de elementos. Nesta escola, merece destaque geógrafo Robert E. Dickinson, cujo trabalho limitou-se na reflexão dos estudos da configuração e construção da cidade, uma vez que considerou mais importante o estudo das edificações e das ruas, deixando, para outro momento, a organização social e econômica da cidade.

A escola inglesa reuniu autores que se destacavam por apresentar características pragmática e unitarista, sendo que alguns dos pensamentos vêm antes de Dickinson, dos quais pode ser citado como exemplo Thomas Morus, famoso pelo seu livro *Utopia* em 1516, em que descreve uma ilha fictícia citada como modelo de uma sociedade perfeita. Morus aproveita para fazer uma crítica severa e mordaz à sociedade inglesa e às instituições sociais e políticas.

Considerado pioneiro da ecologia urbana, Ebenezer Howard mudou a face do mundo e o rosto das cidades com sua concepção de cidades-jardim (*garden cities*). O modelo urbanístico demonstrado por sua tese transformou em realidade diversos lugares do mundo, além de inspirar inúmeros autores, entre eles Patrick Geddes, Raymond Unwin, como também Le Corbusier, nas propostas das cidades contemporâneas, em 1929.

Merece ser citado, aqui, Peter Hall, que publicou diversos livros, no entanto sua obra-prima foi *Cities in civilization: Culture, innovation, and urban order*, 1998. Trata-se de uma enorme obra [tratou de reunir] contendo os temas de cinco livros, sendo que cada um deles o autor destaca um complexo urbano, em um único volume, ou seja, encontra-se um conjunto de fatores relacionados com as questões culturais no contexto urbano.

Na obra *La morfología de las ciudades, vol.1*, publicado em 2002 pelo geógrafo Horacio Capel, este faz uma reflexão sobre “Las distintas tradiciones en el estudio del paisaje geográfico y de la morfología urbana” que, neste subcapítulo, abarca as três escolas citadas acima, por se tratar de um excelente texto que ajuda a entender a história da evolução dos estudos sobre a paisagem urbana. Aclara a influência dessas escolas na geografia regional, os avanços dos estudos morfológicos na disciplina científica e os interesses pelos planos de cidades.

2.1.2 Elementos da morfologia urbana

A geografia urbana clássica define os elementos morfológicos urbanos em quatro tipos de estudos: o plano, o parcelamento, a edificação e a imagem urbana. De

todos eles, o plano foi o elemento que mais se destacou na atenção dos geógrafos urbanos, como também dos historiadores e arquitetos.

Por muito tempo, o **estudo do plano** foi o principal instrumento da morfologia urbana, por ser a forma de organização do espaço em relação à topografia e às características naturais do sítio. É também o elemento mais claro de se identificar, através da projeção dos componentes que forma o plano, como os traçados das ruas e/ou avenidas que regulam as disposições dos edifícios e quadras, que servem para conectar os espaços e parte da cidade.

É importante lembrar que o plano não se restringe somente ao sistema viário, deve também prestar atenção a outros elementos que são essenciais para a configuração da malha. Logo, Horacio Capel indica os componentes fundamentais que compõem o plano:

El plano, en efecto, se define por cuatro complejos distintos de elementos: ante todo (1) las calles y su asociación mutua en un sistema viario; pero también (2) las manzanas delimitadas por calles, y formadas por agrupaciones de (3) parcelas individuales que sirven de soporte a los edificios, cuyas (4) plantas tiene igualmente un reflejo en el plano de la ciudad si lo examinamos a una escala adecuada (CAPEL, 2002, p. 70).

O **parcelamento ou distribuição** da propriedade do espaço privado no interior da cidade é outro tema importante da análise morfológica e que se deve considerar um elemento constitutivo do “plano urbano em relação direta com seu entorno – traçado viário- e com sua história” (Boudon *apud* IBARZ, 1991, p. 5, traduzido pelo autor). O estudo deste elemento foi melhor analisado por Michael Robert Gunter Conzen, no qual, examinava as modificações do parcelamento do solo antigo, consequência das demandas de novos usos, principalmente relacionadas com as indústrias. Ele pretendia mostrar a adaptação do parcelamento antigo aos diferentes usos do solo em cada etapa histórica.

O estudo das **edificações**, durante algum tempo, foi visto timidamente pela geografia urbana, talvez pelo fato de que o exame detalhado deste elemento esteja

mais vinculado à arquitetura. Porém, a necessidade de realizar estudos mais significativos sobre os tipos e características das formas edificadas, enquanto ao estilo arquitetônico, dimensão e em relação à distribuição no uso do solo, foi necessário a aproximação dos geógrafos a estes elementos.

Considera-se, por fim, a definição da **imagem urbana**, um dos elementos da morfologia urbana, como resultado material das transformações humanas na superfície terrestre, ou seja, é a combinação dos elementos anteriores, e atribui um sentido ao conjunto de objetos, que se reúne no espaço.

Nesse sentido, a paisagem urbana aparece mais significativamente na geografia em 1962, com a obra de Kevin Lynch, intitulada *La imagen de la ciudad*, e, desde então, instaura uma discursão que ajudaria a se expandir para diversas disciplinas. O estudo passa a ser refletido e conseqüentemente integrado a outras áreas de interesses, como a sociologia e a antropologia. A análise da percepção da imagem urbana torna este tema muito mais complexo do que se pensava ao início, porque implica estudar além dos resultados materiais refletidos na superfície terrestre. Assim, explica Ana Fani:

a paisagem não se apresenta como uma simples imagem, nem a cidade como mera localização. [...] A forma de manifestação da paisagem (urbana) tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial, o que implicar ir além da aparência; nesse contexto, a análise já introduziria os elementos da discussão do urbano considerado como processo (CARLOS, 1994, p. 43–44).

A combinação dos elementos da morfologia urbana gera um produto final, que se reflete na formação dos espaços interiores das cidades, como a paisagem antiga (centro antigo), os novos espaços através da expansão (ensanches), o tecido urbano, o bairro jardim, a autoconstrução (incluindo as favelas) e os polígonos residenciais em massa.

No processo de conhecer e entender o que vem se construindo ao longo do tempo podem-se destacar, neste subcapítulo, três momentos, tais como: a

contextualização do espaço urbano, o estudo das tradições da morfologia urbana e os elementos da geografia da paisagem urbana, temas chaves na fundamentação da discussão da gênese e do desenvolvimento da morfologia urbana. É que sua origem na disciplina científica foi resultado das contribuições dos diversos trabalhos realizados primeiramente pelos países de língua germânica e de domínio anglo-saxônico seguido pelos franceses e italianos.

2.2 Agentes urbanos na produção dos espaços

Convém enfatizar que para se discutir a respeito dos agentes urbanos, utiliza-se como principal apoio os textos do geógrafo Horacio Capel, em sua obra *Morfología Urbana: Agentes urbanos y mercado inmobiliario, 3ª volume*, que vai servir como fundamento teórico para este subcapítulo. Também se faz necessário o estudo de outras bibliografias, com o propósito de contribuir na reflexão dos espaços urbanos e, assim, aportar maior valor sobre o tema da morfologia urbana.

Para entender como a cidade se constrói é necessário prestar atenção na produção dos espaços através dos atores e agentes urbanos com a finalidade de identificar quais são os elementos indispensáveis na organização dos espaços urbanos. Os atores são todas aquelas pessoas que vivem na cidade, usufruem e se movem neste espaço; já os agentes por serem mais complexos, podem ser classificados como privado ou público e são os que têm a capacidade de interferir na produção do espaço.

Os agentes urbanos são aqueles que participam no mercado formal da terra, das residências e do urbanismo, logo, todos os cidadãos são um potencial agente até o momento em que tenha a capacidade de realizar uma das ações acima citadas, e, desta forma, se tornam instrumentos no processo de reprodução espacial, deixando de serem meros atores. Horacio Capel assinala que:

Todos los ciudadanos se mueven y actúan en la ciudad, la usan, la disfrutan y la sufren. Pero pocos tienen capacidad real de intervenir en su construcción y desarrollo. En general, los ciudadanos son simplemente actores que se mueven

en la ciudad (CAPEL, 2013, p. 18).

Os cidadãos, ou seja, aqueles que têm a capacidade de transformar o espaço vivido passam a ser vistos como indivíduos que apenas desfrutam a cidade, se movimentam e a vivem, para também fazer parte do grupo de agentes modificadores. Nesta lógica, que muitas vezes, seja pela necessidade ou pelo incentivo econômico, suas casas se reduzem a um produto, passíveis de serem trocadas ou derrubadas. A apropriação transforma-se, portanto, em uma mercadoria que está regulada pela dinâmica do mercado de troca e venda, num processo em que o uso e o lugar estão sujeitos à apropriação, mediante os interesses pessoais, no que resulta em uma função especializada e na fragmentando do espaço produzido.

O termo produção do espaço ganhou força na ciência social a partir das análises desenvolvidas por Henri Lefebvre sobre a sociedade capitalista, onde esboçou uma série de obras sobre as reflexões dos espaços e do urbano, em que, todas as temáticas estão conectadas entre si, como descreve Ion Marínez, no pólogo da edição traduzida a espanhol do livro *La producción del espacio de Lefebvre* em 2013.

Los trabajos referidos al espacio urbano, debemos señalar que Lefebvre siempre reclamó de quien se adentrara en su obra evitar el fraccionamiento y aislamiento de la misma en compartimentos estancos. Toda ella es atravesada por un hilo conductor que le otorga un carácter unitario. La vida cotidiana, el Estado o el espacio urbano (LEFEBRVE, 2013, p. 11).

Para Lefebvre, o capitalismo sobrevive e resiste a crises periódicas por causa dos processos de ocupações e das produções do espaço. Isto significa que o processo da produção espacial está estreitamente vinculado ao sistema do uso da propriedade privada como meio de produção, permitindo a continuidade da reprodução das relações de produção. O sistema capitalista tem a necessidade de estar constantemente produzindo e consumindo o espaço.

A produção do espaço está caracterizada por ser um método dinâmico, de constante

construção, destruição e reconstrução da forma urbana, interpretada como o processo em que a cidade é produzida por diversos agentes, dentre os quais se destacam os proprietários de terra, imobiliárias, construtores, promotores, capital financeiro, movimentos sociais, entre outros.

Os proprietários do solo são um dos principais responsáveis pela produção dos espaços na cidade, a posse das terras, sobretudo por meio da renda, que varia de acordo com os diversos tipos de proprietários quer sejam de grande, médio ou pequeno portes, todos têm distintos papéis em relação à urbanização. No entanto, são os grandes proprietários que detêm de maior poder para interferir no plano da cidade, já os pequenos têm poucas possibilidades de forma uma aliança para que possam afetar nos planos urbanísticos.

No processo da urbanização, os proprietários do solo adquirem um papel importante, pois são responsáveis pela transformação de uma parcela do espaço urbano, e, muitas vezes, a reprodução do uso do solo atende às necessidades individuais, no intento de maximizar os lucros investidos, neste grupo destacam-se, especialmente, os proprietários de uso comercial, residencial (edifícios privados) e as instituições.

Os construtores, os agentes imobiliários e promotores utilizam o cenário urbano como palco de obtenção de benefícios. Assim é que através deste espaço, modificam, criam e recriam em prol do lucro e é nesta perspectiva que a paisagem urbana é produzida, com implicação de diversos agentes.

O papel das construtoras neste processo está diferenciado de acordo com o tamanho que ela ocupa na cidade, as grandes construtoras produzem maiores espaços homogêneos com a participação do setor público ou privado, como exemplo as criações das grandes vilas, no caso do Brasil pode citar o extinto programa da Companhia de Habitação – COHAB, dependendo da região, geralmente foram construções realizadas de grandes envergaduras abarcando mais de 2000 moradias padronizadas. Enquanto as construtoras pequenas geram uma paisagem mais variada, e sua importância depende do tamanho da cidade, quanto

menor a cidade mais importante são.

Os agentes imobiliários estão relacionados diretamente com as questões de moradia e têm uma forte relação com os agentes construtores, já que estão interligados entre si. A produção de residências tenta resolver o problema existente do déficit de moradias nas cidades e, quem geralmente atua neste campo é o setor privado, mas, quando este setor não consegue suprir tal necessidade, é o Estado que deve agir para garantir o direito de moradia a todos os cidadãos.

A atuação do Estado é de extrema importância no apoio ao setor imobiliário, uma vez que é de sua responsabilidade suprir a necessidade dos grupos de baixa renda. De acordo com a constituição de vários países, o direito à moradia é para todos os cidadãos, é mencionada na Carta dos Direitos Humanos das Nações Unidas, e, no Brasil, é referida no art. 6º, título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Sobre a necessidade de o Estado se envolver mais com os problemas relacionados ao acesso à moradia, para fazer frente às demandas não resolvidas, Horacio Capel afirma:

En realidad, el Estado debería afrontar decididamente el problema del acceso a la vivienda de las clases menos favorecidas como derecho constitucional al que está obligado, con independencia de las políticas locales o de su incidencia económica en el sector inmobiliario (CAPEL, 2013, p. 142).

Nesse sentido, aumentam cada vez mais as atividades dos promotores no setor imobiliário que se inicia com a aquisição do solo, indo até a promoção do produto final. Trata-se de um empreendimento rentável, se bem planejado, caso contrário contabilizarão prejuízos. Assim é que, para manter os lucros elevados, estes adotam diferentes estratégias, no que resulta na escolha prévia do seu público alvo, e, geralmente optam por moradias para a classe média e alta renda.

A intervenção dos promotores no espaço urbano é exercida de modo desigual, uma vez que produz e intensifica a segregação residencial, que caracteriza a cidade

capitalista. E, na medida em que os outros setores do espaço produzem conjuntos habitacionais populares, a segregação é ratificada.

Conforme mencionado, anteriormente, esses agentes contribuem para as transformações do uso do solo de acordo com seus interesses, no que resulta uma morfologia urbana fragmentada e um plano urbano heterogêneo. Nos textos de Lefebvre sobre a produção capitalista, há uma clara alusão aos interesses pessoais dos agentes na distribuição e/ou formação dos espaços, no que “el nuevo modo de producción se apropia del espacio existente, modelado anteriormente; esto es, lo dispone según sus fines” ou seja, dos agentes (LEFEBRVE, 2013, p. 59).

A produção do espaço urbano, de alguma maneira, vem sendo influenciada pelos interesses pessoais ou corporativos, visto que os agentes urbanos tomam decisões em função da produção rentável, dos seus conhecimentos e gostos.

É neste contexto que ao estudar os agentes urbanos se faz necessário observar de perto os indivíduos que têm poder nas tomadas de decisões e que podem afetar no plano da cidade, podendo, inclusive, alterar a identidade e singularidade da paisagem urbana.

2.3 Morfologia das cidades brasileiras

A escola alemã por ser uma das principais raízes dos pensamentos mais influentes sobre geografia urbana, no entanto não penetrou no Brasil, no sentido de criar centros acadêmicos especializados para o estudo da gênese, estrutura e funcionalidade das cidades brasileiras, de sua origem no século XVI até ao século XXI.

Os primeiros estudos da morfologia urbana no Brasil estavam influenciados pela geografia francesa, que foram transmitidas nas principais universidades brasileiras através dos trabalhos de Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, relacionados aos estudos geográficos da geografia possibilista francesa.

Pierre Deffontaines foi ao Brasil em 1934 para fundar o primeiro curso superior de geografia na recém-inaugurada Universidade de São Paulo, e, nesse mesmo ano criou a Associação dos Geógrafos Brasileiros. Durante sua passagem pelo Brasil, que perdurou até o ano de 1939, ele tornou-se grande divulgador da ciência geográfica do país e desenvolveu vários trabalhos a respeito da geografia brasileira.

Dentre suas obras, a que mais se destacou trata da origem das cidades brasileiras, em 1938, na qual apresentou um resumo tão claro quanto precioso dos diversos tipos de cidades brasileiras, definidas pelas suas tipologias e pelas características morfológicas vinculadas com o tipo de sua fundação. Este trabalho serviu como ponto de partida para estudos urbanos posteriores.

Pierre Deffontaines despertou o interesse pela geografia no país e, preparou o terreno para seu sucessor e conterrâneo Pierre Monbeig que continuou o trabalho deixado, por um longo período de 11 anos, contribuindo para a sistematização e consolidação da geografia brasileira.

O trabalho mais importante de Monbeig foi o artigo sobre *O estudo geográfico das cidades*² publicado em 1941, o qual é considerado o marco inicial da geografia urbana brasileira, por apresentar a base da morfologia urbana. Ao propor um método para a realização dos estudos sobre cidades, inseriu conceitos que hoje são utilizados na geografia, como, sítio urbano, posição geográfica e função urbana³.

As obras publicadas por Monbeig mostram o esforço de tentar produzir uma trajetória teórico-metodológica para os estudos urbanos no Brasil, fato este que resultou no incentivo de uma série de monografias urbanas, divulgadas e discutidas em congressos e reuniões da Associação dos Geógrafos Brasileiros, os quais acontecem uma vez ao ano. De certa forma, o método das apresentações das monografias urbanas intencionava orientar o percurso das produções intelectuais sobre as cidades, quer sejam pequena, média ou grande.

² Publicado originalmente na Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, 1941.

³ Fonte: *Texto clássico: O estudo geográfico das cidades – Pierre Monbeig*, cidades, v.1, n.2, 2004, p.277-314.

No estudo da morfologia urbana, um dos geógrafos brasileiros que tiveram grande importância foi Aroldo de Azevedo, um dos pioneiros no ensino da geografia e o primeiro a sistematizar um mapa do relevo brasileiro. Publicou diversas obras, das quais as principais são: *Subúrbios orientais de São Paulo* (1945); *Vilas e cidades do Brasil colonial* (1956); *Panorama da produção agropecuária brasileira* (1960); *O mundo antigo* (1965); *Brasil – A terra e o homem* (1964); entre outras.

Na obra, os *Subúrbios orientais de São Paulo* em 1945, analisa o conjunto do núcleo urbano que estava sofrendo diversas mudanças, em consequência do processo de crescimento da capital paulista e, a partir desta obra, foi que o geógrafo começou a investigar e escrever com mais frequência a respeito da capital, dedicação que gerou uma das obras mais completas sobre a morfologia urbana da cidade de São Paulo, intitulada *A cidade de São Paulo* em 1958, dividida em quatro volumes. Ana Fani relata sobre os temas principais de cada volume e a magnitude desta obra em uma época em que a geografia urbana brasileira ainda era pouco estudada.

[...] São Paulo definida a partir de seu sítio, articulada a sua função urbana (volume I), seguido da Evolução urbana (volume II), dos aspectos da metrópole paulista (o parque industrial, a produção da energia, a área central, e os bairros da metrópole compondo o volume III) e, finalmente, apresenta uma análise dos subúrbios paulistanos como conteúdo do volume IV. É desnecessário lembrar que esta obra espelha, claramente, um modo de entender a realidade a partir de um modo de fazer geografia, específicos, de uma época, superada na geografia urbana atual (CARLOS; OLIVEIRA, 2004, p. 12).

É inevitável não mencionar um dos grandes teóricos da geografia brasileira, sobre os fenômenos urbanos: Milton Santos, o qual legou uma enorme contribuição à geografia brasileira com inúmeros ensaios publicados. Suas obras conquistaram diversos admiradores no país e, também, reconhecimento internacional. É o único geógrafo brasileiro, até o momento, que ganhou o Prêmio Vautrin Lud, em 1994. O professor catedrático Horacio Capel escreve em um artigo de homenagem a Milton Santos, após sua morte, por que devemos continuar lendo suas obras:

Tal como decía al principio, la obra de Milton Santos ha de ser seguida, interpretada, completada y superada. Seguida porque tenemos en él un ejemplo de vida y de compromiso intelectual y social que debe ser imitado; y porque hay en su obra ideas muy valiosas que nos ayudan a entender los cambios del mundo contemporáneo. Interpretada, porque en una obra que se ha desarrollado durante medio siglo es posible que existan contradicciones, incoherencias y oscuridades. Completada, porque su pensamiento puede ser el punto de partida para nuevas interpretaciones. Y superada, porque es una ley esencial de la ciencia el que las teorías cambien y las obras, incluso de los grandes maestros, sean superadas y den lugar a nuevos desarrollos. [...] Sin duda Milton Santos fue un ciudadano y un científico ejemplar. Preocupado por los problemas de su tiempo, interviniendo activamente en la sociedad, en un intento de transformarla. Es eso esencialmente lo que nos ha de quedar de él (CAPEL, 2002a, p. 8–10).

Das publicações de Milton Santos, destacam-se: *O espaço dividido* em 1979; *A urbanização brasileira* publicado em 1994; *Por uma outra globalização*; *Do pensamento único à consciência universal* em 2000; *O Brasil; Território e sociedade no início do século XXI* em 2001. Santos, através de suas obras, mostrou interesse nos estudos das heranças do passado, dedicou uma parte de suas investigações a estudar o espaço histórico com base na experiência colonial, defendendo o direito dos oprimidos, dos esquecidos e excluídos ao direito à cidade.

A socióloga Barbara Freitag interpreta os trabalhos de Milton Santos vinculados com a indignação do perverso processo da globalização, gerador daquelas populações marginalizadas, excluídas do território que em verdade os pertencem. Nesse contexto, a autora faz uma relação dos trabalhos de Milton Santos com a obra *O direito a cidade* de Henri Lefebvre, ao referir que:

O direito à cidade de Lefebvre é compreendido⁴ e redefinido como o direito do colonizado, do excluído, do marginalizado de ocupar o seu espaço justo e merecido, rebelando-se contra as hierarquias impostas de fora para dentro e de cima para baixo (FREITAG, 2006, p. 139).

⁴ Compreendido e redefinido por Milton Santos na visão da Barbara Freitag dentro do contexto dos indivíduos excluídos ao espaço.

Nestes grupos, relacionados à morfologia urbana brasileira é importante também ressaltar dois personagens: Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, o primeiro, pode-se considerar o pai do modernismo brasileiro da arquitetura, “queria construir uma “ponte” entre os edifícios do passado, principalmente luso-brasileiro, e o modernismo” (FREITAG, 2006, p. 141). Lúcio Costa foi urbanista com forte influência de Le Corbusier, incluindo seu projeto principal e sem dúvida, o mais importante, o projeto piloto de Brasília em 1957, que procurava atender boa parte da *Carta de Atenas*.

A cidade de Brasília é símbolo do modernismo e da cidade contemporânea, por isso é considerada como patrimônio mundial pela UNESCO, título concedido em 1987, devido ao conjunto arquitetônico e urbanístico, “detém a maior área tombada do mundo, sendo a única cidade moderna a receber o título de patrimônio cultural da humanidade” ressalta o secretário de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, Geraldo Magela⁵.

Milton Santos, ao descrever Brasília, ilustra a grandiosidade das arquiteturas urbanísticas que impressiona tanto os turistas e/ou visitantes, como também os urbanistas e arquitetos, segundo ele mesmo explica:

Símbolo do urbanismo contemporâneo e das preocupações de todos os construtores de cidades; nenhuma outra criação urbana foi tão planejada, como tanto entusiasmo, nenhuma outra cidade nova exprime a tal ponto os símbolos de uma capital de Estado; Versailles, Washington também os exprimem, mas Brasília alcança uma grandeza arquitetônica que impressiona o visitante, mesmo que ele seja o mais hostil aos princípios que presidiram à criação da capital (SANTOS, 2008, p. 102).

O arquiteto Niemeyer foi aluno de Lúcio Costa e ficou sendo conhecido através de seus diversos projetos, como o edifício do MEC, o conjunto residencial Pampulha no norte da cidade de Belo Horizonte, o projeto Conjunto do Ibirapuera em São Paulo,

⁵ Fonte extraída da página do governo de Brasília: Patrimônio da humanidade. http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44:tombamento-brasilia-recebe-a-missao-da-unesco&catid=8:noticias&Itemid=18

entre outros. Porém sua grande obra foi a construção de Brasília, pois cabia a Niemeyer a tarefa de projetar a maior parte dos edifícios residenciais, comerciais, e administrativos da cidade, que viria a ser a sede do governo brasileiro a partir de 1960.

Oscar Niemeyer consegue trazer Le Corbusier ao Brasil, em 1936, para dar diversas palestras e participar de congressos, no entanto não foi o primeiro contato do suíço com o Brasil, pois já havia visitado o país, em 1929 e 1930, e foi neste período que Corbusier disseminou sua ideologia urbanística, e, sem dúvida, exerceu maior influência sobre uma jovem geração de urbanistas e arquitetos que estavam se formando.

Nos anos de 1970 e 1980 a investigação urbana brasileira estava associada à escola da sociologia urbana francesa, de forte inspiração marxista, afastando-se da geografia urbana clássica que estava voltada aos estudos exaustivos da descrição e análise dos dados empíricos das cidades. A “febre” pelos estudos dos métodos lefebvrianos que surgiu no Brasil faz perder o primeiro contato da metodologia clássica, para dar lugar aos temas emergentes relacionados aos problemas urbanos, como: o parcelamento do espaço, os problemas de moradias da autoconstrução, a distribuição de equipamentos, como também o acesso a eles e os movimentos sociais, esses temas, depois, se convertem no principal estudo da geografia urbana.

A fase descritiva não foi eliminada, mas sim superada, transformou-se no pilar teórico capaz de aclarar a realidade, onde as contradições sociais, na sua expressão espacial aparecem com toda a força. A posição geográfica, a descrição, os conceitos empíricos, prosseguem como parte que completa os trabalhos, no sentido em que aparecem como primeiro passo fundamental para a elaboração da análise e do real entendimento do fenômeno.

A nova preocupação da geografia, a partir daí, busca refletir sobre a sociedade para poder entendê-la e produzir uma teoria capaz de explicá-la. Desse modo, é fundamental novas formas de pensar, fazer e ensinar a geografia. Assim, os conceitos chaves das investigações urbanas, na geografia na década de 1980,

passam a ser o espaço urbano, a produção do espaço e os agentes da produção social do espaço; “Esta não é mais o estudo do lugar, o homem não se coloca mais como um elemento da paisagem e o espaço é humano porque o homem produz, não porque habita” (CARLOS, 1992, p. 119–120).

Seguindo esta linha de pensamento é indispensável mencionar os geógrafos mundiais do período de 1980 que contribuíram para as questões relacionadas com o estudo do espaço urbano como um meio social, dois quais se destacam: Christian Topalov, Jean Lojkine, Manuel Castells, Alain Lipietz e o geógrafo britânico David Harvey, uma vez que este último contribuiu com sua valiosa obra *Justice and the City* publicado no Brasil como *A justiça social e a cidade* em 1980.

Também é importante ressaltar os geógrafos brasileiros que colaboraram para as reflexões teóricas sobre os problemas urbanos, e que introduziram esses temas na esfera da ciência social brasileira. Dentre eles, destaca-se Mauricio Almeida Abreu responsável pela obra *Evolução urbana do Rio de Janeiro* escrita em 1978, e somente publicada a primeira edição em 1987.

O “objetivo inicial da pesquisa era o estudo da influência das políticas públicas sobre a distribuição espacial da população de baixa renda na Área Metropolitana do Rio de Janeiro” (ABREU, 1987, p. 9), no entanto esta obra despertou o autor para uma investigação mais alargada sobre os fundamentos históricos do processo de produção do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro, gerando assim um extensão do título para Políticas Públicas, Estrutura Urbana e Distribuição de População de Baixa Renda na Área Metropolitana do Rio de Janeiro.

Dentro deste grupo de geógrafos brasileiros, deve ser citado o geógrafo Roberto Lobato Corrêa devido a sua importância nos estudos sobre o papel dos agentes da produção social do espaço urbano nas cidades brasileiras, e, também, pela sua contribuição na difusão dos seus conceitos sobre os estudos da morfologia urbana. Sua principal linha de investigação está relacionada com os problemas das redes urbanas e o papel destas na organização regional, além de ter escrito diversos livros sobre geografia cultural.

O reconhecimento internacional de Corrêa teve mais destaque através da comunidade ibero-americana, tendo sido homenageado duas vezes: no ano de 2003 recebeu o Prêmio Internacional de Geocrítica na Universidade de Barcelona em Espanha e, em 2009, o Prêmio ao Mérito Milton Santos pelo EGAL (Encuentro de Geógrafos da América Latina) realizado em Montevideo, prêmio oferecido a uma personalidade que tenha se destacado em algum dos países latino-americanos

Quando Corrêa recebeu o primeiro prêmio internacional em 2003, outorgado pelo grupo científico Geocrítica, sobre a direção do professor catedrático Horacio Capel, destacou, em seu discurso de homenagem, sobre a importância deste geógrafo e da escola de geografia brasileira para todo o mundo.

El Premio Internacional de Geocrítica se concede este año al profesor Roberto Lobato Corrêa, uno de los más prestigiosos geógrafos brasileños y del mundo iberoamericano en general. Es un premio que significa un reconocimiento público de su labor, una demostración pública de la admiración que tenemos por su obra y por su magisterio. Pero es también un premio que expresa nuestra valoración de la geografía brasileña en general, una de las escuelas geográficas nacionales más dinámicas, originales y productivas de todo el mundo⁶.

Os geógrafos urbanos vêm realizando um trabalho de pesquisa cada vez mais reflexivo, com temáticas relacionadas aos problemas urbanos, que são mais discutidas em foros, congressos, nos trabalhos científicos, nas teses, enfim no meio acadêmico. A possibilidade de se pensar criticamente a produção geográfica brasileira nos dá a dimensão exata dos percalços e dos seus avanços. Neste sentido, acredita-se que a morfologia urbana necessita de mais contribuições teóricas metodológicas dos geógrafos brasileiros, voltada para a abordagem dos temas emergentes relacionados aos problemas urbanos.

⁶ Fonte: <http://www.geocritica.com/>

CAPÍTULO 3

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA NO BRASIL

O primeiro passo consiste em classificar conceitualmente o patrimônio como marco teórico que dará partida ao desenvolvimento desta investigação. Em vista disso e devido às características próprias do tema e a complexidade de sua determinação conceptual, faz-se necessário realizar um estudo de caráter analítico, que levou à elaboração de uma base de dados centrada na conceptualização através de diferentes disciplinas como arqueologia, história da arte, geografia, antropologia entre outras, voltadas para o desenvolvimento em relação ao patrimônio.

A partir da revisão bibliográfica e recopilação da mesma, a nível internacional e nacional, foi realizada uma análise dos documentos que proporcionaram informações suficientes sobre as diferentes posturas epistemológicas que as referidas disciplinas defendem e defenderam tradicionalmente a respeito dos patrimônios com o fim de clarificar a visão geral sobre este tema.

Assim, a primeira parte deste capítulo está voltada a entender como foram evoluindo os conceitos sobre patrimônio, para que se possam englobar os diferentes tipos de modelos patrimoniais que surgiram. Esses modelos geram distintas classificações que serão abordadas e estudadas mais adiante como uma orientação que direcionará para a compreensão do complexo tema sobre a proteção dos bens considerados de

valor excepcional. Ademais, será estudada mais afundo uma das classificações, a ramificação do patrimônio cultural.

Este estudo, concentra-se primeiramente na história dos bens culturais e sua evolução na Europa através dos colecionistas e viajeros. É importante recordar que, na origem do conceito, esses bens estavam somente relacionados com objetos móveis e imóveis e não apareciam as ideias sobre os patrimônios imateriais. Este será comentado no capítulo Institucionalização do Patrimônio Cultural no Brasil.

Dando continuidade a este primeiro contato sobre a contextualização, percebe-se que as ideias sobre patrimônio começaram a serem ampliadas ainda na Idade Média, através do aumento da percepção das arquiteturas grandiosas que se encontravam nas cidades. O progresso dessa perspicácia gera, em outras circunstâncias, o aparecimento da palavra monumento, por meio da revolução francesa. É a partir desta reflexão que surge o desenvolvimento e análise do subcapítulo que trata da passagem dos monumentos singulares para a valorização do entorno. Nessa valorização são abordadas cartas internacionais sobre as questões relacionados ao conjunto do patrimônio urbano, compreendendo de certa forma como as instituições influenciam a memória coletiva.

A segunda parte do capítulo está dedicada ao patrimônio cultural no Brasil, na qual se realiza um breve histórico deste conceito no país até a sua institucionalização; por conseguinte, promove-se uma investigação sobre o principal órgão responsável pela proteção e identificação dos bens no Brasil. Este estudo gera um subcapítulo sobre a institucionalização do patrimônio cultural no Brasil. Nesta parte procura-se entender as ideias sobre a preservação por meio do órgão público implantado sob o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN em 1936 e, a partir deste marco, se discutem as ações tomadas por este organismo em relação ao patrimônio nacional.

3.1 Conceito de Patrimônio

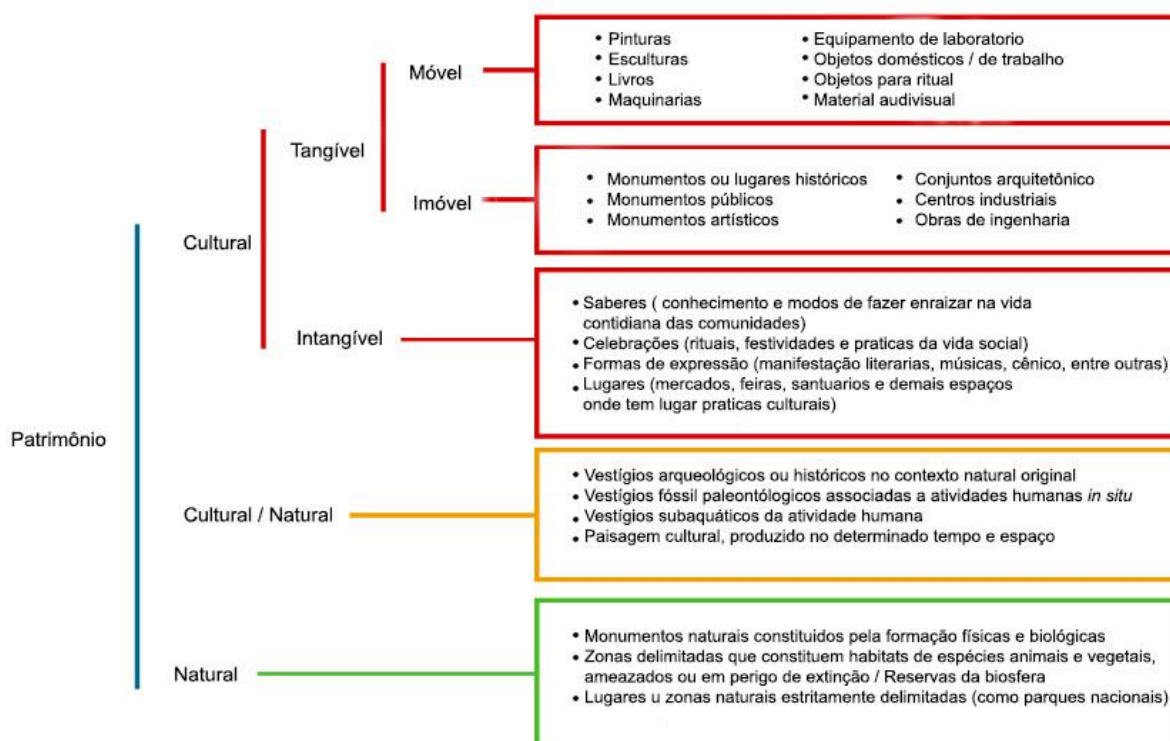
O termo patrimônio deriva do latim *patrimonium*, que faz referência, originariamente, aos bens que uma pessoa herda de seus antepassados, tendo como origem a etimologia do termo *pater* (em Roma era o termo dado ao único sujeito de direito, sendo patrimônio tudo o que pertencia ou derivava dele) ou chefe da família (TRUYOL; FERRER, 2006, p. 17). Com o tempo, essa concepção ampliou, aplicando-se não somente às coisas e pessoas de forma individual, mas a coletivos sociais, desde uma perspectiva mais extensa em relação a aspectos históricos, artísticos e naturais, que habitualmente estavam relacionados ao público.

Na maioria das ocasiões, a definição do patrimônio configura-se a partir de enumerados tipos ou manifestações do patrimônio, que não são mais que a qualificação do ponto de vista histórico, artístico, arqueológico, documental, etnológico, monumental, imóvel, móvel, entre outros.

O primeiro problema, sem dúvida alguma, é considerar a evolução terminológica que sofreu a palavra, para englobar nela tudo que, progressivamente, a sociedade vai considerando necessário proteger por seu valor, seja por causa da sua antiguidade, beleza ou responsabilidade popular.

É nesta perspectiva que o conceito terminológico do patrimônio se classifica em três categorias, que, por sua vez, subdividem-se para poder abarcar a complexidade das diversas características patrimoniais. Ao agrupar os distintos tipos de bens, proporcionam uma melhor compreensão do seu estudo, inclusive para esta investigação. O patrimônio pode ser classificado como: cultural, cultural e natural ou somente natural. A maioria desses bens estão protegidos e difundidos por instituições patrimoniais (museus, sítios arqueológicos, parques naturais, entre outros) e por organizações da sociedade civil (figura 3.1).

Figura 3.1
Diagrama de classificação do Patrimônio



Fonte: Fundação ilam, modificado pelo autor.

O patrimônio cultural é o conjunto de bens tangíveis ou intangíveis que constitui a herança de um grupo humano, que reforça emocionalmente seu sentido de comunidade com uma identidade própria e que são percebidos por outros como características. O patrimônio cultural como produto da criatividade humana se herda, se transmite, se modifica e se aprimora de indivíduo a indivíduo e de geração a geração.

O patrimônio natural é o conjunto de bens e riquezas naturais ou ambientais que foram criados pouco a pouco no decorrer do tempo pela natureza. Assim, os monumentos naturais constituem uma formação física e biológica e/ou por grupos dessas formações que têm um valor universal excepcional do ponto de vista estético e científico.

O patrimônio natural é o conjunto de bens e riquezas naturais ou ambientais que foram criados pouco a pouco no decorrer do tempo pela natureza. Assim que, os monumentos naturais constituem uma formação física e biológica e/ou por grupos

dessas formações que tem um valor universal excepcional do ponto de vista estético e científico.

Neste capítulo se consomem mais esforços na abordagem dos conceitos relacionados ao patrimônio cultural, devido à investigação proposta pelo doutorando estar relacionada diretamente a este tema e cuja tese trata da morfologia urbana com uma visão no patrimônio histórico do centro de São Luís, que está inserido no grupo do patrimônio cultural.

A etimologia da palavra patrimônio cultural deriva do termo patrimônio, como já dito anteriormente, que tem sua origem no latim. Em relação a sua escrita, o prefixo *Pater* ou *Patris* significa origem e o sufixo *monium* indica que alguma coisa pertence a algo ou alguém, ou seja, patrimônio é aquilo que pertence por direito à sua origem. Já a palavra cultura também tem sua origem no latim e vem do termo *cultus*, que possui um amplo sentido que procede da agricultura ou cultura, que vem do cultivo, que, por sua vez, significa aquele trabalho que faz produzir a terra. Assim explica a professora titular de História da Arte da *Universidad de Oviedo*, María Pilar García Cuetos:

Cultus aun que inicialmente hacía referencia a la actividad agrícola, ahora la entendemos como el *cultivo* del *espíritu* humano, de las facultades intelectuales del hombre, y su definición ha cambiado a lo largo de la historia [...] El sentido literal, cultura significa: *cultivo*, implica el resultado o efecto de cultivar los conocimientos humanos y de afinarse por medio del ejercicio de las facultades intelectuales del hombre (CUETOS, 2012, p. 13).

No sentido antropológico, cultura é o conjunto de bens materiais, simbólicos, valores, atitudes, conhecimentos, formas de organização e comunicação que fazem possível a vida da sociedade e que permitem se transformar e reproduzir de uma geração a outra.

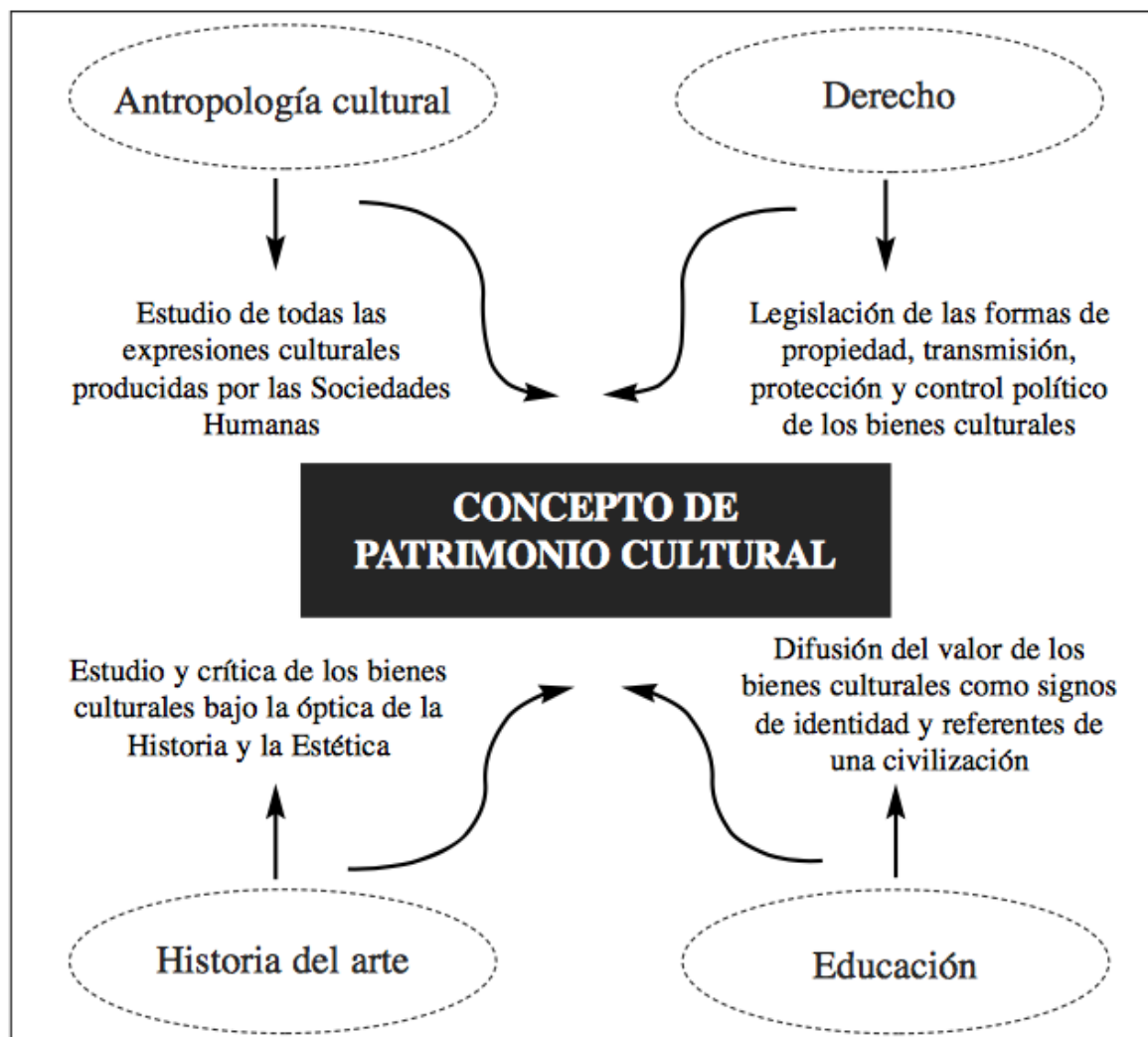
Ao largo da história, conforme os avanços de descobrimentos de novas civilizações através dos conceitos arqueológicos do século XVIII, contribuíram para a expressão de monumentos antigos e do desenvolvimento da noção sobre à arte, constituindo

valores históricos e artísticos, no qual serviriam para ajuizar e valorar o patrimônio, passando a ser denominado como objetos artísticos, de antiguidades e belas artes, e no século XX, titulados como: arquitetura artística, tesouros nacionais ou patrimônio histórico-artístico. Todas essas nomenclaturas, assim como seus conceitos, foram acolhidas pela recente criação, o de patrimônio cultural, que, de forma muito mais abrangente, faz referência às manifestações e testemunhos significativos da civilização.

Dito isso, em resumo pode-se definir o patrimônio cultural como o conjunto de manifestações ou objetos nascidos pela produção humana que uma sociedade recebeu como herança histórica e que constituem elementos significativos de sua identidade como povo. Tais manifestações ou objetos constituem testemunhos importantes do progresso da civilização e exercem uma função modelo ou referencial para toda a sociedade; daí sua consideração como bens culturais.

A formação do conceito de patrimônio cultural deve ser analisada através de uma perspectiva ampla e interdisciplinar, tendo em questão os diversos pontos de vista que oferecem cada uma das ciências que se dedicam a este assunto, tal como se expressa no seguinte esquema (figura 3.2).

Figura 3.2
Conceito de Patrimônio cultural



Fonte: PEÑALBA, 2005, p. 181.

O valor que se atribui ao patrimônio cultural vai além da sua simples estética e antiguidade; existe todo um contexto que constitui uma série de elementos, que vai desde os rasgos físicos, as crenças até as formas de viver e comportar. Essas diversidades se expressam na linguagem das ideias, religiões, na tecnologia, sendo essas variedades de componentes formadas por cada grupo social, interpretadas nesses espaços históricos e que estão em conformidade com suas culturas.

Assim, a percepção do valor dos bens culturais depende do destino histórico de cada comunidade, com os seus sentimentos de identidade local, com sua potencialidade de desenvolvimento no sentido da relação social e no modo que interage com o meio ambiente.

3.1.1 Percepção do patrimônio urbano

Dentro do patrimônio cultural está o patrimônio urbano que, inicialmente, estava associado aos centros históricos e as cidades coloniais. Posteriormente foi abarcando os territórios urbanos e as arquiteturas recentes, integrando assim, neste grupo, edifícios, praças, ruas, centros históricos e cidades inteiras que foram produzidos no passado e que são interpretados pelos gestores públicos, elites ou grupos sociais, através dos seus diversos valores e atributos, como histórico, estético, simbólico, social, espiritual, entre outros.

O patrimônio urbano evidencia que a vida de uma cidade está marcada por uma história e um tempo. Os edifícios e bairros antigos concentram emblematicamente a história da cidade e da sociedade que a criou, enquanto que os nomes da cidade, das ruas, das praças e lugares não só relatam a história local, com também outorgam argumentos para a identidade da urbe. A cidade é o território que contém e acumula tempo, é construído de estratos históricos de diferentes temporariedades.

Para o patrimônio urbano, igual que o cultural, não é um acervo material preexistente, mas está mais para uma construção social, em que os grupos que estão no poder selecionam alguns dos múltiplos imóveis e bairros do passado e assignam atributos históricos, artísticos e outros valores coletivos. A valorização do objeto produzido no passado transmite a relação que os povos e sua elite têm e tinham com o passado distante e o presente. Assim se conservam ou se destroem determinados objetos produzidos no passado.

A seleção desses objetos ressalta os antigos valores e agrega novas virtudes e tal importância dada a esses elementos os transformam em monumentos históricos. A identificação das arquiteturas depende do momento social, cultural e político que a sociedade nacional ou local vive e que geralmente é interpretada pelas diversas estratégias adotadas pelas políticas aplicadas para a proteção desses bens.

Consideram-se monumentos aqueles elementos culturais de maior representação social; assim, esse tipo de patrimônio é a tradição associada a edifícios ou

elementos escultóricos que estão vinculados com um saber e uma sensibilidade que se enraízam no presente com vista no passado. Ou seja, os monumentos do passado começam a ser apreciados como testemunho da história que explicava visualmente o passo dos séculos, além de confirmar as informações adquiridas dos textos escritos provenientes das culturas antigas.

Os monumentos formam um dos componentes do patrimônio urbano, que expressa em sua definição a relação do passado com o futuro da qual depende de sua sobrevivência, para que a memória coletiva seja conservada para as gerações futuras. Nas cidades, os monumentos são a referência aos lugares que conduzem caminhos e atuam como registros das histórias dos sítios. Como afirma o professor doutor Nelson Brissac Peixoto (1996, p. 26), os monumentos são como mapas, “traçam inexoravelmente o perfil da cidade”.

Etimologicamente, monumento procede do latim *monere*, que significa recordar, o que justificava plenamente não só o valor rememorativo, senão sobretudo o valor documentário dos bens culturais. Em relação ao estudo da origem da palavra, Jacques Le Goff explica mais detalhes em seu livro *História e memória*, em que diz:

a palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*menimi*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado atendendo a suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação (...). Mas, desde a antiguidade romana, o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco do triunfo, coluna, troféu, pórtico etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) (GOFF, 2003, p. 462).

O conceito de memória coletiva de um povo, com o passar dos anos, foi se ampliando, deixando de abordar somente os monumentos, que são elementos

isolados dentro do contexto do patrimônio urbano. As noções dos bens que representam uma sociedade foram, progressivamente, mudadas em razão da substituição dos antigos conceitos pelas novas visões de que os objetos devem ser refletidos além do simples valor material, sendo incorporados vários tipos de patrimônio que antes não eram valorizados. Desta forma, a nova definição abrange não somente os monumentos históricos e obras de artes, mas também elementos folclóricos, etnográficos, bibliográficos, documentais, materiais, entre outros, cujo significado não tem motivo de ser somente a história ou a estética, senão que são valiosos por tratarem de manifestações da atividade humana em geral, ainda que sejam muito recentes.

A referência dos bens culturais influi na percepção do destino histórico de cada comunidade, no sentimento de identidade local, na potencialidade do desenvolvimento, no sentido de suas relações sociais, e no modo com que interaciona com o meio ambiente.

3.2 Passagem patrimonial: desde sua singularidade até a valorização do seu entorno

O reconhecimento do patrimônio é recente, mas tem uma larga história. A história do patrimônio, pode se dizer, que tem suas origens nos sentimentos de pertencimento, ou seja, da relação da emoção do prazer de ter em sua propriedade algum objeto. Neste caso colocam-se os colecionadores da época antiga, que deram significados aos objetos, agregando seus valores pessoais e que, às vezes, os transmitiam para seus filhos e netos, passando hereditariamente pela família ou simplesmente os transformavam em valor econômico. Durante a antiguidade, a noção de patrimônio tem o significado de riqueza pessoal sustentado pela apreciação dos objetos preciosos, que eram um indicador de ostentar prestígio, luxo e poder.

Quando os objetos não eram transmitidos a seus familiares e se tornavam um indicador monetário, estavam sujeitos a uma avaliação mercadológica em que o principal fator era o quão pouco comum esses objetos eram, como também o que significavam, qual sua representatividade no meio social em que eram avaliados.

Desta forma, os objetos relacionados com vitórias e/ou conquistas em guerras eram mais inspirados pelo povo, tribo ou império, porque transmitiam sentimentos de um prêmio que era alcançado por aquela sociedade, e, conseqüentemente, tinham mais valor.

Após este primeiro momento do sentimento de pertencimento pelos pequenos objetos, aparecem na Idade Média inspirações pelos monumentos isolados como valores patrimoniais, através do reconhecimento dos viajeros de todas as culturas, que descreveram em suas viagens as magníficas estruturas que formavam as cidades que visitavam. Relatavam os edifícios mais representativos, como residências reais, igrejas, catedrais, palácios, portões, muros, jardins, ruas entre outros objetos singulares. Essas viagens contribuíram para a publicação de diversos livros dedicados à valoração dos monumentos singulares, como explica Horacio Capel:

En esos siglos se publicaron numerosos libros sobre excelencias, grandeza y cosas memorables de las ciudades y sitios notables, en que se presentan y describen las fábricas de edificios y suntuosos palacios, jardines y otras construcciones notables, como se anunciaba a veces desde el mismo título de la obra (CAPEL, 2014, p. 21).

Os relatos realizados pelos viajeros sobre as arquiteturas urbanísticas das cidades que visitavam serviram como uma forma de divulgação que, em suas concepções, eram monumentos que deveriam ser apreciados e vistos por outros. Desta forma estimulavam a curiosidade e aproximação dos indivíduos com os monumentos de cada cidade. A contribuição da difusão dessas arquiteturas isoladas e o incremento de visitantes nas cidades, consequência também do crescimento econômico, contribuiu para o aumento dos guias de viagens, que, no início do século XIX, tinham como principal propósito dar informações do tipo histórico, social, econômico e artístico dessas cidades.

Em Europa, foram publicadas diversas guias de viagens de diferentes cidades, que relatavam sobre os lugares e monumentos, sendo modificadas à medida que os

viageiros passavam por elas através da utilização dos relatos dos seus antecessores, como orientações itinerárias, e posteriormente agregavam novas visões e novos monumentos em suas descrições. Este tipo de sistema organizado pelas guias de viagem influenciou de certo modo a maneira de ver os monumentos isolados, dando uma maior importância às estruturas que pouco se visitavam e, inclusive, salvando algumas delas da demolição total. Como explica Horacio Capel no livro *El Patrimonio: la construcción del pasado y del futuro*.

Durante el último tercio del siglo XIX los libros de viajes y las guías que se publicaron contribuyeron a valorar muchos monumentos de las ciudades, que estaban amenazados de derribo por planes de reforma urbana que solo apreciaban algunos verdaderamente significativos y no respetaban otros considerados secundarios y poco relevantes (CAPEL, 2014, p. 25).

Os forasteiros que visitavam as cidades descreviam os monumentos isoladamente e as publicações de seus itinerários eram influenciadas por suas ideias prévias, ou seja, cada um dos visitantes tinha uma concepção diferente do que seria uma arquitetura grandiosa, admirável, que merecia ser apreciada e contemplada; para uns era tudo isto e para outros, passava despercebida.

Os itinerários e os guias criados pelos viajantes contribuíram, posteriormente, através dos organismos institucionais, para a elaboração dos inventários e catálogos patrimoniais. Assim, no século XIX, a criação dessas listas, com a inclusão de vários patrimônios, tinha como objetivo formular um cadastro dos monumentos que deveriam ser conservados e que mais tarde estariam sob a responsabilidade dos Estados.

Na Europa, várias cidades prepararam inventários e cadastros dos monumentos no intuito de protegê-los dos saques e das explorações sofridas pelas potências imperialistas. Os saques realizados pela própria população local eram comuns em alguns monumentos que tinham valores monetários, como por exemplo a espoliação dos revestimentos em mármore que tinha o coliseu romano, que foram utilizados nas construções das residências particulares. Os saques realizados pelas potências

imperialistas acabaram enriquecendo seus museus com elementos de monumentos de outras cidades, como, por exemplo, parte do Partenon de Atenas, o altar de Pérgamo, templo de Persépolis ou de Babilônia (CAPEL, 2014, p. 26).

Desta forma, foram constituídas leis e normas para conservar os monumentos que estavam incluídos nos inventários e catálogos, ação que ocorreu primeiramente na Europa e logo se expandiria para os demais países. Este processo avançou ao mesmo tempo com a conscientização de que o patrimônio vinculado ao passado pode ser um lugar de memória.

As concepções sobre os patrimônios monumentais foram ampliando no âmbito dos termos legais. Esses instrumentos foram disponibilizando conhecimento cada vez mais preciso sobre a riqueza monumental das cidades. É a partir da evolução conceitual sobre patrimônio que os monumentos deixam de ser somente obras de arte, para serem também resultados de uma evolução histórica.

Dito isto, durante o final do século XIX, surge um debate dentro do próprio sistema de avaliação dos monumentos. Onde antes bastava ser uma arquitetura grandiosa para ser um patrimônio, a partir da evolução conceitual tornou-se fundamental comprovar a veracidade das construções históricas através dos documentos, da originalidade e da própria história, desta maneira eliminando as reparações desnecessárias ou as intervenções modernas que se aplicavam nessas estruturas.

A necessidade de avaliar as origens dos monumentos e sua autenticidade, fez com que se tornasse indispensável entender todo o contexto em que se encontravam essas estruturas. O estudo do ambiente de que faziam parte concedeu uma maior clareza ao conjunto urbano situado em volta das estruturas grandiosas.

É a partir desta evolução conceitual de patrimônio e mais os problemas enfrentados pelos centros históricos relacionados às políticas de saneamento básico, durante os séculos XIX e XX, que surgiu lentamente uma passagem da valorização dos monumentos isolados para uma apreciação também dos conjuntos urbanos em que eles se encontravam. De acordo com a explicação de H. Capel em seu livro *E/*

patrimonio: la construcción del pasado y del futuro, a passagem da valorização dos monumentos isolados para a inclusão do entorno acontece no período do neorromantismo. O ambiente que rodeia as arquiteturas majestosas também deve ser preservado, como os edifícios, os planos viários, jardins, entre outros componentes.

si los románticos habían empezado a valorar los monumentos medievales, los neorrománticos revalorizaron el conjunto histórico todo, la trama viaria y los edificios del pasado incluso modestos, todo ello para conservar la memoria colectiva de la ciudad (CAPEL, 2014, p. 34).

Esta visão da valorização do entorno em que se encontra o patrimônio é expressado na *Recomendación Relativa a la Salvaguarda de la Belleza y el Carácter de los Paisajes y los sitios* em 1962, está presente na *Carta de Veneza* (1964) e, por sua vez, aparece na *Convención del Patrimonio Cultural* em 1972, no qual, seguindo suas diretrizes, se expressa que o ambiente onde está localizado o patrimônio é um atributo da autenticidade que deve ser protegido mediante a delimitação da zona.

A relação com o entorno em que se situam os patrimônios é um tema abordado pela *Carta do ICOMOS Austrália para os lugares com significado cultural* de 1999, conhecida como *Carta de Burra*, em que se contextualiza o que é o local onde encontra-se os monumentos, assim estabelecendo como “lugar, área, terreno, paisagem, edifício ou outras obras, grupos de edifícios ou outras obras, e pode incluir componentes, conteúdo, espaços e visual” (artigo 1.1, traduzido pelo autor)⁷. Essa definição do local é interpretada em um sentido amplo no qual são incorporados os elementos que o incluem, como árvores, jardins, parques, praças onde tiveram lugar os acontecimentos históricos, áreas urbanas, cidades, lugares industriais, sítios arqueológicos, lugares espirituais e religiosos.

Este entorno é fundamental e indispensável para poder compreender nossos patrimônios. É nessa lógica que, a partir do terceiro decênio do século XX, começam a surgir várias cartas, normas e leis internacionais com vista a valorizar, proteger e

⁷ Fonte: http://www.icomos.org/charters/burra1999_spa.pdf

conservar o entorno dos monumentos. Não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações quotidianas de seu viver. É nesta perspectiva que os centros históricos estão inseridos como um lugar de memória que deve sobreviver às ações dos efeitos contemporâneos, adaptando-se para as necessidades do presente sem perder a essência do passado.

3.3 Patrimônio cultural no Brasil

A história do patrimônio cultural no Brasil é mais recente do que na Europa. Existe uma grande divergência de tempo. No velho continente, no final da Idade Média, mais precisamente no século XV, já haviam surgido as primeiras manifestações com as preocupações relativas aos monumentos, através do estudioso italiano Ciriaco de Pizzicolti, considerado por alguns, pai da arqueologia.

A respeito da origem da noção de preservação do patrimônio brasileiro no século XX, não há paralelismos possíveis entre o que ocorreu no Brasil de 515 anos e o panorama europeu no mesmo período, por existir um progresso cronológico dos estudos e manifestações muito mais avançados na Europa. No entanto, o modelo de preservação aprendida pelo velho mundo é refletido no Brasil, manifestado principalmente pela cultura francesa, que transmite através dos acontecimentos ali ocorridos com o aparecimento, pela primeira vez, do conceito relacionado ao monumento em 1780, influenciado pela Revolução Francesa, e também pelas vindas ao Brasil de diversos estudiosos que contribuíram para inserir as ideias no ambiente intelectual.

Somente em 1922, começam a aparecer algumas iniciativas pontuais a respeito do patrimônio nacional no Brasil. No dia 12 de outubro deste mesmo ano, é fundado o primeiro museu do país, o Museu Histórico Nacional, na cidade de Rio de Janeiro, 129 anos após a criação do Museu do Louvre em Paris (1793) e um século depois do Museu de Prado em Madrid (1819). Antes disso, entretanto, é preciso reconhecer que já havia o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)

fundado em 1862, que realizava as mesmas funções de um museu, porém de forma regional, cautelando os bens da história e da cultura do povo pernambucano.

As primeiras ideias de defesa dos monumentos históricos no Brasil começaram a ganhar viabilidade ainda neste decênio de 1922, quando foram criadas Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais em 1926, na Bahia em 1927 e em Pernambuco em 1928. Esta etapa acaba quando a Inspetoria dos Monumentos Nacional é desativada, posteriormente, dando lugar à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1936.

Antes da criação do primeiro órgão nacional voltado para a proteção dos bens histórico do Brasil, o SPHAN, e após as primeiras ideias sobre a proteção dos monumentos histórico em 1922, começa a tomar forma, na década de 1930, um modelo ideológico que seguiria o Estado como agente fundamental na construção simbólica da nação; este modelo seria a referência para a pergunta: o que do passado deve ser importante preservar? A partir daí, nascem na conjuntura política projetos que mudariam a maneira de ser visto de certos bens, elevando suas categorias a patrimônio e, assim, realçando suas histórias, e que dariam uma nova perspectiva de serem percebidos.

Este é o caso das primeiras proteções no âmbito legal, em 1933, do conjunto arquitetônico do Centro Histórico da cidade de Ouro Preto no estado de Minas Gerais, que é reconhecido pelo seu rico passado histórico, palco da Inconfidência Mineira, e, por meio dos seus magníficos patrimônios edificadas, é declarado monumento nacional pela promulgação do Decreto-Lei nº 22.928, de 12/07/1933. Os requisitos para a obtenção do título nacional coincidem com as ideias da historiadora parisiense Françoise Choay, de que os monumentos nacionais devem ser considerados pelos seus critérios estéticos ou históricos (2001, p. 128–142).

O reconhecimento pela primeira vez do acervo arquitetônico histórico assegura a proteção do passado e da estética da cidade colonial, revelando uma nova concepção de patrimônio, sacralizando o lugar fundador da nação civilizada. Este novo conceito fortalece os debates sobre conservação dos monumentos históricos e

do entorno ou a modernização dessas cidades, temas já discutidos em outros países, como em França, a Paris de Haussmann, e, no Brasil, as obras de saneamento básico no Rio de Janeiro por Pereira Passos.

Neste primeiro momento ao responder à pergunta o que do passado deve ser importante preservar, percebe-se, claramente, o predomínio do Estado como protagonista indiscutível e quase único das políticas de patrimônio em identificar e denominar um valor excepcional a um monumento e/ou conjuntos deles, transformando-os em patrimônio. Assim passam a serem símbolos da excepcionalidade, raridade e história viva, representantes da trajetória da nação em construção, indicando que os valores passariam a ser compartilhados por todos.

Está claro o papel decisivo do Estado em determinar o patrimônio nacional, pois, no final, está reservada aos peritos a tomada de decisão. Pode-se deduzir que a ação exercida por eles está limitada pelo tipo de profissional envolvido neste processo, em sua maioria arquitetos e historiadores. Desta forma, através de suas concepções já formadas, declaram o que é digno de preservação.

3.3.1 Institucionalização do Patrimônio Cultural no Brasil

O Estado aumenta seu interesse em tutelar a memória coletiva, como monumentos, pinturas, esculturas, lugares históricos, conjuntos arqueológicos, entre outros, e em paralelo a esses interesses, embora estando em sintonia, surge a vulgarização da ideia de que tudo é patrimônio ou potencialmente poderia vir a ser. Este momento, considerado por alguns autores como o “boom da memória”; é assim que explica o antropólogo Andreas Huyssen quando diz que estamos todos “seduzidos pela memória” e que “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas das sociedades ocidentais” (HUYSSSEN, 2000, p. 9–16). O termo patrimônio histórico assumiu um lugar de referência jamais visto anteriormente. É neste sentido que o governo acaba abarcando uma dimensão superior à sua capacidade de cautela em relação a essas memórias, tornando-se necessária a criação do primeiro

órgão federal capaz de cuidar do patrimônio nacional, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.

O SPHAN nasce provisoriamente em 1936, por meio da proposta realizada pelo o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, que solicitou o auxílio do Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura (DCP) de São Paulo, Mário de Andrade, para a elaboração de um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro, que finalmente deveria ser submetido ao Congresso Nacional. Em relação à solicitude de Gustavo Capanema ao Diretor do DCP, comenta:

Telefonei a Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Expus-lhe o problema e lhe pedi que me organizasse o projeto. Mário de Andrade, com aquela sua alegria adorável, aquele seu fervor pelas grandes coisas, aquela sua disposição de servir, queria apenas duas semanas. Decorrido o prazo, eis Mário de Andrade no Rio de Janeiro, trazendo o projeto (SPHAN/ PRÓ-MEMÓRIA, 1980 *apud* PINHEIRO, 2006, p. 8).

No ano de 1936 aparece o SPHAN operando de forma provisional; essa instituição somente seria regulamentada em 1937 por meio do decreto de lei nº 25, de 30 de novembro do mesmo ano, assumindo como primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, e fornecendo a esse novo órgão os meios legais para uma política de preservação efetiva. Desta maneira a definição do patrimônio histórico e artístico nacional foi mais uma vez modificada para:

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arquitetônico ou etnográfico bibliográfico ou artístico (Decreto-Lei art. 1, nº. 25 de 30 de novembro de 1937).

A implicação dos efeitos legais por esse órgão leva à utilização do instrumento chamado pelos portugueses de tombamento. No Brasil, a reprodução desta palavra foi pensada, inicialmente, para proteger os bens excepcionais e que permanece até muito recentemente quase como o único tipo de proteção efetivamente utilizado pelo país. Em relação ao termo tombamento, a doutora socióloga Lúcia Lippi Oliveira

explica “que a expressão tombamento vinha do direito português, no qual verbo tomar significava inventariar ou inscrever nos arquivos do reino, guardados na Torre do Tombo” (OLIVEIRA, 2008, p. 120).

Portanto, o patrimônio brasileiro deveria ser inscrito em um dos quatro livros do Tombo, Livro de Belas-Artes, Livro Histórico, Livro Arqueológico e Etnográfico e Livro Paisagístico. Este modelo passa a ser considerado sinônimo de proteção, mesmo que não haja nenhuma ação concreta do governo em prol do patrimônio. Essa política de tombamento foi materializada de certa forma pela sociedade, pois quando se pensa em preservar, logo alguém aparece falando em patrimônios e tombamentos.

As atividades realizadas pelo SPHAN abarcavam pesquisas, viagens, restaurações e tombamentos. Este último era tarefa exclusiva desse órgão, o que deixa clara a centralização exacerbada das atividades preservacionistas para a seleção de bens para o tombamento nas mãos de um grupo muito restrito de técnicos, que, em sua maioria, eram arquitetos, formados pela Escola de Belas-Artes, engenheiros e, logo, historiadores.

Durante os anos de 1936 até 1979, a política de identificação dos monumentos no Brasil estava concentrada, principalmente, nas arquiteturas barrocas, fase considerada de “heroica”. Trajetória esta vinculada à escolha dos monumentos, que recairia sobre a monumentalidade construída em “pedra e cal”, termo usado pelos especialistas na área de patrimônio histórico e arquitetura para designar a supervalorização que foi dada aos imóveis coloniais com marcas de estilos arquitetônicos bem explícitos e de supremacia barroca.

Dito isto, no princípio da política patrimonial foi dada a atenção principalmente a identificar os monumentos do estado de Minas Gerais; logo no ano de 1938 foram tombadas as cidades Mariana, São João del Rei, Tiradentes, Sabará, Diamantina, Serro e Ouro Preto. Esta última, 5 anos após ser declarada monumento nacional, é inscrita no Livro do Tombo das Belas Artes no dia 20 de abril de 1938.

Durante a atividade do SPHAN de 1937 a 1969, foi registrado um total de 803 bens tombados, dos quais 368 são arquiteturas religiosas, 289, arquitetura civil, 43, arquitetura militar, 46, conjuntos, 36, bens imóveis, 6, arqueológicos e 15, bens naturais (OLIVEIRA, 2008, p. 121). É visível que a predominância da escolha dos monumentos isolados por este órgão privilegiaria, além da arquitetura barroca, as questões relacionadas à devoção dos cultos religiosos, como também às residências senhoriais.

Após trinta anos de Rodrigo Melo Franco de Andrade na diretoria do SPHAN, ele é substituído pela nova diretoria, tomando a frente da administração, em 1967, Renato Soeiro, que manteve basicamente as diretrizes de identificação e conservação dos patrimônios nacionais da antiga gestão. No entanto, realizou algumas mudanças significativas, como a incorporação de um novo discurso, no qual internaliza, no processo de preservação, a proteção dos conjuntos e não mais as construções individuais, incluindo assim um novo elemento, como as malhas viárias. É a partir de então, com a nova gestão administrativa, que o conceito de monumento começa a ser ampliado, e a questão da preservação da ambiência dos bens tombados e dos centros históricos passa a ser discutida no âmbito internacional.

Esta administração inseriu a discursão do patrimônio brasileiro no processo global, e os esforços do órgão gera, posteriormente em 1980, o primeiro título de patrimônio da humanidade para um núcleo histórico do Brasil, a cidade de Ouro Preto, e, posteriormente, São Luís seria a quarta cidade brasileira a receber este título.

Durante todos estes acontecimentos, aparece, em 1970, uma nova nomenclatura do SPHAN, que na verdade já era DPHAN e agora passa a ser chamada de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Essas variações voltariam a suceder, posteriormente, com as mudanças administrativas dos governos, que utilizavam o órgão como instrumento político, sendo alterada várias vezes tanto sua terminologia como sua estrutura funcional. Essas mudanças podem ser apreciadas na cronologia a seguir:

- 1936 – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN;
- 1946 – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN;
- 1970 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
- 1979 – Secretaria Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN;
- 1985 – Criação do Minc – Ministério da Cultura, ocorreu a integração do SPHAN/Pró-Memória;
- 1990 – Transformação do SPHAN /Pró-Memória no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC;
- 1994 – Volta a ser o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN até a atualidade.

O órgão é marcado por diversas alterações. Cada vez que mudava sua estrutura, também eram renovados seus diretores, que entravam com novos pensamentos sobre patrimônio histórico e logo inseriam conceitos inovadores, ou simplesmente conservavam os antigos. Em 1979, o órgão volta a ser chamado de SPHAN e com isto sai o antigo diretor Renato Soeiro, para incorporar a nova gestão, sob responsabilidade de Aloísio Magalhães. Esta transição marca o término da trajetória “heroica” e da identificação dos bens pelo valor “pedra e cal”. A nova fase é conhecida como “moderna” e elevaria a preocupação ao patrimônio imaterial, pois até então só havia sido concedido o título de patrimônio nacional a bens materiais. Esta nova perspectiva permitiu expandir o termo patrimônio a temas relacionados com a cultura brasileira.

Ao fazer uma comparação entre o período anterior denominado “heroico”, em que os conceitos básicos vêm da primeira administração de Rodrigo Melo, com o novo período denominado “moderno”, iniciado por Aloísio Magalhães, a socióloga Lippi Oliveira desenvolve um quadro demarcando as principais ideias de cada administração que possibilita ver como estava orientado o órgão do SPHAN a partir das concepções de seus diretores (figura 3.3).

Figura 3.3
Ideias relacionadas ao patrimônio a partir das administrações de Rodrigo Melo, em 1937, e Aloísio Magalhães, em 1979, que presidiam ao órgão do SPHAN

Rodrigo Melo Franco de Andrade	Aloísio Magalhães
▶ retórica da perda	▶ retórica da perda + risco de homogeneização
▶ ênfase no passado, na tradição histórica e artística	▶ diversos passados, ênfase no presente, ligado ao futuro, ao desenvolvimento
▶ bens patrimoniais	▶ bens culturais
▶ herança = monumentos ameaçados	▶ objetos, espaços e atividades transitórios
▶ monumentalidade	▶ cotidiano
▶ patrimônio, “pedra e cal”	▶ patrimônio imaterial: lugares, festas, saberes
▶ tombamento	▶ registro

Fonte: OLIVEIRA, 2008, p. 131.

No início desta nova fase, no ano de 1979, foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória, instituição incumbida de implementar uma política de preservação da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incorporando o Programa de Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC). Assim, os trabalhos desenvolvidos por essas duas secretarias passam a fazer parte das preocupações do IPHAN, portanto alargando o conceito de bem cultural da instituição.

Os trabalhos desenvolvidos por Aloísio Magalhães realçam os interesses pelo patrimônio imaterial nas discursões como tema importante e necessário de ser abordado quando se pensasse em política cultural brasileira. Esse esforço resulta na estrutura do contexto atual do Programa Cultural Imaterial – PCI na Constituição de 1988, que estabelece que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Seção II da Cultura, art. 215, §1, outubro de 1988). É um dos maiores logros daquela época em relação aos bens imateriais a serem

preservados, logro este não visto por Aloísio Magalhães, já que o mesmo falece, precocemente, em 1982.

Na década de 1990, as questões patrimoniais nacionais dariam novamente um giro, desta vez com a democratização do país e a eleição do Presidente da República Collor de Melo. O órgão protetor do patrimônio brasileiro, naquele momento chamado de SPHAN, se converteria em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, uma autarquia que ficou subordinada diretamente à Secretaria da Presidência da República. Durante este período de quatro anos, pode-se dizer que não houve muitos avanços na política patrimonial; o discurso introduzido nesta política foi o conceito “participativo” que, na verdade, era mais um falatório do que uma prática.

Desta gestão, o mais importante em ressaltar foi a criação do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC pela Lei Rouanet (Lei 8.313/1991) com a finalidade de estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, além de proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico e promover a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional, entre outras funções.

No final da década de 1990, o governo brasileiro edita o Decreto nº 3551 de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Dessa forma, o Estado assume o compromisso de inventariar, produzir conhecimento, apoiar e documentar a dinâmica dessas práticas socioculturais. Esse decreto concretizaria as propostas enunciadas na carta constitucional de 1988 e ampliou de forma crucial o papel a ser desempenhado pelo IPHAN.

O registro é, antes de tudo, uma forma de reconhecimento e de busca da valorização desses bens por meio de um instrumento legal, no qual se favoreceu um amplo processo de conhecimento, comunicação, expressão de aspirações e reivindicações entre diversos grupos sociais.

A trajetória dos conceitos patrimoniais do Brasil sofreu diversas modificações, tanto nas inclusões de novos conhecimentos como na alteração dos antigos. Essas mudanças ocorrem devido à necessidade de sempre melhorar o sistema de

identificação do patrimonial nacional, da preservação, divulgação, de produzir conhecimento, além de incorporar os conceitos reivindicados pela sociedade em prol dos monumentos coletivos (como as culturas locais) e de estar em sintonia com os órgãos internacionais.

O percurso pela história brasileira foi resumido neste capítulo pelo principal órgão nacional, o IPHAN, que tinha como objetivo identificar, conservar e divulgar os patrimônios do país. Foi percebido que o primeiro contato com o tema patrimônio cultural, na evolução política e social do Brasil, estava relacionado com os bens materiais e de preferência com características barrocas da era colonial, sendo eles somente tombados. Posteriormente, foram acrescentados elementos essenciais para a preservação do patrimônio, como o entorno, ampliando assim os conceitos relacionados aos monumentos e dando mais clareza à história ocorrida naquele local. Todavia, a evolução dos conceitos patrimoniais não se deteve aí, quando recentemente foi posta em prática a conservação da cultura brasileira, enriquecendo ainda mais o patrimônio nacional. Finalmente, pode-se observar, no quadro abaixo, uma síntese da evolução patrimonial estudada pelo autor no contexto político.

Quadro 3.1
Evolução dos conceitos Patrimoniais no Brasil

Etapa no Brasil	Conceito	Ideias relacionadas
1936 Criação do SPHAN	Primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, a definição do patrimônio histórico estava relacionada ao conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação fosse de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arquitetônico ou etnográfico bibliográfico ou artístico.	Monumento singular, barroco, estrutura colonial, identificação dos bens pelo valor “pedra e cal”
1970	Atuação da nova gestão do SPHAN de Renato Soeiro. Foi realizada uma nova política de tombamento que passava a preservar os conjuntos em torno das estruturas e não mais as construções individuais.	Monumento, valorização do entorno, barroco, estrutura colonial, identificação dos bens pelo valor “pedra e cal”
1979	O novo presidente do SPHAN, Aloísio Magalhães, elevava o conceito de patrimônio histórico a uma preocupação com o patrimônio imaterial.	Patrimônio imaterial, catalogação e preservação da cultura popular brasileira, criação da Fundação Nacional Pró-Memória
1990	Com a posse do Presidente da República Collor de Melo, é reestruturado o SEPHAN passando a se chamar Instituto Brasileiro de Patrimônio de Cultural – IBPC; nesse novo órgão aparece a suposta política participativa entre os grupos sociais e o organismo. Esta década também é marcada pela criação do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC pela Lei Rouanet (Lei 8.313/1991).	Política Participativa, investimento do setor privado na área cultural, captação e a canalização de recursos
2000	Instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), pelo Decreto no 3.551, de 4 de agosto de 2000.	Inventário e registro dos Bens culturais de natureza

Elaboração do autor

Vale ressaltar que, ainda no século XXI, existem mudanças relacionadas com o patrimônio brasileiro, e que provavelmente será uma constante ao longo das décadas seguintes, tanto no âmbito político como também no social. As maiores mudanças são pertencentes ao patrimônio imaterial. Houve a criação de várias normatizações e criação de secretarias e/ou departamentos específicos voltados para essa categoria. Assim, a ideia sobre patrimônio vem sendo reforçada e alterada constantemente e está vinculada diretamente à percepção dos agentes do presente e sua intrínseca relação com o passado.

PARTE II

CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS EM SÃO LUÍS



PALACIO DO GOVERNO E DO MUNICIPIO-S. LUIZ-MARANHAO

CAPÍTULO 4

SURGIMENTO DE UMA NOVA URBANIZAÇÃO XVII A XVIII

Este capítulo dedica-se à importância do início da primeira urbanização na cidade de São Luís através das colonizações voltadas a um contexto que engloba os princípios urbanísticos. Dessa forma visualiza o processo gradual das conquistas de territórios e a ordenança dos espaços na ilha.

Para isso, utilizam-se como apoio bibliográfico obras de referências historiográficas do Maranhão, que foram escritas por personagens importantes, que fizeram parte da história da cidade, como o padre da igreja católica Claude D'abbeville, e por historiadores que reuniram esforços para tentar interpretar o sentido da realidade da época, como Mario Meireles, Olavo Pereira Silva Filho, José Reinaldo Barros Ribeiro Júnior, entre outros.

A compreensão da revisão bibliográfica e os estudos dos autores citados acima ajudaram a penetrar na dinâmica da transformação da cidade de São Luís. Organizam-se as ideias dos autores de forma temporal, sempre relacionadas ao desenvolvimento urbanístico, detectando assim a evolução urbana e o processo de transformação no centro de São Luís.

O desenvolvimento da trama urbana está diretamente relacionado ao aumento do contingente populacional, consequência gerada por diversos fatores interligados da época, como o aumento do tráfico negreiro, a chegada de colonos na ilha e o próprio

crescimento natural. Tais efeitos fazem surgir novas ruas, casas, praças e edifícios administrativos, e, com isso, a necessidade de criar o primeiro plano urbanístico para a cidade.

Diante o exposto e para entender melhor este capítulo, o mesmo foi dividido em três subcapítulos: Novas urbanizações do XVII a XVIII, Configuração do primeiro plano urbanístico de São Luís, e, por último, Consolidação da economia através da abertura dos portos e a expansão urbana por meio das primeiras companhias mercantilistas da região.

4.1 Novas urbanizações do século XVII a XVIII

Para entender a organização territorial, é necessário voltar ao passado e compreender como foi realizado esse processo e quais as relações sociais que influenciaram nessa dinâmica durante a era colonial. Por isso, este subcapítulo dedica-se a compreender o princípio da urbanização em São Luís, que inclui o início da colonização Francesa, Holandesa e Portuguesa, e quais foram suas influências e seus legados para a cidade.

Investiga-se a evolução da estrutura da cidade na era colonial, dos espaços e da sociedade, como ela se transforma de um posto militar com apenas um forte para uma cidade portuária com ruas, calçadas, praças e um porto, adquirindo assim uma importância no comércio internacional e tornando-se referência marítima no século XVIII.

Neste subcapítulo também se concentram esforços em identificar os primeiros agentes urbanos em São Luís após a caída do império holandês, período este marcado pela permanência dos portugueses até o rompimento da colônia com a metrópole. O intuito é poder compreender os primeiros índices de segregação socioespacial que viveu a cidade nesta época.

4.1.1 Consolidação e ocupação Portuguesa 1612-1642

Antes mesmo de os portugueses chegarem na ilha de São Luís e consolidarem uma malha urbana para aquela região, como faziam de costume nos territórios colonizados, acabaram perdendo essa disputa para os franceses, que, com suas frotas navais melhor preparadas, conseguiram atravessar as fortes correntezas da Baía de São Marcos e atracar com seus navios na ilha Upaon-Açu.

O nome Upaon-Açu significa ilha Grande, denominado pelos índios Tupinambás habitantes locais da ilha, e é reconhecido pelo estatuto da constituição do Maranhão, Art. 8º, onde diz “A cidade de São Luís, na ilha de Upaon-Açu, é a capital do Estado”. Ao se referir a Upaon-Açu, José Antonio Viana Lopes lembra o estilo de vida dos índios que habitavam a ilha antes da colonização pelos europeus.

Na Upaon-açú, ou ilha grande, os Tupinambás estavam organizados em vinte e sete aldeamentos, com cerca de doze mil índios. Em cada aldeia, com até quatro grandes construções (ocas) de madeira e palha distribuídas em torno de uma praça central, habitavam de duzentos a seiscentos índios (VIANA LOPES, 2008, p. 11).

Atualmente a ilha possui dois nomes: Upaon-Açu e ilha de São Luís. Este último é mais habitual e foi obtido com a chegada dos franceses em 1612, comandado pelo capitão Daniel de La Touche, o Senhor de La Ravardiére, que deu o novo nome, a princípio chamando-a de Saint Luís em homenagem ao rei Luís XIII da França, dando também esse nome à instalação de um forte construído para a defesa da ilha, o que atualmente explica o nome da cidade São Luís.

É importante relembrar que as nações colonizadoras encontraram povos indígenas, que eram soberanos nos territórios que ocupavam. Mas os europeus, desconsiderando os habitantes primitivos, re-fundavam o território, ou reterritorializavam a terra. Era o estrangeiro alterando e subjugando homens e culturas em nome da suposta missão civilizadora europeia.

O missionário capuchinho francês Claude D'Abbeville retrata as aldeias tupinambás que se encontravam na ilha em 1612 e, sob um olhar missionário vindo do velho continente, escreveu em sua carta a divergência do que um europeu estava familiarizado a ver em seu continente:

Em primeiro lugar cabe observar que essas aldeias não são como as nossas, e menos ainda se parecem com cidades bem edificadas, cercadas de baluartes ou trincheiras, ou ainda de fossos, com ricos palácios, belas residências e castelos inexpugnáveis. Suas aldeias, a que chamam Oc ou Taba, não passam de quatro cabanas feitas de paus grossos ou estacas e cobertas de cima a baixo com folhas de palmeira a que denominam Pindó, encontrável em grande abundância nas matas. As casas têm de vinte e seis a trinta pés de largura e de duzentos a quinhentos pés de comprimento, segundo o número de pessoas que nelas habitam. São construídas em forma de claustro, ou melhor, em quadrado como o Place Royale de Paris, de modo que há sempre entre elas uma praça grande e bonita. As quatro casas assim dispostas, com a praça ao centro, formam uma aldeia (D'ABBEVILLE, 1975, p. 139).

Diante da perspectiva que os nativos eram soberanos no território, pode-se dizer em uma metáfora que não foram os franceses que descobriram São Luís senão os índios que encontraram Daniel de La Touche no mar desnortado e o acolheram em suas terras. Mas, logo, os franceses, como de costume ocidental daquela época, tomaram conta das terras e foram ficando até se instalarem por completo. E então surge a construção do forte.

A posição escolhida para a construção do forte foi uma colina entre as embocaduras dos atuais rios Anil e Bacanga. Encontrava-se em um ponto estratégico que facilitava a defesa contra possíveis ataques de embarcações inimigas, além de fortalecer uma defesa contra os nativos. O padre francês Claude D'Abbeville, em seu livro publicado em Paris em 1614, descreve as razões pelas quais os franceses escolheram essa posição:

Escolheram uma bonita praça para esse fim, muito própria por ser numa alta montanha e na ponta de um rochedo inacessível superior a todos os outros, e

donde se descobre terreno a perder de vista, e embora separada da terra firme, é inquestionável e muito forte, por estar cercada de dois rios profundos e largos, que desembocam no mar ao pé do dito rochedo, onde é o único porto da Ilha do Maranhão, e nele podem fundear com toda a segurança navios de mi a mil e duzentas toneladas (D'ABBEVILLE, 1975, p. 83).

Com a chegada dos franceses em 1612 e com a construção da fortaleza, iniciou-se um processo de urbanização na ilha de São Luís. O povoado, que por certo não deveria ainda ser chamado de cidade, tinha pequena expressão populacional de algumas poucas centenas de moradores entre soldados, religiosos, burocratas, mestres de ofícios, gentis-homens, que dirigiam a colônia, e os mercadores.

A expansão urbana foi interrompida dois anos depois da conquista dos franceses da ilha. É iniciada uma campanha militar organizada pelos portugueses, comandada por Jerônimo de Albuquerque, para expulsar os franceses do Nordeste do país. O enfrentamento nas mediações da ilha de São Luís foi cenário de grandes confrontos travados pelas duas nações, em um combate épico chamado de milagre de Guaxenduba, no dia 19 de novembro de 1614, quando as forças francesas representadas por 200 soldados e com o apoio dos nativos de 2.500 índios travaram uma batalha contra as tropas lusitanas, compostas por apenas 240 soldados, 30 marinheiros e menos de 100 nativos.

Apesar da superioridade numérica dos franceses, foram as tropas portuguesas que lograram a vitória, fazendo com que as tropas francesas restantes recuassem para o forte de Saint Louis, forçando uma trégua que durou um ano. A trégua terminou com a chegada do capitão-mor de Pernambuco, Alexandre de Moura, trazendo reforços e suprimento para as tropas portuguesas, que, em 31 de setembro de 1615, com a permanência do cerco sobre o forte Saint Luis, força os franceses a se renderem.

A presença das tropas lusitanas pós-conquista teve como objetivo estruturar os poderes da coroa portuguesa para que pudessem dirigir a urbanização na cidade. Desse modo, pouco a pouco foram-se estendendo as edificações fora do forte,

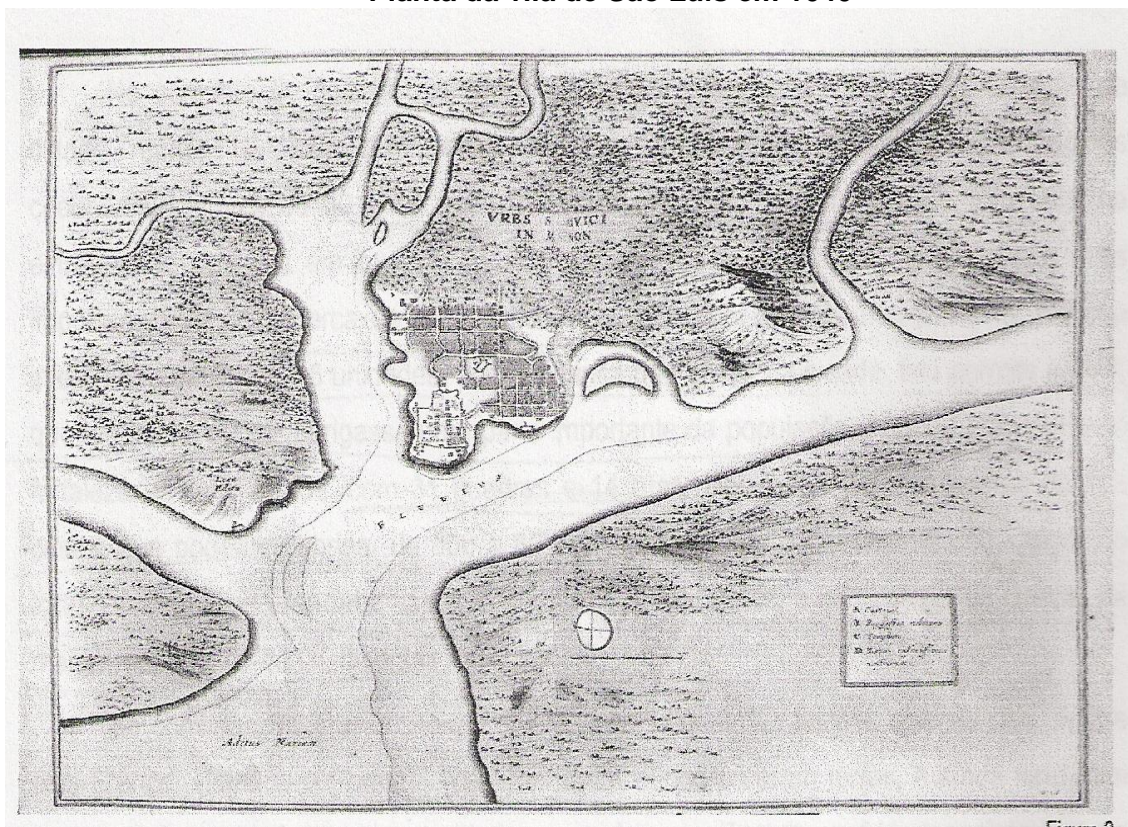
incluindo as moradias ainda sob forma rústica e embrionária, que procuravam expressar o modo de ver a arquitetura e a carpintaria dos edifícios metropolitanos.

A arquitetura urbana tentava expressar os meios de vida de Portugal; copiava as estruturas das cidades portuguesas com o fim de lembrar a metrópole, aproveitando as tradições urbanísticas de Portugal. Desta maneira sucedia com as cidades fundadas pelos portugueses, a exemplo de Santa Cruz (1532), Porto Seguro (1535), Olinda (1537), Salvador (1549), Natal (1599) e, deste modo, também ocorreu em São Luís (1615). As vilas e cidades do Brasil colônia apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e as paredes laterais sobre os limites dos terrenos.

Após a conquista dos franceses em São Luís, o povoado estava formado por uma aglomeração de apenas 300 habitantes e seu espaço físico estava composto pela fortaleza, que tinha aproximadamente 200 metros de largura por 300 de comprimento. Um dos mais importantes escritores sobre a história do Maranhão, o historiador Mario Meireles, expressa em seu livro *Dez estudos históricos. Documentos Maranhenses*, comenta que “no interior do forte são mencionadas 45 unidades no qual teriam uma semelhança com as residências que se encontravam fora dos muros” (1994, p. 260).

Tais semelhanças entre as moradias dentro e fora do forte faz reflexionar que dentro dos muros abrigavam-se famílias de baixa renda e, com o crescimento populacional, os gestores foram obrigados a distribuir uma parcela da população mais pobre para a parte externa da fortaleza, pois os nobres encontravam-se dentro dos muros por ser considerado mais seguro. Com o crescimento fora dos muros, a cidade ficou distribuída por dez ruas, três no sentido leste-oeste, da praia grande até a rua da Palmas, e sete perpendiculares sentido norte-sul, do antigo colégio dos jesuítas, hoje igreja da Sé, até o desterro (figura 4.1). No centro da área urbana estava localizada a igreja matriz e nas bordas encontravam-se diversos fortes pequenos.

Figura 4.1
Planta da vila de São Luís em 1640



Fonte: SANTANA, 2003, p. 61.

Com o crescimento da cidade, foi necessário ampliar o plano urbano de São Luís e, assim, desbravar terras, abrindo ruas e trilhas, afastando dos limites do mar. Os habitantes da vila ampliavam progressivamente o uso da terra. A expansão da futura cidade estava fortemente influenciada pelo caminho da rua grande, o que levou à ocupação dos espaços em direção ao interior da ilha.

4.1.2 Ocupação Holandesa 1642-1644

As primeiras fases da expansão da cidade de São Luís ocorreram em momentos turbulentos, período que Portugal estava sob comando da Espanha através do tratado firmado em 1580. Após a morte do rei de Portugal, D. Sebastião, sem deixar herdeiros, o rei Felipe II da Espanha aproveitou-se da instabilidade que vivia Portugal e uniu as duas coroas em um único reino, formando assim a União Ibérica e dando início à Dinastia Filipina, que só terminaria em 1 de dezembro de 1640.

Para facilitar a administração dos novos territórios coloniais, a coroa espanhola dividiu, em 1621, a colônia brasileira em duas unidades administrativas. A primeira seria o Maranhão, com capital em São Luís, e a segunda, o Brasil, com sede em Salvador. Assim foram criadas duas novas colônias e seus respectivos governadores estavam subordinados aos interesses da Espanha.

Com o acordo da União Ibérica, Portugal herda os inimigos da coroa espanhola; dessa forma, entra em conflito com a Holanda e Inglaterra. Conseqüentemente, o Brasil sob o domínio da União Ibérica também se vê envolvido, o que gera um desconforto nas relações comerciais entre esses países. Assim explica Hugo Segawa a perda do monopólio marítimo de Portugal:

Portugal, com a restauração em 1640, já acusava o fim do prestígio marítimo que outrora ostentara. Os portugueses não mais sustentavam o monopólio sobre o comércio das especiarias do Oriente; holandeses e ingleses passaram a dominar as zonas produtoras e os principais pontos de comércio, associados ao melhor aparelhamento e capacidade na navegação e na manipulação do mercado internacional (SEGAWA, 1996, p. 110).

Com o avanço do domínio marítimo comercial que os holandeses e ingleses vinham adquirindo, a Espanha decide bloquear o comércio açucareiro entre a União Ibérica e Holanda. Tal ação resultou em uma expedição militar por parte dos holandeses para conquistar o Nordeste brasileiro e criar uma Nova Holanda.

Em 1641, a cidade de São Luís viveria mais uma invasão, dessa vez pelos holandeses, tendo como principal objetivo a motivação pela expansão da produção açucareira. Comandados pelo almirante Jan Corneliszoon Lichthardt e o coronel Koin Handerson, aproximaram-se da ilha com 18 navios e mais de mil militares que já vinham de outras campanhas militares e que teve como resultado a invasão das cidades de Salvador, Recife e Olinda. Na figura 4.2, ilustra a visão dos holandeses nos navios chegando na cidade de São Luís.

Figura 4.2
Vista de São Luís pelos holandeses em 1641, obra do pintor Franz Post



Fonte: ANDRÈS, 2012, p. 35.

Com o objetivo de dominar a expansão açucareira no Nordeste do país, em 1641, os holandeses investiram contra São Luís. Caracterizada por uma invasão brutal, com saques realizados por toda a cidade, incluindo igrejas e templos, o que levou a uma cidade abandonada, resultando numa paralisação da economia maranhense e uma indignação da população local.

Diante desse contexto, um sentimento de insatisfação dos portugueses que habitavam São Luís gerou, em 1642, um movimento de revolta para tentar expulsar os holandeses das terras maranhenses, ação que deu início a uma guerrilha que durou dois anos e que só terminou com a retirada dos holandeses em 1644. Após o conflito, a cidade encontrava-se em ruínas, com uma forte necessidade de ser reconstruída.

No entanto, ao analisar a invasão dos holandeses do ponto de vista urbanístico, pode-se dizer que, através dos relatos literários e da cartografia holandesa, os neerlandeses expressavam uma preocupação com os espaços abertos, o que levou à elaboração das paisagens e plantas no começo da formação da cidade. Nessa época, os interesses por parques e jardins se despertava nas cidades europeias e, simultaneamente, aparecem os primeiros espaços ajardinados na América. Esses jardins fazem referência a uma nova forma de urbanização e consolidação dos

espaços urbanos; a admiração da vegetação nas cidades construiu uma relação entre o homem e a natureza, como explica o geógrafo Horacio Capel:

Las relaciones entre jardinería y urbanismo parecen al principio lejanas, pero se revelan profundas en cuanto se inicia un análisis de las mismas. Durante la edad moderna construyendo jardines arquitectos e ingenieros se acostumbraron, e incluso aprendieron, a situar elementos en ese espacio considerando el plano de conjunto y el orden y combinación de los distintos elementos. Sin duda el arte de la jardinería se convirtió en un importante modelo para el urbanismo (CAPEL, 2002b, p. 254).

Os parques, jardins, refúgios e praças são de fundamental importância na estrutura de uma cidade e desempenham uma função elementar na vida social da população; civilizações mais antigas já valorizavam esses ambientes. É nessa perspectiva que os parques, as unidades de conservação, refúgios assim como as praças devem fazer parte da vida ambiental do meio urbano.

Os pensadores do Renascimento se debruçaram sobre o tema urbano e conceberam utopias, “cidades ideais” impregnando-as com as suas crenças filosóficas, sociológicas e teológicas, propondo lógicas arquitetônicas e urbanísticas que materializavam uma definida regra social e administrativa (SEGAWA, 1996, p. 213).

Os jardins podem aparecer de forma plenamente ordenado pelo homem, agregando estatuas, fontes, desenhos, labirintos, ícones mitológicos, entre outros símbolos, que podem representar a riqueza e o poder, além de sustentar o desejo de ostentação e da magnificência desses espaços. A outra forma de aparecimento de jardins seria os jardins bosque, onde a atuação do homem é mínima, favorecendo o surgimento da natureza de forma pura, ou seja, o crescimento de plantas silvestres, sendo esta mais de acordo com os jardins de São Luís na época da conquista holandesa.

As duas formas de jardins citadas acima, estão melhor esclarecidas pelo professor doutor Horacio Capel, que diz:

Junto a la tradición del jardín formal, ordenado y geométrico, existe también otra, la del jardín informal, como un espacio natural no modelado por el hombre. Una dicotomía que parece tentador relacionar con la contraposición tradicional entre lo apolíneo (el jardín ordenado y sometido a medida y razón) y lo dionisíaco (aquel en el que las fuerzas de la naturaleza se dejan obrar libremente) (CAPEL, 2002b, p. 271).

Seguindo este raciocínio, pode-se analisar no registro cartográfico elaborado pelo pintor Holandês Johannes Vingboons (figura 4.3) que as vias públicas foram surgindo em torno de bosques, dessa forma criando áreas verdes dentro de cada quarteirão. Também podem-se observar alguns pontos verdes na parte interior do forte, o que levar a pensar na importância dos jardins na visão dos holandeses.

Figura 4.3
São Luís em 1641, em registro do cartógrafo holandês Johanes Vingboons



Fonte: REIS, 1992, p. 23.

É importante ressaltar que o interesse na sistematização da fauna, flora, geografia, observações astronômicas e meteorológicas da “nova terra” foi inserido pelos holandeses durante a época que permaneceram no Nordeste brasileiro. Os desenvolvimentos desses trabalhos geraram os estudos sobre doenças tropicais mais importantes do século XVII, que foram publicados, no ano de 1648, em dois

manuscritos, *Historia Naturalis Brasiliensis* e *De Medicina Brasiliensis*. Assim explica o arquiteto urbanístico Hugo Segawa;

Não foram espanhóis, tampouco portugueses, que se empenharam em reconhecer a nova terra de forma sistemática, e sim os holandeses, em sua permanência no Nordeste do Brasil entre 1624 e 1654. A mais importante documentação sobre o Brasil do século 17 foi realizada pela elite dos homens trazidos por Johann Moritz von Nassau-Siegen, quando governador geral da Nova Holanda (SEGAWA, 1996, p. 53).

Os Holandeses não permaneceram muito tempo na cidade e sua pequena estância não permitiu terminar seus projetos urbanísticos, de tal forma que, nos dias atuais, a arquitetura holandesa é inexistente no centro da cidade de São Luís e os indícios de colonização só podem ser vistos através de bibliografias.

4.1.3 Aparecimento dos primeiros grupos sociais 1644-1822

Depois da vitória sobre os holandeses, Portugal volta a ter o controle da cidade de São Luís. A coroa portuguesa, que, dessa vez, mantém o domínio até a independência do Brasil em 1822, tem tempo suficiente para reconstruir a cidade e organizar a estrutura sociopolítica e econômica sobre o terreno.

No entanto, a metrópole não teve êxito no primeiro momento; as dificuldades de conciliar os interesses dos poderes paralelos ao do Estado resultaram em fracasso. O aparecimento das hierarquias sociais e dos poderes particulares, como os grupos individuais formados pelos latifundiários e o poder da igreja, impediram a coroa portuguesa de expandir a cidade em função dos seus interesses.

É importante ressaltar que o Estado e a Igreja tinham o poder de demarcar diferentes tipos de terras e solos em benefício próprio, formando assim diferentes zonas socioespaciais, o que gerou uma nítida desigualdade social dentro da cidade.

As duas autoridades, o Estado e a Igreja, levantaram construções emblemáticas que representavam poder e luxúria, como a casa da câmara, igrejas monumentais, cárceres, entre outros. Esses equipamentos representativos encontravam-se nas zonas onde foram instaladas as classes de alto padrão de vida para aquela época. Geralmente, ao lado oposto das construções emblemáticas, encontravam-se os bairros marginalizados, as periferias e o porto, em um espaço sem monumentos de grande ostentação, de pouca salubridade, onde se concentravam principalmente negros e escravos.

Nesse primeiro momento, pode-se citar a Igreja e o Estado como os principais agentes de mudanças, os que definem a quem será distribuído, onde e como será utilizado o solo de São Luís entre os atores que vivem na cidade, melhor definidos, os escravos, homens livres e nobreza. Deste modo, os papéis que representaram esses agentes e atores durante a colonização em São Luís foram:

A **igreja** apresenta-se como uma figura de poder e de mediador entre a burguesia e os nativos, projetando no espaço o seu domínio através de suas ações fundiária, missionária, caritativa e assistencialista.

O **Estado** representava a coroa portuguesa que através da *Carta Regia* expressava sua vontade no território colonizado. A princípio, a arquitetura de São Luís tinha como objetivo representar Lisboa para que os nobres se sentissem em casa (Portugal).

Os **escravos** tiveram um papel importante na construção da cidade, pois realizavam os trabalhos forçados na construção de edifícios, do porto, das ruas, dos monumentos e casas. Eram indispensáveis na produção mercantil, como também nas lavouras e, por último, faziam parte do cotidiano das classes senhoriais, onde realizavam trabalhos particulares como servir café, lavar roupas, arrumar a casa, entre outras atividades.

Os **homens livres** pobres ocupavam os lugares em que as classes senhoriais não tinham interesses, tampouco o sistema governante; dessa forma ocupavam os

espaços esquecidos pelo mecanismo da ordenação territorial dominante, vivendo assim à beira do sistema.

As casas da população pobre consistiam em pequenos casebres com apenas um ou dois cômodos, em que se dormia, cozinhava, e que muitas vezes ainda abrigavam uma pequena oficina. Dessa forma, criaram involuntariamente uma homogeneidade nas construções urbanas, com casas de tamanhos reduzidos, de apenas um andar, nas quais predominavam os materiais disponíveis na região, como barro, madeira ou pedra, seguindo uma tipologia de casas populares.

Os nobres geralmente possuíam influências políticas e quase sempre estão relacionados ao Estado e ao poder. São os que tomam a maioria das decisões locais e, como sempre, representam uma pequena parte dos habitantes da cidade.

As casas das famílias nobres contavam com mais aposentos. Nesse tipo de residência, os aposentos são separados por paredes, havia espaços para cozinhar e para dormir, além de usufruir dos espaços para a recepção, que se orientavam para a rua.

4.1.4 Influência da econômica na organização dos espaços urbanos em São Luís colônia

A organização dos espaços citadinos na época colonial tinha como característica um sistema político econômico espoliador e opressor, que contribuía na dinâmica da acumulação primitiva do capital. Dessa forma incentivava as disputas e guerras por vantagens mercantis, pela terra, riquezas e supremacia no comércio colonial.

A produção mercantil, o trabalho escravo e as atividades portuárias eram desenvolvidas nos espaços citadinos, característica que passou a traçar as configurações do espaço central, gerando assim um perfil urbano para São Luís, denominado como uma ilha do arquipélago urbano-portuário. Esta característica portuária indica o modo precário da vida que foi desenvolvida em São Luís colônia e

que, devido à dinâmica da comercialização nos espaços urbanos, acabava alterando constantemente a estrutura espacial.

Deste modo, a organização desses espaços urbanos estava diretamente relacionada com a forma de apropriação do uso da terra, com a estrutura do poder local, com as práticas sociais e político-culturais realizadas em nome da monarquia e com a cultura dos trabalhadores, principalmente dos escravos. Ou seja, a construção dos espaços estava influenciada pelas dinâmicas político-culturais da reprodução social que tinha como base uma economia portuária.

Os problemas econômicos que surgiram nessa época não favoreceram a expansão urbanística da cidade, consequência que gerou uma estagnação em São Luís, obtendo o menor desenvolvimento em relação a outros domínios coloniais mediante os padrões da própria legislação colonial.

Naquela época colonial, a economia estava marcada pelo cultivo do arroz, que posteriormente, junto com algodão e açúcar tornaram-se os principais produtos da economia maranhense. Cada um desses cultivos necessitava de inversões econômicas para que pudessem realizar as atividades produtoras, como desmatamento, plantio, colheita, transporte, moagem e armazenamento.

O período de pouco enriquecimento econômico e de muita pobreza era visível no núcleo urbano, ainda com aspecto embrionário; uma população que convivera com o perigo da insalubridade, entre a qual estavam índios, portugueses e africanos, que compartilhavam de forma cotidiana os mesmos espaços. Essas áreas se tornavam propícias à procriação de enfermidades.

Era de responsabilidade da Câmara Municipal zelar pela limpeza da cidade de acordo com o código luso, com base na legislação das ordenações Filipinas de 1604, que focalizavam o controle dos estercos, águas, animais, comércio de alimento e o porto. Esses controles eram uma tarefa difícil de ser cumprida, devido aos próprios costumes e espaços (ruas estreitas, poeirentas e sujas) que facilitavam a procriação das pestes na cidade (PALHANO SILVA, 1988, p. 233). Os grandes

higienistas eram o vento e as águas das grossas chuvas que lavavam as ruas de São Luís.

A cidade de São Luís, nos seus primeiros cento e cinquenta anos, não prosperou no campo da economia e no progresso urbanístico ao comparar com outras cidades brasileiras, como Recife, Olinda e Salvador, que aproveitaram a economia gerada pelo açúcar e puderam se desenvolver. Talvez o equívoco maior de não se notar uma melhoria nos aspectos urbanísticos da cidade de São Luís ocorreu por não haver uma preocupação dos governantes com sua aparência.

Exceção, talvez, naquele século, o governo do capitão-general Inácio Coelho da Silva, no período de 1678-1682, que se preocupou com o crescimento populacional e a sanidade. O historiador César Augusto Marques refere-se àquele governo da seguinte forma:

Era muito dedicado pelos melhoramentos materiais, tanto que em pessoa assistia e dirigia as obras públicas, e até os particulares, prestando-lhes o que lhe pediam ou necessitavam, com o que animou algumas pessoas abastadas a fazerem boas casas, e a concorrerem para o aformoseamento da cidade de São Luís. Reedificou ou consertou algumas igrejas então muito arruinadas, e deu-lhes algumas esmolas para os seus paramentos (MARQUES, C. A., 1970, p. 319).

Fazendo uma comparação antes e depois de 1750, foi observado uma diferença notória no crescimento econômico e populacional da cidade. Antes desse período, o crescimento urbano permanecia estancado, mantendo-se em aproximadamente 1400 moradores. Foram 100 anos em um ritmo tão lento que a *Carta de Data* menciona que a cidade estava ocupada por apenas militares, artífices, religiosos e homens sem ocupação. A partir de 1750, a população de São Luís triplica, passando a conhecer o primeiro surto de desenvolvimento econômico. Este tema será discutido mais adiante na tese, através da consolidação das primeiras empresas na capital.

4.2 Configuração do primeiro plano urbanístico de São Luís

O plano urbanístico do centro de São Luís ainda tem os traçados da cidade colonial, projeção que foi acompanhada pelo crescimento populacional. É nesta perspectiva que se torna importante identificar que tipo de traçado possui o centro da cidade e, por isso, este subcapítulo trata de entender o modelo que deu início ao núcleo urbano e quais foram as razões que levaram à escolha desse modelo.

No entanto, antes, é importante esclarecer quais os tipos de projeções urbanísticas predominavam no período colonial. Para poder entender a escolha do modelo adotado em São Luís, faz-se um breve repasso sobre esses tipos de planos.

O estudo dos traçados urbanos está diretamente relacionado às cidades medievais antes mesmo das cidades colônias. Por isto é importante lembrar sua origem, que vêm do urbanismo da Grécia e de Roma. A morfologia das cidades antigas pode apresentar três tipos fundamentais: regulares, radiocêntricos ou irregulares.

Regulares - O plano ortogonal se baseia em ruas paralelas e perpendiculares, formando uma quadrícula ou tabuleiro em forma de xadrez; cidades como Alexandria foram construídas mediante este tipo de plano. As vantagens com respeito aos outros, são as facilidades do parcelamento para a construção, a divisão da cidade em setores e a comunicação tanto horizontal como vertical. A comunicação das vias só é realizada por trajetos em zig-zag, sendo um ponto negativo no traçado, pelo que é preciso inserir artérias diagonais em pontos bem estudados para suprir esta carência. Outra característica negativa é a monotonia do traçado e a dificuldade de expansão quando aparece um relevo adverso ou acidentes naturais, tais como cursos fluviais.

Radiocêntricos – trata-se de uma forma de traçado regular, em que as ruas estão dispostas como raios circulares partindo de um ponto central. Esta configuração permite um rápido acesso ao centro da cidade, o qual costuma albergar a maioria dos negócios e serviços públicos, sendo estes fatores importantes na densidade das comunicações radiais.

Irregulares - Caracterizado por seu aspecto anárquico, não obedece nenhum traçado preconcebido. Resulta de um crescimento espontâneo (orgânico). Quando esse plano está, por acréscimo, adaptado ao relevo e imposto por ele, fala-se de plano Geomórfico. Este plano é característico das cidades medievais, tanto as cristãs como as de estilo islâmico. Na atualidade, e apesar do controle urbanístico, a maioria das cidades tem em seu conjunto um plano irregular que surge pela justaposição de vários tipos de planos diferentes.

Para entender a escolha do plano adotado para ordenar os espaços urbanos de São Luís é necessário antes analisar, a localização da fundação e as influências que tiveram os engenheiros militares da época colonial, para que depois ser estudado o plano urbanístico de São Luís.

4.2.1 Localização

As cidades colônias nascem em decorrência da invasão do território por uma população que conhece a vida urbana. As cidades “fundadas” por esses invasores necessitam iniciar um processo de colonização desde zero. O primeiro assentamento costuma seguir um plano compreensivo, que possa ser expandido gradualmente com facilidade.

No período colonial do Brasil, os assentamentos eram escolhidos de acordo com a localização geográfica e o lugar escolhido estava diretamente ligado às características físicas do terreno. Esta relação do território constituiu um dos principais aspectos das cidades colônias.

A maior parte das cidades fundadas estava localizada perto do mar ou nas margens de rios, tornando-se uma situação privilegiada para a cidade embrionária, com característica de bom porto natural, com encostas suaves e percorridas por cursos de água doce, e com boas possibilidades de defesa através do aproveitamento de acidentes naturais localizados nos extremos das baías, lugar onde construíam as fortificações.

A característica desses núcleos urbanos costeiros, como dito anteriormente, consistia em um núcleo defensivo, que estava localizado geralmente em colinas ou em morros mais elevados. Desta forma, a estrutura da cidade estava separada em duas partes distintas: a cidade alta, onde se localizava o poder institucional, militar, religioso e político, e os espaços ao redor, destinados às moradias de alto padrão; e a cidade baixa, que concentrava as atividades comerciais e marítimas e a área ao seu redor era composta por residências mais pobres.

Dentro desse contexto se encontra o modelo de São Luís: no alto da colina está o Forte e a *Plaza Mayor*, representando o poder e concentrando burguesia ao redor; nessa zona localizavam-se os principais edifícios administrativos, o Palácio dos Governadores (hoje Palácio dos Leões), a Casa da Câmara e a Cadeia (hoje o Palácio La Ravardière, sede da Prefeitura Municipal), o Arcebispado e a Catedral da Sé, principal edifício religioso. O modelo de cidade alta e baixa em São Luís é explicado por José Antonio Viana Lopes:

A ocupação da cidade, neste aspecto, seguiu a característica das ocupações lusitanas: cidade alta, concentrando as atividades administrativas, religiosas e militares; e a cidade baixa, voltada à atividade comercial. Na cidade baixa, portuária, o bairro da Praia Grande se desenvolveu às margens do Rio Bacanga, seguindo em direção a Rua do Trapiche, a rampa do Palácio do Governo até a Rua da Estrela, em contraposição a Praia Pequena que também era conhecida como Praia do Caju, hoje, Beira-Mar (VIANA LOPES, 2008, p. 17).

Este modelo se perpetuou por vários centenários; somente a partir do século XX que começou uma redistribuir dos serviços pela cidade devido ao aumento territorial e do contingente populacional. Desta forma descentralizam-se as funções do centro e passa-se a instalar atividades administrativas nos novos territórios.

4.2.2 Escola militar e Frias de Mesquita

A maioria do território brasileiro estava ocupada por Portugal. A vasta extensão de terra necessitava ser defendida de futuros invasores, tornando-se necessária a

construção de núcleos urbanos fortificados, levando ao desenvolvimento de engenharias militares, que, por sua vez, conduziram à evolução dos estudos de fortes, surgindo assim, nas escolas portuguesas a disciplina intitulada Fortificação e Arquitectura Militar.

Com a criação dessa disciplina, os engenheiros militares portugueses passam a ser qualificados e, por sua vez, tornaram-se responsáveis por planejar e estruturar as malhas de núcleos urbanos, sendo estas tarefas as de identificar o lugar, demarcar o espaço e edificar os principais marcos do poder da metrópole, associado à fortificação.

Tendo os engenheiros militares a incumbência de projetar os núcleos urbanos, é neste sentido que o responsável por implantar o plano urbanístico para a cidade de São Luís foi o engenheiro militar Francisco de Frias de Mesquita, arquiteto português do Brasil em 1603, que teria como missão, após a retomada de São Luís dos franceses em 1615, traçar um novo plano urbanístico para a cidade. O urbanista José Antonio Viana Lopes explica em seu livro *São Luís ilha do Maranhão e Alcântara*, como Frias de Mesquita realizou o planejamento do traçado para São Luís:

Frias de Mesquita adotou na traça de São Luís as Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población y Pacificación de las Indias, de 1573, incluídas nas Ordenações (ou Instruções) Filipinas, que no campo urbanístico refletiram as expectativas renascentistas de beleza, simetria e ordenação racional dos espaços públicos, surgidas com a descoberta do desenho em perspectiva (VIANA LOPES, 2008, p. 15).

O engenheiro militar Francisco de Frias de Mesquita nasceu em 1578 e faleceu em 1645; foi nomeado engenheiro-mor do Brasil em 1603, período vigente da administração da Dinastia Filipina⁸, e realizou várias obras no período Brasil colônia, como a construção de diversas fortalezas destacadas a seguir: Forte da Laje, em

⁸ Período em que Portugal estava sobre domínio Espanhol, isso é o Rei da Espanha era simultaneamente o Rei de Portugal. Assim sendo as leis administrativas e urbanísticas estavam submetidas a uma só linha de pensamento, dirigidas pelos importantes arquitetos Juan de Herrera e Tuburcio Spannocch, que também contavam com a colaboração de profissionais portugueses.

Pernambuco em 1608, Forte dos Reis Magos, em Natal entre 1614 a 1628, Forte do Mar em Salvador período de 1612 a 1623. No ano de 1616 ajudou na instalação do primeiro núcleo de Belém, ao construir o Forte Castelo e, na ilha do Maranhão, a construção de três fortes: São Felipe, São Francisco e São José. Esses três fortes no Maranhão são explicados pelo arquiteto Augusto C. Da Silva Telles⁹.

Dois documentos do século XVII, publicados nos Anais da Biblioteca Nacional e nos Anais do Museu Paulista, referem-se ao fato de os fortes de São Felipe, São Francisco e São José, na ilha do Maranhão, nas proximidades de São Luís, terem tido suas traças da autoria de Frias da Mesquita (TELLES, 2005, p. 31).

Ainda que a prioridade dos engenheiros fosse a construção militar direcionada para as obras de defesa, o ensino nas escolas militares de arquitetura os tornou aptos para realizar obras de construção civil, como colégios, igrejas, chafariz, pontes, praças, entre outras. Tais elementos configuraram o núcleo urbano. Viana Lopes indica as estruturas realizadas pelos franceses que os engenheiros portugueses conservaram em São Luís:

Da colônia francesa os portugueses conservaram o agenciamento espacial do núcleo primitivo da cidade, em torno do Forte Saint Louis, e o próprio uso do Forte, além de manterem a localização dos edifícios religiosos construídos pelos gauleses: a Capela de São Francisco e a residência dos padres, onde os jesuítas construíram a Igreja e o Seminário de Santo Antônio (VIANA LOPES, 2008, p. 13).

A estrutura urbana de São Luís em 1640 já estava consolidada de acordo com o plano de Frias de Mesquita, cumprindo as normativas e as orientações básicas de como devia ser expandida a cidade. O crescimento espacial da mesma seguia as normas implantadas por ele, que destacavam os elementos morfológicos da paisagem urbana: quadra, lote, praça, rua, traçado e sitio.

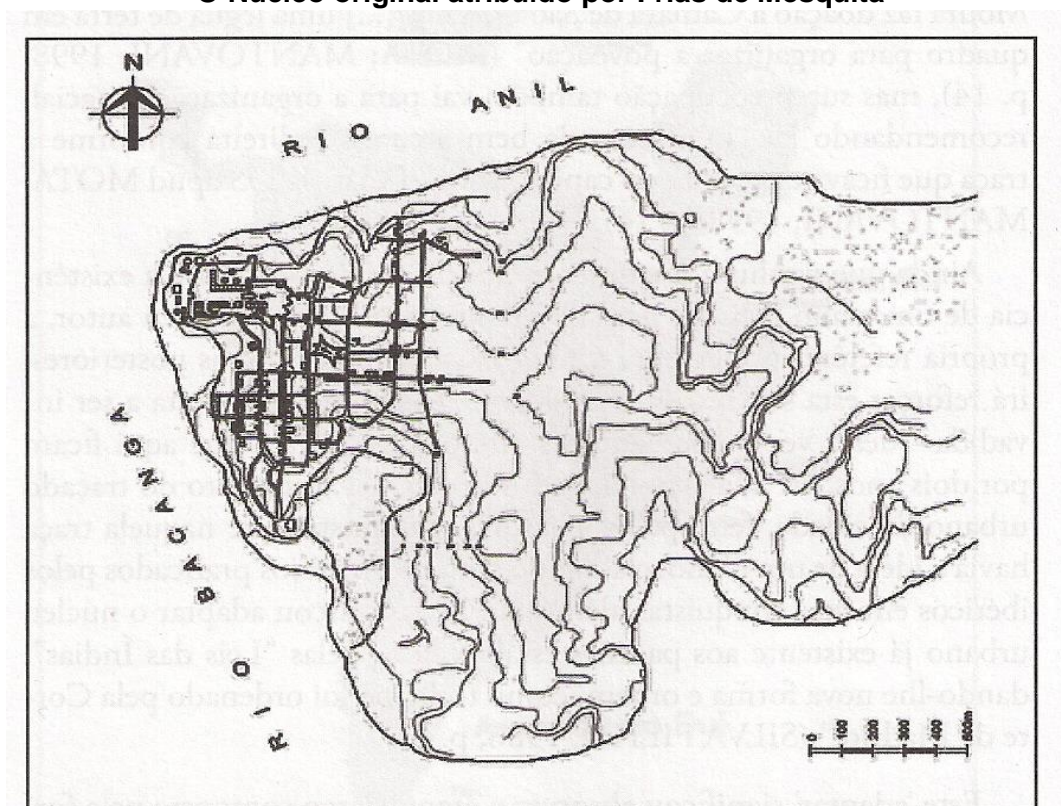
⁹ Arquiteto graduado em 1948 pela UFRJ, livre docente e doutor em Arquitetura (UFRJ). É membro fundador do ICOMOS e foi o primeiro Presidente do Comitê (1988-1989). Foi membro do Conselho Consultivo do IPHAN e é Presidente do Conselho Estadual de Tombamento, atuando também como Conselheiro do IPAC.

4.2.3 Plano urbanístico de São Luís

Em São Luís, o traçado da malha urbana foi projetado para seguir a mesma característica do plano regular ou ortogonal; é um dos modelos estudados pelas escolas de engenharia militar portuguesa e está regulamentada pelas ordenanças Filipinas, além de ser muito utilizado nas cidades colonizadas.

Dito isso, o método adotado para a construção das ruas e do traçado da cidade de São Luís era sempre seguir um aspecto uniforme em ângulos retos de forma quadriculada, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos; neste período não havia calçamento tampouco eram conhecidos os passeios (ver figura 4.4). Essa composição de ordenar o espaço urbano reforça os estudos das escolas militares de engenharia e arquitetura.

Figura 4.4
Planta da cidade de São Luís em 1640:
O Núcleo original atribuído por Frias de Mesquita



Fonte: BURNETT, 2008, p. 110.

A modelação dos quarteirões como volumes contínuos, dando um sentido de preenchimento da quadra, é uma particularidade desse tipo de urbanização adotada pelas metrópoles nas colônias latino-americanas. Muitas vezes, em tal conformação, as edificações respeitam critérios de alinhamento, altura e até a arquitetura das vivendas seguia um mesmo padrão, contribuindo dessa forma para a imagem de um conjunto formal homogêneo, que se repete quadra após quadra.

Por necessidade de erguer uma cidade nova em um lugar estranho, era necessário aplicar um plano simples e compreensivo, de fácil traçado; por isso, a escolha de Frias de Mesquita na criação dos espaços urbano da cidade foi construí-la em forma de xadrez, pela simplicidade dos traçados, comodidade de repartir os lotes, por ter vantagem no deslocamento das tropas e de extrema facilidade para prosseguir a expansão da cidade de forma homogênea “Os planos de cidade em xadrez, símbolos de uma ocupação do espaço com espírito militar, são correntes nas duas Américas” (LACAZE, 1995, p. 20).

O único ponto negativo desse plano era a quantidade de interseções que dificultavam a circulação e proporcionavam um risco maior ao tráfego, além de aumentar as distâncias percorridas até o centro. Em algumas cidades, para poder solucionar esse problema, construíram-se vias que cortavam a cidade em diagonal. O geógrafo James Johnson explica as facilidades desse plano:

Se comprenderá la aceptación que ha tenido este plano urbano en las ciudades coloniales de épocas y lugares tan dispares si se examinan sus ventajas. Es un plano fácil de trazar, incluso para un topógrafo poco avezado. Es especialmente indicado para realizar un reparto de tierras rápido y efectivo. Las parcelas resultantes son apropiadas para la construcción de edificios de todo tipo. Finalmente, el plano ortogonal facilita el ensanche de las ciudades (JOHNSON, 1974, p. 32).

Durante muito tempo o traçado permaneceu intocável. Somente no século XVIII houve algumas alterações, devido ao poder econômico e político serem insuficientes para produzir grandes expansões na cidade. Nesse período as melhorias urbanísticas e a valoração arquitetônica dos casarões são mais relevantes que a

expansão da trama urbana da cidade, período em que se consolidam os sobrados maranhenses.

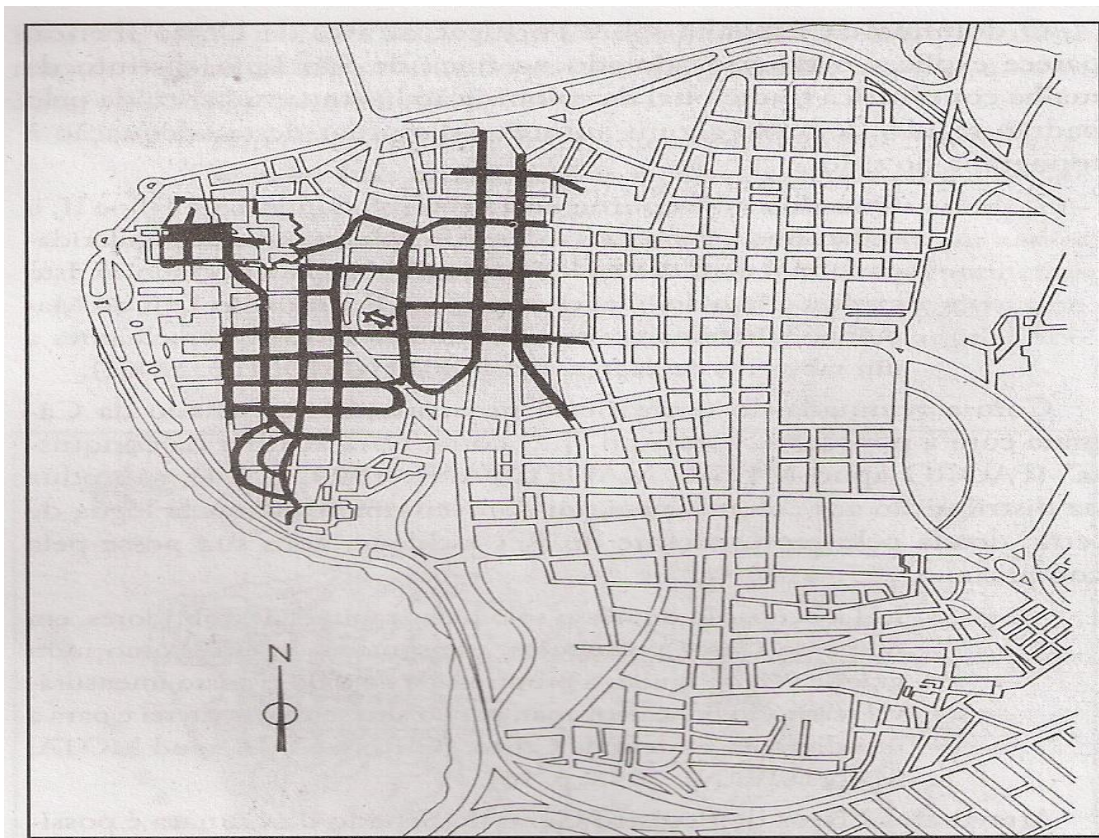
As melhorias urbanas realizadas durante os séculos XVII e XVIII não afetaram diretamente o traçado urbanístico. Este período está destacado pelo aumento das obras de serviços voltados para a qualidade de vida, sendo responsável por essas ações o Senado da Câmara, que tem o interesse de elevar o nível de conforto na cidade. Durante essas obras, São Luís permaneceu entre as quatro melhores cidades do Brasil, estando depois do Rio de Janeiro, Salvador e Recife (ANDRÈS; MOREIRA; ALMEIDA, 1998).

A posição adquirida deveu-se ao investimento em galerias para coletas de água pluvial com 2 metros de altura e extensa ramificação, ao aparecimento dos lampiões a óleo para iluminação pública, à implantação de chafariz com água canalizada do Rio Anil, às leis redigidas para manter a higienização e à responsabilidade de conservação dos imóveis da cidade.

A cidade de São Luís, no período inicial até o final do século XVIII, teve seus momentos de altos e baixos em relação à organização dos espaços urbanos; sua estrutura mudava de acordo com o tempo e com as novas necessidades que surgiam, sendo adaptada de acordo com as novas exigências.

Dito isto, era evidente a necessidade de expandir o traçado urbano devido ao aumento populacional que ocorreu no século XVIII. Todavia, foi no século XIX que sucedeu um incremento desta necessidade. Segundo os dados de d'Orbigny, calculava-se que em 1832 habitavam 30.000 pessoas e de acordo com os dados de Parish, no ano de 1844 este número eleva para 33.000 habitantes (Lima *apud* BURNETT, 2008, p. 116). Devido ao crescimento populacional que ocorreu na cidade, a malha urbana projetada no ano de 1615 precisa ser ampliada. Neste sentido, o traçado é prolongado na direção do interior da ilha com a finalidade de atender a nova realidade. O novo e antigo traçado configuram o centro urbano atualmente, como demonstra a sobreposição dos traçados na figura 4.5.

Figura 4.5
Traçados originais de Frias de Mesquita sobrepostos na planta atual do
Centro Histórico de São Luís



Fonte: SILVA FILHO, 1986, p. 22.

Como se pode observar na figura, o surgimento das novas necessidades no período colonial e nos períodos seguintes não destruíram a malha urbana da cidade no Centro Histórico; o que ocorreu foi sua ampliação no sentido leste e sul da ilha. Isso proporcionou a sobrevivência desse traçado, um desafio para a cidade e uma experiência compartilhada por todos ludovicenses.

4.3 Consolidação da economia através da abertura dos portos e a expansão urbana por meio das primeiras companhias mercantilistas da região.

Para um melhor entendimento do tema, este subcapítulo foi dividido em duas partes: a primeira refere-se à importância das companhias marítimas, que forneciam escravos aos setores econômicos de São Luís, prática esta que gerou um incremento na população ludovicense e que, por sua vez, intensifica a miscigenação de raças na capital. A segunda parte relata sobre a heterogeneidade populacional

desenvolvida na cidade, a construção dos espaços através dos escravos negreiros e a instauração do processo socioespacial.

4.3.1 Consolidação da economia ludovicense através do surgimento das primeiras companhias XVII a XVIII

Os primeiros imigrantes que chegaram em São Luís vieram dos Açores, no ano de 1620, para trabalhar na plantação da cana-de-açúcar e produção de aguardente, tornando-se então a principal atividade econômica da cidade, embora até o final do século XVII a produção fosse de subsistência e praticamente não circulasse moeda na região.

No final do século XVII, o sistema de comércio marítimo já estava consolidado entre a colônia e a metrópole, no qual faz com que os produtos brasileiros conquistassem a admiração da população portuguesa, criando dessa forma uma ilusão de que a nova terra tinha muito o que oferecer.

A burguesia portuguesa, movida pela ilusão dos benefícios que poderia obter com o Brasil, começa a imigrar para a nova terra, assim atravessando as correntezas do oceano atlântico para poder ter a posse de um pedaço de terra na colônia. Tal efeito faz surgir novos elementos de civilização nas cidades brasileiras, como o aparecimento dos religiosos carmelitas, jesuítas e franciscanos.

Com a chegada de novas classes civilizadoras no Brasil, vindas da Europa, incrementaram-se os conflitos e disputas por poderes e terras, com ênfase na comunidade religiosa representada pela companhia jesuíta¹⁰, que tinha interesse em diminuir a escravidão dos indígenas no Brasil, gerando, portanto, disputas com a comunidade dos colonos, que necessitava dos escravos indígenas para ter produtividade econômica.

¹⁰ É uma congregação religiosa fundada em 1534 que teve seu reconhecimento pela a bula papal; no Brasil tinha como seu principal objetivo educar e catequizar os habitantes locais; no entanto, seu papel teve muitas controversas nas metrópoles, principalmente em Espanha e Portugal, que a viam como uma interferência na ação dos reinos governante.

Com a chegada do tráfico negreiro em 1682, os conflitos entre evangélicos (igreja) e colonos (burguesia) em relação à produção mercantil seriam apaziguadas, já que a escravidão indígena se tornou menor. O aumento considerável da mão de obra escrava africana colocou a produção de cana, cacau e tabaco na rota da exportação. Desta forma, a região do Maranhão passa a ser um forte produtor e acaba entrando no grande sistema econômico marítimo, estreitando relações diretamente com Portugal.

Em consequência do sucesso do desenvolvimento da região do Maranhão, cria-se a primeira associação, chamada Companhia de Comércio do Estado do Maranhão, organizada pelo padre Antônio Vieira, que tinha como principal objetivo integrar a região no grande sistema comercial de Portugal, modelo já utilizado em outras cidades.

O sistema comercial marítimo da metrópole prometeu introduzir no Maranhão até dez mil escravos africanos ao ano, com o intuito de abastecer os engenhos maranhenses, tornando-se assim viável a compra de escravos pelos colonos. Em troca, a coroa portuguesa exigia o envio dos principais produtos a Portugal de acordo com um preço tabelado.

O incumprimento dos acordos e o monopólio da coroa portuguesa sobre os escravos causaram a primeira revolução nativista no Maranhão em 1684, conhecida como a revolta de Beckman, por insatisfação com o sistema comercial do tráfico negreiro.

As principais causas de insatisfação podem ser explicadas pela injustiça dos preços tabelados da venda dos produtos brasileiros, a irregularidade dos abastecimentos dos escravos, o alto valor cobrado por eles, assim como leis que proibiam a escravizar nativos e o monopólio das companhias na venda de escravos negreiros.

Durante e após algumas décadas da revolta de Beckman, a economia maranhense não prosperou. Os governos fracassaram um atrás do outro na tentativa de emergir a riqueza do estado. Assim, houve uma estagnação na economia e um baixo índice

no crescimento populacional, além de se manterem as disputas por terras e classes na região.

Somente em 1751, o novo governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, interpreta um papel importante na mudança do equilíbrio de poder entre os jesuítas e o Estado, como também toma decisões que afetariam para sempre toda a estrutura populacional da região.

O Francisco Xavier, junto com seu irmão Marquês de Pombal (Primeiro Ministro do Rei), tinha como principal ponto de vista que a administração da colônia deveria ter sempre como meta a geração de riquezas para a metrópole, e, seguindo essa ideologia em 1755, manifesta três pontos importantes que se aplicariam no estado do Maranhão: abolição do poder temporal dos missionários, o incentivo à produção e ao comércio e a “liberdade” dos índios.

Para o governador, o comércio praticado pelos eclesiásticos representava um entrave a ser superado, pois, além de não pagar pela utilização do trabalho indígena, eles estavam isentos das tarifas alfandegárias, prejudicando assim a arrecadação dos cofres públicos. Ademais, eles dificultavam a introdução da escravidão africana, uma vez que "absorviam" todos os cabedais do Estado. O historiador Marcos Carneiro de Mendonça escreveu em uma das suas publicações sobre a isenção das tarifas alfandegárias praticadas pelas igrejas:

Como os regulares [jesuítas], assim como não pagam direitos dos efeitos [produtos] da terra também não pagam, com o pretexto das missões, nem o Consulado e Mercearia [repartições do governo português], em Lisboa, nem neste estado à Alfândega, e como não pagam direitos em parte alguma, se demonstra por um verdadeiro cálculo que na balança do comércio vêm a ganhar os padres 80 por 100 contra os seculares [comerciantes locais], e dele compreenderá V. Exa. o progresso que podem fazer os pobres negociantes quando têm contra si o Corpo Poderoso [os jesuítas] com 80 por 100 de ganho certo no comércio contra eles (MENDONÇA, 1982, p. 32).

A "liberdade" dos índios foi a consequência das disputas de poder do Estado com os jesuítas. O governador acusava diversas vezes os religiosos de se aproveitarem de seu poder temporal sobre os índios para empregá-los em atividades de interesse particular. O governador também clamava pela necessidade de que o Estado fosse "reestabelecido", o que aconteceria através da declaração de "liberdade" aos índios, pois, dessa forma, se retiraria a cobiçada força de trabalho do domínio dos religiosos, passando-a às mãos de administradores civis.

A "liberdade" dada para os índios não é vista como uma forma de abolição do trabalho indígena, impensável para aquela realidade; assinala-se a conveniência de que deveriam ser remunerados por seu trabalho, condição que mais tarde foi defendida por Sebastião José e por Mendonça Furtado como uma forma de garantir a existência de trabalhadores que servissem aos colonos por interesse monetário.

Com a diminuição da escravatura indígena e com um crescimento econômico provendo das novas empresas estrangeiras, este efeito promove o aumento da necessidade de mão de obra. Tal situação originou a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão - CGCGPM e, na segunda metade do século XVIII, São Luís viveu um dos momentos mais importantes: a cidade começaria a conhecer seu primeiro surto imigratório e econômico.

A companhia geral de comércio foi uma empresa privada, de caráter monopolista, que veio para substituir a fracassada Companhia de Comércio do Estado do Maranhão, que curiosamente tinha o mesmo objetivo da então companhia: a venda de escravos africanos em grande escala nas capitanias de Grão-Pará e Maranhão. A companhia gozava ao seu favor as medidas protecionistas que incentivaram a comercialização dos produtos agrários da região, visando seu consumo na Europa, atuação que ajudou no desenvolvimento da agricultura e no comércio local.

A ideia da criação da companhia de comércio veio de uma das cartas redigidas pelo governador Mendonça Furtado, que foi encaminhada ao seu irmão. O texto da 52ª carta, datada de 24 de janeiro de 1754, explanava sobre o projeto para a implantação da empresa, como explicar Mendonça:

Entre diversas ideias que me têm ocorrido para poder se reparar em parte o lastimável estrago a que estas duas capitanias (Maranhão e Grão Pará) se reduziram, nenhuma me pareceu melhor do que estabelecer aqui uma Companhia Geral de Comércio, que pudesse introduzir neste Estado tal quantidade de negros que os senhores de engenho e das mais fazendas achassem uma feira pronta, onde os comprassem por preço competente e se pudessem assim redimir da última ruína em que se acham (MENDONÇA, 1982, p. 35).

O empreendimento, que no fundo não passava de um tráfico oficial de mão de obra escrava, procurava atingir dois objetivos: introduzir uma mão de obra mais resistente e qualificada do que a dos indígenas e tirar o monopólio comercial da mão dos missionários. O sucesso foi maior do que esperado: a região, que tinha pouca significância para a coroa lusa, após este empreendimento, “haveria de se modificar e reforçar São Luís como ponto de chegada e partida de mercadorias vindas do além-mar e do hinterland” (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 62).

A intensificação da exploração do trabalho escravo negro e da agricultura de exportação, algodão, couro, arroz, açúcar, café e tabaco, através da CGCGPM faz com que as atividades do comércio marítimo mantivessem um patamar elevado. Em 1796, de um total de 2.200 contos de algodão exportados do Brasil para Portugal, 827 contos saíam por Recife, que constituía, então, o segundo porto algodoeiro do Brasil. O primeiro era São Luís, com 846 contos (SINGER, 1977).

4.3.2 Construção cidadina através dos escravos negreiros. Um processo socioespacial

O processo de instalação de grandes companhias exportadoras e importadoras no período colonial subsidiou uma migração oriunda de países africanos; esta fase em São Luís estaria marcada por um tipo de crescimento urbano escravo. “Não tardaria o futuro Marques de Pombal a encaminhar para o Estado do Grão-Pará e Maranhão uma intensa corrente imigratória, tendo como origem o arquipélago dos Açores” (MOTA apud BURNETT, 2008, p. 114).

Com a abertura dos portos para novas empresas e com a entrada massiva de negros na cidade, a cidade sofre seu primeiro choque populacional: de uma população com pouco mais de mil habitantes em 1720, São Luís passa a contar, pelo recenseamento de 1788, com 16.580 moradores (NETO et al., 1994, p. 113).

O crescimento exorbitante da população em um pequeno espaço de tempo trouxe consequências irreversíveis, altera as características tanto espacial como populacional. O acampamento militar com função de defesa foi transformado em um acampamento portuário voltado para a comercialização, o que repercute numa dinâmica regional e na organização socioespacial da cidade. Ribeiro Júnior destaca a importância de São Luís como uma parada obrigatória dos navios carregados de mercadorias, sendo um elo entre o velho e novo mundo:

[...] ponto de chegada e partida de mercadorias vindas do além-mar e do hinterland, respectivamente. Um entreposto da conquista lusitana, onde os rios caudalosos procuram o seu encontro. Passagem para o mar. Para se penetrar ou sair do interior maranhense, São Luís se punha como elo (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 62).

O crescimento populacional na cidade exige necessidades coletivas, que incluem moradia para todos, fornecimento de água, luz e saneamento básico, como também outros equipamentos e serviços urbanos de consumo coletivo. É interessante que não se encontram, em pesquisa documental, informações referentes a um amplo planejamento do sistema urbano e também nada que explique claramente a disputa de terras para moradia daquela época. Somente do período pombalino (entre 1755 a 1777), foram encontrados registros sobre a canalização da rede de água e esgotos e a construção de fontes pela cidade. Antes, em 1655, o senado da câmara de São Luís criou o cargo Juiz da Saúde, que foi responsável por inspecionar os navios negreiros e tentar diminuir as enfermidades que habitavam as ruas da cidade (MEIRELES, 1994).

Com o crescimento da cidade e a facilidade imposta pela companhia geral de comércio de adquirir escravos, incentivava-se cada vez mais a exploração dos

negros nas atividades voltadas para a produção e sustentação do conforto das famílias, sendo atribuído a eles um papel importante no trabalho e crescimento da economia da região.

Os escravos estavam presentes em toda a cidade de São Luís, realizavam várias atividades que incluíam armazenamento, embalagem, embarque e desembarque das cargas de bens e mercadorias que chegavam e saíam do porto, os meios de transporte de pessoas, os cultivos de hortas, a produção de material para produção (pedreiras e nas fabricas de louças de barro), as edificações de casa e casórios.

Também, pode-se dizer que o trabalho escravo foi importante na execução das construções de obras públicas da cidade (abrir e calçar ruas e caminhos, aterrar mangues, escavar valas, construir fontes, entre outras atividades a serviço do setor público). A mão de obra escrava em São Luís foi extremamente importante. A informação mais remota quanto à presença de escravos negros no Maranhão foi no ano de 1655 (MEIRELES, 1994). E em relação ao Brasil, sabe-se que o tráfico negreiro da África para o Brasil trouxe por volta de 18 milhões de escravos (RAMOS; SÁ, 2003).

A quantidade de escravos, portugueses e outros nobres que chegavam na cidade proporcionavam uma paisagem diversificada de raças nas ruas de São Luís, sendo notórias as diferenças de classes e as singularidades das moradias, que eram os símbolos de poder da classe aristocrata, como os grandiosos casarões construídos de pedra e cal, com sacadas de ferro batido revestidas de coloridos azulejos portugueses e franceses. A importante obra *Os Tambores de São Luís*, de Josué de Sousa Montello, retrata o interior desses casarões, que continham salões atapetados, um acúmulo de objetos, cristaleiras, consoles, lustres, jarros e luxuosas baixelas de prata e porcelana de procedências diversas (MONTELLO, 1965).

A segregação socioespacial começou a se tornar presente na cidade. Os homens brancos e livres, que não tinham um título de nobreza nem teriam uma influência na sociedade, eram considerados inferiores. Na busca por encontrar uma condição de vida melhor, procuravam trabalhos não muito privilegiados; eles ocupavam cargos

que os escravos não poderiam exercer, como a fiscalização dos trabalhos escravos, capitães do mato, defendendo os interesses dos senhores, participantes dos contingentes de milícias e polícias, executores de serviços complementares à produção, preparo do solo para plantio, colheitas, entre outras atividades. Essa divisão social do trabalho permite distinguir a segregação espacial.

Porém, para a produção mercantil em larga escala, obter uma mão de obra assalariada, na visão dos colonos, não era rentável, portanto os escravos assim eram mais sustentáveis para os empreendimentos, o que agravava a situação dos trabalhos assalariados.

Com a pressão do crescimento populacional e com a produção concentrada da economia, a cidade se tornava um espaço estratégico para o desenvolvimento, resultado que provocou a valorização do solo urbano, portanto tornando necessária uma reestruturação socioespacial do centro da cidade. Essa nova situação gerou um impacto nas edificações, convertendo-as em casarios cada vez mais verticalizadas, que passaram a formar um espaço singular na cidade. Essa reestruturação dos casarões transmite um dos claros indicadores da alteração da vida urbana realizada no decorrer do século XVII e a primeira metade do século XVIII.

Pode-se observar, na figura 4.6, a segregação que se instalou na cidade: de um lado encontravam-se as vivendas de meia morada e, do outro lado, as edificações com três pisos e com balcões com vistas privilegiadas das grandes ruas de São Luís, o que representou claramente a separação de classes no decorrer dos séculos XVII e XVIII.

Figura 4.6
Vista da Rua Portugal, Praia Grande, São Luís: Conjunto de sobrados e azulejos, consequência da verticalização provocada pela valorização do solo



Fonte: CUNHA, 1992, p. 90.

O prolongamento das edificações, sejam residenciais ou comerciais, resulta no aumento das dimensões dos lotes urbanos, configuração que é dispersa a outros quarteirões da cidade. Com a regulamentação da nova configuração dos lotes, que antes estavam compostos por cinco braças de frente e quinze de fundo, os lotes urbanos poderiam chegar até cinquenta braças ou mais, rodeados por outras tipologias de casas, que teriam de quinze braças até duas braças e meia testadas.

O espaço urbano, até 1750, era um todo espremido entre a Praia Grande, incluindo hoje Av. Pedro II, atingindo o Largo do Carmo e o Desterro. Nos 50 anos seguintes, a cidade seria expandida lentamente, criando e ocupando novos espaços de forma pouco arrojada.

Outra característica decorrente da expansão populacional e da segregação espacial foi a transformação das funções que sofreram os espaços: na área da Praia Grande se intensificaram as atividades portuárias, que favoreciam as concentrações dos comércios. Esta área foi ampliada através de um aterro que proporcionou o aumento dessas atividades. Em 1780, é construída a Praça do Comércio, que se tornou o símbolo do centro da ebulição econômica e cultural de São Luís. As classes nobres passam a visitar esse espaço, participando ativamente nessas atividades, desta

forma adquirindo, através da compra, as novidades vindas do velho continente, como tecidos, móveis, livros, e produtos alimentícios, como o azeite português e a cerveja da Inglaterra.

A valorização da área portuária através da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão contribuiu para um forte impulso no crescimento econômico-urbanístico da cidade de São Luís, o que provocou uma expansão do traçado de Frias de Mesquita. No entanto, somente no século seguinte, as transformações espaciais da trama urbana seriam mais significativas, devido às influências e os acontecimentos globais, como a revolução industrial, e ao sucesso da exportação do algodão, que agitaria a economia da capital.

CAPITULO 5

PROCESSO URBANÍSTICO EM SÃO LUÍS: DA ERA COLONIAL À REPÚBLICA - XIX A XX

Para entender o espaço geográfico, é necessário desvendar as múltiplas dimensões do processo histórico, da origem, e as morfologias que ocorreram no espaço, com o propósito de ajudar na boa interpretação. Pensar no passado do espaço não significa fazer geografia antiquária, significa buscar em tempos já idos as chaves da interpretação do presente.

É neste sentido que é fundamental conhecer as normas, leis, obrigações e direitos estabelecidos no pretérito para compreender como foi constituído e organizado o espaço territorial. Deste modo, concorda-se com o raciocínio do geógrafo historiador Mauricio Abreu, que diz:

O território de hoje ainda se rege bastante por normas instituídas no passado e que, sem entendê-las, não seremos capazes de compreender bem os espaços atuais e nem poderemos intervir eficazmente sobre eles, seja para melhorá-los, seja para modificá-los (ABREU, 2011, p. 540).

Partindo deste princípio de entender o passado para compreender o presente dos espaços habitados, investiga-se neste capítulo a forma com que procedeu a institucionalização da Monarquia no Brasil e como ocorreu a alteração desse sistema para a República Federativa. Este estudo é orientado por uma perspectiva historiográfica urbanística, na qual se busca interpretar as consequências dessas

fases em relação à divisão do solo urbano, aos direitos e obrigações dos cidadãos à cidade e suas vidas cotidianas, tendo como ênfase a cidade de São Luís.

Assim, o capítulo divide-se em duas partes: a primeira explica a trajetória do Brasil colônia para a monarquia imperial, determinando os principais fatores relevantes em relação à distribuição de terras, normas, leis e direitos que ocasionaram neste processo.

Na segunda parte, relata o período republicano, etapa que é evidenciada por um processo industrial em São Luís e que, por sua vez, revelou um inchaço populacional, consequência da chegada das fábricas, movimento que gerou os aparecimentos de novos assentamentos. Posteriormente a este movimento, vem a estagnação econômica, o que novamente reestrutura a cidade, efeito que atinge o Centro Histórico da cidade. Esses processos são estudados com o propósito de compreender como ocorreu a formação social e espacial em São Luís no século XX.

5.1 Institucionalização da Monarquia no Brasil

A expansão urbana que se materializou no século XIX estava influenciada por um período de rompimentos de barreiras, de conflitos e de conquistas, lutas por independências, revoluções, surgimentos de novos territórios, de leis, condutas, normativas e a criação de novos Estados liberais.

A criação dos Estados liberais na América Latina era uma grande tendência entre o período de 1808 e 1828, sob forte influência dos acontecimentos na península ibérica, que estavam relacionadas à invasão de Napoleão. A chegada do exército de Bonaparte na península ibérica deixou uma instabilidade no aparato estatal tanto em Espanha como em Portugal.

Com o vazio que regia o poder de Espanha e em Portugal, as colônias da América Latina aproveitaram a fase de debilidade e começaram a pedir suas emancipações por meio de reivindicações e revoltas populares, como explica Horacio Capel em seu

artigo *La fuerza de los ideales. Creación de estados liberales, constituciones políticas y transformación democrática*:

Fue la guerra de la Independencia española y el vacío del poder lo que alimentó o provocó los movimientos de independencia en América. Fue esa situación la que generó e impulsó la toma del poder por las Juntas que se constituyeron, y la que abrió el camino hacia textos constitucionales de los países independientes, en un contexto en que lo local adquirió un fuerte protagonismo político (CAPEL, 2012, s/p.).

Esta fase no Brasil é marcada pela chegada da família Real, que escapava da invasão das tropas napoleônicas em Portugal, estabelecendo assim a corte portuguesa e sede de todo o império no Rio de Janeiro. Posteriormente a corte voltaria para Portugal, deixando seu filho regente para governar o reino do Brasil.

Esses acontecimentos, juntos com outros avanços que ocorreram no mundo, como êxito da sublevação da independência das treze colônias em 1783 e a Revolução Francesa em 1789, incentivaram um pensamento mais forte de liberdade. Esse processo ideológico¹¹ se converteu em levantamentos, guerras e revoltas populares no Brasil; toda uma série de tensões que afetaram a credibilidade e a estrutura política, social e econômica de Portugal.

No Brasil, o sucesso das revoluções populares para conseguir a emancipação chegou 39 anos depois da independência dos EUA. A independência do Brasil ocorreu em 1822, gerando uma instabilidade na estrutura política do país e, assim, afetando de distintas maneiras as cidades brasileiras. No Nordeste e mais precisamente na província do Maranhão, a cidade de São Luís torna-se capital do

¹¹ Para sociologia, ideologia é todo um conjunto mais ou menos sistemático de crenças que intenta explicar o homem e o mundo, ao mesmo tempo em que orienta sua conduta a partir de certos valores aceitados como corretos.

Para Karl Marx se intentamos achar a maneira mais simplificada e mais correta para o termo que está sendo abordado, nesta tese diria que seria: as ideologias são um “produto social” e os pensamentos dos homens são consequência da sociedade em que vivem, particularmente da ordem econômico vigente. Utiliza-se aqui, no entanto, a definição do dicionário: conjunto de ideias, convicções e princípios filosóficos, sociais, políticos que caracterizam o pensamento de um indivíduo, e reforço com a frase de Friedrich Engels “tudo o que move aos homens tem que passar necessariamente por suas cabeças”.

estado, situação que demonstrou a influência da cidade no poder econômico e político na região.

Neste subcapítulo, estudam-se os efeitos do processo da transição do Brasil colônia para Monarquia Imperialista, evidenciada pelas revoluções populares durante e pós-colônia, as tensões que afetaram a estrutura política, social e economia e as consequências dessa mudança no sistema urbano das cidades brasileiras.

5.1.1 Trajetória do Brasil colônia à Monarquia Constitucional

A Monarquia portuguesa, que tinha como finalidade a de preservar a colônia brasileira, já vinha sofrendo fortes pressões desde o ano de 1808, devido à insatisfação popular com a estrutura econômica adotada pela corte. A decepção popular com a administração da colônia contribuiu para o favorecimento de levantamentos populares, rebeliões e conspirações contra o instrumento de legislação de domínio e de controle social instituído por Portugal.

Entre 1808 e 1817, ocorreram várias batalhas convocadas pela população local contra a Coroa Portuguesa, com o objetivo de desmembrar o Brasil da Metrópole. Logo, essas revoltas populares enfraquecem o poder da monarquia, que foi perdendo sua legitimidade diante a população. Desses acontecimentos destaca-se a primeira revolta de emancipação, a batalha dos Inconfidentes de Minas Gerais protagonizado por Tiradentes; em seguida, surgiram outros conflitos, como a Conjuração dos Alfaiates na Bahia, a revolta Pernambucana e Jenipapo em Piauí e Maranhão. As três últimas aconteceram no Nordeste e foram decisivas para a independência do Brasil.

Para piorar a situação da Coroa Portuguesa, pois não bastavam somente as revoltas, também houve, como o agravante, a crise da produção açucareira e a escassez do ouro no Brasil, que contribuíram para o rompimento do pacto colonial, interrompendo assim a harmonia dos interesses econômicos, comerciais e políticos entre Portugal e Brasil.

Sem o principal instrumento econômico a favor da metrópole e vendo que seria iminente a queda do antigo regime, a corte tenta manter o Norte e Nordeste do país, região de grande riqueza na agricultura e na pecuária, mas foi uma tentativa falida. E sob as fortes pressões populares, na margem do rio Ipiranga, o príncipe Regente D. Pedro proclama a independência do Brasil, o que demonstra quase que uma jogada ensaiada. “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que hás de me respeitar, do que para algum aventureiro...” teria dito D. João VI, em 1821.

Em 1822, o Brasil deixa de ser colônia para ser uma monarquia, um marco histórico que definia “[...] o fim da era colonial como ponto de referência para a época da sociedade nacional” (FERNANDES, F., 1976, p. 31–32) e, em maio de 1823, se estabelece a primeira assembleia para discutir a constituição do novo país. O mais importante desta nova constituição seria que os interesses econômicos e políticos deixariam “[...] de se manifestar como imposição de fora para dentro, para organizar-se a partir de dentro” (FERNANDES, F., 1976, p. 31–32).

5.1.2 Uma nova sociedade nacional: direitos e obrigações dos cidadãos

A primeira tentativa de uma constituição elaborada por assembleia surgiu em 3 de maio de 1823. Foram eleitos “90 deputados pertencentes à aristocracia, muitos dos quais não chegaram a tomar posse” (DEIRÓ, 2006, p. 12). A assembleia estava dividida em dois partidos com ideais diferentes, a saber:

Partido brasileiro estava composto por conservadores que defendiam um regime monárquico centralizado e impediam o acesso ao poder da massa popular e dos liberais, que estavam mais próximos às aspirações da população e, por sua vez, defendiam a autonomia das províncias. Esses dois grupos aspiravam por uma soberania constitucional.

Partido Português composto por membros chamados de absolutistas, que não pretendiam a emancipação política do Brasil e defendiam a soberania absoluta para D. Pedro I.

Assim, a formação da assembleia estava constituída por pessoas das classes sociais mais elevadas da sociedade da época: bacharéis, padres, magistrados, grandes proprietários de terras, funcionários públicos, militares, médicos, entre outros, como confirma Aurelino Leal ao citar Barão Homem de Melo:

a Assembléa, sob o ponto de vista local, era, sinão a melhor, pelo menos uma das melhores que podíamos dar. De um parlamento de 100 membros, dos quaes 45 eram formados em direitos, sendo 22 desembargadores, sete em canones, três em medicina, 19 padres, dos quaes um bispo, sete militares, sendo três marechaes e dous brigadeiros (MELO *apud* LEAL, 2002, p. 55).

A elaboração do projeto da constituição do Brasil de 1823 foi realizada por Antonio Carlos de Andrada, que era o mais destacado dos constituintes e seria o futuro marquês de Barbacena. Membro de uma família ilustre, com experiência na política, foi revolucionário em 1817 e ocupou o cargo de deputado da corte de Lisboa no início da década de 1820. Seu currículo expressava sua ambição de formar uma constituição liberal para o novo país.

Desta forma, a elaboração da proposta do projeto da constituição exigia a descentralização da administração do Estado, a delimitação dos poderes do imperador e a submissão da monarquia ao parlamento, assim sendo constituído o projeto por três características especiais:

Anticolonialismo: tinha a preocupação de sufocar os interesses dos portugueses que ainda poderiam ameaçar a independência brasileira; geralmente este grupo estava composto pelos comerciantes e militares. Por esta razão, o projeto proibia os estrangeiros de ocupar cargos públicos de representação nacional.

Antiabsolutismo: pretendia ampliar os poderes do legislativo que estava sob controle do partido brasileiro e queria reduzir e delimitar a influência do executivo, que estava sob controle imperial. Um dos pontos importantes neste tema era, por exemplo, a radicalização do projeto contra o imperador, assim estabelecia que:

a) o imperador não tinha poderes para dissolver o parlamento;

b) as Forças Armadas deveriam obedecer às ordens do Legislativo e não de D. Pedro I.

Classismo: pretendia reservar o poder político somente para a classe oligarca, ou seja, os grandes proprietários rurais. A maioria do povo não era considerada cidadão e não tinha o direito de votar, nem de ser votado. O projeto estabelecia que o mais humilde eleitor necessitasse ter uma renda mínima ao ano no valor de 150 alqueires de farinha de mandioca.

O projeto ficou conhecido popularmente como a Constituição da Mandioca, excluindo das eleições os ricos que não possuíssem terras, como os comerciantes portugueses ricos, que tinham dinheiro, mas não alqueires de mandioca.

A constituição contrariou profundamente as pretensões absolutistas e centralizadoras de D. Pedro I. Baseado nesse choque de interesses que limitava e diminuía seus poderes, mandou o exército invadir o plenário em 12 de novembro de 1823, prendendo e exilando diversos deputados. Este episódio ficou conhecido como "A Noite da Agonia".

Somente em 25 de março de 1824, a primeira constituição entrou em vigor, com o caráter de uma doutrina constitucional conservadora, época que também é destacada pela implantação de uma série de normas e códigos com a finalidade de manter a ordem dos espaços públicos e garantir uma harmonia entre os poderes e a sociedade. O historiador Frei Caneca explica as pretensões do novo poder moderador desta constituição:

O poder moderador de nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos[...] A atribuição privativa do executivo de empregar, com bem lhe parece conveniente à segurança e defesa do império, a força armada de mar e terra, é a coroa do despotismo e a fonte caudal da opressão da nação (Voto sobre o juramento do projeto de Constituição citado por CANECA, 1976, p. 70–72).

Com a nova constituição no país surgem novos códigos e leis, com a preocupação de orientar a sociedade em uma época de reformulação e institucionalização, é criado em 1839 o *Código de Postura Municipal* que só entra em vigor 1842, sendo um instrumento constitutivo da legislação municipal, aparecendo como um meio de apaziguar as relações entre os moradores das cidades.

5.1.2.1 Aplicação do Código de Postura em São Luís

O *Código de Postura* buscou disciplinar o espaço das cidades brasileiras e, de maneira similar, ocorreu com os espaços ludovicenses, definindo os destinados para a circulação de mercadorias, de venda, de construção de residências, para a implantação de fábricas e para o lazer. O Código apresentou preocupações em disciplinar os usos possíveis do solo urbanizado.

Dessa forma, o *Código de Postura* tinha como principal objetivo o de transferir a responsabilidade das propriedades aos donos, com a finalidade de obrigá-los a manter conservado o imóvel e seu entorno. Este código demonstra um compromisso rigoroso com a ambiência urbana.

Também teve um papel importante ao empenhar a iniciativa do primeiro registro documental do uso das terras dos espaços urbanos, que até então era feito através do registro do Vigário (sistema de registro paroquial usado também para registros de nascimento, casamento e óbitos) e, em 24 de setembro de 1864, o antigo sistema passa a ser substituído pelo Registro Cartorial, lei nº 1.237, que diz:

Os proprietários de terrenos dentro da cidade [...], deverão no prazo de seis meses, contados da data da publicação deste código, dar princípio a dita edificação, quanto a parte que diz respeito à perspectiva da cidade, isto é cercá-los de muros com aparência exterior de casa, sob pena de pagarem de multa trinta mil réis, e o dobro em cada termo de prazos, que lhe forem marcados até o exato cumprimento desta postura (SÃO LUÍS, s/d., p. 18).

Segundo o estudo detalhado de Heitor Carvalho (2005) em sua dissertação *Urbanização em São Luís: entre o institucional e o repressivo*, foi possível destacar desse conjunto de normas reguladoras da vida municipal em São Luís, três grandes temas a respeito do segundo texto redigido sobre o *Código de Postura*. Esse texto foi editado como a lei nº 775, de julho de 1866, e estava dividido em três partes: a Regularidade e Aformoseamento, Cômodo e Seguridade e Salubridade (SELBACH, 2010, p. 8).

O **aformoseamento** da cidade se empenhava em normatizar as construções de imóveis, o alinhamento das ruas, logradouros públicos, calçadas e testadas, bem como tomar providências para a eficiência dos escoamentos de águas pluviais. Seu principal objetivo era ordenar e embelezar o espaço urbano da cidade.

Em função do embelezamento da cidade, foi decretado o tipo de imóvel que deveria ser construído ou não em determinadas localidades, bem como se definiu o tipo de material que deveria ser utilizado em partes específicas da cidade.

A respeito das questões urbanísticas, os códigos e leis da época imperial eram redigidos e aplicados por meio das normas e recomendações visando ao **cômodo e à seguridade**, com o fim de manter a paz no espaço citadino. Como exemplo pode-se citar a preocupação com as iluminações das casas e ruas, a repressão de insultos com palavrões em espaço público e a proibição de disparos de armas de fogo nas ruas da cidade.

E por último, o tema da **salubridade** demonstrou sinais de preocupação quanto à preservação da atmosfera e o controle das águas estagnadas. Dessa forma, reconhecia a necessidade de aplicar medidas possíveis para evitar a propagação de doenças transmitidas ao homem pelo ar.

Contudo, a atuação do Estado na área da higienização da cidade de São Luís estava voltada para o controle total de possíveis prejuízos que pudessem afetar a atmosfera e a natureza em geral. Nesse sentido, foi proibido o hábito de tomar

banho, lavar roupas ou animais próximo das fontes em que a água seria utilizada para consumo público (MARANHÃO, Lei nº 775, 1865-6, p. 86–99).

As quantidades de normas voltadas para a ordenação do meio social tornavam a vida dentro do núcleo urbano da cidade de São Luís uma tarefa difícil, dado que as exigências passavam a se acumular. Fora do núcleo, as fronteiras mais próximas não mostravam ser atraentes devido grande parte do terreno ser topograficamente acidentada ou sem infraestrutura. Desta forma, a cidade, neste primeiro momento, mesmo com todas as normatizações e leis entrando em vigor, ainda era mais atrativa do que as áreas adjacentes.

5.1.3 Terras urbanas: Leis de ordenanças

É importante lembrar que o conjunto de princípios da ordenança territorial era baseado no sistema sesmaria português, prática que foi transladada para a colônia brasileira, o que permitiu à Coroa a possibilidade de passar terras a terceiros, visando assegurar a colonização.

As terras só eram passadas para um indivíduo sob obrigação de cultivar o solo num determinado prazo. Caso isso não ocorresse estava sujeito à anulação da concessão; também era de exigência o pagamento do dízimo, o imposto cobrado dos que recebiam a terra, para a Coroa Portuguesa.

Tais impostos iam aumentando de acordo com a categoria em que se encontrava o sistema municipalista, dividido em povoados, vilas ou cidades. As vilas coloniais, para obterem o estatuto de cidade, necessitavam do crivo papal ou real; para o surgimento das vilas apenas se necessitava a decisão dos donatários e governadores, e os povoados originavam-se espontaneamente, como explica Mauricio Abreu:

As vilas resultaram da decisão de donatários e governadores, que tinham poder para criá-las, ou de ordem real para que se elevasse a essa categoria algum

arraial (povoado). A criação de cidades, entretanto, foi sempre um atributo exclusivo da Coroa (ABREU, 2011, p. 549).

Com o sistema das sesmarias, os que tinham direitos a solicitar terras eram os representantes da Coroa, os donatários, governadores, capitães-mores entre outros; posteriormente ao século XVII, só se necessitava cumprir com as exigências da Coroa para poder solicitar a sesmaria e assim os proprietários de terras eram livres para produzir o que bem quisessem.

No entanto, com a chegada de mais colonos e com a escassez de terras perto dos portos, aparecem novos conflitos, e as disputas fundiárias tornaram-se cada vez mais frequentes. O descontrole da Coroa em administrar as terras brasileiras fez surgir diversas normas com o intuito de disciplinar o uso da terra e fiscalizar a arrecadação dos impostos, conforme Mauricio Abreu reporta:

Tentando retomar as rédeas do processo de colonização, que lhe fugia das mãos, o governo português passou então a intervir cada vez mais nos assuntos territoriais brasileiros. Sucederam-se então as cartas régias, as disposições, as provisões, os alvarás, os avisos e os decretos, que tentaram disciplinar, às vezes contraditória, a concessão de sesmarias no Brasil (ABREU, 2011, p. 556).

Através dos decretos e das cartas régias, a Coroa Portuguesa determinava as regras que deveriam ser cumpridas pelos territórios de seu domínio. Em relação ao limite do terreno, decretou que não era permitido doar mais de quatro léguas de comprimento e uma de largo aos moradores. Norma esta que contribuiu para o surgimento da padronização dos terrenos, além de evitar que um proprietário tivesse mais benefício que outro.

Com a queda do colonialismo, o sistema de concessão de terras através das sesmarias foi interrompido, ou seja, as doações de terras por meio da Coroa Portuguesa perduraram no Brasil até 1822, período que introduzia a transição ao imperialismo e, segundo Roberto Smith (1990, p. 284–304), “a medida suspensiva de doação de sesmarias [...] declarava laconicamente a suspensão, a partir daquela

data, de todas as concessões futuras de sesmarias, até a convocação da assembleia Geral Constituinte”.

Já na época imperial surgem novas leis, entre elas a Lei de Terras¹², criada em 1850, instituindo a compra como a única forma de obtenção da terra. A partir dessa lei as propriedades começam a criar um valor monetário, sendo utilizadas como moeda de troca, venda e de garantias, como exemplo, as hipotecas, servindo de seguro para a contratação de empréstimos bancários.

As propriedades imobiliárias adquiriam certo valor nas cidades e as terras passaram a formar partes peculiares nos espaços urbanos, decorrente das relações econômicas de cada indivíduo e de cada classe que ocupava. A Lei de Terras redefine uma relação não capitalista em relações capitalista e desta forma pode-se observar como a cidade se comportou diante da expansão e consolidação dos primeiros indícios de uma sociedade capitalista.

Em grande parte da Europa e da América, os séculos XVI ao XIX foram um tempo de forte mobilidade nas questões voltadas para a produção e de abolição de certos privilégios monárquicos; também foram dados os passos legais efetivos para os modelos burgueses de propriedade da terra.

Em todos os sentidos estava em curso, no que cinge a terra, uma revolução político-legal contra proprietários e camponeses tradicionais. Um dos desenlaces dessa revolução foi a transformação do direito consuetudinário, do direito titular ao solo em direito de propriedade privada, como descreve a Lei de Terras, que teve origem no projeto de Lei de 1843, de Bernardo Pereira de Vasconcelos:

Dispõe sobre as terras devolutas do império e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras sejam elas cedidas a título oneroso assim para

¹² Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 foi a primeira lei depois da independência do Brasil com caráter de regularizar os direitos agrários; a partir dessa data as terras só poderiam ser ocupadas por compra e venda ou autorização do rei.

empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias nacionais e estrangeiras, fica autorizado o governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. **Artigo 1 – Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra...** (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850¹³).

A lei de terras e o seu regulamento entraram em vigor em 30 de janeiro de 1854, consolidando legalmente a propriedade privada e assim dando a condição necessária para a formação de um mercado capitalista de terra. A terra passou a ter, no plano jurídico-político, oficialmente o seu estatuto de mercadoria; as novas doações foram proibidas e as terras, devolutas, isto é, aquelas sesmarias cujos foreiros não preenchessem as condições legais ou que se encontravam vazias seriam vendidas.

5.1.4 Oligarquia Nordestina

No século XIX, o poder do capital financeiro no Maranhão estava vinculado diretamente à quantidade de terras que possuía uma família, e as aglomerações de terras e de recursos financeiros se concentravam em posse de pequenos grupos que gozavam de cargos autoritários e utilizavam esse poder para autobenefício.

Nesse sistema oligárquico dominante se destaca o latifundiário-patrimonialista, representado pela figura senhorial e o escravo, principais ícones dessa transformação social no novo cenário urbano. A figura senhorial era composta pelos proprietários de terras e pelos atores que constituíam a organização do poder político. Eles desfrutavam de um lugar privilegiado diante o resto da sociedade, porém não havia um acordo entre as duas classes, o que comprometia a unificação política do império monárquico, logo, gerando as lutas de poder entre as famílias.

Os grupos políticos regionais procuravam assegurar “em suas mãos” os privilégios e a capacidade de fazer valer seus interesses. O status político era muito importante entre as famílias regionais (oligarquia), pois significava prestígio, poder e influência, valores se converteram em uma tradição maranhense de não separar os princípios

¹³ Fonte: Presidência da República, Casa Civil: Coleção das leis do Brasil. 1850. V.I P. 307 disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm> acessado em: 30/09/2013.

públicos do pessoal. O professor e historiador Flavio Antonio M. Reis descreve a utilização do Estado pelos grupos políticos:

Num sistema no qual se alternavam liberais e conservadores, no Maranhão [...] os grupos políticos percebiam o Estado como um bem a ser utilizado em favor dos correligionários, quando seu partido estivesse no poder, desenvolvendo um traço da cultura política que legitimava a utilização clientelista das funções de governo em benefício dos aliados e como moeda de troca na formação de alianças (REIS, 1992, p. 42).

O traçado desta oligarquia agrária no Maranhão ainda era forte e autônoma, fazendo com que a monarquia se sentisse obrigada a tomar medidas extraordinárias, na busca de uma maneira de dismantelar esse domínio no estado, e adotar estratégias que são capazes de desmobilizar a autonomia municipal.

As medidas tomadas foram as restrições da competência da câmara nas questões pertinentes à matéria econômica local e também a proibição dos vereadores nas tomadas de decisão sobre temas relacionados a políticas provinciais ou gerais. Dessa forma, a corte imperial estabeleceu uma unidade nacional através do poder executivo com o fim de estruturar uma administração forte que pudesse estar acima da oligarquia e, assim, assegurar uma política unitária do império.

O objetivo da corte imperial era estabelecer a unidade nacional que pudesse contrapor-se ao autonomismo municipal e, assim, garantir a política unitária do império e triunfo do princípio federativo. Tais dinâmicas políticas não impediam efetivamente a existência do sistema do poder local, fundado em laços familiares e, especialmente, na propriedade de terra.

As lutas de classe e a busca pela autonomia do poder na região do Maranhão desencadeariam conflitos importantes, como a batalha da Balaiada, revolução de caráter popular, ocorrida entre 1838 e 1841. O principal motivo da revolução foi uma grave crise econômica no setor da agropecuária, tempos de febre e de fome na região e o aumento do descontentamento social com a má gestão administração do Império.

A Balaiada trata, de uma luta social que foi formada por camponeses, que, por sua vez, estavam compostas pelas classes menos privilegiadas: índios, escravos e migrantes cearenses. O objetivo dessa revolta era dismantlar a aristocracia que absorvia o Estado. Infelizmente não tiveram êxito e foram derrotados em 1840, após a frustrada tentativa de invadir a capital da província, São Luís. A derrota dos Balaios para a guarda nacional faz com que morram as aspirações desse movimento, que era contra a sociedade escravista, maus tratos dos senhores e das forças autoritárias.

Apesar das resistências, conflitos e afrontamentos civis e populares, o governo imperial manteve sob controle as sucessivas crises, muitas delas decorrentes dos poderes regionais e locais. O caráter patrimonialista do Estado brasileiro em formação e o poder regional das oligarquias exacerbado durante o Império repercutiram decisivamente na montagem dos mecanismos políticos, que estavam orientados para os interesses privados em detrimento dos interesses públicos.

5.2 Introdução das indústrias: readaptação econômica e espacial na cidade de São Luís

A partir do final do século XIX, com a queda da monarquia, da abolição da escravidão e o aparecimento do capitalismo¹⁴, gera-se uma sociedade capitalista que se consolidou e disseminou em um mercado de consumo competitivo, expressado na relação entre o capital, o trabalho e o Estado.

O novo sistema republicano no país está orientado para o desenvolvimento do capital, fortemente representado pelas fábricas, indústrias e comércios no final do século XIX e começo do século XX, demarcando os novos caminhos da formação das cidades brasileiras. Assim, a consolidação da economia urbana comercial é acompanhada da chegada das primeiras transformações industriais verdadeiramente importantes para o Brasil. O efeito dessa mudança produz o aparecimento das mutações na trama urbana de São Luís através do capitalismo.

¹⁴ A formação e a expansão do capitalismo surgiram no meado do século XIX, despertado pela lei de terra de 1850, que gera uma ideologia de troca dos bens como valor monetário, porém somente nas décadas seguintes que se desenvolve com mais ênfase o capitalismo na sociedade brasileira.

O escritor José Reinaldo Barros Ribeiro Júnior (1999, p. 22) expressa, em seu livro *Formação do Espaço Urbano de São Luís*, um percurso da cidade de São Luís que vai de 1612 até 1991, destacando as principais funções desempenhadas ao longo desse espaço temporal.

Assim, até meados do XVIII, a cidade de São Luís teve um papel de “cidade conquista” em função do projeto colonizador da metrópole. A partir de meados do XVIII, a cidade tomou o status de cidade comercial, amadurecida no contexto da acumulação de capital, que era engendrada de fora para dentro. Por último, no final dos séculos XIX e início do XX, a cidade seria marcada pela tentativa de implantação e sustentabilidade de uma economia industrial.

Este subcapítulo abordou a mutação da trama urbana da cidade através da última função descrita por Ribeiro Júnior, que tem como seu principal elemento a chegada das primeiras indústrias por volta de 1840, e, a partir desse momento, o destino de São Luís dependeria do prosseguimento da industrialização e da maneira que a assumiria nos anos seguintes.

5.2.1 Transformação espacial da malha urbana

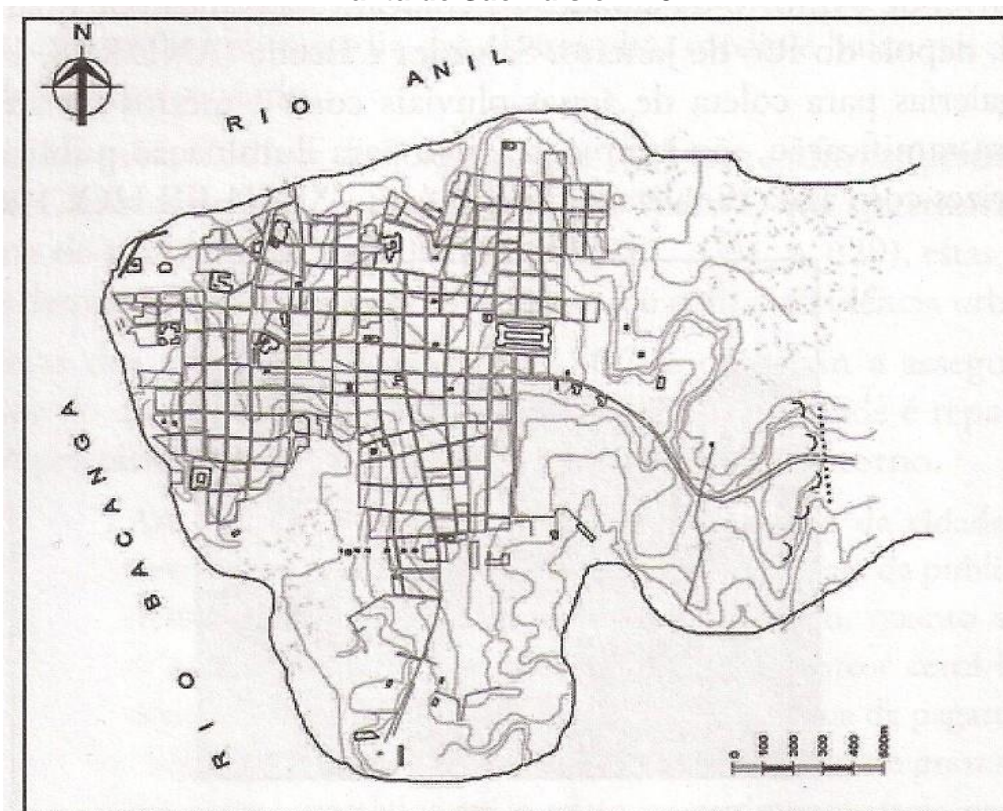
Na segunda metade do século XIX, as feições urbanísticas de São Luís vivenciaram vagarosamente as alterações dos seus espaços. O direito intervencionista estatal sobre o território urbano permitiu buscar uma forma de capacitar a cidade para as exigências modernas daquela época, consequência do processo de produção e reprodução social em andamento, atendendo a expansão do capitalismo competitivo.

Naquele momento, as cirurgias urbanas se tornam mais frequentes e novos espaços são produzidos e reproduzidos, como a construção do Mercado da Praia Grande em 1855 e do Mercado Central, no governo de Paulo Ramos; ambos permanecem funcionando até os dias atuais. Outros espaços são modificados, como a rua do Giz

ou rua 28 de Julho, que se torna um “centro financeiro” com a instalação de algumas casas bancárias.

De acordo com Viveiros, citado por Ribeiro Júnior, as fábricas instaladas na cidade de São Luís em 1840 eram: 6 de pilar arroz, 3 de sabão e velas, 2 prensas de algodão, 22 de cal, 8 olarias, 6 tipografias, 9 padarias, 4 refinarias de açúcar (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 69). A construção ou ampliações dessas fábricas trouxe repercussão espacial na ocupação do solo urbano, ocasionaram uma expansão da malha urbana, pois, anteriormente a este processo, o traçado estava restrito somente ao centro antigo. Na figura 5.1 pode-se ver a ampliação do plano de São Luís.

Figura 5.1
Planta de São Luís em 1844



Fonte: BURNETT, 2008, p. 117.

Após a consolidação industrial, a cidade ficou conhecida como *Manchester Brasileira*, apelido que reforça o domínio do comércio e da industrialização no último

quarto do século XIX, consequência que originou novos polos residenciais e o aumento considerável de novas fábricas têxteis na região.

Dito isso, no Maranhão, em 1895, a construção do parque industrial “*ocupava o segundo lugar do país, no setor, com 27 fábricas (sendo 17 pertencentes a sociedades anônimas e 10 particulares), suplantado apenas por Minas Gerais, que tinha trinta e sete*” (CORREIA, 2006, p. 180). O período acompanhou outras obras importantes para o desenvolvimento da cidade, como a criação da Cia. De Água de São Luís, em 1874, assentamento de trilhos urbanos para bondes puxados por animais e a construção de estradas ligando o bairro central Praia Grande e adjacências (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 68). O parque industrial estava dividido da seguinte forma:

Ao final do século XIX, precisamente 1895, o conjunto industrial maranhense era constituído por 27 unidades fabris: 10 de fiação e tecidos de algodão, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de cânhamo, 1 de tecidos de lã, 1 de fósforo, 1 de chumbo de pregos, 1 de calçados, 1 de sabão e 2 de açúcar e aguardente (VIVEIROS *apud* RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 70).

O crescimento da cidade mediante a atmosfera industrial pôs em movimento a transformação da configuração espacial da região. A organização dos espaços não se realizou por um processo lógico de zona fabril e zona residencial; conseqüentemente, as construções fabris passaram a disputar os espaços da cidade junto com os estabelecimentos comerciais e as moradias. Assim, a concentração populacional ocorreu em uma área limitada pelos traçados da fundação da cidade, aumentando a densidade demográfica, já que todos os setores, comércio, indústrias e residências, encontravam-se nessa mesma área. O território é descrito por Valdenira Barros da seguinte maneira:

Os grupos ocupavam a área central da cidade que não por acaso era a mesma desde período de sua fundação, ou seja, correspondente à área da igreja do Desterro, os trechos da Avenida Pedro II e Praça Benedito Leite, prosseguindo em direção à atual Rua Grande até o início da Avenida Presidente Vargas (BARROS, 2001, p. 33).

O problema das disputas de espaços na cidade foi acompanhado pelo processo do crescimento vertiginoso da população urbana, o que levou a um brusco declínio na população rural, que se deslocava diante das expectativas de melhoras que as indústrias têxteis ofereciam. Efeito que acentuou a valorização das terras urbanas.

Com a saturação dos espaços dentro do núcleo central, as indústrias buscaram terrenos em volta a este núcleo. Dessa forma surge uma demanda suplementar por espaços residenciais e comerciais em torno das fábricas, arrastando conseqüentemente a expansão do centro urbano em determinadas direções e, assim, formando pequenas concentrações urbanas nesses espaços, o que produz um aumento dos limites da urbe.

Em referência a esse movimento urbano, pode-se citar como exemplo na cidade de São Luís a instalação da Companhia Fabril Maranhense - Fábrica de Tecido Santa Isabel, que determinou o surgimento dos bairros Vila Passos, Floresta e Monte Castelo; “a fábrica contava com um capital realizado de 1700 contos, 450 teares, 600 operários produzindo riscado e doméstico de algodão” (DOURADO; BOCLIN, 2008, p. 41).

A Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense foi construída em “1890 às margens do rio Anil, com capital de 1200 contos, 300 teares, produzindo tecidos em geral, riscados grossos e finos e fio em novelos” (DOURADO; BOCLIN, 2008, p. 41). Deu origem ao bairro da Camboa e, posteriormente, aos bairros do Codozinho e da Baixinha.

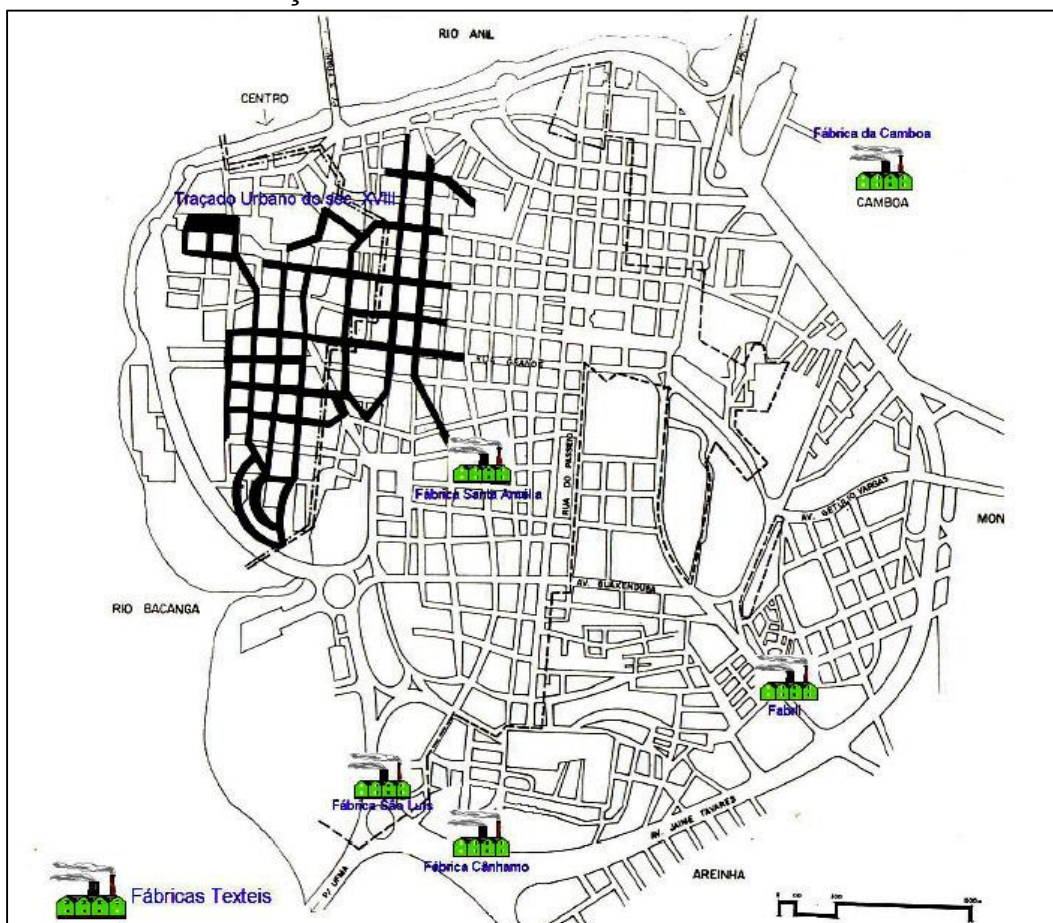
A companhia de Fiação e Tecido Rio Anil foi construída em 1893 e deu origem ao primeiro bairro suburbano da cidade chamado de Anil, com uma distância de nove quilômetros do núcleo central. Este bairro desfrutava dos mais diversos serviços que uma cidade poderia obter, como delegacias de polícia, posto fiscal, posto de saúde, escolas públicas, igreja, mercado, cinemas e até um sistema de transporte, o bonde de tração animal. De acordo com Roberto Guimarães Boclin e José Ribamar Dourado, a fábrica tinha as seguintes características:

A companhia de Fiação e Tecido Rio Anil contava com capital realizado de 1600 contos, 172 teares, 60 máquinas de fiação e 18 branqueamento, produzindo morins e madapolões, com 209 operários [...] e ao todo, em 1921, a indústria têxtil maranhense tinha um capital investido da ordem de 8.028 contos de réis, empregando 3.537 operários, com 2.336 teares, 71.608 fusos e uma produção estimada em 11.776 contos de réis (DOURADO; BOCLIN, 2008, p. 41).

É importante ressaltar que o estímulo à industrialização contribuiu para elevar a qualidade de vida da população local: “entre 1808 a 1856, **mais precisamente entre 1844 a 1856** o número de casas aumentou de 1553 para 2764, e o número de moradias de palha decresceu de 300 para 144” (MORAES, 1989 *apud* MARQUES, 1996, p. 46, grifo do autor).

O reposicionamento socioespacial por meio das instalações indústrias na cidade pode ser observado na figura 5.2. Este meio de expansão consolida uma segregação espacial, visto que ao redor das fábricas concentram-se uma população obreira de baixa renda, sem acesso a equipamentos e serviços, que na época encontravam-se dentro do núcleo antigo. O mapa mostra o tecido urbano do século XX; destacado em negrito o núcleo urbano do século XVIII e a localizações das fábricas do século XIX; junto a elas encontram-se os bairros que ratificaram a expansão urbana mediante a industrialização.

Figura 5.2
Localização das indústrias de Tecidos em São Luís século XIX



Fonte: SANTANA, 2003 p. 126 (modificado pelo autor).

Na figura 5.3, observar-se a fachada da Companhia de Fiação e Tecido de Cânhamo, posicionada ao sul do núcleo central e, na figura 5.4, a produção de goma da fábrica Rio Anil. Essas indústrias, como as outras que se encontram no mapa acima, contribuíram para a expansão do centro urbano em São Luís.

Figura 5.3
Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo, em São Luís XIX
hoje Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão - CEPRAMA



Fonte: DOURADO; BOCLIN, 2008, p. 35.

Figura 5.4
Gomador da fábrica Rio Anil



Fonte: DOURADO; BOCLIN, 2008, p. 35.

5.2.2 Influência da atmosfera industrial no crescimento populacional 1820 - 1920

Historicamente a cidade de São Luís passou por alguns problemas com o desenvolvimento populacional, consequência dos modelos adotados para a capital, ao retomar o princípio da civilização colonial. A urbe apresentou um sistema de cidade militar com pouca expectativa de vida. Já no período imperial o modelo explorador não permitiu o desenvolvimento da cidade e por último, na República Federativa do Brasil, a cidade passou por diversas transformações administrativas, o que proporcionou uma instabilidade governamental no estado do Maranhão, efeito que repercutiu na qualidade de vida e, portanto, diminuído do crescimento populacional de São Luís.

Os dois últimos modelos citados, do imperial ao republicano, tratam de delimitar o período estudado neste subcapítulo para definir as dificuldades ocorridas no crescimento da população ludovicense. Assim, a expansão populacional referida vai compreender o período de 1820 a 1920, intervalo em que existiu um forte crescimento industrial na cidade de São Luís, mais precisamente no final do século XIX para início do século XX. Nessa fase também se expressam as consequências negativas geradas pelas indústrias. No entanto, saltou-se este período para abarcar os dados populacionais de 1920 a 1950, com propósito de demonstrar, ainda neste subcapítulo uma comparação entre esses dois momentos.

Durante o período imperial até os primeiros anos da instauração da República Federativa presidencialista no Brasil, entre 1820 a 1920, São Luís teve um baixo crescimento populacional. Durante um século, a alteração da população foi praticamente irrelevante em termos absolutos, pois houve um crescimento de apenas 32.929 Hab.

Através da obtenção de dados pelo doutorando, permitiu-se destrinchar o período indicado acima, e acrescentou-se na análise a comparação populacional com outras capitais brasileiras. Desta forma, foi possível obter a conclusão de que o crescimento em São Luís, nesse período, ocorreu de forma aritmética, enquanto em outras capitais brasileiras ocorreu de forma geométrica. Dito isto, verificou-se que,

em 1872, a capital ludovicense se encontrava em nono lugar das cidades mais populosas do Brasil; em 1890 ocupou a décima terceira posição. Os quadros 5.1 e 5.2 permitem observar essa evolução no posto das cidades mais populosas.

Quadro 5.1
As 10 capitais mais populosa do Brasil em 1872

Posto	As 10 capitais mais populosa	População em 1872
1	Rio de Janeiro	274.972
2	Salvador	129.109
3	Recife	116.671
4	Belém	61.997
5	Niterói	47.548
6	Porto Alegre	43.998
7	Fortaleza	42.458
8	Cuiabá	35.987
9	São Luís	31.601
10	São Paulo	31.385

Fonte: BOMFIM, 2010, p. 79.

Quadro 5.2
As 13 capitais mais populosa em 1890

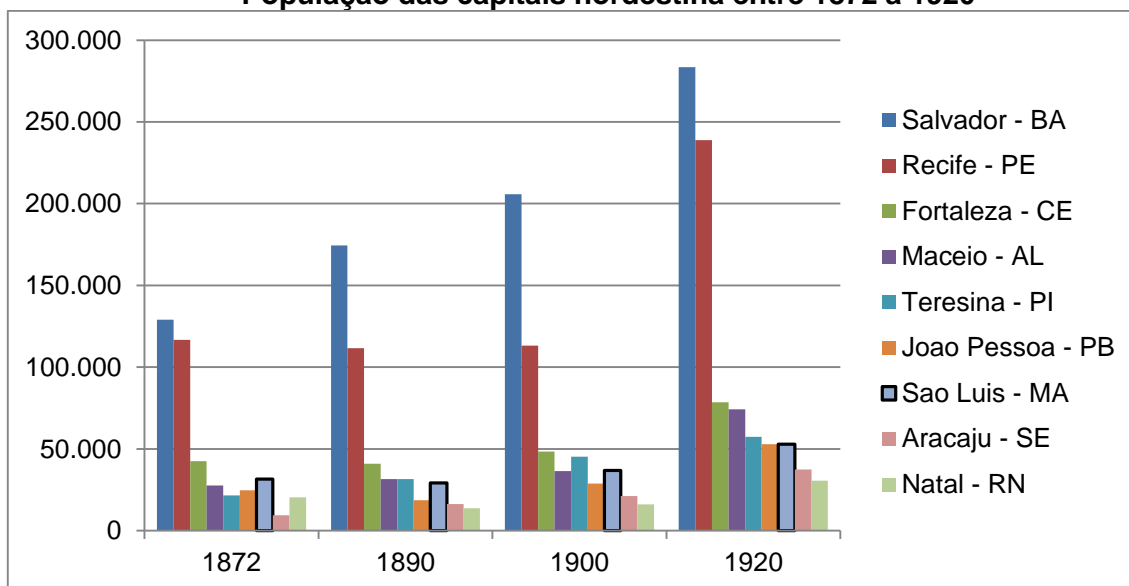
Posto	As 13 capitais mais populosa	População em 1890
1	Rio de Janeiro	522.651
2	Salvador	174.412
3	Recife	111.556
4	São Paulo	64.934
5	Niterói	53.433
6	Porto Alegre	52.421
7	Belém	50.064
8	Fortaleza	40.902
9	Manaus	38.720
10	Teresina	31.523
11	Maceió	31.498
12	Florianópolis	30.687
13	São Luís	29.308

Fonte: Recenseamento do Brasil 1872-1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1872-1930; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010. Até 1991, tabela extraída de: IBGE, Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1994. vol.54, 1994.

O crescimento populacional de São Luís também foi comparado com as capitais nordestinas nesse mesmo período de 1872 a 1890 e os resultados foram similares. Houve um declínio referente a sua colocação: encontrava-se na 4ª posição em 1872, somente por detrás de Salvador, Recife e Fortaleza, respectivamente com uma população de 129.109; 116.671; 42.258 habitantes, contra 31.601 de São Luís.

Em 1890 deixou a quarta posição para a sexta cidade mais populosa do Nordeste, sendo ultrapassada por Teresina, Maceió e Salvador. Os dados mencionados podem ser observados na figura 5.5, em que também se incorporam os dados obtidos do ano de 1920, que expressam a constância da estagnação populacional até esta referida data, sendo ultrapassada por quase todas as capitais nordestinas. São Luís, então com seus 52.929 habitantes, somente se manteve à frente de Aracajú e Natal, com 37.440 e 30.696 habitantes, respectivamente.

Figura 5.5
População das capitais nordestina entre 1872 a 1920



Fonte: Recenseamento do Brazil 1872-1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1872-1930; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010. Até 1991, tabela extraída de: IBGE, Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1994. vol.54, 1994.

Desta forma, pode-se dizer que o crescimento vertiginoso da população não foi tão expressivo no período em que ocorreu o surto industrial em São Luís no final do século XIX. Um dos motivos que possa explicar esse acontecimento foi a falta de compromisso por parte dos governantes com o desenvolvimento da cidade e, na

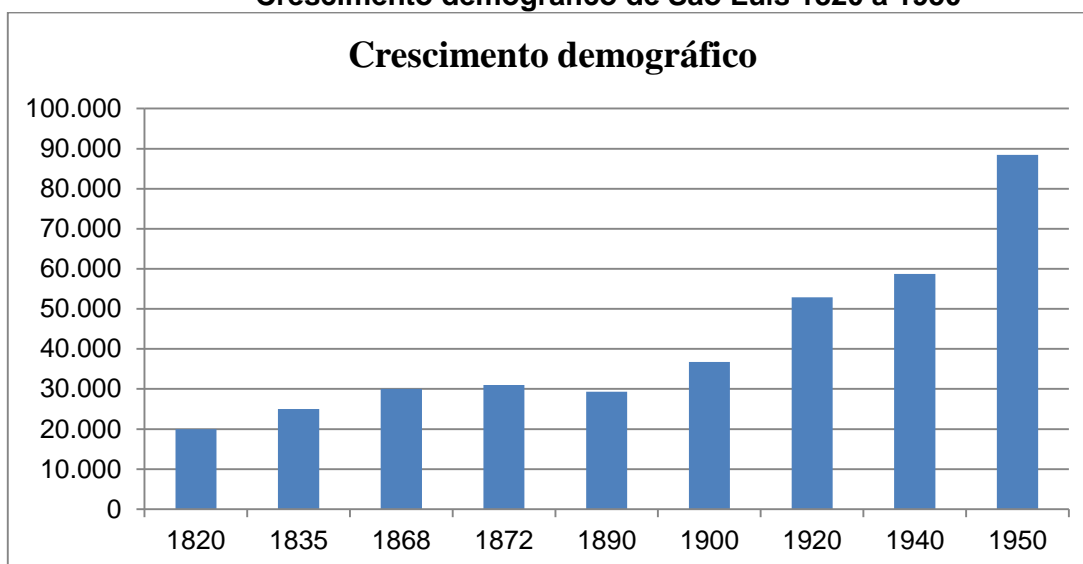
ausência de um incentivo governamental, as indústrias, sozinhas, não foram capazes de motivar uma imigração massiva como ocorreu em outras cidades do Nordeste.

A fragilidade e instabilidade que o governo do Maranhão vivenciou entre 1889 e 1930 agravaram a falta de interesse dos gestores. Durante esse período, o estado teve trinta e seis diferentes administrações e, ao longo dos cinco anos seguintes, nove governadores gerenciaram o governo, o que desencadeou políticas de desenvolvimento frágeis, imediatistas e pouco rentáveis (LIMA, 1981).

Outro motivo que contribuiu para o baixo crescimento populacional em São Luís está relacionado às questões de salubridade, tema este que influenciou diretamente na qualidade de vida dos cidadãos. A ausência estatal para solucionar esses problemas agravou o índice de mortalidade, sobretudo o infantil, ocasionado principalmente pelos surtos epidêmicos, como a peste bubônica e febre tifoide.

A cidade, somente, iria começar a ter um aumento de habitantes significativo a partir de 1920 até 1950, quando obteve um crescimento de 35.496 habitantes, em apenas 30 anos, bem representativo ao comparar com os dados citados anteriormente nos anos compreendidos entre 1820 a 1920, que correspondem a 32.929 Hab. Na figura 5.6, observa-se o crescimento populacional de São Luís desde o ano de 1820 a 1950.

Figura 5.6
Crescimento demográfico de São Luís 1820 a 1950



Fontes: elaboração do autor a partir dos dados do SERFAUH, 1970 séries censitárias, IBGE.

No final do século XIX e começo do século XX, período em que São Luís “respirou” uma atmosfera industrial e em que o aumento populacional não foi tão expressivo, pode-se analisar outro indicador: as instalações industriais demonstraram um incremento nas taxas de serviço (MELO *apud* SANTANA, 2003, p. 124). O aumento de contratação de mão de obra se deu devido à política de admissão adotada pelas fábricas têxteis, em que as forças de trabalho eram recrutadas entre a população pobre da cidade e a maioria dos altos cargos, como gerentes, mestres, contramestres e mecânicos, era ocupada por trabalhadores imigrantes vindo principalmente da Inglaterra.

A política de contratação desenvolvida pelas indústrias mascarou a exploração e a dominação no território de São Luís, além de configurar o espaço social de uma forma rude, ao arrastar uma população pobre para uma zona suburbana, sem equipamentos e serviços públicos e privados.

A expansão territorial realizada por meio das indústrias agravou o controle sobre as zonas mais afastadas do centro, situação que foi intensificada com a chegada da estagnação econômica e, conseqüentemente, os fechamentos das fábricas. A cidade passou por um momento de crescimento de forma desordenada, com graves

problemas sanitários e com falta de infraestrutura, sobretudo nos subúrbios, que se encontravam sujos, com as ruas mal calçadas e sem patrulha policial, situação que deixou clara a dificuldade da vida cidadina.

5.2.3 Estagnação econômica: consequência que produz o aparecimento de um novo estilo de vida - 1920 a 1960

Após dois decênios desde o início do século XX, a fase econômica do estado do Maranhão começa a ser afetada. Em decorrência do sucesso da economia, da concentração do poder financeiro e político na região sudeste do país, provocou-se, nas regiões Norte e Nordeste durante anos de 1920 a 1930, uma estagnação econômica.

Com êxito econômico no sudeste do país, São Luís entrou em uma nova etapa, causada pela queda da economia do estado em função da perda da atividade agroexportadora e da estagnação nas atividades fabris. Essa etapa está marcada pela reestruturação econômica e pelo aparecimento de novas configurações urbanas, principais temas aqui em discurso.

O sistema industrial permitiu anteriormente uma mobilização populacional inédita em São Luís. Transformou o solo rural em urbano ao redor do núcleo central, consequência que gerou uma ampliação da cidade. As atividades fabris foram importantes na mobilização populacional e, a partir de 1920, voltaria a ser o elemento fundamental para esse deslocamento espacial, gerada pela falência das fábricas.

Os habitantes com um maior poder aquisitivo começam a abandonar a área central para encontrar lugares melhores, já que o centro fica tomada por obreiros desempregados, ocorrendo uma desvalorização do solo urbano no centro de São Luís, consequentemente aumentando a deterioração das moradias, pois muitos não tinham condições econômicas para reformas e melhoramentos. O aumento da precariedade da forma cidadina no núcleo urbano transforma as casas de sobrados baixos em cortiços para abrigar vários moradores.

Com o surgimento desse modo de ocupação em pequenos e precários espaços, a vida íntima dos inquilinos era arrebatada e, por sua vez, ao tratar de um espaço pequeno, os moradores incorporavam no seu cotidiano os espaços públicos, como as calçadas, ruas e praças. Dessa forma, produziam imundícies que eram compartilhadas pelos demais vizinhos, aumentando assim os riscos de uma contaminação ou até mesmo uma epidemia. Segundo Valdenira Barros, “os cortiços, assim como as moradias tipo porta-e-janela, populares em toda a cidade, passaram a ser visto como anti-higiênico” (BARROS, 2001, p. 50).

A desordem e a falta de higienização¹⁵ na cidade contribuiu para que a cúpula política pudesse repensar, avaliar e criticar o núcleo urbano herdado de tempos anteriores; o discurso do urbanismo higienista tornou-se protagonista nesse período.

É importante ressaltar as evoluções ocorridas de ordem higienista que sofreu a cidade durante o processo da readaptação social e espacial que presenciou o núcleo urbano. Desta forma, no ano de 1924 foi registrado um aumento de investimento público direcionado para a higienização: assim é melhorado o sistema de água e esgoto de São Luís. O pensamento reformista na área de salubridade no centro urbano passa a ser objeto de críticas, sendo direcionadas diretamente ao estilo de vida ali presente, os cortiços e as ocupações dos sobrados baixos. É neste sentido que se criam leis e normas para minimizar esses tipos de ocupações.

Art. 48 Não é permitida a habitação em porões e sótãos que não sejam naturalmente bem iluminados e arejados, e não possuam instalações de aparelhos higiênicos de uso domésticos.

§ Único Fica deste já proibida a reocupação dos baixos de sobrados que forem sendo desocupados (MARANHÃO, 1916 *apud* FIGUEIREDO, 2012, p. 36).

¹⁵ O autor Mauricio de Almeida Abreu aborda o higienismo no seu artigo, Cidade brasileira: 1870-1930, apresentado no simpósio Nacional de Geografia Urbana de Presidente Prudente, em 1999, como uma relação íntima entre a “deterioração” ou “corrupção” com o meio natural, tal correlação foi sendo desenvolvida, atribuindo ao meio ambiente, muito em especialidade à “corrupção” do solo, da água e do ar, um papel fundamental na explicação da salubridade pública.

Os efeitos da estagnação econômica na cidade continuaram desenvolvendo formas de habita-te, além do surgimento dos cortiços. Outras formas de ocupação acompanharam o processo da constituição do urbano, aparecendo assim as autoconstruções, dando origem a várias invasões aglomeradas nas margens de rios e mangues.

Sobre os mangues surgem as palafitas, construídas sobre pilotis de madeira, seu sistema construtivo tem a função de evitar que as casas fossem arrastadas pelas correntezas dos rios e também de impedir que fossem invadidas pelas águas das marés quando sobem.

Essas formas de moradas refletiram em um forte índice de segregação socioespacial, ao se identificar a cidade em dois fragmentos. Pode-se perceber que um lado estava composto por matérias e recursos arquitetônicos adequados e duráveis e o outro estava edificado com recursos impróprios, sem pavimentação de infraestrutura, serviços urbanos e que eram habitadas por famílias de trabalhadores inferiores empobrecidos.

A estética das cidades brasileiras e as questões relacionadas à salubridade foram, no ano de 1930, os principais temas discutidos no país. Algumas cidades passaram por mudanças radicais em suas malhas urbanas; no entanto, São Luís não obedeceu a este parâmetro, o ritmo do desenvolvimento local ocorreu de forma lenta, o que impossibilitou que se realizasse renovações urbanísticas como em outras cidades.

Como exemplo paradigmático pode-se citar a reforma urbana no Rio de Janeiro de 1902 a 1906 por Pereira Passos. Posteriormente, com a criação do plano de desenvolvimento urbano no país em 1930, outras cidades seguiram o “progresso” de renovação dos espaços, dando mais funcionalidade conforme exigências da época, como ocorreu em: Niterói (1930), Vitória (1931), Recife (1932 a 1936) e Porto Alegre, final dos anos 30 (ABREU, S/d).

Sob forte influência do modernismo que viveu o país, o poder público de São Luís iniciou as intervenções no meio urbano com a justificativa de recuperar os espaços públicos através da implantação de melhorias nas infraestruturas coletivas, o que, por sua vez, resolveria os problemas que procriou pela falta do saneamento básico. Para muitos, a ideia de modernização era urbanizar a velha e feia cidade colonial.

No ano de 1940, São Luís recebeu sua primeira cirurgia urbanística importante, através do plano de reforma urbanística do governador Paulo Ramos. O antigo Caminho Grande obteve a magnífica pavimentação e arborização, houve a reforma na Praça de João Lisboa, a abertura da Avenida Magalhães e demolições de algumas casas no início da Rua Grande.

O tardio desenvolvimento do modernismo em São Luís favoreceu a preservação do imenso acervo arquitetônico no centro, sorte que não ocorreu com outras cidades do Brasil. Dito isso, São Luís hoje possui um dos maiores conjuntos arquitetônicos da era colonial portuguesa, que posteriormente é reconhecido pela UNESCO, sendo classificado como patrimônio da humanidade em 1997. "Não existe no mundo nada igual ao acervo cultural e arquitetônico de São Luís", palavras da UNESCO ao conceder o título de Patrimônio da Humanidade à Formosa Metrópole¹⁶.

Porém, ainda no ano de 1945, os problemas no centro continuavam, as ruas mal calçadas, saneamento básico insuficiente e iluminação pobre. Valdenira Barros descreve este atraso na capital como um problema que deveria ser solucionado de imediato, considerando inadmissível chegar à metade do século XX com tais problemas. Assim se expressa:

Chegamos assim, a este adiantado trecho da primeira metade do século vinte lamentavelmente atrasados na tarefa, que cabe levar a termo, para podermos atingir nível do adiantamento já alcançado pela maioria das demais unidades da Federação (MARANHÃO, 1939, p.39 *apud* BARROS, 2001, p. 44).

¹⁶ Fonte extraída do site: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=326225>

Com o intuito de modificar esse atraso no estado, surge, em 1950, o Plano Rodoviário da ilha de São Luís, elaborado pelo departamento de estradas de rodagem, dirigido por Ruy Mesquita. Ação que deu início às obras viárias para ligar a capital ao interior do Maranhão. A rodovia favoreceu principal acesso às cidades de Codó, Bacabal, Caxias e Teresina, e teve como principal objetivo a abertura de fronteiras agrícolas, proporcionou o desenvolvimento da policultura babaçu, arroz, milho e feijão.

A abertura da rodovia ao interior do Maranhão repercutiu no crescimento populacional da cidade, devido à facilidade gerada por essas estradas para a locomoção da população do meio rural, que podia viajar até a capital. Ao chegar na cidade de São Luís, se instalaram em sua grande maioria no corredor Centro-Anil, provocando um aumento da expansão urbana de 12 Km. Este novo problema faz com que o governo buscasse medidas e se esforçasse em encontrar terrenos apropriados para as novas moradias, direcionando a expansão para o interior da ilha. O arquiteto Frederico Lago Burnett escreve a ideia de Ruy Mesquita para solucionar este problema:

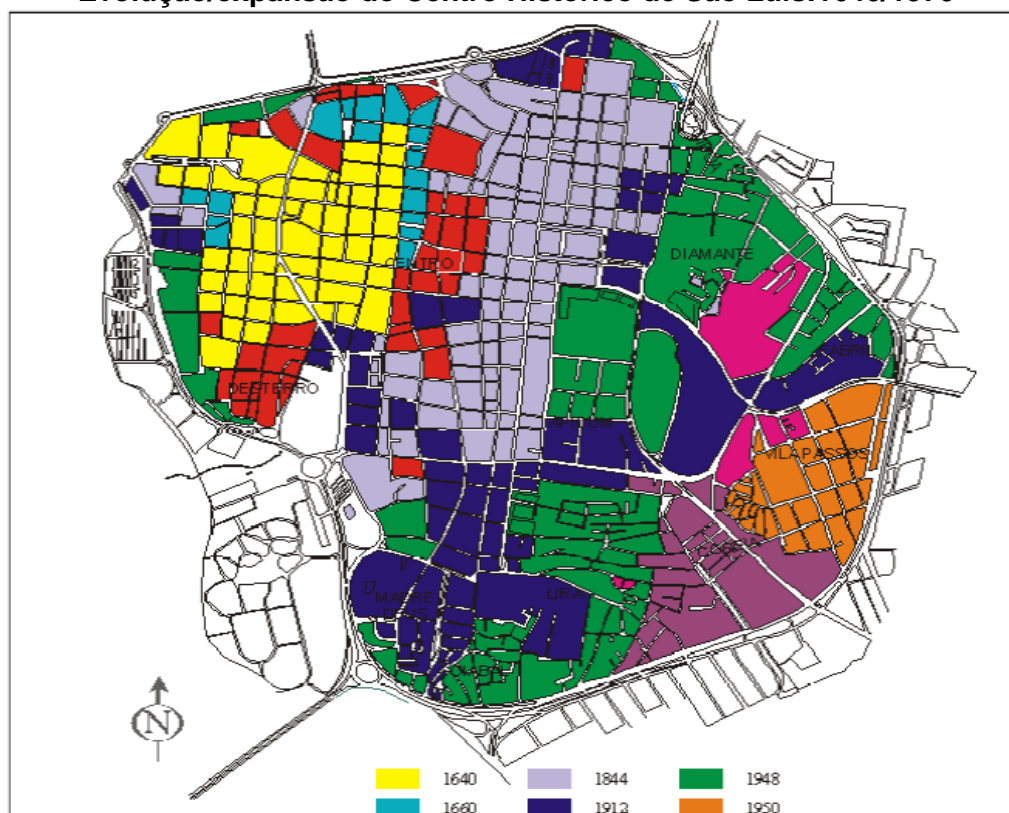
[...] ao encarar o problema do crescimento da cidade e sua relação com o centro histórico, Ruy Mesquita 1958 apresenta pela primeira vez para São Luís as propostas de planejamento de larga escala e parte decididamente, em busca da conquista territorial (BURNETT, 2008 p. 125).

A ideia expressada pelo autor é que Ruy Mesquita realizaria um plano em que seria melhor o crescimento em expansão (horizontalmente) do que um crescimento verticalizado, o que provocaria um congestionamento do tráfico, confusão, insegurança e, conseqüentemente, a desvalorização dos imóveis.

O estudo da expansão territorial da cidade de São Luís através do crescimento populacional fora do Centro Histórico será apresentado no capítulo seguinte desta investigação. Neste subcapítulo, que compreende os anos de 1920 a 1960, torna-se impotente enfatizar que o núcleo urbano da cidade de São Luís já se encontrava consolidado; a ocupação territorial da malha urbana se comprimiu no espaço

demonstrado na figura 5.7, em que por sua vez encontra-se a evolução da expansão urbana no centro.

Figura 5.7
Evolução/expansão do Centro Histórico de São Luís:1640/1970



Fonte: ESPIRITO SANTO, 2006, p. 65.

A populacional ludovicense, na década de 1960, estava em 159.628 mil habitantes¹⁷. Com o crescimento constante dos números, surgiu a necessidade de novas terras para a capital, fator que transformaria de vez, todo o eixo da expansão urbana. Passariam a se expandir rumo ao litoral norte de modo que se constituíam duas urbanizações: a antiga concentrada no centro e a moderna, nos novos territórios conquistados após a construção das pontes Bacanga e São Francisco. A origem dos novos assentamentos fora do centro será estudada no seguinte capítulo.

¹⁷ Fonte: Recenseamento do Brasil 1872-1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1872-1930; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010. Até 1991, tabela extraída de: IBGE, Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1994. vol.54, 1994

CAPÍTULO 6

MIGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO URBANO EM SÃO LUÍS (1970 -1990)

Aborda-se, neste capítulo, o estudo do desenvolvimento urbanístico de São Luís da década de 1970 até o final de 1990, tratando de desenvolvê-lo segundo as características fundamentais para a definição do espaço urbano, destacando os principais fatores, como aumento do tamanho e da densidade, do aspecto do núcleo central, a atividade não agrícola, o estilo de vida e o grau de interação social.

Na década de 1970, o aumento do tamanho territorial da cidade de São Luís está vinculado ao inchamento populacional e à necessidade de espaços para construções de novas moradias. A migração procedente do interior do Maranhão foi um dos principais fatores do crescimento e da metamorfose urbana da capital.

A construção dos novos espaços e com ampliação territorial permite e torna necessário que o governo local utilize ferramentas para regulamentar e ordenar o espaço urbano. Deste modo, o Maranhão aplica e modifica os planos diretores de 1974-75 e 1977, com o argumento de controlar a expansão urbanística que vivia a cidade.

Para entender os processos da urbanização da sociedade e do território em São Luís, é necessário retomar os antecedentes das décadas de 1940 a 1960 para compreender os efeitos e consequências para o período aqui proposto. Também, como já vinha sendo feito desde o começo da tese, é necessário relacionar os

acontecimentos em São Luís a outras cidades brasileiras com a finalidade de abarcar o mecanismo e os fatores da urbanização que influenciaram em todo o país.

A intensificação do movimento demográfico nas urbes em 1950, que teve e tem grande relevância na história da migração no Brasil, iniciou a intensificação da urbanização aglomerada; alguns núcleos passam a ter mais de 20 mil habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, aumentando a quantidade de cidades que passariam nas décadas seguinte de intermédio para metrópole. A partir de 1970 o processo de urbanização alcança novos patamares tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo.

Neste capítulo investiga-se a migração e a construção de novos espaços no Brasil e o desenvolvimento urbano em São Luís. O texto estará dividido em três partes. A primeira, de forma mais global, explica o aumento da população urbana de São Luís e o compara com outras cidades brasileiras. As influências e o atraso desta tardia intensificação da urbanização na capital do Maranhão gerou consequências econômicas e urbanas para a cidade.

A segunda parte está focada na construção dos espaços urbanos de São Luís na década de 1970, através das práticas das autoconstruções, como o aparecimento de invasões e palafitas ao redor do centro, e por meio da política habitacional adotada pelo Estado do Maranhão mediante a criação de conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). O novo “descobrimto de terras” além da bacia do rio Bacanga e da bacia do rio Anil permitiu uma expansão urbanística em São Luís que se fez de forma fragmentada e que foi, posteriormente, a “mina de ouro” para os agentes imobiliários, compreendendo os atuais bairros São Francisco, Renascença e o Bacanga.

A terceira e última parte está marcada pela consolidação e reestruturação dos espaços de São Luís. Os planos diretores e as propostas de lei realizadas pelo Governo do Maranhão foram instrumentos utilizados para dar uma aproximação do poder local com o urbanismo. Esses instrumentos deram lugar à aparição de equipamentos em áreas pontuais, segregando o espaço em função da pressão

imobiliária, gerando conseqüentemente o aparecimento de um novo estilo de moradia, sendo esses os condomínios fechados verticalizados. Na década de 1980 este novo estilo de construção proporcionou o surgimento de novos centros administrativos, fragmentando a cidade e mudando mais uma vez a morfologia urbana de São Luís, que até então era compreendida pela expansão territorial de forma horizontal.

6.1 Nova configuração dos espaços: um rural menos populoso e um urbano mais saturado

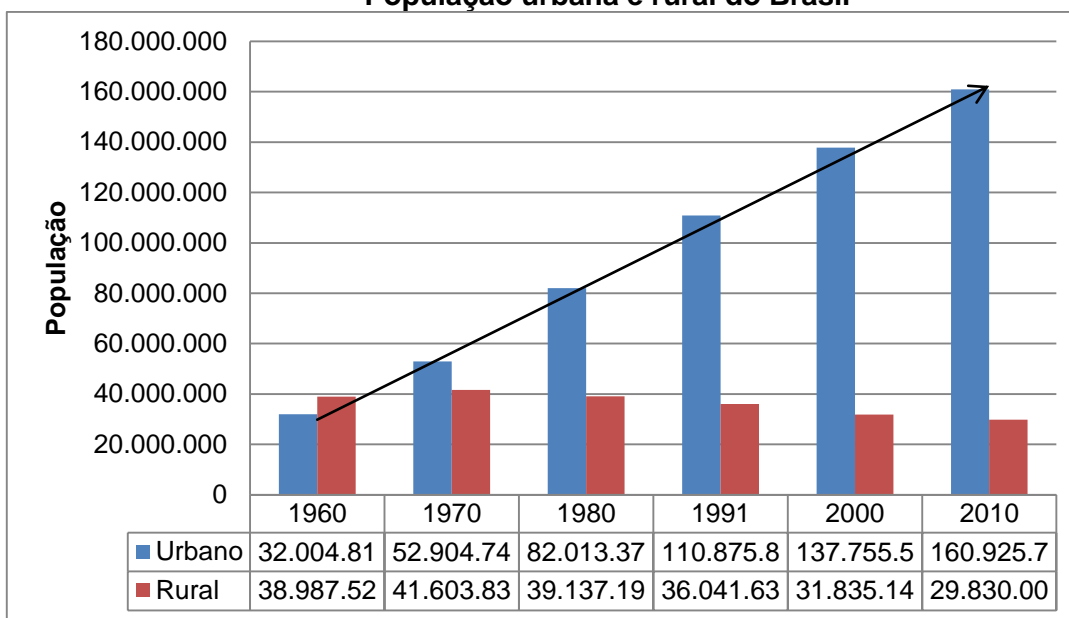
Os primeiros traços de uma nova configuração dos espaços urbanos no Brasil, que inverteu a distribuição socioterritorial da população, iniciaram-se no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Os principais fatores desse período foram o início da institucionalização das indústrias periféricas, a construção das primeiras ferrovias, o estabelecimento de uma política imigratória, o início da organização do trabalho assalariado, a alteração da estrutura jurídica da propriedade da terra e da constituição, a caída do regime imperial e o surgimento do regime republicano. Esses fatores foram alguns dos elementos mais importantes nessa primeira etapa da transformação espacial das cidades brasileiras. Alguns desses eventos já foram citados nos capítulos anteriores e outros se citam neste.

É na última metade do século XX que as transformações morfológicas das áreas públicas das cidades brasileiras foram mais intensas do que em todo o período anterior de nossa história urbana, tendo como um dos principais fatores a migração oriunda das zonas rurais ao urbano, o forte crescimento do índice de natalidade e o decréscimo considerável no índice de mortalidade, devido aos avanços médicos, à conscientização da higienização e ao aumento da salubridade.

A população brasileira experimenta uma explosão demográfica a partir da década de 1950, que acelera o crescimento nos contingentes urbanos e a diminuição nas zonas rurais. Esse fenômeno pode-se observar através da intensificação contínua do crescimento da população urbana. Enquanto, em 1960, a taxa da população urbana ainda era menor que a população rural, em 1970, ou seja, em 10 anos,

tornou-se mais urbana e, desde então, não houve regressão nas taxas de urbanização (figura 6.1).

Figura 6.1
População urbana e rural do Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE, *Censo Demográfico* 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O aumento constante da urbanização cria consequências que obrigam as cidades a tomarem medidas para a reconfiguração dos espaços urbanos. Os resultados afetaram diretamente o habitat urbano, como alterações na construção produtiva dos espaços na cidade (aparecimentos de condôminos populares), uma nova gestão cidadina (novas leis de ordem pública com fim de melhorar o convívio entre os cidadãos) e o desaparecimento das tradicionais vidas urbanas (as tradições antigas são substituídas por novos costumes).

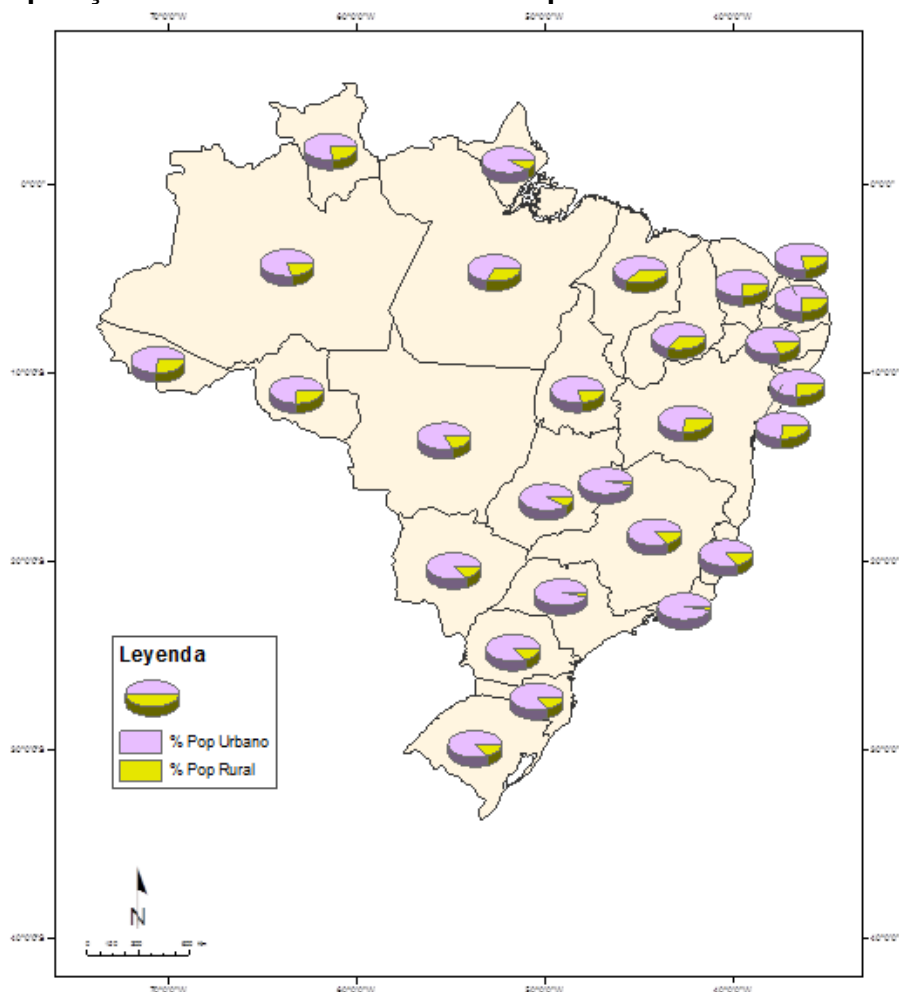
6.1.1 Crescimento urbanístico no Maranhão

O crescimento urbano das cidades brasileiras não ocorreu de forma igual para todo o Brasil. Em algumas regiões o processo foi mais intenso e em outras menos intenso. O Nordeste foi a região que menos cresceu em termos urbanos e o Sudeste foi a mais urbanizada, como confirma o geógrafo brasileiro Milton Santos:

A complexa organização territorial e urbana do Brasil guarda profundas diferenças entre suas regiões. Em 1980, é a Região Sudeste a mais urbanizada, com um índice de 82,79%. A menos urbanizada é a Região Nordeste, com 50,44% de urbanos, quando a taxa de urbanização do Brasil era de 65,57% (SANTOS, 2005, p. 63).

O processo urbanístico que ocorreu no país não foi tão expressivo no estado do Maranhão ao comparar os dados com outros estados do Brasil. Em termos relativos, o Maranhão, em 1970, é o penúltimo estado mais urbano do Brasil, com 25,41% da população total vivendo nas urbes, ganhando somente de Tocantins (25,07%). Em 2010, o Maranhão é o último estado mais urbano, com 63,08%, estando muito abaixo da média urbana do país, que era de 83,28% para 2010, como pode ser observado na figura 6.2.

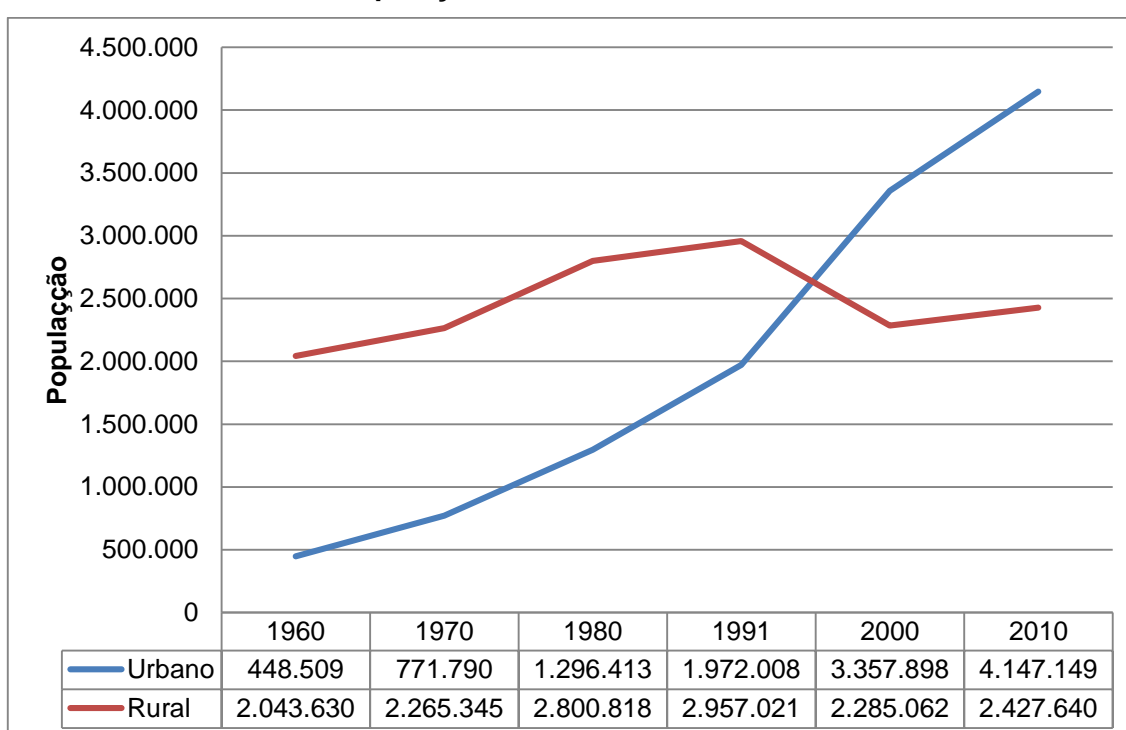
Figura 6.2
População urbana e rural relativamente por estados no ano de 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, *Censo Demográfico 2010*.

Os principais motivos para essa tardia urbanização foram o atraso tecnológico, a falta de modernização, o abandono de investimento brasileiro no Nordeste e os efeitos da política de integração nacional do governo de Getúlio Vargas¹⁸. Esses fatores contribuíram para que o processo de urbanização não fora tão expressivo quanto as outras regiões do Brasil. Deste modo o estado do Maranhão somente ficou mais urbano entre 1997 e 2000 (figura 6.3), quase 30 anos depois que o Brasil já indicava ser um país mais urbano.

Figura 6.3
População urbana e rural do Maranhão



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, *Censo Demográfico* 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O deslocamento migratório da população rural para o urbano em 1970 não foi diferente no estado do Maranhão, apesar de ter sido atrasado e com menos intensidade, embora com os mesmos efeitos e as mesmas necessidades de uma readaptação do solo urbano para o novo crescimento. Desta forma, nos trinta anos

¹⁸A reorganização do sistema de distribuição de mercadoria por transporte rodoviário a partir dos centros industriais do sudeste do país mergulhou o estado do Maranhão em uma estagnação econômica no qual São Luís perde seu papel hegemônico comercial e industrial na região e se converte em centro administrativo por excelência.

subsequentes a cidade de São Luís passou por experiências urbanas comuns às principais cidades brasileiras.

Dito isto, entra-se nas questões relacionadas com a formação dos novos espaços, com a necessidade de construir novos assentamentos urbanos na cidade, ocasionando o surgimento da descentralização e de núcleos secundários, coesões e áreas especializadas, segregação e áreas sociais, inércia e áreas cristalizadas.

Na história da construção dos espaços urbanos na cidade de São Luís, os agentes urbanos jogam um papel fundamental na hora de controlar e administrar esses espaços; assim como nas demais cidades do Brasil, os agentes urbanos atuam de acordo com seus interesses. Na década de 1970, o estado do Maranhão se faz omisso de seus compromissos, provocando o surgimento de variedade de espaços à margem da socialização. No subcapítulo seguinte se estuda como ocorre a criação desses espaços.

6.2 Crescimento desordenado e novos assentamentos em São Luís

Uns dos principais fatores que impulsionou o inchamento populacional da cidade foram os projetos Rodoviário Federal de Belém/Brasília e estadual São Luís/Porto Franco, obras realizadas pelo Departamento Estadual de Rodagem (DER) na década de 1950, que conectam o Oeste com o Nordeste do estado, permitindo à abertura das fronteiras agrícolas, cujo escoamento se fazia através da estrada de ferro São Luís-Teresina.

Na década de 1960, o governo continua com o modelo de que “governar é abrir estradas” e juntamente com as aplicações de novas tecnologias voltadas para a construção dos espaços, o que contribuiu para o aparecimento de melhores infraestruturas, destinadas ao deslocamento de mercadorias. Essas infraestruturas foram aproveitadas também para a mobilidade humana, que ocasionou na década seguinte o crescimento demográfico da cidade de São Luís.

Desta forma, as construções das rodovias proporcionaram, a partir do ano de 1970, o êxodo procedente do interior do estado para a capital de São Luís, encorajado pelos grandes projetos espaciais, como a construção da Fábrica de Alumínio da Alumar, Porto exportador do Itaqui, Ferrovia Carajás e Vale do Rio Doce, projetos consolidados nessa mesma década.

Além da facilidade de locomoção por meio das rodovias, o inchamento populacional em São Luís também foi incentivado pelas propagandas das grandes indústrias e pela ilusão gerada por elas de conseguir uma vida melhor na cidade do que no campo, como explicar Espírito Santo:

As décadas de 70 e 80 do século 20 demonstram a presença de um fluxo populacional contínuo e ascendente, desde a década de 60, que coincidiu com o avanço espacial da urbanização de São Luís. Além disso, constituíram indicadores seguros das tendências de um movimento populacional mais recente, principalmente se forem analisados em conjunto com o crescimento industrial estabelecido na década de 80 e os atrativos que foram criados com a implantação dos grandes projetos mineiro-industriais na capital maranhense (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 30).

O número de habitantes em São Luís quase que triplicou entre a década de 1960 e 1980, com 158.229 habitantes para 460.329, respectivamente (IBGE, 1991). O crescimento demográfico acelerado resultou em uma ocupação desordenada, acompanhada pela falta de fiscalização das autoconstruções e de um planejamento físico-territorial mais detalhado. Ademais, esses problemas exigiam que a cidade adquirisse mais domínio de terras e oferecesse mais produção, equipamentos e serviços coletivos.

Devido aos problemas relacionados à expansão da cidade, foram analisados os métodos que se aplicariam para o plano de desenvolvimento de São Luís, surgindo duas opções: a primeira era a construção de prédios de vários andares no centro e a segunda era a expansão para além dos mares e rios. A primeira opção iria trazer muitos problemas relacionados ao trânsito e poluições, além de que o centro não

estava preparado para tais situações, as ruas eram estreitas desenhadas para carroças de tração animal e não para carros do século XIX.

Assim, foi escolhida a segunda opção que era a expansão descentralizada, titulada como *Plano de Expansão da Cidade de São Luís* de Ruy Mesquita, como expõe Valdenira Barros:

Era um projeto ambicioso, elaborado para remodelar a estrutura urbana da cidade. Indicava a urgência da adaptação desta às necessidade do mundo contemporâneo, com grandes avenidas cortando, dividindo o espaço em todos os sentidos, pontes que dessem acesso a novas áreas, à medida que a população crescesse. Com essas obras São Luís ganharia vida, beleza e proporções de capital (BARROS, 2001, p. 62).

No período de 1967 a 1970, foi implantado em São Luís um novo sistema viário urbano com a finalidade de conquistar o lado sudoeste e norte da ilha. Com as construções das pontes sobre o rio Anil e da Barragem do Bacanga, estabelece a ligação entre a área central da cidade com os dois extremos, do lado norte um terreno a ser explorado e ao sudoeste com o Itaqui-Bacanga, espaço este que teve o objetivo de buscar a modernização do setor portuário.

Todavia, este processo de “conquista” além do rio Bacanga e rio Anil já havia sido “descobertos” por dúzias de famílias que ali acharam uma solução para seus problemas de moradias. No São Francisco encontrou-se uma vila de pescadores, já a Ponta d’Areia estava ocupada por casas de verão da alta classe social e, por último, do outro lado da ilha, ao redor do porto de Itaqui, uma quantidade significativa ocupava essas terras, a maioria eram trabalhadores de baixa renda. Tal situação demonstrou a prática informal e irregular da posse de terras e também a falta de fiscalização das autoconstruções.

A construção do novo porto de exportação, afastado da cidade, diferenciando-se do antigo porto da Praia Grande, torna-se responsável pela urbanização da nova zona. A Barragem do Bacanga deu origem ao bairro do Anjo da Guarda e, posteriormente, as zonas ao seu redor seriam inteiramente ocupadas por invasões em 1988,

atraídos pelos empregos indiretos produzidos pelo porto e pela construção do campus da Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

O domínio do lado norte da ilha ocorreu através da construção da ponte sobre o Rio Anil, que recebeu o nome oficial de Ponte José Sarney no ano de 1970, em direção à ponta do São Francisco, construída como a extensão da Rua do Egito, e se tornou símbolo dos investimentos na expansão dos espaços urbanos modernos da cidade. Transformou-se em um elemento de conexão do antigo com o novo.

Para atravessar a ponte é necessário percorrer uma extensão de apenas 800 metros. Desta forma, para aquela época, era como chegar a um terreno a ser descoberto pelos agentes urbanos, o que permitiu construir uma nova zona urbana, dando origem aos bairros São Francisco e Renascença ao longo da década seguinte (1980), áreas que até então eram consideradas rurais. A redefinição do processo de conturbação territorial da cidade desloca residências e comércios para as novas zonas.

6.2.1 Construção dos novos bairros

A nova configuração socioespacial da cidade foi realizada pela ocupação relacionada ao aparecimento dos primeiros conjuntos habitacionais, implantados pelo sistema de financiamento da Habitação SFH/COHAB¹⁹, iniciado em São Luís no ano de 1967. O surgimento dos conjuntos residenciais construídas com o financiamento do governo teve como principal objetivo o acesso da população de baixa renda à casa própria e, ademais, o de suprir uma parte do déficit habitacional, calculado no ano anterior da implantação do sistema em São Luís em 8.000 unidades (*O Imparcial*, 23/03/1966).

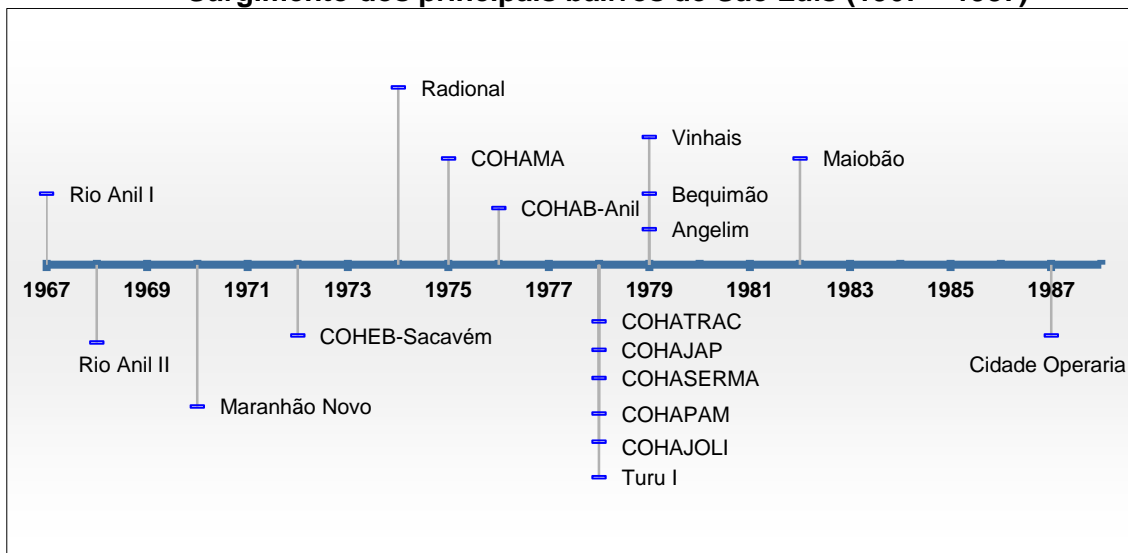
¹⁹ Devido ao crescimento explosivo da demanda por habitações urbana no Brasil foi criado em 1964 o sistema financeiro de Habitação (SFH) um mecanismo de poupança de longo prazo para investimentos habitacionais, tinha como principal fonte de recursos a arrecadação do sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Programa COHAB, criado em 1966, que tinha como meta a construção de casas em áreas livres, eram os principais responsáveis pela construção dessas unidades habitacionais, ou seja, empresas mistas sob o controle acionário dos governos estaduais e/ou municipais.

Os primeiros conjuntos habitacionais a serem construídos foram nos bairros do Rio Anil I e II no ano de 1967 e 1968, respectivamente, e, posteriormente, por meio desse financiamento, surgiram, na primeira metade da década de 1970, as áreas habitacionais do Maranhão Novo (1970), da COHEB-Sacavém (1972), Radional (1974) e Cooperativa Habitacional do Maranhão (COHAMA, em 1975).

A segunda metade da década de 1970 concentra a maior parte das obras realizadas pelo financiamento SFH/COHAB, que dá origem, em 1976, ao bairro da Cooperativa Habitacional Brasileira (COHAB-Anil); 1978 é o ano em que mais aparecem esses tipos de conjuntos, sendo criados seis novos bairros, a saber, Comunidade Habitacional dos Trabalhadores Comerciais (COHATRAC), Cooperativa Habitacional do Japão (COHAJAP), Cooperativa Habitacional dos Servidores do Maranhão (COHASERMA), Cooperativa Habitacional dos Profissionais Acionomos do Maranhão (COHAPAM), Cooperativa Habitacional Jardim das Oliveiras (COHAJOLI) e Turu I.

Em continuação do final da década de 1970, mais precisamente em 1979, nascem mais três conjuntos denominados de Vinhais, Bequimão e Angelim. Mais afastados da cidade, já na década de 80, foram construídos dois grandes complexos habitacionais: Maiobão (1982) e a Cidade Operaria (1987), sendo os últimos conjuntos habitacionais construídos com o SFH/COHAB, que foi extinto no final do ano de 1986. Pode-se observar a evolução dos surgimentos dos bairros na linha temporal (Figura 6.4).

Figura 6.4
Surgimento dos principais bairros de São Luís (1967 – 1987)



Elaboração do autor.

A criação desses conjuntos habitacionais contribuiu para dispersar os habitantes no novo espaço urbano, tendo como ponto de partida aliviar as demandas populacionais no centro e de concentrar uma população de baixa e média renda nesses novos bairros. Com o aparecimento dos primeiros conjuntos, as condições em relação à infraestrutura eram precárias, havendo falta de rede de coleta de lixo, ausência do tratamento de esgoto; não havia urbanização dos espaços públicos e, muito menos, rodovias adequadas para aquela época. Isso acabou criando verdadeiras “cidades-dormitório”, fazendo com que essa população tivesse que percorrer diariamente quilômetros até chegar à cidade-centro, como afirma o arquiteto e doutor em políticas públicas Frederico Lago Burnett:

[...] a maioria localizada em regiões isoladas e sem nenhum controle administrativo quanto ao tecido urbano resultante da adição dos vários loteamentos, das relações entre eles e os equipamentos coletivos, da disponibilidade de saneamento básico ou das condições das áreas institucionais exigidas pela legislação, resultando na seqüência de cidades dormitórios, sem nenhuma qualidade de um bairro digno deste nome (BURNETT, 2006, p. 13).

Posteriormente, já na década de 1980, essas zonas ganharam uma importância na visão dos agentes imobiliários e estatais, sendo potencializadas e privilegiadas com equipamentos; desta forma tornam-se mais atrativas que o centro. Este processo

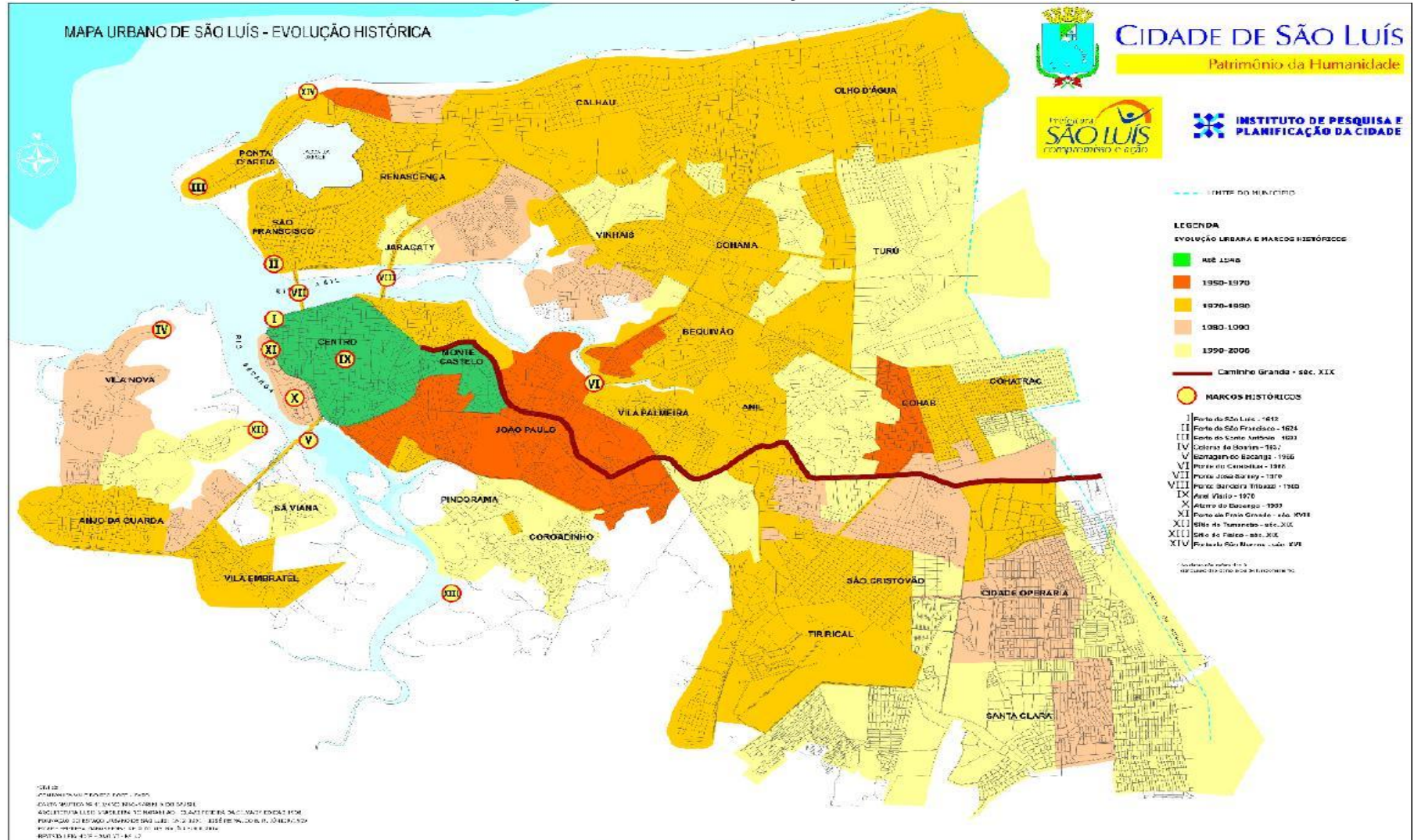
inicia novamente uma reconfiguração dos espaços, em que, no centro, encontra-se uma cidade antiga, colonizada pelos portugueses do século XVII, e, ao seu redor, uma cidade contemporânea, com a função de substituir as antigas residências e de transferir a população do centro para as periferias. Deste modo, a área central passa por um processo de abandono do que resulta a perda do seu papel de centro cívico.

No livro *Urbanização e Desenvolvimento Sustentável* de Frederico Burnet, em que trata de forma instigante os problemas urbanos de São Luís, o autor explica esta ruptura ideológica do centro colonial e os novos espaços urbanos fragmentados na cidade:

A homogeneidade, a escala e a continuidade urbana da colonial São Luís haviam sido substituídas pela fragmentação do espaço urbanizado através de incontáveis conjuntos residenciais, isolados entre si e disseminados pelo interior da ilha, acessíveis através de avenidas rodoviárias que atravessava imensas extensões de terras vazias (BURNETT, 2008, p.132).

E o mesmo autor, apresenta dois tipos de urbanização em São Luís, dividindo o território da cidade em uma urbanização tradicional concentrada no centro e uma urbanização moderna conquistada pelas novas tecnologias ao redor do núcleo inicial. A evolução histórica da urbanização do território de São Luís pode ser observar na (figura 6.5).

Figura 6.5
Evolução histórica da urbanização em São Luís



6.3 A cidade muda de tamanho e a organização dos espaços

Devido ao crescimento populacional e do aumento da malha urbana nos assentamentos, foram transferidas terras do governo federal para o município com objetivo de legalizar a expansão da cidade (figura 6.6). Passam-se a compor oficialmente, no espaço de São Luís, os bairros do Rio Anil e as áreas do Tibiri, Pedrinhas e do Itaqui Bacanga, uma área de 44.772 hectares conforme o Plano Diretor de 1974. A finalidade é poder direcionar e disciplinar o uso e a ocupação do solo urbano, que até então estava sendo apropriada de forma desordenada.

Figura 6.6
Novos territórios incorporados ao Município, através de transferências da União



Fonte: BURNETT, 2006, p. 20.

A transferência das terras do Governo Federal ao municipal exige que a administração do prefeito Haroldo Tavares, em 1975, providencie a regulamentação do espaço urbano. Para tal, utilizou a proposta de Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo e elaborou o Plano Diretor de 1977, em que propôs o zoneamento do território. Nele, a ocupação do Itaquí-Bacanga ao sudoeste foi considerada uma zona industrial de grande porte e, além do porto, previa-se a instalação da siderúrgica (SIDERBRÁS).

O zoneamento da área residencial se define de duas formas: uma destinada ao corredor centro-anil, que reuniu os conjuntos habitacionais populares, milhares de casinhas iguais construídas sem um interesse aprofundado da arquitetura (figura 6.7). Essa área concentrou uma mistura das classes pobres e médias da população. A outra zona é a nova área dominada pela ponte sobre o Rio Anil, abrindo caminho até a faixa litorânea. Nela se concentrou a população de renda média-alta, com a construção dos conjuntos habitacionais BASA, Renascença e São Francisco.

Figura 6.7
Padrão de conjunto residencial de classe média de São Luís



Fonte: BURNETT, 2008, p. 132.

O Plano Diretor de 1977 foi utilizado como um mecanismo para tentar conter e controlar a dinâmica da expansão urbana, que apresentou fortes sinais de desintegração. O Plano Diretor, através do poder legislativo, empregou o

disciplinamento do uso da terra e definiu o planejamento físico territorial da cidade. Assim, aclara em seus objetivos os termos legais quanto ao uso da terra urbana:

Proporcionar a São Luís condições para receber os impactos dos grandes investimentos programados; estabelecer uma política adequada de uso da terra; definir as condições de equilíbrio entre a ocupação e o meio ambiente; indicar hipóteses de desenvolvimento urbano, de modo a obter uma utilização racional das diferentes áreas, mesmo fora dos limites municipais; promover a adequação dos mecanismos da administração municipal ao sistema de planejamento proposto; estimular a coordenação intergovernamental para o desenvolvimento das funções urbanas e regionais de São Luís; Fornecer as diretrizes para o uso da terra e o zoneamento; definir os parâmetros de proteção do meio-ambiente, em seus aspectos ecológicos e estéticos; estabelecer as bases de um plano de transportes; valorizar o patrimônio histórico (Plano Diretor 1977, p. 3).

Por tanto, pode-se inferir que os planos diretores são ações implantadas pelos governos como um instrumento de intervenção no presente do planejamento territorial das cidades, ou seja, materializar o momento em que o Estado intercede no uso da terra e na questões urbanas, incluindo a relação política das classes sociais e suas frações, buscando conciliar interesses públicos e privados através do instrumento de ordenação territorial, da produção, da distribuição e da localização dos equipamentos de serviços coletivos.

É nesse período da organização territorial em São Luís que a intervenção do Estado tem uma maior importância na construção e na distribuição dos espaços urbanos do que em qualquer outro momento da história. Essa intervenção gera o início de um novo estilo de segregação socioespacial, que aparecerá na cidade mediante os instrumentos de planificação realizados pelos governos.

Para o Estado, o alto crescimento populacional justifica a organização e a reorganização dos espaços ocupados; é nesse sentido que a cidade, a partir das décadas seguintes, começou uma metamorfose que parece não ter mais volta.

Novos fragmentos dos espaços surgiram com características diferentes e com novas funções.

6.3.1 Plano Diretor: ferramenta para o desenvolvimento da cidade

O crescimento populacional ocorrido na década de 1970 marca as conquistas por terras, a criação de novos bairros e a necessidades de atualizar as leis de ordenação urbana. O fenômeno do aumento populacional que se desenvolveu na cidade torna-se mais expressivo quando se faz comparações dos dados populacionais daquela época. Deste modo, percebe-se que, entre 1970 e 1980, a população cresceu 70,8% em uma só década, ou seja, um aumento linear de 7% por ano. Os números colocam São Luís na sétima cidade brasileira que mais cresceu populacionalmente, em termos relativos na década de 1980, perdendo somente para Brasília, Cuiabá, Campos Grande, Manaus, Goiânia e Boa Vista, e na primeira cidade em relação às outras capitais nordestinas (Ver quadro 6.1).

Quadro 6.1
Número de habitantes e crescimento populacional no ano de 1970 e 1980

Capitais Nordestinas	Número de habitantes		Crescimento Pop.%
	1970	1980	
São Luís - MA	270.651	460.320	70,08
Teresina – PI	230.168	388.922	68,97
Aracaju - SE	186.838	299.422	60,25
Natal - RN	270.127	428.721	58,71
Fortaleza - CE	872.702	1.338.793	53,40
Maceió - AL	269.415	409.191	51,88
Salvador - BA	1.027.142	1.531.242	49,07
João Pessoa - PB	228.418	338.629	48,24
Recife - PE	1.084.459	1.240.937	14,42

Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE, *Censo Demográfico 1970 e 1980*.

Desse acontecimento pode se inferir que a posição ocupada pela capital do Maranhão referente às outras cidades brasileiras ocorreu devido ao tardio crescimento urbanístico que sofreu a cidade, ou seja, a maioria das outras cidades já eram mais urbanas que São Luís, que somente na década de 80 pôde protagonizar esse crescimento populacional, como dito anteriormente,

proporcionando a sétima posição das cidades brasileiras que mais aumentaram a população urbana em 1980.

A cidade de São Luís, na década de 1980, encontra-se em outro patamar na escala urbanística em relação à década de 1970. O fato de que a explosão populacional vinha consolidando a maioria dos espaços na cidade faz surgir novos centros administrativos e novos estilos de construção, logo, os bairros começam a tomar forma, mudando o rumo e o ritmo do processo urbanístico que conseqüentemente modificou a trama urbana da cidade.

Dito isso, São Luís passou por uma metamorfose nos espaços citadinos nos anos seguintes a 1980. Um dos elementos que contribuiu para essa transformação foi o surgimento do primeiro projeto de shopping-center no bairro Renascença II, cuja implantação dava início à primeira concentração residencial verticalizada na ilha em função do preço do metro quadrado. Assim, o bairro torna-se referência para as classes de alto poder aquisitivo, o que o converte em uma área nobre.

O jornal *O Imparcial*, de 3 de novembro de 2002, enfatiza esse novo estilo de moradia verticalizada, inicialmente com poucos prédios construídos, embora mais tarde a cidade se adaptasse a essa forma. A editora inicia por seu título, *A cidade se verticaliza*:

São Luís consolida, aos poucos, sua modernização arquitetônica, através de construções verticais. Essa tendência vai alterar, definitivamente, o perfil físico da parte jovem da cidade, determinando a ocupação do solo urbano das áreas mais nobres em novas bases. O setor de construção está aquecido e as estimativas apontam investimentos de R\$200 milhões nos últimos dois anos. A maioria dos 60 empreendimentos lançados ou a serem lançados no período se concentram nos bairros: Renascença, Ponta do Farol, São Marcos e Calhau (*O Imparcial* de 3/11/2002).

Nesse mesmo período também se inicia o projeto de implantação da Avenida Atlântida (atualmente conhecida como Avenida Litorânea) a contornar as praias ao norte da cidade e que deu origem a novos polos desconectados dos espaços já

urbanizados e concretizou uma ocupação do espaço de forma fragmentada, dando a impressão ao Bairro Renascença II de inacabado, com inúmeros lotes vazios, sem muros e sem calçadas.

Com uma quantidade significativa de ocupações que não estavam planejados pelo Plano Diretor de 1977, ocorre a necessidade de alterar o Plano, e, assim, em 24 de junho de 1981, é criada a lei de 2.527, com o objetivo de incorporar as novas áreas urbanizáveis e, portanto, uma modificação na classificação do zoneamento em relação ao anterior Plano Diretor.

A nova reforma de 1981, além de assegurar as novas zonas urbanizáveis, também foi responsável pela nova classificação das zonas. O centro passou a receber uma preocupação maior no que se refere aos interesses para com a preservação paisagística, por ter importância turística. A área central abrangeu uma área maior, o que influenciou diretamente nos bairros que se encontram localizados ao redor. Deste modo, passam a ser considerados como sub-centros, sofrendo uma modificação na sua classificação. Esses bairros, a partir desta reforma, terão um índice de restrição na ocupação/construção de novos lares, resultando em uma diminuição da densidade nessas zonas.

Outra zona que teve sua classificação alterada foi Itaqui-Bacanga. Embora fosse área considerada industrial pelo Plano Diretor de 1974, de fato, parte dessa área já era significativamente ocupada por moradores, onde concentrava-se uma pequena parte da população pobre da cidade oriunda das palafitas que se encontravam ao redor do Rio Bacanga. Essa área também foi saturada pelo deslocamento de várias famílias que foram vítimas de um incêndio no bairro Goiabal (no centro). Em vista de a área já ter sido ocupada por famílias, a reforma de 1981 modificou a classificação da zona, passando de industrial para zona residencial de alta densidade. Um comerciante, ao se referir ao trágico acidente em Goiabal e o nascimento do bairro do Anjo da Guarda (área localizada no Itaqui-Bacanga), em uma entrevista concedida para o *Imparcial*, relata:

As pessoas do Goiabal perderam tudo num grande incêndio. Elas estavam sem casa e existia essa cidade que estava 'sem moradores'. A solução foi deslocar

todo mundo para lá. Foi assim que o Anjo da Guarda nasceu. O sentimento de comunidade era muito forte. Todo mundo se unia em torno de um objetivo comum, (lembra o comerciante em uma entrevista realizada pelo jornal *O Imparcial*)²⁰.

A reforma de 81 foi mais um dos elementos políticos na história da consolidação dos espaços construídos em São Luís; no entanto, essa década também está marcada pela atuação dos agentes econômicos articulados com o Estado, que realizaram intervenções massivas no processo de constituição do urbano. Neste sentido, foram criados novos polos residenciais de alta e de baixa renda; assim, a época destacou a forte segregação socioespacial, com o aparecimento de equipamentos e serviços públicos concentrados e privilegiados em determinadas áreas.

A produção da política habitacional no Brasil, em 1980, apresentou como resultado de 4,5 milhões de moradias, que correspondiam a cerca de 22% do incremento domiciliar do país, sendo 48,8% destinados aos setores médios e 33,5% aos setores populares. Em São Luís, o déficit habitacional médio era de 7.624 famílias. Ao comparar com a década anterior, a média de moradores por domicílio era de 6,1 em 1970 e 5,5 em 1980²¹, o que demonstra um aumento maior de habitações do que da população; contudo, ainda não supria a necessidade da população total por moradias.

Nesse período em São Luís, pode-se destacar também o início da verticalização dos edifícios, dos grandes projetos econômicos agro-florestais, agrícola empresarial e minero-metalúrgico e o crescimento dos investimentos nas obras dos sistemas viários. Este último teve como destaque as obras o prolongamento da Avenida dos Franceses para o Sacavém, vias marginais do rio Bacanga e do rio Anil, as obras do Anel Viário (iniciada em 1972 e concluída em 1985) e a construção da terceira ponte da cidade, inicialmente denominada ponte da Camboa e atualmente conhecida como ponte da Bandeira Tribuzzi. Ela aproxima o Centro Histórico ao pequeno

²⁰ Fonte: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4kfza2FIUK0J:www.oimparcialonline.com.br/noticias.php%3Fid%3D23596+S%C3%A3o+Lu%C3%ADs+inc%C3%AAdio+no+bairro+goia bal&cd=3&hl=es&ct=clnk&gl=br>

²¹ Fonte: Censo Demográfico, 2000

distrito industrial. Essas construções são lembradas por Geraldo Serra em seu livro *Urbanização e centralismo autoritário*.

Em primeiro lugar, salta aos olhos a ociosidade do sistema viário principal, inclusive porque uma boa parte das vias pavimentadas e com duas pistas encontra-se em áreas periféricas, absolutamente desocupadas, e que se encontravam ainda desocupadas em verificação recente (1986). Apesar disso, continua-se a investir pesadamente em sistema viário, construindo uma nova avenida marginal (SERRA, 1991, p. 102).

Em 1986, a configuração espacial de São Luís já compreendia vários elementos consolidados, como um novo sistema de vias, ruas asfaltadas, calçadas bem estruturadas, pontes, moradia em edificações, entre outros. A partir deste ano, a metamorfose da cidade deu uma estagnada, consequência da instabilidade econômica que voltou ao Brasil, devido aos acontecimentos globais, como a pressão da guerra fria, a democratização de vários países, a queda da bolsa de valores e uma mudança do sistema financeiro internacional.

O quadro financeiro do Brasil determina o esgotamento das políticas de expansão habitacional. O programa, responsável pela maioria das habitações populares junto com o importante sistema de financiamento Banco Nacional da Habitação (BNH), é extinto nesse mesmo ano, em 1986. Termina o sistema responsável por uma boa parte das produções dos empreendimentos imobiliários em São Luís.

Em 1988, surge a nova constituição federal, que transfere a responsabilidade das políticas públicas locais para os municípios, com a finalidade de elaborar estratégias específicas de desenvolvimento local. O intuito era almejar uma forma melhor das normatizações do uso e da ocupação do solo e as possibilidades de regularização das posses urbanas.

A nova estratégia de gestão integra a ideia da participação cidadã diretamente nos processos decisórios sobre o destino da cidade, colocando em prática a Agenda 21 Nacional e o Estatuto da Cidade, conceitos de políticas urbanas aplicadas para

participação da sociedade com intuito de melhorar a administração e o controle do uso do solo.

O discurso de disciplinar e controlar os modos de apropriações e usos do território fez surgir, em 1992, um novo Plano Diretor, assumindo um papel de regulador em uma cidade que cresce em um urbanismo espontâneo de habitação autoconstruídas e de uma arquitetura voltada para os caprichos do mercado imobiliário.

A estrutura do novo Plano Diretor de 92 está dividida em objetivos, diretrizes e instrumentos, além de temas específicos como política de desenvolvimento urbano, função social da cidade e função social da propriedade urbana. Pode-se destacar um dos objetivos do Plano no requisito de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, que tinha como incentivo a ocupação dos vazios urbanos existentes em quantidades significativas na cidade. Esse objetivo teve êxito, pois, ao observar os índices urbanos anteriores, percebe-se que vários trechos das áreas desocupadas tiveram sua capacidade quase que completamente urbanizadas.

O plano diretor de 1992 divide o município de São Luís em 38 zonas, agrupadas em torno das categorias Zonas Residenciais, Zonas Turísticas, Zonas Administrativas, Zona Central, Zona de Preservação Histórica, Zona de Proteção Ambiental, Zona de Segurança do Aeroporto, Zona de Reserva Florestal, Zona de Interesse Social, Zona Industrial, Corredor Primário, Corredores Secundários e Zona Rural.

A preocupação ambiental foi um dos pontos importantes deste Plano de 92, devido às consequências de a cidade estar em constante transformação territorial. A pressões urbanísticas e a busca pela qualidade de vida nas urbes alteram constantemente as paisagens naturais, diminuindo as áreas verdes e aumentando as construções residenciais. O asfalto das vias públicas gera um aumento da temperatura, assim como provoca erosão, inundações, poluição, comprometimento dos aquíferos e destruição do ecossistema dos manguezais. Esses problemas acarretam o desequilíbrio da fauna e flora urbana e propiciam a construção de áreas urbanas desagradáveis, com a perda da qualidade ambiental e paisagística da cidade.

O Plano Diretor de 1992, ao se preocupar com esse cenário, fez criar a zona de proteção ambiental, como dito acima, dividida em zona 1 e 2. A zona 1 se situa na área de interesse paisagístico ao longo das praias e compreende os logradouros e edificações existentes no seu interior. A zona 2 tem seus limites compreendidos pela área do entorno das bacias hidrográficas, correntes, rios, riachos, pontes, lagos e lagoas, que existem em todo território municipal e que periodicamente são inundáveis pela própria bacia ou marés. O conteúdo da Lei Orgânica do Município de São Luís, a lei 3.253, de 29 de dezembro de 1992, especifica claramente as normas para cada zona:

SEÇÃO XVII

ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL 1 – ZPA 1

- Art. 75 - Devem ser submetidas à apreciação conjunta da Secretaria de Urbanismo e de órgãos estaduais e federais afins com assuntos de proteção ambiental todos os projetos referentes a quaisquer obras (reformas e/ou construções) desta área, assim como a ocupação dos lotes livres.
- Art. 77 - As futuras ocupações em lotes livres atualmente devem respeitar o meio ambiente local, especialmente as dunas, que devem ser preservadas.
- Art. 78 - Os lotes resultantes de novos parcelamentos são fixados e disciplinados pelas seguintes normas:
 - I. Área mínima do lote igual 800,00 m² (oitocentos metros quadrados);
 - II. Testada mínima do lote igual a 20,00 m (vinte metros).

SEÇÃO XVIII

ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL 2 – ZPA 2

- Art. 81 - As Zonas de Proteção Ambiental 2 situam-se em áreas de terra firme e de proteção às bacias hidrográficas, lagos, lagoas, mangues, igarapés, rios e outras áreas inundáveis por marés, sendo considerada de preservação ambiental todo o interior e uma faixa externa de 50,00 m (cinquenta metros), a partir de suas margens.

- Art. 82 - Devem ser submetidos à apreciação conjunta da Secretaria de Urbanismo e de órgãos estaduais e federais afins, com assuntos de proteção ambiental, os projetos referentes a quaisquer obras (reforma e/ou construção) de edificações nesta área.
- Art. 83 - Na Zona de Proteção Ambiental 2 são permitidos projetos voltados à recreação e ao lazer público, devendo ser analisados e aprovados previamente pelos órgãos competentes, na forma desta Lei e de outras afins com a preservação do meio ambiente.
- Art. 84 - Competem aos proprietários de terrenos atravessados e/ou limitados por cursos de águas, córregos, riachos canalizados ou não, a sua conservação e limpeza nos trechos compreendidos pelas respectivas divisas, de forma que suas seções de vazão mantenham-se sempre desimpedidas.

Outra preocupação do Plano Diretor foi com as políticas econômicas de tipo cultural voltadas para o ordenamento e controle dos usos do território e do patrimônio cultural. As instituições políticas passavam a se interessar pela conservação e a reabilitação do Centro Histórico. O Plano Diretor 1992 do município de São Luís, no Título VI, do patrimônio cultural (art. 44, 45, 46, e 47) esclarece o dever de proteger e conservar os bens excepcionais.

A política de valorização do Patrimônio Cultural do Município visa assegurar a proteção e disciplinar a preservação do acervo de bens existentes, cuja expressão tenha significado para o Patrimônio Cultural do Município de São Luís. A proteção do patrimônio fica incorporada ao processo permanente de planejamento e ordenação do território (Plano Diretor, 1992).

Nos capítulos seguintes em que a investigação desta tese se concentra especificamente no Centro Histórico de São Luís, explicam-se os efeitos causados pelo plano de 92, assim como detalha-se a delimitação da área central através desse código de zoneamento. No entanto, o que se pode comentar aqui é a característica das áreas incorporadas pelo Plano Diretor de 92, que se encontravam em estado de degradação e de desocupação, consequência do abandono do núcleo

pela população, que se deslocara para os bairros criados nas décadas anteriores, como comentado anteriormente.

A situação do abandono do centro foi agravada pela ocupação dos edifícios pelos órgãos administrativo, Federal, Estadual e Municipal, afastando cada vez mais a população residente. O governo, com a finalidade de tentar modificar este cenário no centro, implanta o Projeto Reviver, programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico e o Projeto de Habitação (temas que serão discutidos com mais detalhe no capítulo 8), numa tentativa que deixou a desejar no processo da gentrificação²². Na discussão sobre processos de restauração e revitalização das antigas áreas centrais das cidades, argumenta a doutora em filosofia Otília Arantes, que está claro que:

[...] os centros restaurados acabam se convertendo em cenários para uma vida urbana impossível de ressuscitar. Imagens de uma cidade dita comunicante, onde a pluralidade nada mais é que décor cultural. Assim, a reabilitação de certos bairros, especialmente dos centros urbanos, não passa de uma verdadeira consagração da eternidade da cena – bem polida, limpa, enfeitada, transformada ela mesma em museu. Temos exemplo de sobra disso. E quando a discrepância entre o que se pretende encenar e o que de fato ocorre começa a dar demais na vista, a fraseologia alternativa vira pura e simples desfaçatez demagógica. Não ignoro que por toda parte – e até no Brasil – ainda há exemplos isolados da boa vontade progressista de alinhar essas intervenções no desenho urbano com uma possível instauração da cidadania (recomposição in extremis de um tecido social coerente); mas é tal a força de contaminação inerente a essas iniciativas cenográficas, que ficamos pensando se não se trata na verdade de um ensaio a mais de uma representação futura (ARANTES, 1993, p. 6–10).

Após a tentativa de revitalização do centro, que, por certo, teve alguns benefícios, entre os quais a captação de turistas. Com a entrada da atividade turística ficou mais

²² É um fenômeno da transformação dos espaços urbanos que ocorre, com ou sem a intervenção governamental, com o intuito de enriquecer, melhorar, tornar nobre aquele espaço, com a retirada de moradores tradicionais, que geralmente pertencem a classes sociais menos favorecidas e conseqüentemente uma valorização imobiliária.

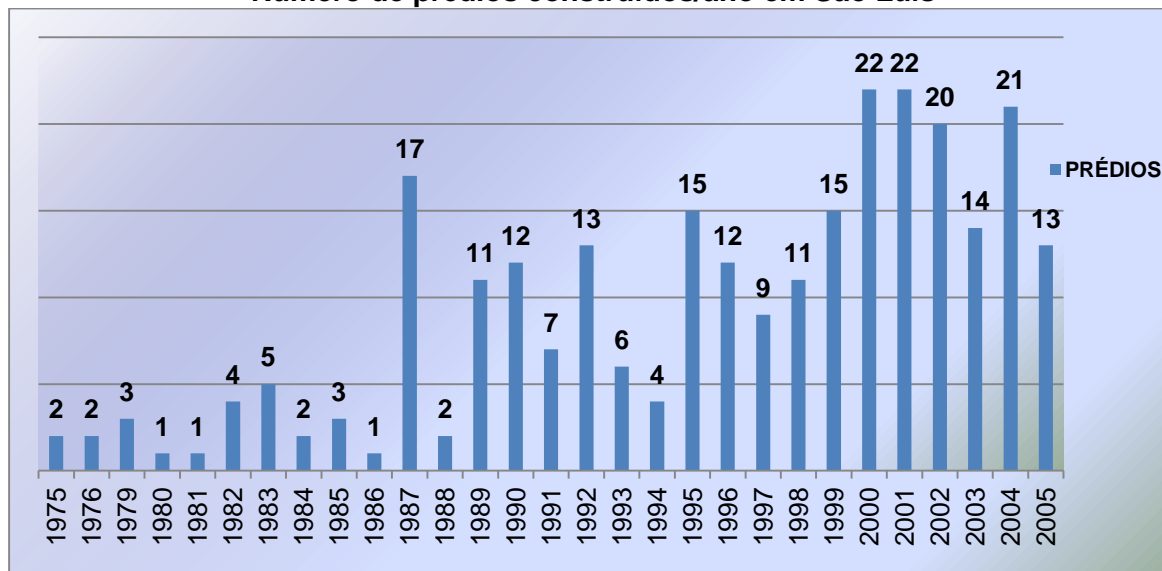
clara a dificuldade da revitalização habitacional, ocorrendo de forma constante a transformação das habitações pelo comércio e/ou serviços, respondendo às funções exigidas e definidas para este singular território.

O território da cidade de São Luís, no século XXI, já estava consolidado e encontrava-se dividido da seguinte maneira: a área central concentra os setores administrativos e uma boa parte do comércio e serviços, destes sendo a maioria destinada para o turismo. Fora do centro, nas áreas em adjacência, estão os bairros construídos na década de 70 e 80 pelo programa Federal.

Os núcleos dos bairros fora da área central ganharam importância social e econômica. A valorização e o crescimento populacional sobre o tecido urbano definiram uma aceleração nos padrões residenciais e proporcionaram uma intensificação das construções de edificações verticalizadas. O aparecimento de edifícios modernos, de inspiração funcionalista, colaborou para o crescimento do número de construções formais na cidade.

Diante este cenário, pode-se analisar que, no ano de 1987, houve um pico nesse novo estilo de moradia: as construções verticalizadas naquele ano corresponderam a 17 edifícios, o que só será superada 12 anos mais tarde, correspondendo a 22 construções de prédios no ano de 2000 (figura 6.8). A partir deste ano haverá uma maior frequência neste tipo de construção. Também é importante lembrar que muitas vezes as construções dessas edificações tardam mais de ano, ou seja, para as condições tecnológicas da época de 1987: para ter 17 prédios construídos, deveriam ter sido inicializadas as obras anos antes.

Figura 6.8
Número de prédios construídos/ano em São Luís



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da SEMA/SEMTHURB.

Pode-se resumir a investigação desenvolvida neste capítulo a que São Luís experimentou pela primeira vez uma urbanização acelerada, processo que repercutiu, decisivamente, sobre a valorização mercantil da terra, os interesses fundiários e imobiliários, as disputas territoriais e os modos de provisão de moradias.

Entre 1960 e 1980, afloram com máxima densidade no espaço citadino: 1) a edificação de pontes, aterros, barragens e terminais ferroviários e marítimos, 2) a ampliação/saturação da ocupação das áreas alagadiças mediante o recurso construtivo de palafitas, 3) as iniciativas estatais voltadas para desapropriação de áreas e transferência de população e 4) a construção de grandes conjuntos habitacionais com financiamento do SFH/COHAB.

Dentro deste cenário, a urbanização de São Luís foi construída de forma reticulada, ou seja, transformada através de fluxos cada vez mais dinâmicos. Com a velocidade crescente dos deslocamentos populacionais, a necessidade de construção e reconstrução dos espaços urbanos, a obrigação com os cidadãos e a pressão imobiliária, a cidade tornou-se um mercado em constantes conflitos de interesses entre os agentes urbanos e os autores.

PARTE III

CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS 1986 – 2006



CAPÍTULO 7

CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

Para poder investigar as problemáticas que abrangem o núcleo central, devem-se conhecer melhor suas características, sua identidade, seu passado e sua tipologia. É a partir deste conhecimento que se identificam, analisam e propõem soluções. Neste capítulo, reúnem-se informações suficientes para poder compreender como e por que o centro de São Luís é hoje o Patrimônio da Humanidade e um dos maiores exemplares da arquitetura remanescente dos séculos XVIII e XIX da América Latina.

Os diversos textos publicados sobre as características do centro de São Luís ajudam a entender como funcionam os espaços nessa área central. A quantidade de informação sobre os estudos dos traçados das ruas ou da tipologia dos edifícios, ao mesmo tempo que facilita, também dificulta. A recopilação dos dados, das informações, e a organização desta bibliografia transformam este trabalho, que, a princípio parece fácil, em árduo e laborioso. Assim, esta investigação é resultado de uma ampla recopilação bibliográfica e da análise dela, que ajudou a compreender como está construído esse espaço nos tempos atuais, além de poder identificar os elementos urbanos localizados no centro. Tais elementos fizeram parte do principal processo ideológico de defesa em prol da conservação do centro histórico.

O objetivo deste capítulo é identificar os elementos urbanísticos que compõem as características da cidade velha, principalmente, o estudo da tipologia dos casarões e da arquitetura trazida do além-mar, compreender como e o que foi herdado, para depois abordar as questões sentimentais do apego ao passado e posteriormente as

necessidades de adaptação do centro antigo à realidade do século XXI. Estes dois últimos itens serão discutidos nos capítulos posteriores.

Este capítulo tem como finalidade também a de analisar o uso do solo na área central, que está delimitado pelo Anel Viário, atualmente composto por 11 bairros, sendo que um deles se encontra fora deste limite, localizando-se nas adjacências do núcleo central. A heterogeneidade das funções do uso do solo no centro de São Luís é considerada uma das características importantes na valorização desse espaço urbano e merece ser investigada para poder entender como esta área foi desenvolvida no entorno cultural, social e econômico.

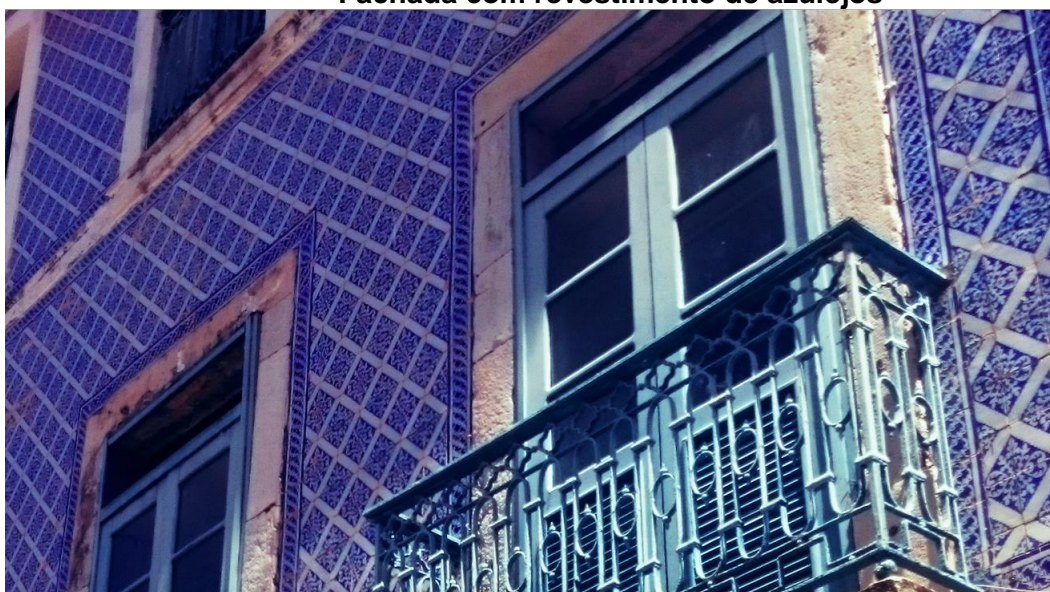
Através dos capítulos anteriores, em que se tratou da evolução urbana da cidade de São Luís, de sua história e da metamorfose dos espaços, proporcionou-se conhecimento suficiente para entender como ocorreu a construção dos elementos urbanísticos, o que os influenciou, em qual ciclo econômico encontravam-se inseridos no momento da construção desses espaços e as modificações realizadas ao longo do tempo.

Uma vez consciente dessas informações, pode-se destacar que a área central foi construída de acordo com fatores que já foram comentados nos capítulos anteriores. Vale ressaltar alguns desses elementos que deram forma ao centro que se consideram importantes no estudo da cidade, tais como as vias ortogonais, o clima e a variação do ciclo econômico; eles podem ser explicados como segue abaixo:

- A construção das vias ortogonais, em forma de xadrez com quadras de tamanho reduzido, era a melhor maneira de iniciar uma cidade. Esse foi o pensamento daqueles que fundavam cidades no litoral do Brasil e do mesmo modo ocorreu em São Luís. As edificações foram implantadas sobre a malha urbana viária ortogonal no sentido norte-sul de forma contínua. Esta delimitação permanece nos tempos atuais, porém tendo em alguns lugares uma pequena alteração na largura das vias.
- A influência do clima na hora de construir um casarão foi um elemento importantíssimo. Por ser uma cidade cálida durante todo o ano, os

portugueses adaptaram suas residências à realidade em que se encontravam; assim, as casas foram revidadas de azulejos trazidas em sua maioria de Portugal com a finalidade de refletir os raios solares, mantendo, desta forma, o interior das residências com um clima agradável. Outra vantagem que este tipo de revestimento proporcionava era a impermeabilidade, que favorecia a proteção contra as chuvas tropicais. Além dessas utilidades, o azulejo também era um elemento considerado decorativo das paredes. Observa-se que os desenhos artesanais são apresentados em esquemas ornamentais, que recordam a origem renascentista e maneirista (figura 7.1).

Figura 7.1
Fachada com revestimento de azulejos



Elaboração do autor.

- O ciclo econômico favorável e desfavorável, caracterizado pela influência da atmosfera industrial e pela estagnação econômica, respectivamente, teve igual importância em cada etapa da existência da cidade de São Luís. No primeiro momento, que compreende a segunda metade do século XIX, representado pela prosperidade econômica, a cidade desfrutou seu apogeu socioeconômico. Neste contexto, foram construídos diversos casarões e inúmeras casas populares, enquanto que a quantidade de moradias de palha decaiu. Também foram concretizadas diversas obras e ao mesmo tempo

abriram-se várias indústrias. Este período ajudou a construir uma São Luís mais harmônica e os ludovicenses estavam mais satisfeitos com seu status social e econômico. Depois do auge econômico, em princípios do século XX, a capital ludovicense passa por uma crise e estagnação da economia. Este segundo momento é considerado importante, porque fez com que não houvesse mudanças significativas na estrutura da cidade. Essa estagnação contribuiu para a permanência dos imóveis construídos no século passado em razão da falta de verbas para acompanhar as reformas urbanísticas que ocorriam em algumas cidades Brasileiras, como a reforma sanitária realizada no Rio Janeiro. Desta maneira, São Luís consegue salvar seu acervo arquitetônico.

O conjunto arquitetônico construído ao longo do tempo e sua preservação foram consequência de vários fatores. As circunstâncias citadas a cima tiveram um peso importante no momento do desenvolvimento da cidade. Junto a esses fatores, soma-se o “despertar” nos conservadores do interesse pelos elementos peculiares dos azulejos que se faziam visíveis nos edifícios. Eles injetaram o sentimento preservacionistas no período em que a cidade passava por modificações (tema discutido no seguinte capítulo), ato que, unido com os outros eventos, contribuiu para a sobrevivência do Centro Histórico de São Luís. Dessa maneira, hoje, os azulejos são considerados símbolo da cidade, reconhecido pela Unesco como um Patrimônio da Humanidade, e são usados pelo governo do Maranhão e pelas agências turísticas como propaganda midiática, através do *slogan* Cidade dos Azulejos.

Para entender o espaço objeto de estudo desta tese, é necessário dividir este capítulo em três partes: a primeira situa o leitor no que se refere à delimitação da área de estudo e suas características relacionadas ao centro urbano, compreendido nos dois primeiros subcapítulos; a segunda está caracterizada pelo título Tipologia do Acervo Arquitetônico e está voltada a identificar o acervo preservado no núcleo urbano e os elementos tipológicos que fazem parte dos antigos casarões. Já a terceira parte investiga como está repartido o uso do solo, identificando os principais problemas relacionados com esta área.

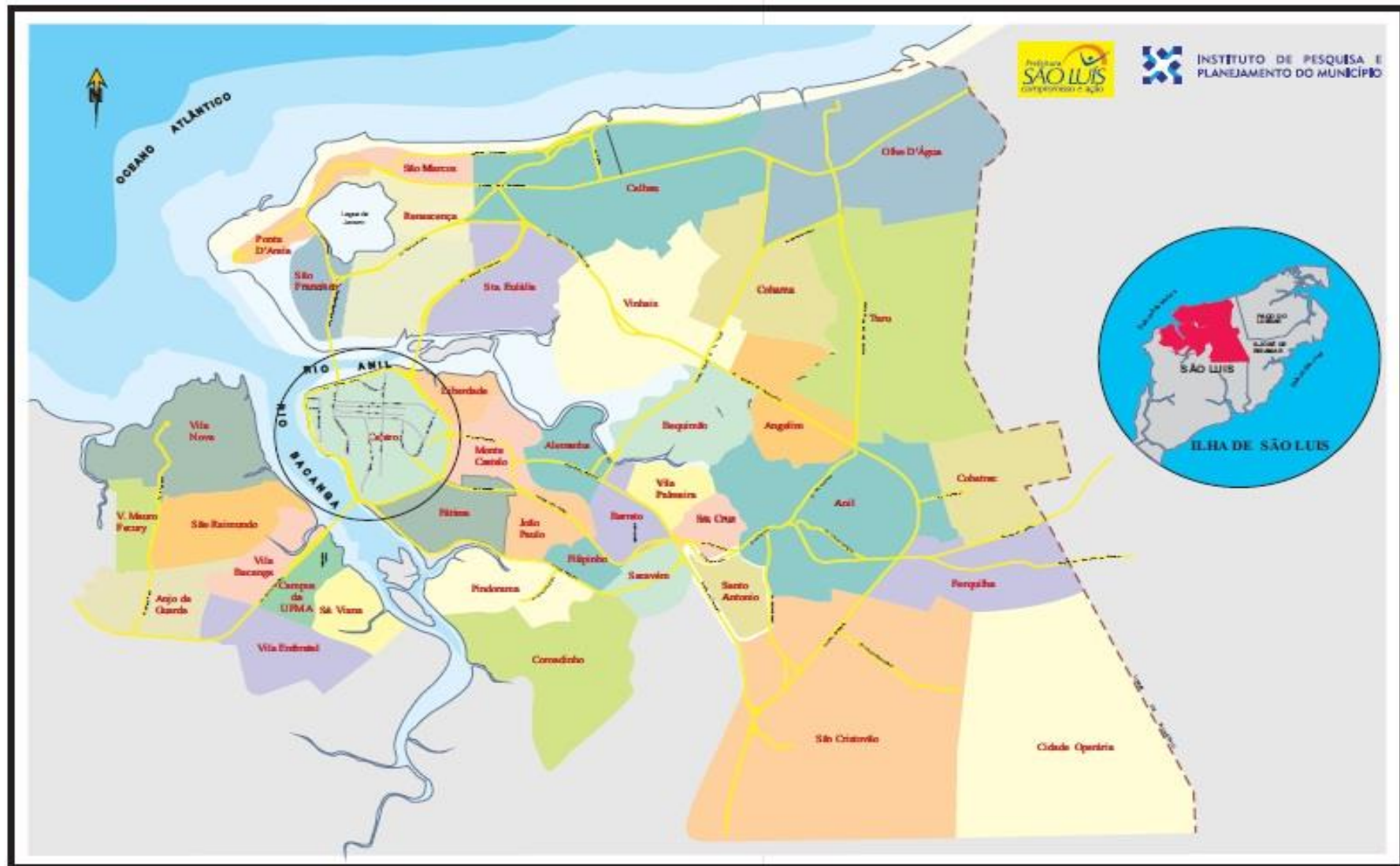
7.1 Delimitações da área central

Como já dito anteriormente, a capital do Estado do Maranhão está localizada na parte ocidental da ilha Upaon-Açu dos índios Tupinambás, hoje ilha de São Luís; a área total compreende a 1.370 Km². São Luís ocupa cerca de 60 por cento da ilha, com uma área de 827,1 Km², situada no Golfão Maranhense, que se configura junto à confluência dos rios Mearim, Itapecuru, Pindaré e Munim.

A cidade de São Luís possui 1.064.197 habitantes (IBGE, 2014) e tem como cidade limítrofe São José de Ribamar a leste. A oeste limita-se com a Baía de São Marcos, ao sul com o estreito dos Mosquitos e ao norte com o Oceano Atlântico. Apresenta clima tropical úmido e vegetação típica da região pré-amazônica; possui um rico e diversificado ecossistema, composto por rios, praias, dunas e manguezais que permeiam todo o seu território.

A área urbana central de São Luís está localizada na ponta oeste do promontório, que tem uma elevação de aproximadamente vinte a trinta metros, e que está formado pela confluência dos rios Bacanga e Anil, que desembocam conjuntamente na Baía de São Marcos (figura 7.2). O limite do centro está bem definido pela via de contorno denominada Anel Viário, com uma área em torno de 8 Km²

Figura 7.2
Localização do centro de São Luís



Fonte: NUNES, 2006, p. 4.

O estudo do contexto geográfico é necessário para poder analisar as dificuldades que a localização representa para o Centro Histórico. O sítio onde se encontra é um lugar peculiar por estar situado em uma ilha em pleno estuário e a 2 graus abaixo da linha do equador. Por esta razão, as condições geográficas tendem a ser um sistema fechado, o que limita os recursos naturais, como água potável, e, por consequência, a interferência no sistema ecológico, aumentando o estado crítico das questões relacionadas à poluição.

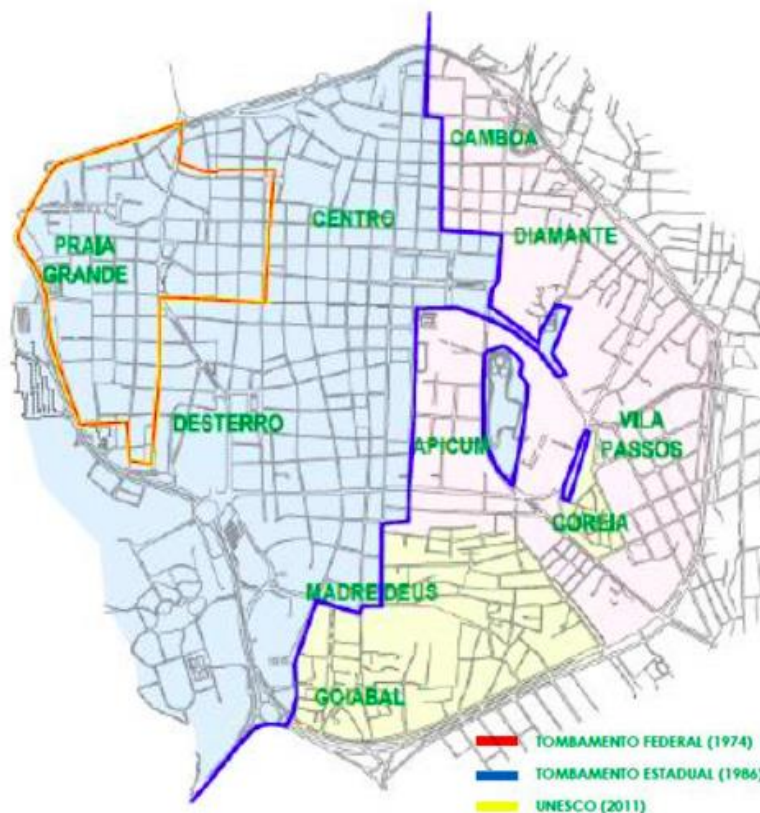
7.2 Características do Centro Histórico de São Luís

O Centro Histórico de São Luís é formado por aproximadamente 5.607 imóveis tombados. Esse acervo arquitetônico é composto, em sua grande maioria, por prédios de função habitacional e comercial, resultado de um dos principais períodos econômico do estado no século XIX.

Esses imóveis estão divididos em duas áreas de proteção, denominadas como zonas de proteção estadual e federal (figura 7.3), esta última ampliada em 2012 através do processo de re-ratificação, na reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, coincidindo assim com a área inscrita pela Unesco. Essas zonas abrangem, respectivamente, 4.629 imóveis em 160 hectares e 978 imóveis em 60 hectares, abarcando o total dos imóveis decretados como valor histórico e artístico.

A área reconhecida pela Unesco em 6 de dezembro de 1997 está definida com base no relatório realizado pelos técnicos da *International Council on Monuments and Sites* - ICOMOS, que visitaram a cidade no ano anterior. O perímetro abrange perfeitamente a planta original da cidade de 1640. Toda a parte de interesse histórico do centro de São Luís está dentro da Zona de Preservação Histórica – ZPH, delimitada pelo Plano diretor do Município.

Figura 7.3
Limites dos tombamentos federal, municipal e da UNESCO



Fonte: BARBOSA; SANTO; TRINTA, 2014, p. 124 (modificado pelo autor).

Conforme o Plano Diretor Urbanístico de 1992 (lei Municipal nº 2.352, de 29/12/92), a área central, conhecida pela população como a área envolvida pelo Anel Viário, está dividida em três categorias de zoneamento; Zona Central, Zona Especial de Interesse Social e Zona de Preservação Histórica (figura 7.4).

A Zona Central – ZC é identificada como uma área de atrativo para todos. Concentra atividades administrativas, comerciais e empresariais. É beneficiada por infraestrutura urbana consolidada, equipamentos culturais e urbanos, como a prestação de serviços, transporte e o comércio.

Zona Especial de Interesse Social – ZEIS são áreas destinadas principalmente para a população de baixa renda e seu principal uso é residência unifamiliar, multifamiliar, coletivo e geminado. Existem dois tipos de ZEIS, a ZEIS1 e ZEIS2. A diferença é que o primeiro abrange áreas ocupadas espontaneamente por assentamentos habitacionais de baixa renda e o segundo, terrenos não edificadas, sub-utilizados ou

não utilizados que precisam da implantação de programas habitacionais de interesse social. Como explica o plano de zoneamento, seção G, Zonas Especiais de Interesse Social, Art. 15.

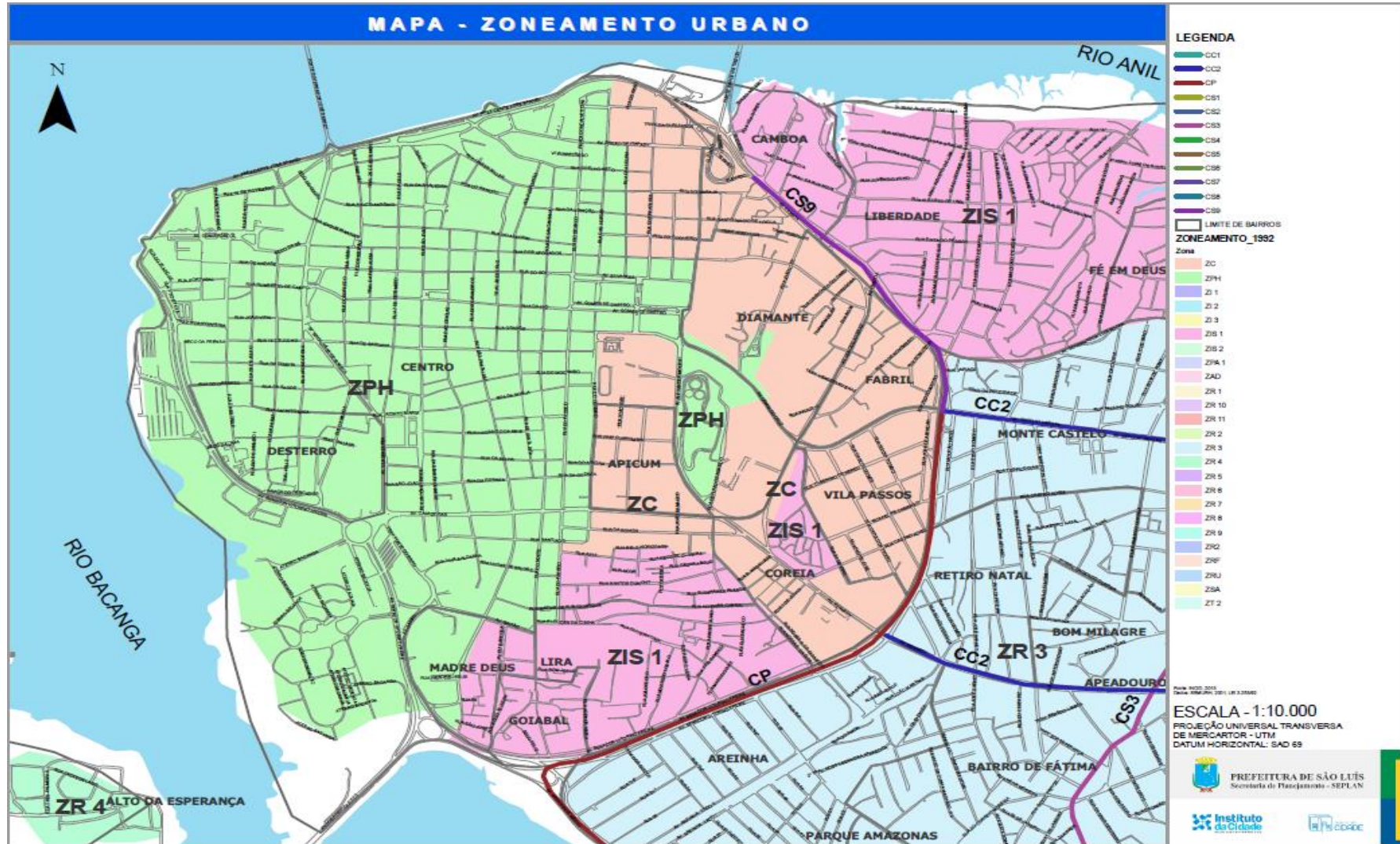
Art. 15 – Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas que se caracterizam por assentamentos de baixa renda irregulares e consolidados ou áreas sub aproveitadas. A finalidade da demarcação destas áreas no território municipal é de promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, o remanejamento e a produção de habitações de interesse social, incluindo a recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e culturais, espaços públicos e serviços e comércios de caráter local.

Parágrafo único: Por suas características de ocupação, desenvolvimento e, principalmente, dos seus índices socioeconômicos e espaciais, ficam estabelecidas as Zonas Especiais de Interesse Social 1 e 2 (ZEIS1 e ZEIS2).

No centro, encontra-se somente a ZEIS1, proveniente da ocupação espontânea onde existe interesse social em promover a regularização jurídica da posse da terra e sua integração na estrutura urbana. Assim, para considerar Zonas de Interesse Social 1, não basta, somente, ocupar um território, mas deve por lei serem analisado pela prefeitura o parcelamento da área e sua ocupação, levando em conta a realidade local. O município de São Luís possui 11 Zonas Especiais de Interesse Social do tipo 1 - ZEIS1, sendo que duas delas estão localizadas dentro do centro de São Luís e uma nas adjacências.

A Zona de Preservação Histórica – ZPH está caracterizada pelo valor dos elementos naturais, históricos, matérias e intangíveis que compõem este espaço e que representam um referencial de identidade. O centro de São Luís, que envolve todas as três zonas ZC, ZPH e ZEIS1, compreende uma área de aproximadamente de 484.41ha, onde habitam pouco mais de 33 mil pessoas (IBGE, 2010), distribuídas em 11 bairros: Centro, Desterro, Madre Deus, Goiabal, Lira, Coréia, Vila Passos, Fabril, Diamante, Camboa e Apicum (figura 7.5).

Figura 7.4
Zonamento do Centro



Fonte: Documento cedido pelo IPHAN-MA.

Figura 7.5
Limites dos bairros do centro e adjacentes de São Luís



Fonte: Documento cedido pelo IPHAN-MA.

Os conjuntos de bairros que compõem o centro estão dotados de infraestrutura consolidada, equipamentos culturais, urbano e de transporte coletivo; apresentam diversidade no uso do solo, atribuindo uma peculiaridade para cada bairro. Também contam com características históricas, culturais e arquitetônicas relevantes, que enriquecem o valor desse espaço, considerado único da capital maranhense.

O conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís é composto por uma estrutura compacta e regular, formada de quadras de tamanho reduzido de oitenta por oitenta metros (figura 7.6), edificações construídas sobre a malha urbana viária ortogonal no sentido norte-sul, mantendo de forma contínua o alinhamento das fachadas com as calçadas. Algumas das vias públicas apresentam pequenas alterações na direção e na largura, variando entre sete e dez metros de largura, como pode ser observado em alguns espaços abertos, formados normalmente nas áreas fronteiras às igrejas e, em alguns casos, pelo desaparecimento de alguns edifícios.

Figura 7.6
Traçado urbano no centro de São Luís



Fonte: Arquivo cedido pelo IPHAN - Dossiê, 2005, p. 84.

Os casarões estabelecem de maneira regular um padrão, havendo pequenas modificações nas alturas das fachadas e telhados, o que contribui para dotar um aspecto de um entorno próximo e íntimo à convivência da zona, onde o ritmo estabelecido pelas alturas dos telhados, pela topografia e pela simetria das fachadas, proporciona um resultado harmonioso e elegante.

7.3 Tipologia do acervo arquitetônico

O Centro Histórico de São Luís é formado predominantemente por edificações homogêneas representativas da arquitetura civil dos séculos XVIII e XIX (solares, sobrados, moradas inteiras, meia-morada e portas e janelas) de uso misto. As edificações residenciais assobradadas maranhenses destacam-se pela escala pouco comum no Brasil: são prédios de até quatro pavimentos com aproximadamente 20 metros de altura. Todavia, existem também construções de caráter oficial com características neoclássicas e ecléticas dos séculos XIX e XX, apresentando desenhos e adornos na composição de suas fachadas, tais como platibandas, frontões triangulares, colunatas e escadarias.

Os casarões apresentam uma arquitetura que agregou a característica tropical ao espírito lusitano, acomodando a privacidade de salas de visitas, alcovas e dormitórios junto às varandas informais voltadas para os pátios de serviços. O exterior e o interior das casas no Maranhão mostram a relação histórica entre a metrópole (exterior) e a colônia (interior).

As fachadas dos sobrados, que configuram as ruas do centro antigo, ostentam uma imagem de uma metrópole forte e uma rígida disciplina formal típica do estilo pombalino português (figura 7.7). O interior, relacionado com a colônia, expressa, de forma discreta, uma luz íntegra, arejado e despojado. Como esclarece Olavo Pereira Filho na sua visão sobre as fachadas dos sobrados em seu livro *Varandas de São Luís Gradis e Azulejos*:

As frentes, expostas ao público, exibem o empreendimento bem-sucedido, expressam a Metrópole. Fechadas, formais, eloquentes,

balizam caixas estruturais, referenciam espaços, exibem respeito, sedimentam grandeza (FILHO, 2010, p. 46).

Figura 7.7
Fachada de um sobrado localizado na rua da Estrela



Elaboração do autor.

Os tipos de moradia do conjunto tombado estão divididos em solares, sobrados e casas térreas. Os solares são edificações tipicamente residenciais e foram construídos para a alta burguesia dos séculos XVIII e XIX. Destacam-se pelo seu esplendor e a elegância de seu acabamento.

Os sobrados construídos nesse mesmo período eram comumente ocupadas pelos comerciantes, que utilizavam o para fins mercantis e os demais pavimentos para habitação, porém sem a mesma magnitude dos solares. As dependências da parte posterior são sempre formadas por avarandados corridos, protegidos por venezianas voltadas para o pátio interno. A maioria dos sobrados possui mirantes e revestimentos de azulejos nas fachadas.

As moradas térreas podem ser classificadas por diferentes tipologias, devido às diferenças entre o poder aquisitivo e as classes sociais. As moradas denominadas de porta e janela evidenciam-se por serem casas de pouca frente, por tanto, como o nome diz, são residências com apenas uma porta e uma janela para a rua. Tem uma largura média em torno de 3 a 4 metros, e de fundo 10 a 20 metros. Este tipo de habitação reflete um estilo de vida urbano bastante peculiar em São Luís, o que permite observar a existência significativa de famílias de baixa renda.

As meias-moradas são sobrados com uma porta em uma das extremidades e duas janelas laterais. A $\frac{3}{4}$ de morada apresenta uma porta ladeada em um dos flancos por uma janela e no outro flanco estão localizadas outras duas janelas. Destaca-se também a morada inteira, chamada assim por ter um corredor central com duas janelas de cada lado. Finalmente, a morada e meia é composta de uma porta e seis janelas, ou seja, é o reflexo da morada inteira ampliada de duas janelas de um lado (figura 7.8).

Figura 7.8
Tipologias das casas históricas de São Luís



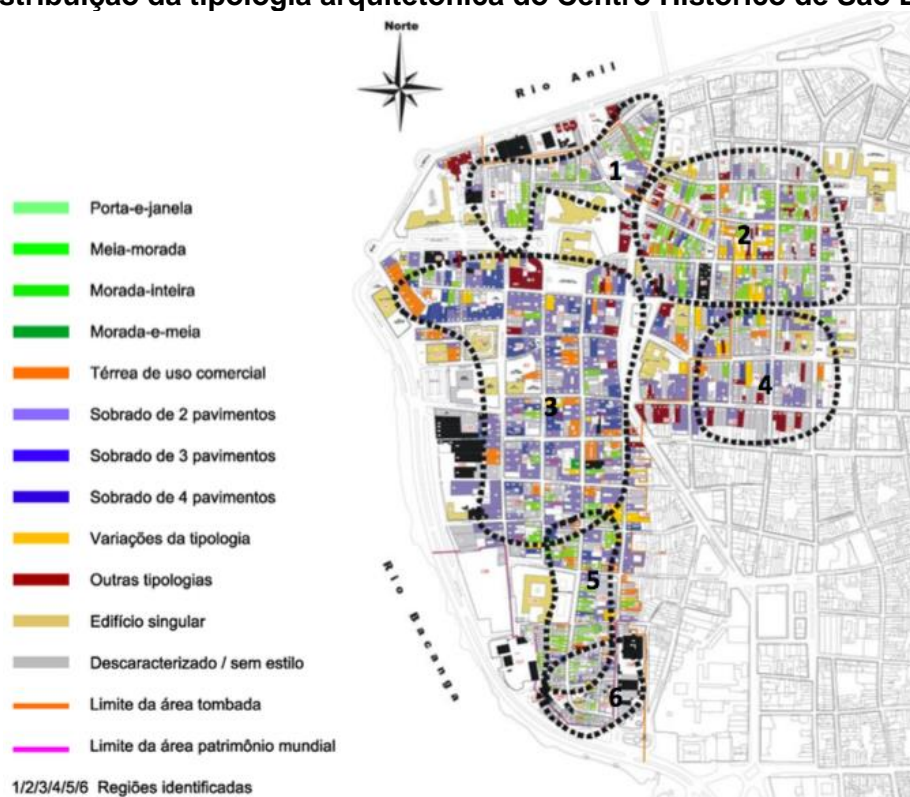
Fonte: ANDRÈS, 2006, p. 78.

Na figura 7.9, pode-se observar a localização dos edifícios civis da arquitetura luso-brasileira. Percebe-se que as casas destinadas à classe de baixa renda se encontram mais próximas ao porto (zona 1), o que pode ser explicado por ser uma zona menos valorizada em relação às demais. Na zona 3, estão situadas a maioria dos sobrados construídos para a burguesia da época. Esta área é a parte mais alta

e considerada a zona mais valorizada da cidade. Pode-se inferir que, como de costume, a classe alta tem suas preferências por estar localizada junto aos edifícios que representam o símbolo de poder, sendo este espaço composto por sobrados, edifícios administrativos e também por igrejas.

Percebe-se que, mesmo havendo existido as divisões residenciais dentro do centro, o espaço físico onde ocorreu esta segregação era muito pequeno, de que se pode induzir que era frequente o encontro das classes alta, média e de baixa renda nos espaços comuns da cidade, ou seja, presume-se que constantemente a burguesia e os plebeus se cruzavam nas praças, ruas, mercados, entre outras áreas públicas.

Figura 7.9
Distribuição da tipologia arquitetônica do Centro Histórico de São Luís

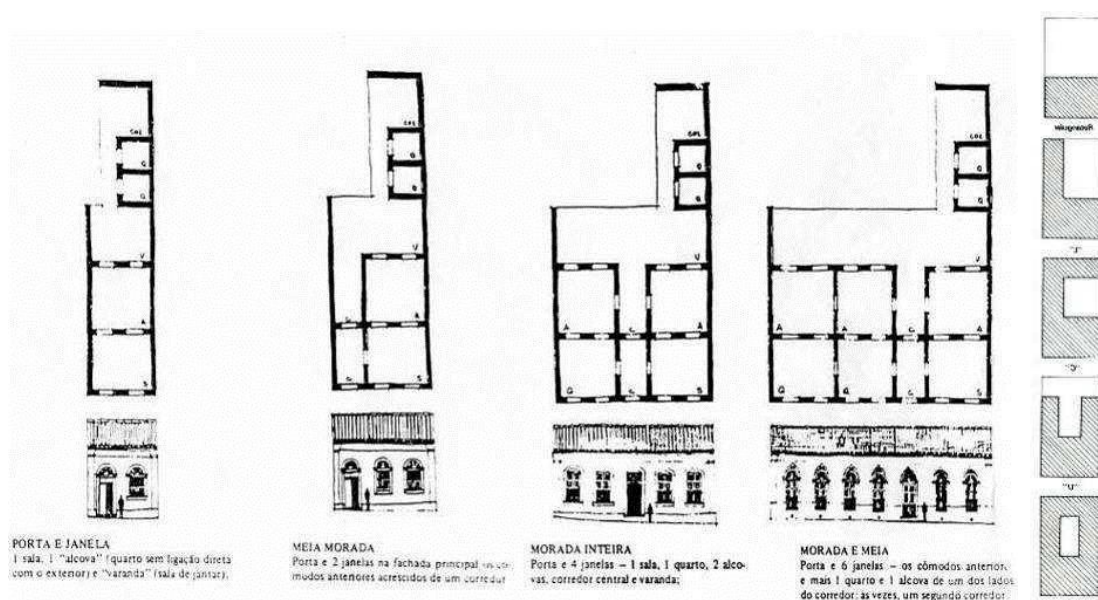


Fonte: CARDOSO, 2012, p. 30.

A maioria dos edifícios do final do século XVIII, da era pombalina, projeta sua estrutura em cinco tipos de plantas; as formas que se destacam são: retangular, em L, U, C e em O (figura 7.10), predominando as formas em L e em U. Para cada uma das versões citadas existem duas possibilidades quando as edificações se encontram no meio da quadra ou no canto.

A quantidade variada de tipos de plantas da arquitetura colonial ocorre em razão da irregularidade da distribuição dos lotes, ou seja, não há uma configuração padrão, porém todos são fechados por muros nos fundos e a testada é invariável, seguindo sempre a linha das ruas de forma simétrica.

Figura 7.10
Representação gráfica da implantação de edificações nos lotes/Plantas tipológicas de
partidos - Arquitetura Luso-Brasileira, em São Luís



Fonte: Arquivo cedido pelo IPHAN - dossiê, 2005, p. 59.

A distribuição dos espaços no interior dos sobrados ocorre da seguinte maneira: o pavimento superior é de uso habitacional, o térreo é utilizado para comércio, o porão, consequência da topografia acidentada, estava destinado ao uso das instalações da criadagem ou do depósito ou para armazenagem. Finalmente, o sótão era às vezes utilizado como cômodos iluminados com telhas de vidro ou transformado em uma continuação do mirante.

Embora as casas térreas predomassem o uso residencial, elas também foram utilizadas para fins comerciais, principalmente na área da Praia Grande. O uso social, o familiar e do serviço nas casas térreas residenciais está bem dividido. A distribuição dos aposentos está configurada da seguinte maneira: as habitações dos nobres ficam na frente e as secundárias nos fundos.

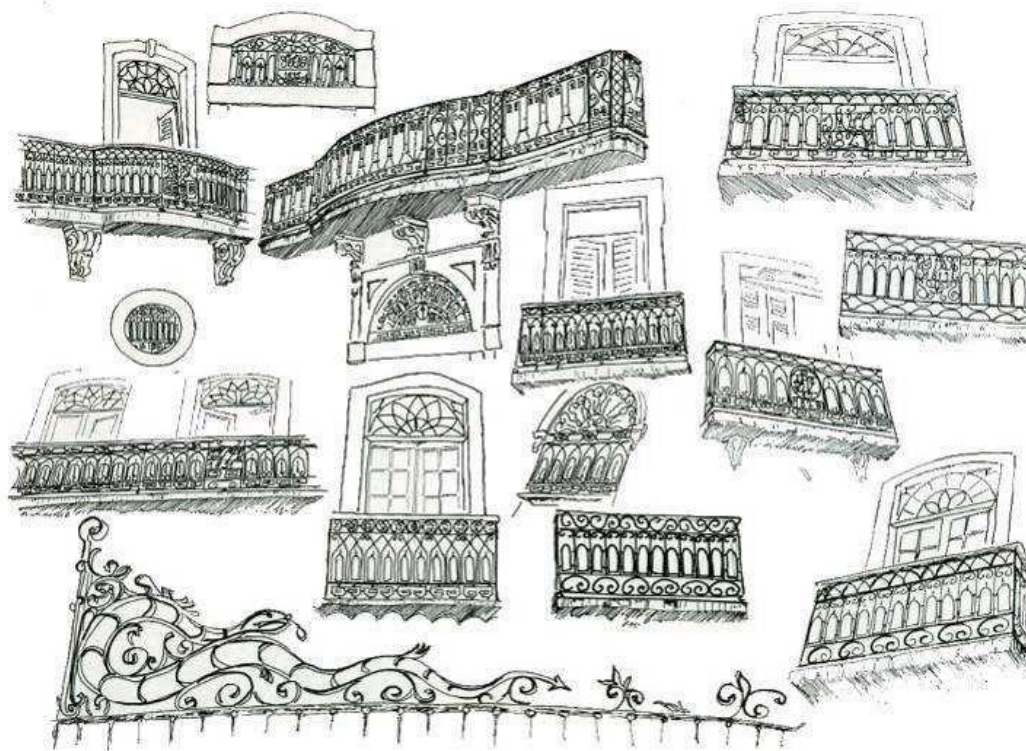
Estas configurações são típicas do primeiro e do segundo reinado no Brasil, sendo o padrão mais difundido no século XIX. Elas conservaram o modelo da arquitetura colonial e o dignificaram através do uso do azulejo e do embelezamento do frontispício ao estilo neoclássico.

7.3.1 Elementos arquitetônicos

As edificações são dotadas ainda por elementos arquitetônicos, tais como o revestimento do piso do térreo, que em sua maioria apresentam um raro tipo de calcário chamada pedra de lioz, cortadas e numeradas ainda em Portugal e trasladadas a seu destino final para serem montadas. Além disso são acrescentados elementos como o sexto ralado, pedras de forma arredondada de superfície lisa, característica dada pela água dos rios de onde eram retiradas. Outros componentes também ajudam a formar a singularidade da arquitetura desses casarões, como as grades e as venezianas dos balcões, as telhas e beirais das coberturas e as cerâmicas em mosaicos ou os ladrilhos hidráulicos das paredes. Esses elementos serão abordados em seguida.

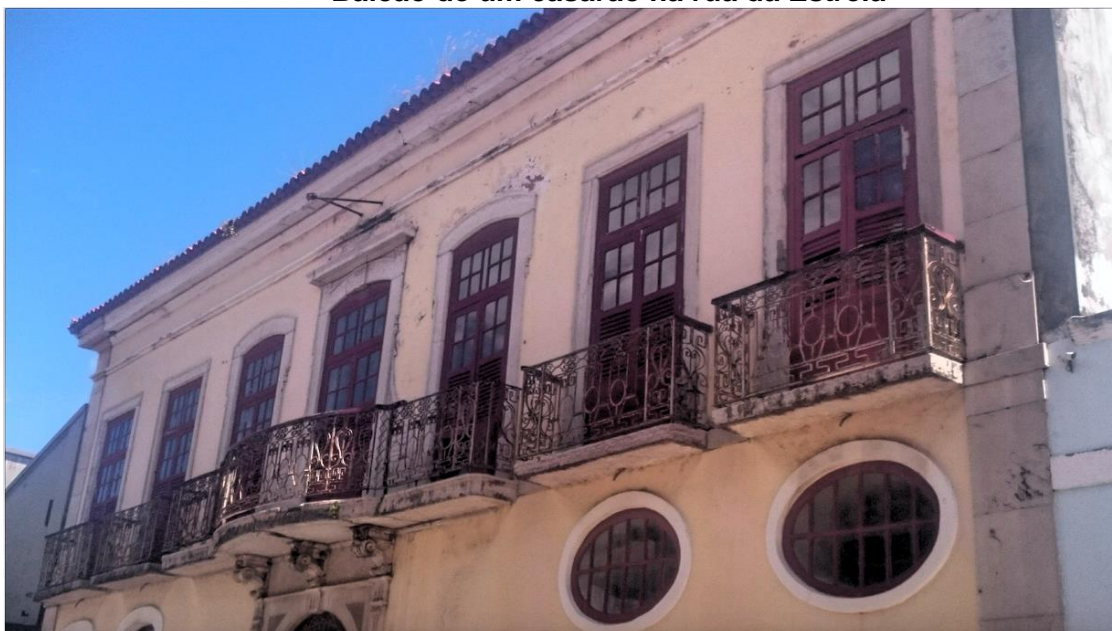
Os balcões eram espaços que se utilizavam para assistir a grandes cortejos religiosos ou a festas profanas, para socializar com a vizinhança ou para apenas saber do movimento da rua, de mostrar presença ou somente “chegar fora”. Desta forma, representam a materialização de uma paisagem, além do grande desenvolvimento comercial, a da interação social. Estão constituídos por grades forjadas de ferro em formatos de desenhos simétricos que dão um equilíbrio aos frontispícios do renascimento (figura 7.11 e 7.12).

Figura 7.11
Diversos tipos de balcões e gradis



Fonte: Arquivo cedido pelo IPHAN - dossiê, 2005, p. 59.

Figura 7.12
Balcão de um casarão na rua da Estrela



Elaboração do autor.

As portas que dão para o balcão podem estar compostas por esquadrias com venezianas de madeira que permitem a ventilação e a renovação do ar nos cômodos internos, e de vidraças trazidas de além mar que possibilitam a entrada da luz natural, proporcionando para o interior dos casarões uma ambientação térmica e limitando o excesso dos raios solares (Figura 7.13).

Figura 7.13
Veneziana de um sobrado



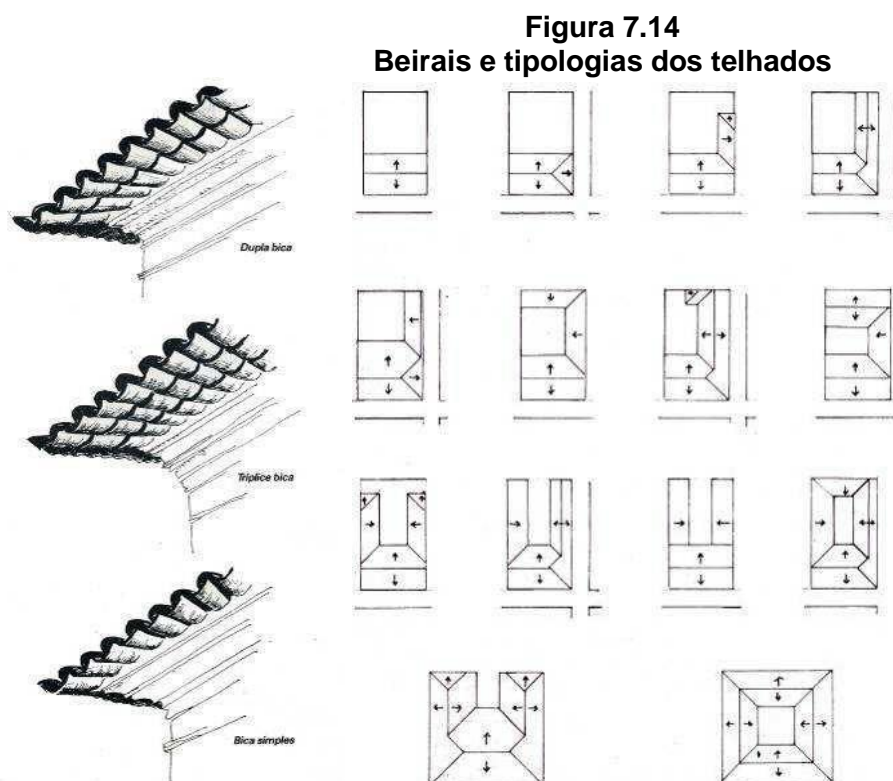
Fonte: FILHO, 2010, p. 73 e foto de elaboração do autor.

As telhas, um elemento de acabamento, variam em diversos formatos, ondulados ou planos e constituídas de distintos materiais como madeira, metal, fibras, vidro, argila, entre outras. A arquitetura tradicional no Maranhão predominou até o princípio do século XX com o uso das telhas de argila em formato cônico ou ondulado, conhecidas também como telha romana, telha de canudo, telha colonial e telha portuguesa. A facilidade de instalação, execução e manutenção são os principais fatores para a permanência desse tipo de acabamento. São produzidas de barro cozido moldado em forma de madeira, que, depois de secar ao sol, são colocadas no forno até adquirir uma textura queimada.

Os beirais são parte da cobertura que avança além dos alinhamentos das paredes externas, protegendo-as contra as intempéries. Os beirais têm características diferentes, dependendo do tipo de estrutura dos casarões. Para as construções autônomas se destacam os tipos cachorrada, terminologia usada para definir a peça de madeira que dá continuidade ao caibro (elemento de sustentação das ripas, tem

a posição transversal em todo o telhado) para apoio das ripas e telhas. O outro tipo de beiral, para esse tipo de construção, é o caibro corrido, chamado assim por estar apoiado somente nas extremidades.

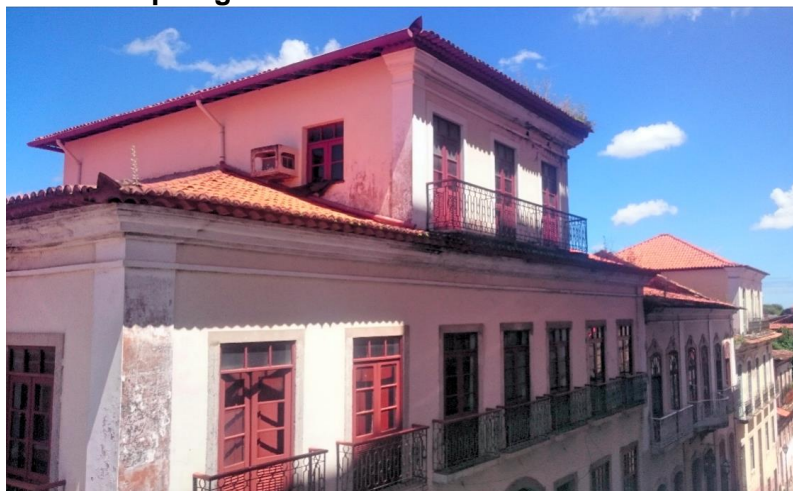
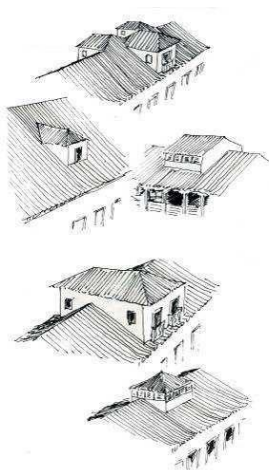
Nas construções de alvenaria, as bicas variam de bica simples, com uma só extensão de telha dupla, a composta por duas telhas e a tríplice, com três telhas sobrepostas para dar maior prolongamento ao telhado e com isso melhor proteção às paredes. Na figura abaixo, à esquerda, pode-se observar os diferentes tipos de beirais e à direita, os esquemas dos telhados (figura 7.14).



Fonte: Arquivo cedido pelo IPHAN - Dossiê, 2005, p. 58.

Os mirantes é um dos componentes da tipologia da cobertura, pode-se dizer que, conforme a visão de alguns historiadores, são uma extensão das torres defensivas medievais, adaptadas às edificações residenciais durante o renascimento. Os mirantes introduzidos pela tradição ibérica aparecem no Maranhão geralmente como um cômodo, melhor ventilado, sendo um ambiente para relaxar, com uma vista privilegiada: do alto se contempla todo o horizonte em volta. É também símbolo expressivo de *status* (figura 7.15).

Figura 7.15
Tipologias dos mirantes



Fonte: Arquivo cedido pelo IPHAN - dossiê, 2005, p. 60 e foto de elaboração do autor.

Como já dito anteriormente, os azulejos são um dos elementos que compõem os casórios urbanos, e são os que mais se destacam dentro do conjunto que forma a tipologia desses edifícios, talvez pela sua característica peculiar que deu forma à arquitetura luso-brasileira, utilizado para o embelezamento, como também um recurso de proteção da alvenaria contra as chuvas tropicais.

As cerâmicas decoradas são implantadas tanto nas fachadas como nos interiores das residências, causando um efeito estético agradável, com uma exuberância riqueza cromática; ademais, a presença dos azulejos nas fachadas evidenciava o poder que a família representava na sociedade; logo, este símbolo foi convertido em marca da industrialização.

A produção dos azulejos antes da industrialização fazia da elaboração um processo difícil e laborioso, porém o tornava singular. Suas características eram únicas porque dependiam somente das técnicas individuais de cada operário ou dos recursos disponíveis, como as habilidades manuais da montagem, da pintura decorativa e do esmalte, da mescla do barro no que resultava na irregularidade cromática e da superfície. Neste aspecto, a industrialização não conseguiu superar. O contraste da produção artesanal era visível nas fachadas e, sobretudo, mais admiráveis, como explica Olavo Pereira:

Contudo, em que pese a importância da mecanização, os azulejos assim fabricados nunca foram tão fascinantes quanto os manufaturados, nos quais as irregularidades ou imperfeições de cada peça lhe conferem notória particular. Curiosamente, quanto maior o desenvolvimento tecnológico, menor o resultado estético das produções seriadas (FILHO, 2010, p. 143).

A mecanização da produção dos azulejos em grande escala levou à padronização das estampas decorativas. A repetição dos desenhos resultou na busca de novas formas, inspiradas no renascentista e no estilo maneirista (figura 7.16). A cerâmica esmaltada, que antes era reservada somente para os espaços interiores e das paredes dos jardins, passa a ser usada para a aplicação das fachadas dos sobrados comuns.

Figura 7.16
Azulejos estampilhados



Fonte: Arquivo cedido pelo IPHAN - dossiê, 2005, p. 60.

O uso dos azulejos nas fachadas é um quesito fundamental da composição arquitetônica dos casarões do centro antigo de São Luís. Foi e é tão importante que, segundo o maior investigador de azulejaria portuguesa do século XX, o engenheiro João Miguel Santos Simões, comentou: “foi do Brasil que veio para a velha metrópole a nova moda do azulejo de fachada – curioso fenômeno de inversão de influências” (SIMÕES; ANDRADE, 1965, p. 86). A força dessa característica foi tão representativa em São Luís, que ficou conhecida como Cidade dos Azulejos.

7.4 Uso do solo no Centro Histórico de São Luís

A diversidade do uso do solo no Centro Histórico é uma das características determinantes na valorização deste espaço urbano. Tal heterogeneidade vem desde a fundação da cidade até o momento atual. A aglomeração das funções no centro determina a história deste espaço e a importâncias social para a cidade, entre as quais se destacam atualmente, além do uso residencial, as funções administrativas e institucionais do governo municipal, estadual e federal, como também as atividades dos atacadistas, varejistas, comerciais e informais, usos que configuram o centro em um espaço presente no cotidiano ludovicense.

No interior do centro, as atividades estão bem delimitadas. A predominação das características depende de cada bairro que compõe o núcleo urbano e sua localização, atribuindo um perfil para cada sub-bairro. Por exemplo, o portinho é mais forte pela presença da atividade pesqueira, especialmente a pesca artesanal, a Praia Grande destaca-se pelas ocupações institucionais e comerciais e no Desterro predomina o estilo residencial.

Do Centro Histórico, por concentrar uma variedade de funções destinadas aos diversos tipos de atividades, pode-se dizer que é quase autônomo em relação às demais áreas. Neste aspecto, o único atrito é manter uma harmonia entre as diferentes funções, principalmente as de uso residencial com as demais atividades.

Ao analisar a distribuição do uso do solo (Quadro 7.1) referente às atividades, é possível identificar nitidamente que o uso residencial unifamiliar é predominante na zona patrimonial e vem a cada ano aumentando, consequência do incentivo governamental de manter essa área ocupada por moradores o que, inclusive, está como um dos objetivos do Plano Diretor - Lei nº4.669/06, Capítulo III, Seção III, Art. 34. Segundo o Artigo, possui uma relação peculiar referente ao uso do solo a zona chamada de Macrozona de Requalificação Urbana, em que os 11 bairros da área central estão incluídos.

Art. 34. A Macrozona de Requalificação Urbana é composta por áreas que passaram pelo processo de consolidação e atualmente sofrem esvaziamento

populacional e/ou desvalorização imobiliária, necessitando de investimentos que recuperem seus usos e promovam as atividades de comércio, serviços e habitações de interesse social, preservando os imóveis de valor cultural, reorganizando a infra-estrutura e o transporte coletivo.

São diversas as políticas públicas voltadas para evitar o esvaziamento populacional do centro, incluindo a exoneração de impostos, melhoramento da qualidade dos espaços públicos, incentivos imobiliários, entre outros. O intuito é manter a área ocupada por moradores que possam se relacionar com o patrimônio histórico e, assim, conservar a principal característica dos séculos XVIII e XIX, a de função habitacional.

Nas atividades institucionais (hospital, escolas, repartições públicas, secretarias do governo, bancos, entre outras) e de comércio (atacado e o varejo), houve uma diminuição de estabelecimentos ou equipamentos, talvez consequência da despolarização dos serviços públicos e do comércio; no entanto, os serviços em geral aumentaram no Centro Histórico, sendo contraditória a caída do mercado e das instituições, o que levou a inferir que o aumento destes setores é consequência de contratação de mão de obra para as realizações das reformas do centro através dos programas governamentais.

Quadro 7.1
Distribuição do uso do solo no Centro Histórico

	Uso do solo % em 2002	Uso do solo % em 2005
Comércio	21,36	16
Serviço	13,90	17
Institucional	9,38	7
Residencial Unifamiliar	19,32	33,3
Residencial Multifamiliar	1,02	0,2
Sem uso	28,25	15,3
Misto	4,18	9,5
Praça		0,5
Estacionamento		1

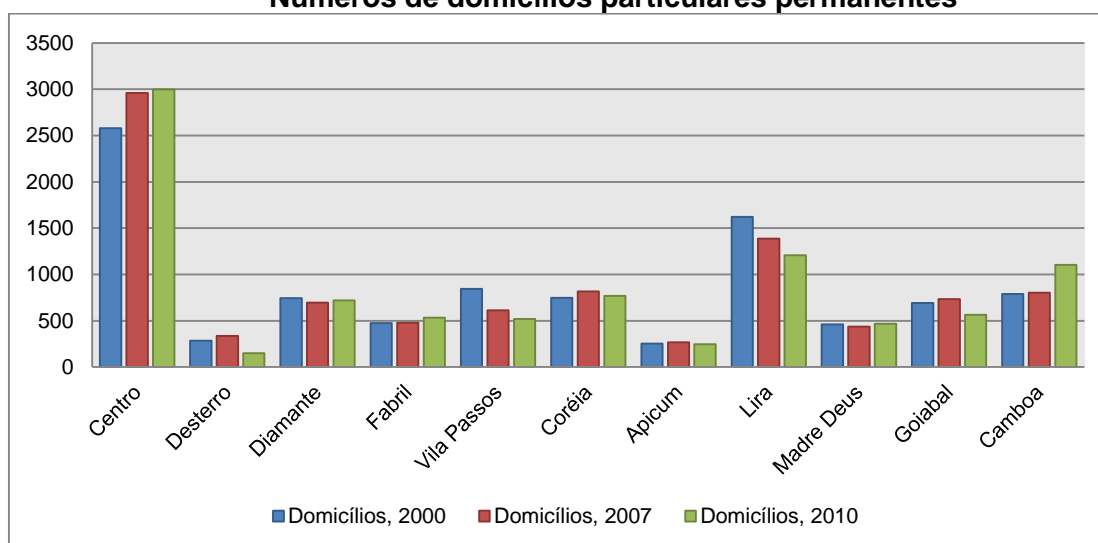
Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados de PNAD 2002, CENSO 2005.

Com todas as dificuldades sofridas pelo centro de São Luís durante os séculos passados, principalmente quando os primeiros conjuntos habitacionais foram

construídos pelo governo federal e estadual em uma área longínqua do centro da cidade, situação que contribuiu para o esvaziamento populacional do núcleo central, foi possível constatar através da análise realizada que no centro ainda predomina o uso residencial, distribuído de forma distintas nos 11 bairros da localidade.

Dito isso, o bairro que mais concentra domicílios particulares permanentes²³ é o bairro do Centro, seguido por Lira (Figura 7.17), e o que mais cresceu entre os anos de 2000 a 2010, foi o Centro e a Camboa, enquanto no Lira e no Desterro houve um decréscimo. Os demais bairros apresentam uma média razoável de domicílios e equilíbrio nas variáveis de crescimento.

Figura 7.17
Números de domicílios particulares permanentes



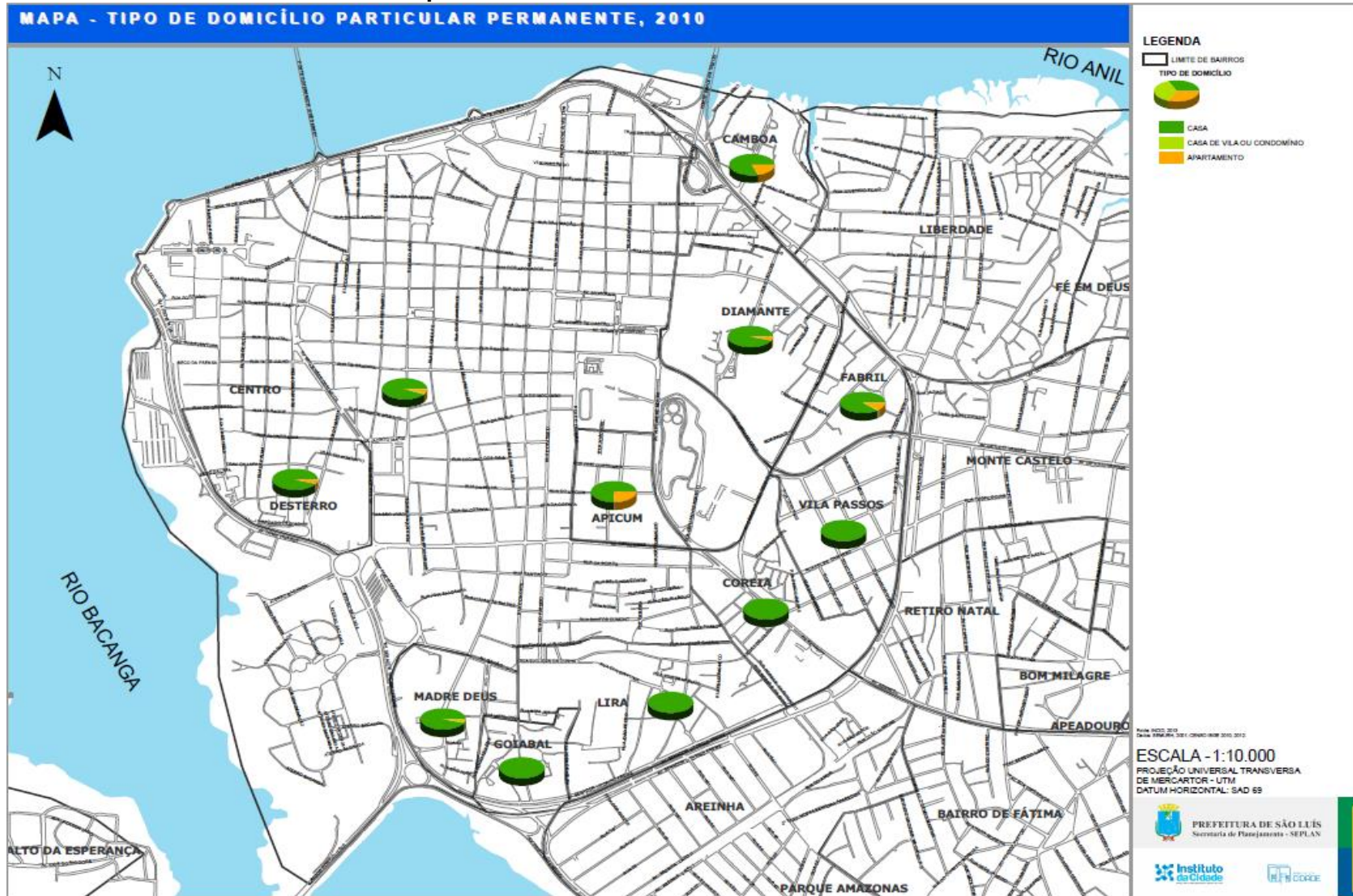
Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IBGE 2000, 2007 e 2010.

Por serem bairros antigos, a concentração de casas é bem superior à de apartamentos; os bairros em que mais constitui o tipo de construção verticalizada, em números absolutos, são o Centro e Camboa, porém no bairro do Centro somente representa 4,62 por cento das construções residências; o restante está dividido em casas, com 93,88 por cento e apartamentos horizontais (vilas e condôminos), 1,5 por cento, enquanto que na Camboa esses números são bem mais elevados, com 18,60 por cento, o que é equivalente a 205 apartamentos, seguido de 80,85 por cento de casas e os apartamentos horizontais representam 0,54 por cento (IBGE, 2010). Este

²³ Domicílios particulares permanentes são aqueles domicílios construídos para fim residencial.

tipo de domicílio sofreu um aumento nos últimos anos na Camboa em razão das obras realizadas pelo PAC-Rio Anil (Figura 7.18).

Figura 7.18
Tipo de Domicílio Particulares Permanente - 2010



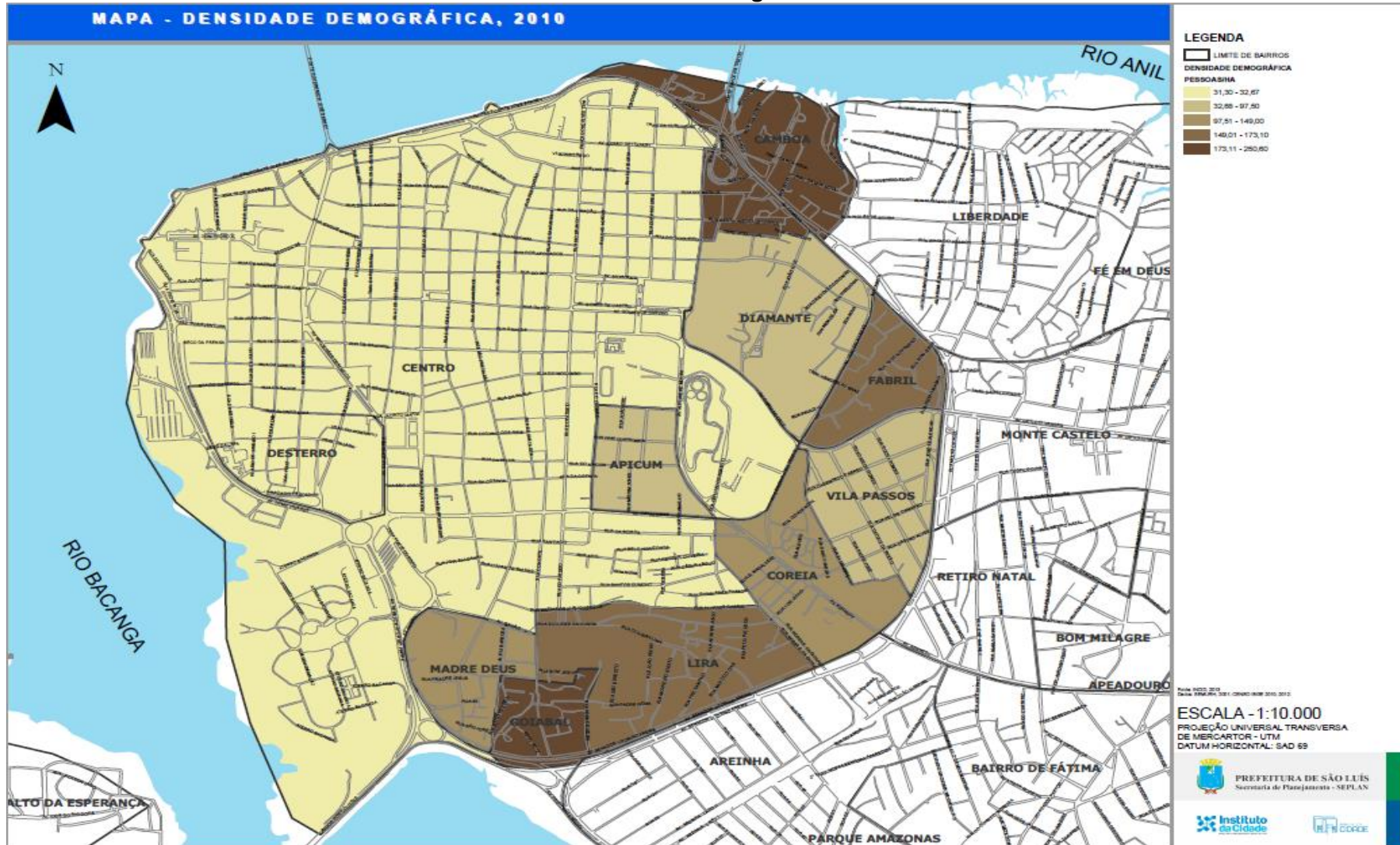
Fonte: Documento cedido pelo IPHAN-MA.

Em termos relativos, o bairro do Apicum em relação aos demais bairros do centro é o que mais concentra o tipo de construção de apartamentos, com 24,39 por cento deste modo de construção; no entanto, ainda sim seu espaço está ocupado em sua maioria por casas, representado por 75,61 por cento. A ausência dos lotes de condôminos e vilas neste bairro é total. Por outro lado, os bairros da Madre Deus, Goiabal, Lira, Correia e Vila Passos predomina quase absolutamente o tipo de residência de estilo casa, caracterizados por áreas de classe baixa, que ocuparam esses espaços através da autoconstrução; a maior parte desta área pertence a Zona Especial de Interesse Social.

O bairro do Centro, mesmo tendo o maior número de domicílios particulares permanentes e a maior quantidade de residentes, ainda assim apresenta o menor índice de densidade demográfica, consequência da extensão que este bairro ocupa no núcleo central, considerando sua área total de 309,02ha, com 9971 pessoas residentes em domicílios, ou seja, 32,67 pessoas por hectare.

O bairro com maior densidade populacional da zona central é o Goiabal seguido por Camboa. O Goiabal foi o bairro que abrigou maior número de palafitas, tendo havido uma tragédia nesta área: a população havia sido desabrigada na época por ocasião de um incêndio. Com a reconstrução da área, tornou-se hoje o bairro de maior densidade populacional. Vale ressaltar, no entanto, que dos 11 bairros é o que tem a menor área, com apenas 8,62 ha para 2.033 residentes. O aumento das construções verticalizadas no bairro da Camboa, a partir das obras do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas, proporcionou um aumento do número de Hab/Km² naquela área. Todavia, mesmo com este aumento, Camboa encontra-se por detrás do bairro Goiabal (figura 7.19).

Figura 7.19
Densidade demográfica - 2010



Fonte: Documento cedido pelo Iphan-MA.

O retrato inicial do Centro Histórico permitiu identificar como está ocupado essa área, composta, principalmente, por residências unifamiliares, além de possuir uma estrutura completa de pequenos e grandes comércios, ampla rede educacional (pública e privada) e de saúde (clínicas, consultórios, hospitais públicos e particulares), além de instituições de primeira necessidade, como padarias, mercadinhos, escolas, entre outros.

Também pode-se perceber que a quantidade de imóveis sem uso ainda é grande (quadro 7.1), embora tenha havido uma diminuição significativa no período de 2002 a 2005, o que pode ser explicado pelos programas realizados pelo governo. Durante este período o Estado teve como objetivo o de incentivar o uso residencial nessa área, resultado que aumentou a ocupação de famílias nos imóveis vazios. Contudo, torna-se preocupante o declínio no setor secundário, principalmente no comércio (atacado e varejista).

Além da análise do uso solo, foi realizada pelo doutorando uma investigação paralela em que foi possível constatar, através dos dados do IBGE (2010), que dos 11 bairros que compõem o centro antigo, o Apicum é o que detém os melhores índices de analfabetismo, renda por domicílio, como também as melhores taxas de coleta de lixo e de abastecimento de água e esgoto.

Contrapondo o cenário acima, pode-se observar que os bairros da Camboa e Goiabal sofrem com os piores índices sociais. Nestes bairros estão concentrados um maior número de analfabetos, uma grande densidade de populacional e de habitação. Além disso, pode-se destacar que muitas residências carecem de abastecimento de energia elétrica e a deposição de lixo por parte dos moradores é realizada em áreas consideradas inadequadas. A tudo isto, soma-se uma baixa renda salarial.

CAPÍTULO 8

CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: SENTIMENTO PRESERVACIONISTA E AGENTES INTERVENTORES 1900 -1945

Neste capítulo, investiga-se como e por que São Luís tornou-se “o maior conjunto colonial da América Latina, e, inquestionavelmente, um dos bens sucedidos exemplos do modo de viver no Brasil dos séculos XVIII e XIX”, como declarou a UNESCO em 1998. Para compreender como ocorreu esse processo, foi necessário fazer um levantamento bibliográfico dos historiadores locais, com o fim de identificar os motivos e fatores que ocorreram na cidade para que pudesse construir um sentimento preservacionista próprio dos maranhenses ou dos moradores da cidade.

As bibliografias investigadas sugerem que é nos anos de 1916 a 1944 que começa a aparecer uma consciência de responsabilidade com a preservação do passado ludovicense. Esta preocupação se percebe nos diversos livros, manuscritos, artigos, leis, textos e impressos locais divulgados nesse período. Como exemplo pode ser citado o livro *O Torrão Maranhense*, escrito por Raimundo Lopes da Cunha, publicado em 1916. Raimundo Lopes foi professor catedrático de Geografia e História de Letras do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e desenvolveu intensas investigações relacionadas à etnografia, etnologia, história e sociologia. Foi um forte defensor do melhoramento das condições urbanas através das renovações urbanísticas modernas necessárias para a cidade de São Luís.

O livro *Torrão Maranhense* identifica, em 1916, a necessidade da preservação do patrimônio cultural, sendo um dos primeiros textos que ressalta as questões

patrimoniais. Posteriormente, o autor público, em 1917, o artigo *Os fortes Coloniais de S. Luiz*, em que escreve sobre o patrimônio histórico construído e herdado das gerações passadas, citando pela primeira vez a importância do patrimônio herdado e o valor histórico das edificações.

No século XX se iniciou o sentimento pelas propriedades arcaicas deixadas pelos nossos antepassados, do apego cultural herdado e do orgulho maranhense; a semente do afeto foi plantada pelos intelectuais ainda no século XIX e inserido no contexto social para que, posteriormente, fosse debatido pelos maranhenses, isso já no primeiro decênio do século posterior. Entende-se nesta investigação que os intelectuais são indivíduos que têm uma relação direta com a cidade, com a capacidade de interpretar o espaço, conflitos e a transformação do entorno a partir de um referencial teórico e que podem ser compreendidos através da difusão de meios locais. Os indivíduos que estão inseridos neste grupo intelectual podem ser destacados: escritores, poetas, jornalistas, professores, advogados, entre outros.

O debate sobre o patrimônio é acompanhado pelas preocupações com as questões locais diretamente relacionados à insalubridade, o que foi um motivo das desavenças dialéticas entre a sociedade e os gestores sobre a necessidade de preservar, transformar ou demolir uma parte da urbanização em benefício do bem estar social, da higienização e da modernização.

Este capítulo está organizado em duas partes. A primeira está voltada para identificar o início do pensamento preservacionista, com o intuito de revelar a construção intelectual que concedeu à cidade herdar o urbanismo português, com as características de cidade colonial e ser valorizada pelos ludovicenses a ponto de tornar-se patrimônio mundial. A segunda parte está dedicada a explorar as ações e os agentes interventores envolvidos na transformação urbanística da cidade, influenciados pelo urbanismo moderno que se vivenciava no período de 1936 a 1945, e, portanto, identificar quais foram seus papéis na conservação ou destruição de parte da arquitetura luso-brasileira.

A primeira parte tem como objetivo o de averiguar os primeiros indícios do surgimento do pensamento preservacionista e de discutir a ideia de preservação. Tal estudo foi realizado através de textos (periódicos, crônicas, cartas), leis, decretos e planos relacionados ao urbanismo de São Luís, assim podendo entender, em uma primeira aproximação, a relação dos pensamentos preservacionistas dentro da morfologia urbana e qual foi sua participação na capital maranhense.

Na segunda metade do capítulo, busca-se reflexionar sobre a participação dos agentes interventores e verificar até que ponto os Prefeitos Saboya Ribeiro e Pedro Neiva, com aval do governador Paulo Ramos, puderam idealizar a transformação da cidade colonial em uma cidade moderna, por meio de um plano de reforma urbanística que tinha como preocupação a higienização, o embelezamento da cidade e a modernização. Ademais, se reflexionatambém sobre quais foram as consequências produzidas por este plano para a velha cidade herdada dos antepassados e de que modo os intelectuais locais atuaram a favor da cidade colonial.

8.1 Primeiros indícios do surgimento dos pensamentos preservacionistas na primeira metade do século XX

A aproximação da ideia da conservação por parte dos ludovicenses aparece expressada pelos trabalhos realizados pelos intelectuais da época. E para compreender como foi construído o pensamento preservacionista por parte desses intelectuais, é necessário entender qual foi o papel deles nas tomadas de decisão em relação à construção e preservação histórica do patrimônio, levando em conta os fatores que os influenciavam, como, por exemplo, o cenário político, as tendências urbanísticas e a estagnação econômica no Maranhão.

A interpretação e comparação dos textos estudados facilitaram a compreensão dos diferentes momentos no princípio da formação do pensamento preservacionista de São Luís. Segundo o arquiteto e urbanístico José Antonio Viana Lopes (2013, p. 255), esses momentos estão separados de duas formas: a primeira, em intervencionista, “em que se propôs a construção planejada de uma cidade ideal

moderna”, e a segunda, em conservadora, “no qual as especificidades locais reclamam sua permanência”.

O conflito entre interferir na estrutura da cidade ou conservar ocorre em um cenário motivado pela modernização e com a influência do urbanismo europeu do século XIX, relacionado às práticas realizadas por barão Haussman em Paris, e que, posteriormente, seguindo a mesma corrente de pensamento, reproduz nos conceitos modernos a *proposta do anteprojeto de remodelação da cidade* de São Luís, tema discutido na segunda parte deste capítulo.

Entretanto, é importante destacar que a valorização da antiguidade dos monumentos e as noções de conservações surgiram em São Luís fora da esfera política. Esta aproximação das ideias preservacionista ganha importância através dos letrados que residiam na capital, com um olhar voltado aos interesses da história da cidade, como veremos logo em seguida.

8.1.1 Atenas Brasileira: sentimento e orgulho maranhense

Tem que se enfatizar a contribuição das gerações do século XIX, em que a literatura maranhense teve várias figuras intelectuais importantes, que tanto contribuíram para a filologia da língua portuguesa como para criar uma identidade na ilha de São Luís, ao ponto de que, na segunda metade do século XIX, a capital ficou sendo conhecida por Atenas Brasileira pela quantidade de pensadores que faziam parte da cidade.

Entre vários intelectuais que habitavam a cidade no século XIX, pode-se destacar personagens como Antonio Gonçalves Dias, poeta romântico, cuja obra-prima é o poema *Canção do Exílio*; João Francisco Lisboa²⁴, historiador, escritor e jornalista que fundou o jornal *O Brasileiro*, de caráter nacionalista; Odorico Mendes, intelectual humanista, que realizou a primeira tradução integral para o português das obras de Virgílio e Homero. Francisco Sotero dos Reis, Felipe Franco de Sá, Hemetério José dos Santos e Gonçalves Dias foram estudiosos que deram valiosas contribuições

²⁴ Estudar João Lisboa e sua obra é buscar compreender a dinâmica, o sentido, assim como a noção de história, que se buscavam alcançar a partir do século XIX.

para a filologia da língua portuguesa e são patronos de cadeiras da Academia Brasileira de Filologia²⁵.

Também temos que lembrar os intelectuais que se destacaram no final do século XIX e que tiveram repercussão no cenário nacional, como Dunshee de Abranches, Celso Magalhães, Nina Rodrigues, Graça Aranha, Coelho Neto e Aluisio Azevedo. Todos eles tiveram um papel determinante ao prestigiar os pensadores das gerações passadas e em situar a posição da sabedoria maranhense no contexto nacional, assim dando valor ao homem maranhense.

A maioria dos intelectuais citados teve uma formação acadêmica em outros países, como Portugal, Inglaterra e França. Influenciados pelos costumes estrangeiros, contribuíram para difundir em São Luís um estilo de vida diferente do que se conhecia. A professora, escritora e historiadora Maria de Lourdes Lauande Lacroix escreveu que a elite Maranhense dominada por este novo estilo, “se fazia notar pelos bons modos, refinamento, lendo no original a produção literária de França, enfim, assimilando o grande modelo cultural do mundo” (2000, p. 73).

No final do século XIX, a sociedade maranhense elitizada estava influenciada pelo modelo intelectual francês. Na educação, nos costumes, nas artes e incluso nas decorações dos salões, predominava uma mentalidade aristocrática, baseada na valorização da riqueza, da beleza e da cultura. Desta forma, gerou-se uma imagem de uma sociedade bem educada e instruída, que se tornou mais evidente pelo acontecimento efervescente das publicações jornalísticas, das poesias e prosas difundidas pelos letrados do século.

A contribuição da formação de uma imagem através da minoria da sociedade maranhense rendeu ao Maranhão o título de Atenas Maranhense, que era especial e superior e que posteriormente seria adotada também pelas classes menos favorecidas, criando um sentimento de orgulho maranhense. Maria de L. L. Lacroix,

²⁵ Pensa-se que um dos motivos para que permaneça o mito que diz que o melhor português falado do Brasil é no Maranhão está diretamente ligado aos intelectuais daquele século; ademais, podendo ser ou não coincidência com o mito, o autor da primeira gramática portuguesa, João de Barros (1496-1570) foi o primeiro donatário do Maranhão.

apresenta em seu livro *A fundação francesa de São Luís e seus mitos* que a expressão Atenas Brasileira era uma ideologia de singularidade da minoria social. Dito em suas próprias palavras:

O culto àquela imagem de sociedade instruída, representada por uma constelação de estudiosos e intelectuais criativos, rendeu ao Maranhão o cognome *Atenas Brasileira* e ao maranhense o estatuto de ateniense, generalizando o que era mais imaginário que real, dissimulando a divisão concreta e efetiva daquela sociedade elitista e preconceituosa. Aludida mitologia cultivada pela classe dominante foi repetida, acreditada e transmitida para toda a sociedade, chegando a um posicionamento de contraposição ao Brasil da força e da incivilidade (LACROIX, 2000, p. 62).

O período de Atenas Brasileira, interpretado por Antonio Lobo²⁶, mestre de toda uma geração de intelectuais do começo do século XX, foi descrito como “brilhante e fecunda agitação literária de que foi teatro a capital deste Estado” e que “ficará marcado para honra e glória nossa, uma das épocas mais fulgentes da vida intelectual brasileira”. O autor entende que a relação do título simbólico ao Maranhão estava conectada diretamente com as atividades literárias e o período de fausto que o estado estava passando.

Pode-se dizer que esses são os primeiros sentimentos de um orgulho comunitário de ser maranhense e que tiveram sucesso mediante a difusão cultural realizada principalmente pelos jornais, poetas e cronistas, ademais, a boa relação da sociedade com a economia local que se vivia na época.

Este seria o começo do sentimento de apego e de orgulho maranhense. Neste período, quando se dizia que uma pessoa era ludovicense ou de alguma região do estado do Maranhão, logo a relacionava com uma imagem de culto, educado, refinado, qualidade de uma minoria, porém adotada por todos do estado.

²⁶ Antonio Francisco de Leal Lobo é reconhecido pela historiografia regional como o líder de um movimento que supostamente fez renascer o passado literário glorioso do Maranhão.

8.1.2 De Atenas a Manchester: de capital cultural a cidade progressista e, logo, insalubre e antiquada

Do final do século XIX até o início do século XX, o Maranhão passa por uma decadência econômica, causada pela nova estrutura governamental no Brasil, proveniente da abolição escrava e da proclamação da República. Maranhão, com sua forte economia na agricultura gerada pela mão de obra escrava, viu afetada diretamente suas finanças e, devido à nova estrutura econômica, o estado experimentou um declínio.

A capital do Maranhão, que era vista como progressista no século anterior, no início do século XX passa a ser considerada obsoleta, antiquada, com uma estagnação econômica vivente, considerada atrasada dentro do contexto de inovação e de melhoria de qualidade de vida. Deste modo é transformada da 'capital' cultural brasileira do século passado em "uma imagem negativa da cidade herdada do período colonial" (VIANA LOPES, 2013, p. 62). Esta imagem se torna mais evidente com as políticas modernistas da época que fluíam no país e com a necessidade que o governo plantava de atualizar a cidade.

O governo de São Luís, com o propósito de permanecer entre as principais cidades brasileiras, tenta transformar a antiga cidade, conhecida como Atenas Brasileira, em Manchester do Norte. Devido a essa tentativa de transformar a cidade, composta por antigos intelectuais e com uma economia direcionada para a agricultura, em uma cidade industrializada provoca uma proliferação de indústrias que se alastraram entre a elite econômica no início do século XX.

Manchester do Norte marca a nova identidade da cidade, voltando a ideia de progressista e moderna, desta forma, consolidando-a no mesmo patamar do título que tinha anteriormente. Porém, não o mantém por muito tempo, sendo desqualificada já no primeiro decênio, devido à falta de viabilidade das indústrias têxteis, não resistindo ao endividamento, à falta de capital de giro e à inexperiência dos proprietários, que antes eram agrários, o que ocasionou o fechamento de diversas fábricas.

É importante salientar que, o discurso consolidado pelas elites econômicas para transformar a imagem da cidade em Manchester nos primeiros anos do século XX é caracterizado pelo retorno da ideia de progressista, da renovação econômica, com o desejo de impactar no melhoramento da morfologia urbana da cidade²⁷. Entretanto, não foi esse discurso que transformou e remodelou a estrutura urbana. É a manifestação dos agentes locais influenciados pelas tendências globais de higienização que contribuiu para a modernização da cidade.

No início do século XX, as ideias sanitaristas eram utilizadas como pretexto para solucionar os problemas e defeitos da cidade colonial, com o intuito de adequar a urbe aos progressos industriais. De fato, existiam várias complicações relacionadas à sanidade pública, um dos principais problemas da capital do Maranhão. Naquela época era o abastecimento de água. Inicialmente a população recolhia água dos poços e fontes, que representavam grande foco de doenças e endemias pela falta de higiene nas fontes e mananciais. Em 1902 foi publicado o relatório “*saneamento das cidades e sua aplicação a capital do maranhão*” do engenheiro Palmério de Carvalho Cantahede, que tinha como objetivo realizar o sistema de abastecimento de água, de esgoto sanitário, da coleta do lixo e de fazer o zoneamento ambiental para a cidade de São Luís.

A peste bubônica que se alastrou pela cidade em 1904 é descrita por Raimundo Lopes da Cunha (1970, p. 61) como devastadora, que causou terror em toda a cidade, ocasionando êxodo parcial da população para os lugares não contaminados. Isso e as aspirações higienizadoras contribuem para criar a ideia de que existia uma necessidade fundamental de realizar remodelação e melhoramento no tramo urbano. Desta forma, é difundida a corrente de pensamento progressista na estrutura social, com o propósito de ser admitida pela população local e de colaborar com a transformação que trazia no conjunto de iniciativas e elementos. Isso tudo alteraria o retrato histórico construído no decorrer dos séculos anteriores.

²⁷ As indústrias originaram alguns impactos na morfologia da cidade, porém não de caráter modernista, mais bem inversamente à ideia inicial, retrocede ao princípio das necessidades básicas. Podemos identificar que neste período ocorreu o surgimento dos bairros operários e com ele a necessidade dos serviços básicos, ocasionando o aparecimento dos bairros suburbanos.

As aspirações do XIX contribuíram para a transformação da cidade, proporcionando uma direção de ideias a serem seguidas. Enquanto antes era inviável alterar esteticamente a arquitetura tradicional dos casarões baseada no ecletismo, passa a ser possível no século seguinte. Tais mudanças só são permitidas sempre que estejam orientadas pela preocupação com a higiene e o saneamento básico em benefício da cidade.

A obsessão dos agentes políticos em remodelar a cidade refletia na transformação da estrutura social, da economia e da reforma. Esta última, embelezando, ou até destruindo os edifícios antigos caso fosse necessário. Tudo era possível, como defende o engenheiro Palmério Cantanhede, em prol da implantação do saneamento básico.

Para Cantanhede era necessária uma intervenção intensiva no núcleo urbano. Como proposta concreta, crê que era necessário o alargamento das ruas pela imposição da higienização, da estética e dos interesses comerciais. Como expressa em seu relatório apresentado ao Governo do Estado em 1902:

Para o plano de extensão, há necessidade de projectar alguns viaductos que tornarão a cidade de um aspecto muito mais agradável, com ruas mais direitas e que offerecem mais vantagens para os encanamentos de esgotos e de agoa potável.

Quanto à parte já construída, é preciso estabelecer a lei do recúo, de modo que, uma vez recuadas todas as casas, a rua apresente uma largura única, perfeitamente alinhada, com rampas uniformes e não uma rua larga, obedecendo a todas as sinuosidades da primitiva e com todos os defeitos do seu nivelamento (CANTANHEDE, 1902, p. 134).

Cantanhede manifesta em seus discursos os trabalhos realizados por Haussman em Paris, baseado em suas experiências contemporâneas com cidades europeias e norte-americanas, relacionado com as teorias dos bacteriologistas e médicos da época. É nessa linha de pensamento que Cantanhede defende a intervenção dramática no acervo construído. No entanto, afortunadamente não teve sucesso em adotar os princípios de Haussman em São Luís. Caso tivesse êxito talvez teria

arrasado uma parte importante do centro da cidade que, hoje é valorizado como patrimônio da humanidade.

Apesar dos esforços dos agentes políticos²⁸ em situar São Luís em uma cidade modernista e salubre, não houve o resultado esperado. A cidade “seria a última capital de estado a implantar uma rede de esgotos, na segunda metade da década 20” (VIANA LOPES, 2013, p. 69) e também uma das últimas em receber a iluminação elétrica e os bondes eletrificados, contraposto ao século anterior, sendo a primeira em ter iluminação a gás.

São Luís que foi umas das primeiras capitais a construir um teatro, com a presença de peças vindas diretamente da Europa, mas já não realizava mais apresentações. Contemplava na década de 1920 a decadência do imponente edifício teatral, passando a ser símbolo do arcaico e obsoleto que vivia a cidade naqueles tempos.

Assim pois, a capital do Maranhão encontrava-se na primeira metade do século XX em uma situação menos dinâmica que as outras capitais brasileiras. Predominava a tração animal na condução dos bondes e o que antes era moderno, agora era taxado como antiquado. A ausência de infraestrutura pública, como o encanamento da água, do esgoto e a recorrida dos lixos, contribuiu ainda mais para uma ideia de decadência em São Luís.

8.1.3 Transformação da malha urbana e sentimento conservador

O desejo da transformação urbanística que movia os gestores urbanos no final do primeiro decênio do século XX, aliado aos problemas de saneamento básico e o atraso tecnológico, forma uma imagem negativa da cidade colonial. O princípio da necessidade de melhorar as condições citadinas e mudar a imagem negativa faz com que surgem renovações nos discursos urbanísticos para a cidade luso-brasileira e, a partir de então, são incorporadas novas terminologias ao uso da ferramenta urbanística, como a aplicação das aquisições, reconstruções,

²⁸ Durante 1926 a 1945 vários médicos e engenheiros ocuparam o posto de prefeito de São Luís; foram os mandados mais longos e produtivos em relação às administrações militares que foram meramente circunstanciais e pouco significativos.

reparações, embelezamentos e remodelações. Esta última descreve a substituição vantajosa, na interpretação dos interventores, do antigo para o belo, como exemplo:

O antigo Palácio das Lágrimas, cujas paredes de resistente construção, enegrecidas pelos anos, foram derrubadas e, no terreno dele, levantado o belo edifício onde funciona a Escola-Modelo Benedito Leite (FERNANDES, 2003, p. 106).

No período de 1918 a 1926, o governador do Maranhão, Urbano Santos, inicia o processo da “política de realizações e melhoramento”, que ele subentende como começo de um progresso urbanístico que não tem volta; como diz: “qualquer outro dirigente que a paralisasse, por timidez ou mal entendida prudência, daria, sem dúvida, as piores provas de seu tino administrativo” (FERNANDES, 2003, p. 113).

Em São Luís, antes da revolução das ideias urbanísticas de 1936, já havia várias obras de melhoramento, refletidas na coerência construtiva das condições higiênicas, assim adaptando os edifícios à necessidade de ventilação, iluminação e ao uso do funcionalismo público através da modernização das estruturas tradicionais e, desta forma, transformando completamente o interior dos edifícios, adaptando repartições ao uso do serviço. Assim como foi realizado na Prefeitura e na Câmara:

Uma série de nove garages sendo uma destinada ao auto da assistência; uma oficina mecânica, um depósito de 12 metros por nove, sobre o muro de arrimo levantado na parte posterior do terreno, o qual mede oito metros de altura; adaptação de uma série de compartimentos destinados ao novo serviço municipal de Hygiene e Assistência, e o embelezamento do hall de entrada com a collocação de um busto do fundador da cidade, em um nicho feito no painel da parede, onde se bifurca a escadaria que dá acesso à Câmara e à Prefeitura (FERNANDES, 1929, p. 342 *apud* VIANA LOPES, 2013, p. 95).

A preocupação com o desaparecimento dos vestígios do passado devido ao convívio com as ideias e práticas de remodelação do acervo edificado da velha cidade, relacionada com os pensamentos e ações do urbanismo higienista, faz surgir as primeiras manifestações do pensamento preservacionista local.

Estando em risco a própria identidade urbana herdada do passado, aflora o sentimento do apego local expressado pelos intelectuais da época, de maneira que é necessário preservar, manter as características e valorizar o passado construído, que um dia representou um progresso.

Diante deste ambiente de tensão e preocupação, gerado pelo conflito entre a necessidade de transformar a cidade ao longo do tempo ou conservá-la, aparecem personagens como o geógrafo Raimundo Lopes da Cunha e seu irmão Antonio Lopes da Cunha em defesa da permanência da cidade colonial.

Os dois irmãos realizaram importantes trabalhos no início da conscientização patrimonial: eles identificaram os vestígios do passado, o patrimônio histórico, artístico e arqueológico da cidade. Segundo Raimundo Lopes, a maior parte do patrimônio histórico se encontrava no núcleo urbano do Desterro, nos fortes coloniais e nas igrejas de Alcântara, que deveriam ser preservados como relíquias veneráveis.

O autor valorizou todo o conjunto da cidade antiga, ou seja, a cidade colonial, denominada por ele como relíquia do passado, reconhecendo o valor do patrimônio e identificando no conjunto urbano os elementos de importância histórica como igrejas, casas, becos e praias. A preocupação de identificar e de reconhecer os patrimônios culturais tangíveis e não tangíveis pelos intelectuais deste período de 1916 a 1940 se tornou uma etapa essencial e imprescindível do processo de preservação desses patrimônios.

Raimundo Lopes assumia que São Luís necessitava de uma renovação urbana para melhorar a qualidade do bem-estar social, que era vista por ele como atrasada. No entanto, defendia que era fundamental que o progresso da cidade estivesse em constante relação com o patrimônio e, desta forma, o próprio Raimundo identifica pela primeira vez as diferentes formas de intervenção no patrimônio em diferentes tipos de escala.

Efetivamente, o autor, vendo a necessidade de transformar a cidade em prol do progresso, identifica um modo de realizar as modificações necessárias mantendo e preservando as características fundamentais dos monumentos. Dito isso, Viana Lopes escreve que “o intelectual defende a restauração, a reconstituição, ou a consolidação para os monumentos, em particular os edifícios religiosos e fortalezas coloniais, e a renovação para o tecido urbano” (2013, p. 122). Por tanto, aparece em seu discurso pela primeira vez a maneira como devem ser tocadas as relíquias do passado.

Seu irmão mais velho, Antonio Lopes da Cunha, contribuiu através dos seus trabalhos para a identidade histórica da cidade, voltados para um sentimento conservador. Defendia o valor da antiguidade da arquitetura luso-brasileira tradicional dos casarões, alertando para a necessidade de protegê-los das demolições, destruições e do desaparecimento. Além disso, dizia que o processo de modernização devia estar relacionado diretamente aos monumentos ali presentes, dando um lugar mais destacado ao novo processo urbanístico. José Antonio Viana Lopes descreve a interpretação de Antonio Lopes sobre a magnitude de conservar o patrimônio:

Os povos cultos, quando querem modernizar logradouros públicos de suas cidades, não destroem ruínas que nesses lugares atestem passadas grandezas: colocam-nos entre árvores, gramados, flores e repuchos de água cantante e cristalina, deixando-as realçarem com o prestígio da sua vetustez tais sítios (VIANA LOPES, 2013, p. 131).

A contribuição dos intelectuais para fomentar a ideia de conservar os monumentos históricos e artísticos foi fundamental para resguardar a memória gloriosa dos antepassados, representada pelos casarões, ruas, becos, praças e do estilo de vida dos séculos passados e que foi herdada pela geração futura. Adota-se neste contexto a mesma denominação da palavra conservar que é defendida por José Antonio Viana Lopes em seu livro São Luís capital moderna e cidade colonial, pois para os intelectuais ludovicenses conservar seria resguardar, salvar, não-intervir e, por tanto, era preciso conhecer.

Pode-se dizer que o princípio da mentalidade preservacionista local foi despertado pelas práticas e ideias do urbanismo higienista e ocorreu simultaneamente com a estagnação econômica, que estava sendo vivenciada no princípio do século XX, o que resultou na cooperação da preservação do acervo urbanístico antigo. Todavia, as inspirações dos trabalhos realizados por uma parcela da elite intelectual da capital que disseminou os valores patrimoniais do acervo da arquitetura tradicional luso-brasileiro, fazem com que ela seja reconhecida nacionalmente, o que concedeu à cidade um novo título, uma nova identidade, sendo chamada de São Luís, Cidade Colonial.

Identificaram-se neste subcapítulo os esforços dos intelectuais que atuaram na formação do conceito conservacionista antes mesmo de chegar ao âmbito político. Esse grupo intelectual formado principalmente por escritores, poetas, cronistas utilizou seus trabalhos como instrumento de difusão do sentimento preservacionista, nos quais transmitiam o dever de preservar o passado em função de resguardar a identidade local.

Foi observado que na gênese da mentalidade preservacionista local são debatidas como lema as possibilidades de destino para a cidade, tendo em vista duas perspectivas que estão separadas por suas ideologias e unidas pelo período vivenciado, denominadas um momento conservacionista, já visto neste subcapítulo, e momento intervencionista, que veremos em seguida.

8.2 Pensamentos preservacionistas da segunda metade do século XX: agentes e ações

Antes de 1936, as propostas de remodelação, os trabalhos relacionados à ordenação e o desenvolvimento do núcleo urbano de São Luís eram realizados sempre de forma parcial e fragmentada, sendo que essas operações e discussões não estavam integradas no conjunto da planificação ou da ordenação da cidade como um todo.

Na segunda metade da década de 1930, o conceito de reforma urbanística em São Luís tomou um novo contexto. Pode-se dizer que o impulso inicial foi o presidente da república, Getúlio Vargas, elegendo por voto indireto o novo governador do Maranhão, Paulo Martins Ramos, que assumiu interinamente o governo em 15 de agosto de 1936, permanecendo no cargo até o fim da ditadura de Vargas, em 1945.

Paulo Ramos proporcionou uma época que ele denominou de “reconstrução do Maranhão”, iniciando um período “dos mais profícuos e progressistas que já desfrutou o Maranhão” (MEIRELES, 2001, p. 336). A partir de 1936, com a ajuda do prefeito-engenheiro José Otacílio de Saboya Ribeiro e, posteriormente, em 1937, com o novo prefeito Pedro Neiva de Santana, São Luís experimenta uma série de intervenções urbanísticas, uma remodelação sistemática com enfoque totalizante, organizada em um Plano da Cidade.

As intervenções urbanísticas, cada vez mais presente no meio social da cidade obrigaram a que os intelectuais locais reflitam sobre uma nova postura das ideias de preservação relacionadas com o passado da cidade. Tema muito debatido por essas classes, e que tiveram uma opinião contrária os interventores ao que diz respeito à destruição do patrimônio local, desta forma, os intelectuais manifestaram através das impressas locais a favor da permanência da arquitetura tradicional luso-brasileira que caracterizava a cidade.

No período de 1930 a 1945, a ideia de preservação dos intelectuais ludovicenses era de não intervir nos monumentos, e sim tomar, resguardar e sobre tudo salvar da demolição, conceitos que vão em desencontro com a política administrativa dos agentes deste período que defendia a intervenção direta na cidade existente.

Esta segunda parte do capítulo dedica-se a explorar a concepção urbanística local, ilustrada nas circunstâncias implantadas pelo urbanismo moderno em São Luís, tendo influência de teoria e prática de várias outras capitais brasileiras deste mesmo século XX. E ao investigar a percepção urbanística local daquela época, é necessário identificar os agentes interventores e as ideias construídas sobre preservação dentro do contexto do período de 1930 a 1945.

8.2.1 Administração de Saboya Ribeiro em São Luís 1936 - 1937

José Otacílio de Saboya Ribeiro nasceu em 1899 e faleceu em 1967. Ingressou, em 1926, na Escola Politécnica, onde se formou em 1930 em Engenharia Civil. Foi professor de Urbanismo, Arquitetura e Paisagística na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Foi responsável por vários projetos e planos voltados para o urbanismo no Rio de Janeiro e participou da *Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro* (1935), *Projeto da Cidade Universitária do Rio de Janeiro* (1937), *Projetos das Cidades-Jardins* de Osasco-SP e Itaipu-Niterói-RJ.

Ademais, Saboya Ribeiro também deixou sua contribuição na elaboração de planos e propostas urbanísticas em outras cidades brasileiras, como *Plano de Remodelação e Extensão da cidade de Juiz de Fora* (1943), *Projeto de Código de Obras* e um *Plano de Cidade*, para a cidade de Fortaleza – Ceará (1940), *Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de São Sebastião - São Paulo*, *Projeto de Loteamento para Quitandinha – Petrópolis* e, assim, do mesmo modo em São Luís, com o *Código de Obras da Cidade de São Luiz do Maranhão*.

Saboya Ribeiro toma posse do cargo de prefeito de São Luís em 15 de setembro de 1936 com a concepção já formada de suas experiências passadas, tomando como modelo principalmente a cidade do Rio de Janeiro, deixando a entender nos seus trabalhos publicados ²⁹ que é necessário adaptar as realidades locais aos planejamentos globais, defendendo a importância do planejamento urbano e seus instrumentos, a ponto de declarar que é “indeclinável a necessidade de se dotar a cidade de São Luís de um novo Código compatível com as exigências do progresso do Brasil” (MARANHÃO, Diário Oficial, 1936, p. 9).

Uma das suas primeiras medidas foi implantar em São Luís o novo *Código de Postura* (1936), com o fim de situar a cidade dentro do patamar brasileiro e adaptando-a à nova realidade vivenciada na época. Estavam previstos pelo código

²⁹ A maioria dos trabalhos publicados, textos teóricos, artigos, livros e projetos foram voltados para a cidade do Rio de Janeiro, que permitiu compreender, esclarecer posições, adesões a princípios a partir de sua concepção, relacionados à consolidação do urbanismo.

duas comissões, “a do plano da cidade e a do Patrimônio Histórico e Artístico do Município” (VIANA LOPES, 2013, p. 170).

A comissão do plano da cidade foi criada pelo decreto nº 233 de abril de 1937; para ela foram convocadas figuras renomadas, políticos, ex-prefeito Manuel Viera, ex-interventor, e intelectuais locais, como Carlos Macieira, Luiz Rego, Heitor Pinto, Américo Pacheco de Carvalho e Pinheiro Costa, com o fim de ajudar na elaboração do Plano da Cidade, o primeiro de que a capital disporia e que, pela sua importância técnica, seria valioso para superar os gargalos ainda hoje visíveis e não removidos pelos administradores que o sucederam.

Muito posterior à gestão de Saboya Ribeiro, em 1943, apareceria a Comissão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município, situada em outro cenário, em que se vivenciava o “descanso” do poder público pelo patrimônio local, em um ambiente em que as ideias de preservação patrimonial já eram institucionalizadas em escala nacional, porém tema para ser discutido na administração de Pedro Neiva de Santana.

Na década de 1930, a maioria das capitais brasileiras já havia passado por algum tipo de transformação urbanística mais progressista. Assim que quando Saboya Ribeiro assume a administração de São Luís em 1936, a cidade é vista por ele como uma capital em decadência, com atraso cultural, maltratada pelo tempo, com pequenas intervenções parciais, de edifícios isolados, com uma imagem negativa de cidade antiga e “desta maneira, arquitetura representativa dos séculos XVIII e XIX passou a ser vista como um sinal de atraso e um empecilho para a evolução urbana na cidade” (SILVA, 2007, p. 59).

É lembrado por ele que a cidade tão “sabia tão bella quão decadente”, referindo aos tempos glamorosos da época de Atenas Brasileira, é neste momento decadente, com seu aspecto de “vias tortuosas, estreitas e íngremes e com seus velhos trapiches”, como escreveu ele mesmo ao apresentar sua mensagem sobre o balanço de suas ações quando deixava o cargo de prefeito, publicado no D.O.U, em 06/08/1938. Nela deixa claras as dificuldades que teve em sua gestão.

Para contemplar as mudanças que crê serem necessárias, tinha o respaldo do *Código de Postura*, aprovado em novembro daquele mesmo ano, de manter o ambiente externo dos casarões em situação limpa, iluminada, alinhada e conservada. Fez uso do mecanismo tributário para estabelecer taxas, principalmente sobre serviços municipais, como a criação da taxa de limpeza, jardins, iluminação e conservação das vias públicas, cobrando à razão de cinco por cento do valor locativo do imóvel, além das taxas de obras e taxas para o melhoramento da cidade.

Com a ideia plantada de que era fundamental e de extrema necessidade fazer mudanças urbanísticas radicais na cidade para obter uma melhoria de qualidade de vida, o projeto “elabora um plano de remodelação da cidade e reserva 30% do orçamento municipal para a viabilização das melhorias, tendo como exemplo cidades americanas” (*O Imparcial*, São Luís, 26 de fevereiro de 1937).

O plano de remodelação era inicialmente chamado de *Ante-projecto de remodelação da cidade* por ser o “primeiro esboço da remodelação da parte velha da cidade de São Luiz”, escrito por Saboya Ribeiro na carta de prestação de contas de 1937. O *Ante-projecto* foi elaborado a partir de estudos minuciosos dos mapas encontrados do centro da cidade e também seria o primeiro a ser submetido a uma comissão de plano da cidade criada para este fim.

A reforma urbana apresentava uma visão total da cidade, já que foi o primeiro projeto a pensar em uma cidade como um conjunto de elementos que deveriam ser melhorados. Antes, as reformas eram realizadas de maneira pontual de edifícios ou de ruas isoladas do contexto urbano. O *Ante-projecto* apresentado por Saboya Ribeiro estava fundamentado na reorganização do sistema da gestão urbana, na aprovação social das propostas, na aplicação de novos traçados viários e melhoramentos dos já existentes, na intervenção dos edifícios públicos, na adaptação das novas exigências dos métodos de higienização e na estética da cidade.

Para o centro da cidade, Saboya Ribeiro enfatiza no *Ante-projecto* a necessidade de melhorar o sistema viário, tanto para resolver os problemas relacionados ao congestionamento como também para interligar os equipamentos urbanos, como o Mercado Central e a Estação Ferroviária, e, ainda, conectar espaços públicos como centros cívicos, praças e parques, adaptando assim o antigo traçado em forma de xadrez, com cortes em diagonal.

A fim de estruturar a rede viária, Saboya Ribeiro determina doze importantes intervenções na cidade antiga (centro). Entre elas, a de prognosticar a necessidade de estabelecer obras de alargamento das avenidas, passando a medir vinte e cinco metros de largura e algumas ruas para quinze metros, com quatro pistas e a interligação entre elas, de ruas e avenidas.

A proposta do novo sistema de circulação causou grande impacto nos edifícios já existentes. Para realizar essas obras era necessário demolir, remodelar ou adaptar uma parte dos monumentos que se encontravam na área de intervenção. O prolongamento da Avenida Maranhão - atual Pedro II (figura 8.1) até a rua Tarquínio Lopes acarretaria a demolição do emblemático edifício Palácio Episcopal³⁰, composto por suas belíssimas fachadas neoclássicas (figura 8.2). Afortunadamente, essas obras não foram realizadas e o Palácio hoje é um dos patrimônios da humanidade aberto ao público. Todavia, não se pode atribuir a mesma sorte a outros edifícios. A abertura de avenidas ligando a Praça João Lisboa com o Mercado Central cortou vários quarteirões, conseqüentemente derrubando vários edifícios. Obra planejada na administração de Saboya Ribeiro, foi somente realizada na gestão posterior.

³⁰ Devido ao péssimo estado de conservação do Palácio do governo, o presidente do Brasil eleito, Affonso Penna, em visita a São Luís de 5 a 8 de julho de 1906, se hospedou no Palácio Episcopal, que se encontrava totalmente reformado (MARTINS, 2008, p. 124).

Figura 8.1
Avenida Maranhense (atual Pedro II) vista a partir do palácio Episcopal em direção à
rampa de acesso ao porto



Fonte: MARTINS, 2008, p. 113.

Figura 8.2
Av. Maranhense (atual Pedro II) e ao fundo palácio Episcopal



Fonte: <http://www.tramz.com/br/sl/sl.html>

Em prol da reforma urbanística, o ambicioso projeto em atravessar avenidas por meio de quarteirões, destruindo edifícios, casórios e igrejas, causou desacordo com

a comunidade local, que naquele momento já tinha um apego pela cultura herdada; ademais com a atualização dos impostos e taxas sobre as atividades comerciais, a comunidade local ganhou o apoio da influente Associação do Comércio e, desta forma, levou à exoneração do prefeito, após menos de dez meses de gestão. Como explica Viana Lopes:

O impacto das primeiras obras previstas no plano de remodelação da cidade, principalmente a demolição do matadouro municipal e do mercado, e a tributação criada para financiar essas obras, através da criação das taxas estipuladas no regime tributário e do aumento de outros impostos, suscitaram críticas e a insatisfação de setores da sociedade, principalmente daqueles ligado a Associação Comercial (...) Tornando a situação política de Otacilio de Saboya Ribeiro insustentável (VIANA LOPES, 2013, p. 195).

Tal situação demonstra que a oposição aos planos do Prefeito Saboya Ribeiro para modernização da área central de São Luís evidenciou que quem detinha o verdadeiro poder decisório na capital era a elite mercantil. A rápida passagem de Saboya Ribeiro por São Luís lançou sementes de modernização urbana, logo germinadas algumas, outras retomadas posteriormente. A maioria de suas propostas não foi realizada por ele devido à forte oposição da Associação do Comércio e o pouco tempo de permanência na gestão. Entretanto, seu legado foi o *Ante-projecto*, o *Código de Postura*, zoneamento e o novo conceito da sistematização da reforma urbanística pensada para São Luís, que seria retomada pelo novo prefeito

8.2.2 Administração de Pedro Neiva de Santana (1937 -1945)

Uma nova fase se abre com a nomeação do novo prefeito, Pedro Neiva nasceu em Nova York interior do estado do Maranhão estudou em Floriano-PI e São Luís-MA, formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro com especialização em medicina legal, foi Titular do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, atuou como médico legista da polícia do estado, lecionou Medicina legal na Faculdade de Direito (1944), assumiu vários cargos representativos ao longo de sua carreira, como reitor da Universidade do Maranhão (1967), Secretário da Fazenda

(1966-1970), governador do estado (1971 – 1974) e eleito para academia maranhense de letras, em 1979.

Com o apoio do governador Paulo Ramos, Pedro Neiva assumiu a prefeitura de São Luís em novembro de 1937, sucedendo Saboya Ribeiro e sendo seu primeiro cargo público durante o Estado Novo. Sua gestão promoveu mudanças significativas no espaço urbano de São Luís, consequência da longa duração que permaneceu no cargo e do novo regime autoritário implantado no Brasil, que também foi consolidado na capital maranhense.

A gestão de Pedro Neiva de Santana pretendia dar continuidade aos planejamentos urbanísticos do anterior prefeito. Devido à polêmica sobre os planos de Saboya Ribeiro, motivo da sua exoneração, faz com que Pedro Neiva seja questionado pelos intelectuais locais que debatem a credibilidade administrativa do novo prefeito. Os letrados alegavam que a cidade se encontrava em um novo ambiente e que deveria planejar novas medidas para o novo cenário que vivenciava a urbe.

Viana Lopes, em seu livro *São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial*, cita Astolfo Henrique de Barros Serra, ex-interventor do Maranhão em 1931, que escreve, no jornal *O Imparcial* em 08 de abril de 1938, a respeito da defesa dos casarões e contra a reforma de demolição, e sobre o dever de adaptar a administração local à nova realidade, da necessidade de progredir e crescer sem destruir os monumentos herdados do estilo colonial:

[...] a nossa S. Luiz, apesar do seu stylo colonial, que seria um crime modificar, já não é a cidade do 'Mulato', nem uma 'Itaóca' de Lobato" e defendia os nossos casarões como³¹ "reliquias sagradas desse passado áureo do Maranhão, que do alto de seus mirantes contemplam a cidade que avança inevitavelmente em progresso e civilização (ASTOLFO HENRIQUE *apud* VIANA LOPES, 2013, p. 205).

³¹ Grifo de Viana Lopes na interpretação do texto do ex-interventor Astolfo Henrique.

Vários intelectuais expressaram sua opinião nos meios de comunicação local, em que publicavam seu sentimento de manter intacto as “reliquias sagradas” sendo a favor da velha cidade e contraditórios a uma transformação radical como pretendia Pedro Neiva na continuação do plano de Saboya Ribeiro.

Apesar das oposições locais contra a reforma radical, Pedro Neiva continuou as ações traçadas pelo o ex-prefeito, tendo passe livre com o apoio do governador Paulo Ramos, que era visto como homem de confiança de Getúlio Vargas, ditador do país, desta forma levando seu governo como ditatorial e coesivo.

O governador Paulo Ramos “não tolerava qualquer ato público que contrariasse sua administração, inclusive promovia prisões arbitrárias em hasta pública, o que para ele era muito fácil” (CASTRO, 2013, p. 305). O centralismo das decisões do governo autoritário permitiu, conforme palavras do próprio Paulo Ramos, “colocar o administrador acima das injunções de toda a sorte que entravavam a ação do governo” (BUZAR *apud* BURNETT, 2006, p. 5) e, desta forma, interferir de forma radical na malha urbana colonial.

Além do apadrinhamento do governador do Maranhão na luta de urbanizar a “velha” e “feia” cidade colonial, o prefeito Pedro Neiva ganhou o apoio de alguns habitantes, como demonstra uma crônica no *Diário do Norte*, 16 de abril de 1937, que expressa a aspiração de parte da população de São Luís por transformações urbanísticas. A notícia dizia:

Levante-se em São Luís construcções modernas, tire-se da nossa cidade esse ar de ‘colonialismo’ que tanto contrasta com as idéas daquelles que procuram viver a epocha actual em toda a sua magnífica plenitude. Mas que esta nova edificação não seja feita da maneira que sido adoptada até hoje. Não se mettam, por amor dos deuses, entre velhos pardieiros e mocambos medonhos, lindos prédios, que communicam a impressão de dentes de ouro em dentadura estragada (*Diário do Norte*, São Luís, 16 de Abril de 1937).

Tal situação demonstrou que a população estava dividida a respeito de conservar a herança dos antepassados, que resistia em desafiar o tempo, ou não conservá-la.

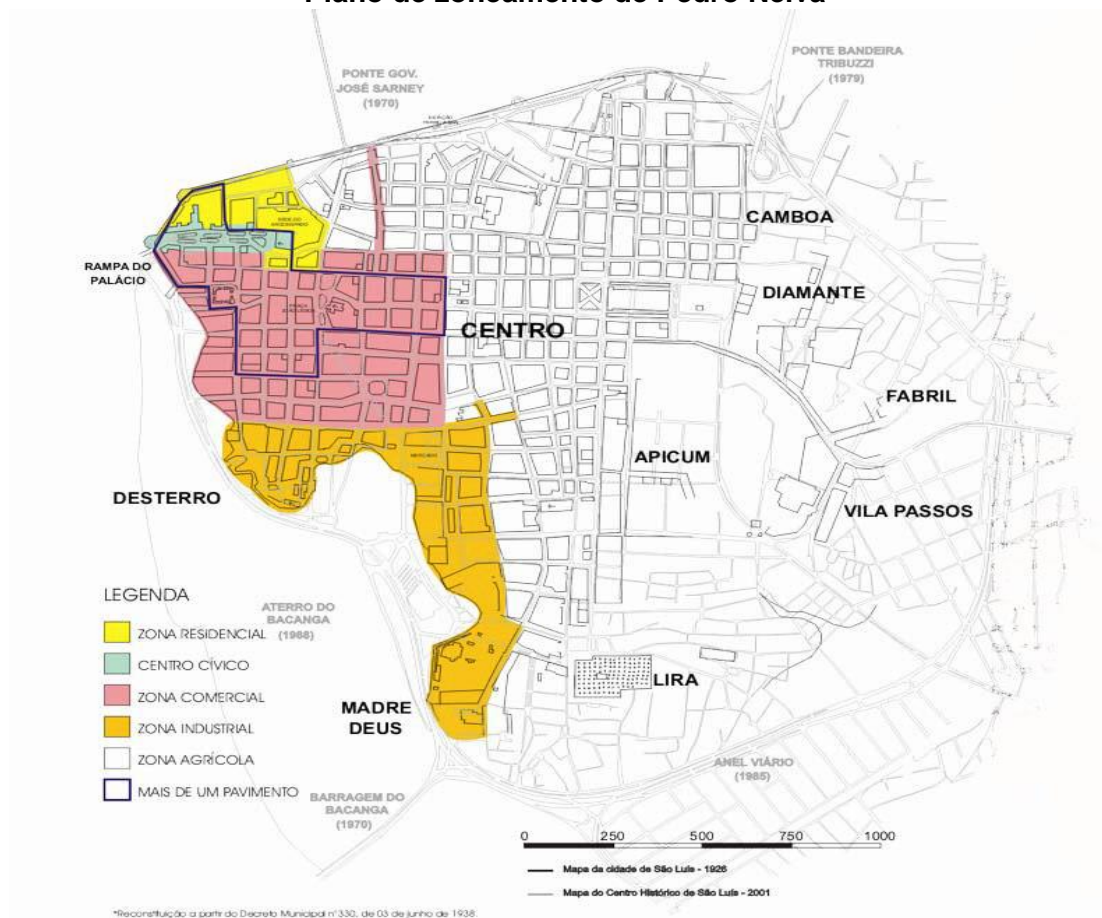
Desta forma, a cidade colonial e seus monumentos por alguns era vista como antiquada e desagradável e por outros era percebida como relíquia a ser conservada.

Em vista de dar continuidade à transformação urbanística da cidade, o novo prefeito de São Luís aplica uma das primeiras medidas de reforma e altera o zoneamento urbano adotado por Saboya Ribeiro, no qual o novo zoneamento concentrou-se principalmente na área central, coincidindo com as áreas de intervenção em que o prefeito queria atuar. Hoje essa área é considerada Patrimônio Cultural nas instâncias estadual, nacional e internacional.

O novo zoneamento pretendia melhorar o sistema viário, substituir as estruturas tradicionais por novos edifícios e restabelecer novas medidas para a sanidade pública, e, segundo art.1º do decreto nº 330 de 03 de Junho de 1938, tais mudanças proporcionariam “aos seus moradores vantagens de ordem econômica, sanitária, estética, mediante restrições quanto ao uso e volume das edificações”, em consequência da divisão de caráter funcional realizada pelo zoneamento voltada para um tipo de urbanismo moderno.

O antigo zoneamento de 19 de dezembro de 1936 somente estabelecia quatro tipos de zonas: a) central, b) urbana, c) suburbana e d) rural. A principal mudança no novo zoneamento de 03 de julho de 1938 foi o surgimento de novas delimitações, consideradas de forma mais modernista e funcional. Sendo assim, foi criado na área central um Centro Administrativo ou Centro Cívico e 4 zonas, das quais eram: zona comercial, zona industrial, zona residencial e zona agrícola (Figura 8.3).

Figura 8.3
Plano de zoneamento de Pedro Neiva



Fonte: VIANA LOPES, 2013, p. 208.

A partir do zoneamento, era atribuído à municipalidade promover a realização de todas as obras possíveis que implicassem melhorias para o espaço, como reformar, demolir, transferir repartições públicas e abrir estrada. Sua gestão teve vários edifícios, quarteirões e casas derrubadas, fundamentado no dever de incorporar a cidade no progresso modernista que passava o Brasil. Suas ações são justificadas por outros interventores como, o governador Paulo Martins de Sousa Ramos, que relata:

Levou a prefeitura, no exercício findo, importantes melhoramentos a diversos logradouros públicos, dotando-os de maiores facilidade de transito e das indispensáveis condições de higiene e estética, exigidas pelo desenvolvimento da Cidade (RAMOS *apud* VIANA LOPES, 2013, p. 212).

Entre 1937 e 1942, a prefeitura realizou 407 novas construções e 138 reconstruções³². Essas ações refletiram em diversos âmbitos, dos quais se pode citar o investimento na área de higiene, como a reforma do Hospital Geral, do Instituto Oswaldo Cruz, da Maternidade e Hospital Infantil, e na arborização nas vias e praças. Houve várias intervenções em prédios de repartições públicas; algumas delas foram construções ou reformas, como no Palácio do Governo (figura 8.4) e a sede da prefeitura, o matadouro modelo, a colônia de psicopatas, quartel dos bombeiros, a estação Rádio-Difusora, edifícios escolares e outros.

Figura 8.4
Fachada lateral e interna do Palácio do Governo



Fonte: MARTINS, 2008, p. 133.

No sistema viário realizou a modernização e a inauguração da Avenida Getúlio Vargas (figura 8.5), que ligava o centro ao interior da cidade. Foi uma verdadeira avenida, digna de um plano moderno, que causaria um grande impacto nos admiradores. A avenida “consistia de duas superfícies de rolamento de sete metros

³² Dados extraídos do relatório apresentado pelo prefeito Pedro Neiva de Santana em 1942.

cada uma, separadas por uma série de abrigos centrais de quatro metros de largura, gramados e ajardinados, medindo os passeios três metros de cada lado” (RAMOS *apud* VIANA LOPES, 2013, p. 224).

Figura 8.5
Avenida Getúlio Vargas



Fonte: VIANA LOPES, 2013, p. 224.

Outra grande obra no sistema viário realizada por Pedro Neiva, e seguindo a sugestão do *Ante-projecto* de Saboya Ribeiro, foi a abertura da Avenida Magalhães de Almeida, inicialmente chamada de Avenida 10 de Novembro, lembrando o golpe de Estado proclamado por Getúlio Vargas nessa data. Seu nome atual é homenagem a José Maria Magalhães de Almeida, oficial da Marinha, deputado, senador e Governador do Estado.

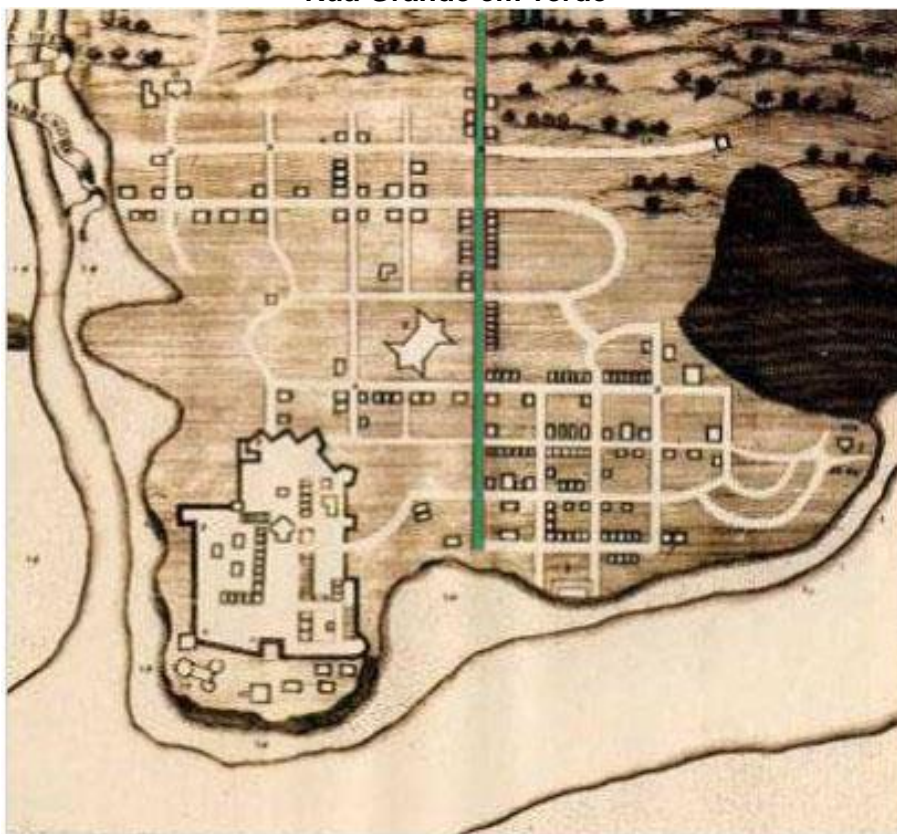
A Avenida Magalhães de Almeida é nosso bulevar haussmaniano construído sobre os escombros dos casarões, onde de uma só vez dezenas de exemplares da arquitetura tradicional luso-brasileira e imóveis foram destruídos, para interligar o Mercado Central à praça João Lisboa. É uma das obras mais emblemáticas do urbanismo eclético ludovicense e a maior obra feita para dar ares cosmopolitas ao centro da cidade.

Durante a construção, relata o interventor Paulo Ramos em sua prestação de conta ao presidente da República Getúlio Vargas, sobre o andamento dos serviços da Avenida Magalhães de Almeida:

A avenida que vai da Praça João Lisboa à Av. 5 de julho achasse em fase de execução bem adiantada, emprestando, já ao centro urbano, o efeito sugestivo de sua moderna perspectiva. [...] desapropriados que foram, na sua totalidade, os imóveis atingidos pelo traçado, procedeu-se seguidamente, aos serviços de demolição e terraplenagem, para abertura e fixação do leito da nova via pública, operação quase completamente concluída já nos primeiros dias de dezembro passado (MARANHÃO, 1942, p. 38).

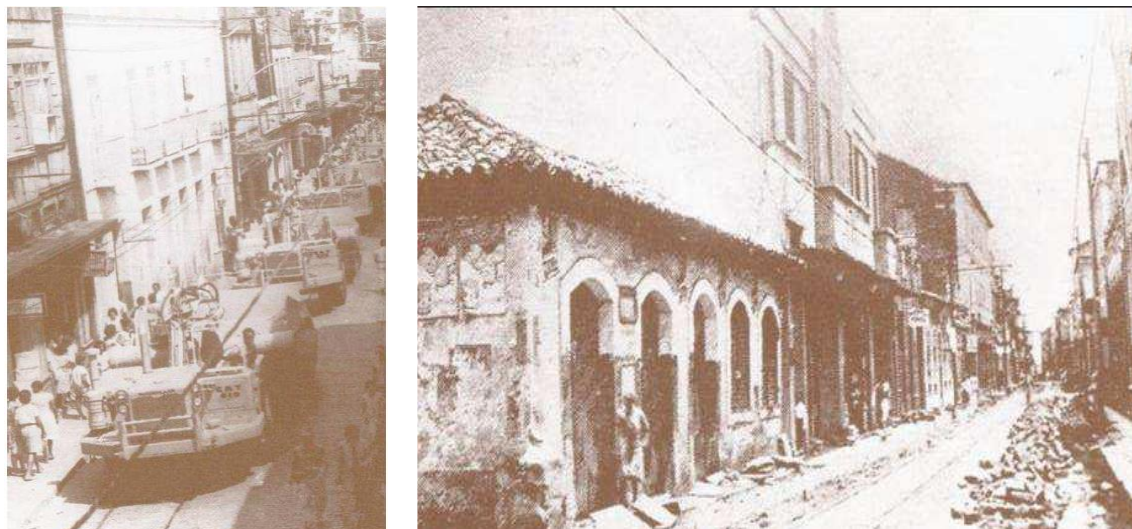
Continuando com as transformações da malha urbana, a prefeitura realiza o alargamento da rua Oswaldo Cruz, popularmente conhecida como Rua Grande, chamada assim pelos colonizadores portugueses por ser uma das ruas mais extensas da época (figura 8.6). Obra também prevista no *Ante-projecto* de Saboya Ribeiro e realizada por Pedro Neiva, a intervenção demoliu diversas casas (figura 8.7), inclusive a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos em 1939.

Figura 8.6
Mapa de 1640 registrado pelos holandeses com a indicação da Rua Grande em verde



Fonte: Prefeitura Municipal de São Luís (1992, P. 67) modificado pelo autor.

Figura 8.7
Rua Oswaldo Cruz ano 1939: à esquerda desfile de tratores e à direita
inúmeras casas demolidas no mesmo ano



Fonte: BARROS, 2001, p. 44–45.

A demolição dessa igreja desperta o interesse da instituição federal em preservar o acervo ludovicense. Essas ações, conjuntas com os intelectuais locais conseguem tombar, através da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, a Capela de São José da Quinta das Laranjeiras (inscrição nº 281) e o Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras (inscrição nº 282), como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ambos inscritos no livro de Tombo de Belas Artes em 16 de abril de 1940.

Esta ação leva a considerar os valores peculiares dos monumentos. O novo discurso do governo incorpora os argumentos dos intelectuais locais que já vinham sendo debatidos deste a época de 1910 e, em 1940, seus conceitos de preservação penetram na camada institucional nacional. Em 1943, o Poder Público Municipal, ao ver a necessidade de uma linguagem mais formal com as instituições ou entidades a favor da conservação patrimonial cultural, cria a *Comissão do Patrimônio Artístico Tradicional* com a participação ativa dos intelectuais locais e coordenada por Antonio Lopes.

Este organismo foi criado de acordo com o que previa o código de postura de Saboya Ribeiro em 1936 e só foi possível ser instalado em 1943 devido à forte oposição por parte dos que estavam inconformados com o desleixo para com o

patrimônio local. Pode-se considerar que o estopim foi a demolição da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos.

A partir de então, a comissão participaria ativamente e com o poder de diálogo institucional para tratar das questões relacionadas à preservação do patrimônio local, sendo o órgão responsável por coordenar o que creu que era necessário conservar do mais valioso da nossa história. O sentimento preservacionista iniciado em 1910, registrado através de obras dos intelectuais locais da época, passa a ser institucionalizado, sendo que seus esforços, mais tarde, dariam sua contribuição para a obtenção do título patrimônio da humanidade.

As demolições foram o preço a pagar pela aspiração de modernizar a capital do Maranhão pelo Governador Paulo Ramos, com o apoio dos dois prefeitos que estiveram no poder durante sua gestão. E como diz o ditado popular “há males que vêm para o bem”; pode-se dizer que as reformas trouxeram novos equipamentos públicos, melhoras na higienização, melhoras no sistema viário e um novo ar de embelezamento moderno, citando-se as que mais se destacaram, como o plano rodoviário, a reforma do palácio, a construção do palácio da educação, da colônia de psicopata, do pronto socorro Getúlio Vargas, do palácio do comércio, da sede do poder judiciário, quartel de bombeiros, construção de avenidas (Getúlio Vargas, 10 de Novembro), alargamento, pavimentação e reformas de vias públicas (Pedro II, Parque Urbano Santos, Avenida Gomes de Castro, Rua José Augusto Corrêa e outras.), reformas de praças (Antonio Lobo, Gonçalves Dias, João Lisboa, Saudade), construção da Praça Duque de Caxias, do quartel do exército, reformas no Hospital Geral, no Mercado Central, nos Armazéns da Recebedoria do cais e Biblioteca Pública³³.

Os dois prefeitos estabeleceram um ponto em que se pretendia impor a cidade colonial em uma São Luís moderna e para isso estreitam a ideia da racionalização da cidade a partir do modelo ideal, traçado por um plano de melhoramento.

³³ Relatório do Interventor Federal do Estado do Maranhão. Apresentado ao Presidente da República do Brasil: 1938, 1939, 1940, 1941, 1942 e 1943. Imprensa Oficial.

Para lograr uma cidade moderna sem ruínas ou cortiços, limpa, iluminada, higiênica e com avenidas largas, utilizaram os dispositivos estabelecidos pela política urbana, como o código de postura, alteração no regime tributário, criação de um anteprojeto de remodelação da cidade e um de melhoramento e a criação de novas definições de zonas (zoneamento de 1938), para que pudesse atingir o desejo de marcar na história de São Luís a passagem de uma cidade colonial para uma cidade moderna, vista por eles, na concepção de Viana Lopes, como:

Nessa cidade moderna as casas não teriam alcovas insalubres onde não penetra a luz do sol, todas as construções possuiriam banheiros com pisos impermeáveis e esgotamento sanitário e belos jardins. Suas fachadas seriam pintadas regularmente e seus beirais, quando ainda houvesse beirais, estariam limpos e sem vegetação (VIANA LOPES, 2013, p. 232).

É importante salientar que os planos, leis e intervenções propostas para a cidade nas administrações de Saboya Ribeiro e Neiva de Santana referiam ou estavam orientadas para a área que hoje é considerada de grande valor cultural. Assim, pode-se inferir que os intelectuais locais tiveram participação na construção do reconhecimento da valorização da arquitetura tradicional luso-brasileira, e que suas manifestações em prol desta arquitetura proporcionaram a identificação e a defesa do patrimônio histórico local.

CAPÍTULO 9

CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: SUSTENTABILIDADE E REVITALIZAÇÃO

No capítulo anterior foi visto que o sentimento preservacionista nasceu através dos resultados de debates realizados pela sociedade intelectual entre 1910 a 1916, e logo foi incorporado pela população local e absorvido por instituição governamental entre 1940 a 1943. Este último estava representado pelo poder regional através da Comissão do Patrimônio Artístico Tradicional, tendo vários logros em referência à conservação dos monumentos históricos durante a sua atuação na capital.

Um dos êxitos importantes a ressaltar dessa comissão foi o decreto da prefeitura de 1 de julho de 1943, que proibiu a reforma de casas que possuíssem mirantes ou fossem revestidas de azulejos, a qual podia descaracterizar o aspecto tradicional do século XIX. O decreto representava o respeito pelas edificações que possuíam as características luso-brasileiras.

Os monumentos deixaram de ser protegidos isoladamente para ser tombados em conjuntos urbanos. Em 1955 foram transformados em patrimônio oficial os primeiros conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, concretamente a Praça Benedito Leite³⁴ e a Praça João Francisco Lisboa. Isso ocorreu 15 anos depois que foram tombados os primeiros monumentos em São Luís, protegidos isoladamente em 1940: a Capela de São José das Laranjeiras e o Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras.

³⁴ Benedito Pereira Leite foi o quarto (1906/1910) governador republicano do Maranhão, estadista de larga visão e conceituado prestígio no cenário nacional, que dominou a política regional na primeira década do século. O nome mais antigo da praça se chamava de largo do João Velho do Val, abastado comerciante português que ali residia.

É provável que uma das razões pelas quais o antigo Serviço do Patrimônio Nacional – SPHAN atuasse justamente na parte central do centro esteja ligada com o êxodo da população que vivia naquela área e se deslocou para o interior da capital, deixando o Centro Histórico em estado de degradação em função do abandono por parte dos seus tradicionais proprietários; conseqüentemente as residências antigas eram ocupadas por atividades marginais. Assim, o SPHAN tratou de proteger a parte visivelmente mais degradada e ao mesmo tempo a mais valiosa e antiga - os maiores e mais ricos sobrados - atuando nos melhores exemplares do conjunto arquitetônico de São Luís.

Como foi dito no capítulo anterior, é importante lembrar que, antes, os vestígios dos monumentos históricos eram ignorados. Somente após a valorização da ideia sobre a preservação da memória histórica em 1910-1943, e a partir da consolidação do amadurecimento desse pensamento no começo da segunda metade do século XX, deu-se início aos debates sobre o futuro e a sustentabilidade³⁵ dos conjuntos monumentais a serem conservados.

Este capítulo é desenvolvido com base na figura jurídica da propriedade dos interesses públicos de transformar o centro em um local sustentável, através de uma política voltada para a revitalização, o que faria possível posteriormente a concessão do título de Patrimônio da Humanidade. Neste capítulo se debatem os diversos programas realizados com o intuito de investigar a preservação e a revitalização do Centro Histórico, em especial o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCHSL.

9.1 Desenvolvimento Sustentável e Reabilitação Urbana Integrada

Tratando da sustentabilidade, entende-se que o conceito tem sua origem no discurso voltado para o meio ambiente, recursos naturais e biodiversidade. Aplicar essa terminologia aos centros urbanos ocorre devido à importância de como foi sendo focado a necessidade de garantir a própria manutenção dos Centros

³⁵ Entende-se neste capítulo que sustentabilidade deve ser um modelo de sistema que tem condição própria de se manter e conservar. Está relacionado diretamente com os aspectos econômico, sociais, culturais e ambientais.

Históricos, de forma permanente, sem ajuda de recursos do governo federal ou estadual. É neste sentido que neste subcapítulo se interpreta o termo sustentabilidade para o Centro Histórico de São Luís, sendo reforçado pelo artigo de Johannes Augel sobre sustentabilidade, titulado *Sustentabilidad de la revitalización. El casco antiguo de Salvador/Bahía, Brasil*.

Las restauraciones urbanas a igual que las de monumentos aislados pueden ser considerados "sustentables" o "durables", cuando reúnen una serie de elementos capaces de garantizar su mantenimiento permanente y las reinversiones necesarias para mantener el nivel de restauración alcanzado, sin depender de una única fuente de recursos o de pocos tipos de recursos, sobre todo, sin depender unilateralmente de subvenciones públicas. Una renovación autosustentable sería aquella capaz de mantenerse a sí misma, por sus propios medios, de crear utilidades propias y condiciones de mantenimiento permanente (AUGEL, 1998, p. 2).

Recuperar o espaço público e a seguridade cidadã deve ser um dos aspectos fundamentais para a revitalização do Centro Histórico. Com essa consideração, é necessário atender os aspectos de mobilidade e acessibilidade, respeitando o traçado urbano e buscando soluções para a viabilidade, transporte de contaminantes, estacionamentos, circulação de veículos, calçadas, vias públicas e saneamento básico para dar soluções direcionadas à população do centro, evitando o congestionamento, fomentando a sustentabilidade e melhorando a qualidade de vida.

As edificações requerem restaurações que respondam aos valores da arquitetura e, para isso, é necessário a contribuição de tecnologias contemporâneas. As deformações dos edifícios por abandono, mal uso ou por falta de manutenção exigem dos arquitetos e engenheiros um planejamento de restauração.

A recuperação de áreas de interesse histórico já não é mais vista como tombamento de monumentos isolados, passam a estar a ser inseridas em um cenário global que

discute questões relacionadas à necessidade de preservação do entorno arquitetônico urbano, com o desejo de conservar o estilo de vida anterior.

Após a reflexão de que o entorno também deve ser conservado e recuperado, surge a necessidade de que esse cenário seja autossustentável, fundamentada na preocupação com esse espaço em relação ao meio ambiente e com o desejo de assegurar a preservação do ambiente urbano de interesse histórico para as futuras gerações. A preservação e a sustentabilidade do entorno, naquela época, era um tema já bastante debatido e inserido em diversos discursos, cartas e congressos realizados pelos ideários urbanísticos modernos, que discutiam suas ideias em encontros, como o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), em 1933, e seus conhecimentos eram refletidos em revistas, como a *AC del GATEPAC*, nº 12, de Barcelona, com o título *El IV Congreso Internacional Del CIRPAC*, manifesto urbanístico que gerou a *La Charte d' Athenes*, por Le Corbusier, com grande repercussão internacional.

Também pode-se citar a Carta de Veneza de 1964, art. 1º, em que o conceito de “monumento histórico compreende tanto a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”. Ou seja, a arquitetura singular e o entorno devem ser valorizados e conservados porque representam o testemunho do estilo de vida que os antepassados deixaram. Ademais, a carta sinaliza no art. 5º a importância de um sistema que favoreça a autossustentabilidade, assim a explicar: “conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade”.

Dito isto, é oportuno voltar a destacar que houve manifestos sobre a importância de conservar os sítios urbanos de interesses históricos e eles se intensificaram no século XX. Além dos dois documentos citados acima, surgiram ainda outras declarações internacionais relacionadas com a proteção ao patrimônio cultural mundial, entre os quais estão as Normas de Quito, de 1967, a Declaração e Manifesto de Amsterdã, de 1975, a Declaração de Nairobi, de 1982 e a Declaração do México, de 1985.

Apesar de a importância de conservar os sítios urbanos de interesse histórico ser um tema bastante debatido nos anos anteriores em âmbito internacional, é somente em 1970 que o conceito de preservação do conjunto arquitetônico e de seu entorno, assim como a necessidade de sua própria sustentabilidade econômica, é inserido dentro do contexto do Centro Histórico de São Luís. O discurso foi aplicado em programas realizados nesse espaço entre 1979 a 2002, que serão comentados posteriormente.

A conservação e reabilitação do patrimônio histórico é uma estratégia urbana que intenta requalificar o sítio existente com intervenções diversas. Seu objetivo é maximizar as potencialidades socioeconômicas e funcionais, promovendo, assim, a melhoria das condições de vida da população ainda residente nessas áreas.

É incorporado para o conjunto arquitetônico histórico ali presente no centro urbano os argumentos relacionados com sustentabilidade, que alude à frase: “El desarrollo duradero es el desarrollo que satisface las necesidades de la generación presente sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras para satisfacer sus propias necesidades³⁶” (Informe de Brundtland, 1987, p.59). Sendo assim, o referido conjunto arquitetônico tem como fundamento primordial se dar a conhecer às gerações futuras ludovicenses.

Diante dessa expectativa, são incorporados projetos voltados para a revitalização e sustentabilidade do centro de São Luís, consolidando ainda mais a preocupação com os monumentos históricos, com seu entorno, sua viabilidade econômica e sua legitimidade. Esses projetos ratificam a preocupação de defender os sítios históricos como forma de consolidar o ambiente construído das cidades, e que, ao mesmo tempo, são espaços privilegiados para as intervenções urbanísticas contemporâneas.

³⁶ Informe da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1987, presidido por Gro Harlem Brundtland com o título em espanhol: *Desarrollo y cooperación económica internacional: Medio ambiente*. Subtitulada em *Informe de la Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo*.
Fonte: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/42/427>

9.1.1 Reabilitação Urbana Integrada

Antes de analisar como foram realizados os projetos de revitalização e suas etapas para o centro de São Luís, é necessário entender como foi pensado e sistematizado o desenvolvimento sustentável para aquele espaço. Partindo desse princípio, ressalta-se que a ideia inicial da conservação e reabilitação do patrimônio histórico e cultural voltada para a sustentabilidade deveria ser realizada de forma integrada com a vida social por meio de uma política de reabilitação urbana participativa.

Por tanto, as intervenções deveriam ser primeiramente focadas para os residentes do Centro Histórico, com o objetivo de produzir melhorias nas condições habitacionais, sem que houvesse alterações na morfologia, na tipologia patrimonial, nos valores culturais, sociais, entre outros. O desenvolvimento das atividades econômicas deveria aproveitar as potencialidades peculiares do espaço, das infraestruturas e da cultura, sem deixar que afetasse as características da identidade local.

O manifesto de Amsterdã de 1975 já enfatizava a necessidade da harmonia entre os moradores e os monumentos, além de destacar a importância do entorno em relação à cidade, ressaltando que “o patrimônio arquitetônico não é construído apenas pelos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos das antigas cidades e povoações tradicionais” (*Apud* ANDRÈS, 2012, p. 24). Tal reflexão demonstra a importância da relação entre os monumentos e a cidade habitada e, por sua vez, a necessidade da participação da comunidade no processo de promover a proteção do patrimônio arquitetônico.

Devido à necessidade de manter a sustentabilidade dos monumentos históricos em conexão com seus moradores, surgiu em São Luís uma política de habitação e ocupação com um compromisso social, seguindo a política da Resolução de São Domingos de dezembro de 1974³⁷.

³⁷ <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=245>

No plano social a salvação dos Centros Históricos é um compromisso social, além do cultural, e deve fazer parte da política de habitação, para que nela se levem em conta os recursos potenciais que tais centros possam oferecer. Todos os programas de intervenção e resgate dos Centros Históricos devem, portanto, trazer soluções de saneamento integral que permitam a permanência e melhoramento da estrutura social existente.

Esta política habitacional e ocupação com um compromisso social não teve muito sucesso. Os moradores inseridos nesse programa não tinham renda suficiente para sustentar as moradias e, portanto, tornou-se inviável a manutenção dos casarões, o que levou o programa a um fracasso no que se refere à sustentabilidade da zona patrimonial. Tal situação está bem representada pela *charge* (figura 9.1) elaborada por Luiz Phelipe C.C. Andrés, em que demonstra a dificuldade de sustentar a vivenda.

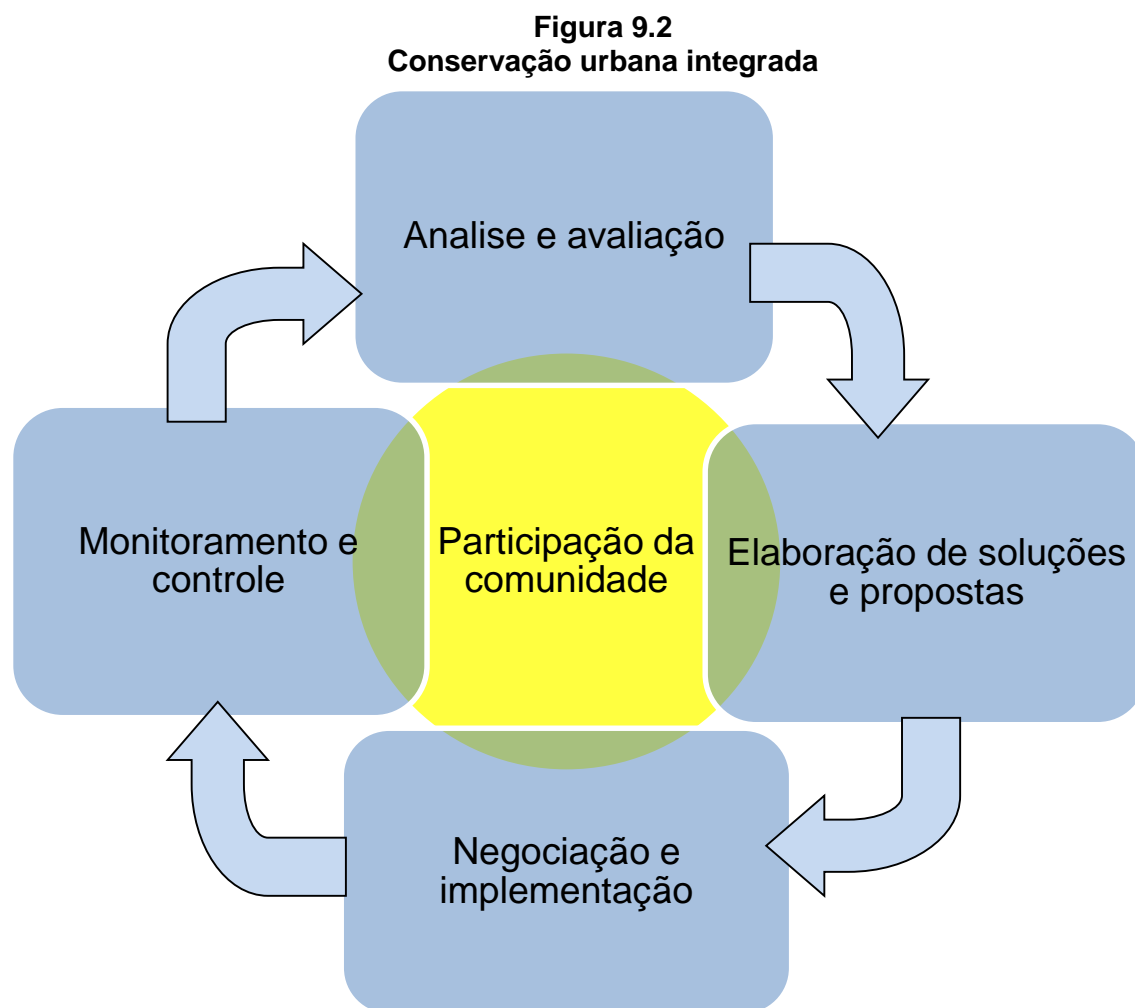
Figura 9.1
Problema da moradia no Centro Histórico



Fonte: ANDRÉS, 2012, p. 30

Para avaliar a gestão das aplicações dos programas propostos para a revitalização do centro, estabeleceu um roteiro que indica quais processos deveriam ser seguidos, o que ajudou na reflexão sobre o planejamento urbano e da possível

participação popular. De acordo com a definição de Luiz Phelipe C.C. Andrés (2012, p. 30) referente ao conjunto de ações a serem realizadas, essas atividades deveriam seguir um roteiro de quatro etapas relacionadas à participação da comunidade, que são divididas em categorias da seguinte maneira: análise e avaliação, elaboração de soluções e propostas, negociação e implementação, monitoramento e controle (figura 9.2).



Fonte: ANDRÈS, 2012, p. 31

A maioria dos arquitetos e urbanistas, entre outros, que tiveram a oportunidade de preparar uma proposta de projeto para a sustentabilidade do centro de São Luís não conseguiu cumprir todas as etapas da conservação, deixando, principalmente, a Participação da Comunidade à margem das decisões tomadas para o centro da capital do Maranhão. Entre os trabalhos podem ser citados os realizados entre 1966

e 1973 por Michel Parent, arquiteto francês, com objetivo de preparar uma proposta de Preservação do Centro Histórico de São Luís. Mesmo sendo consultor da UNESCO, teve pouco êxito com suas ideias.

Posteriormente, em 1973, um novo consultor é enviado pela UNESCO, o arquiteto português Viana de Lima, que foi contratado para preparar um diagnóstico e um plano de proposição para a recuperação do centro histórico. Ele realizou um trabalho de qualidade até onde o tempo o permitiu devido à sua curta instância na cidade. Concluiu sua tarefa técnica e jamais retornou à capital.

Seguindo a cronologia, em 1978, o arquiteto norte-americano John Gisiger assume a responsabilidade de reverter o quadro de abandono que existia no Centro Histórico. É contratado pela a Secretaria de Planejamento do Estado para elaborar um estudo para aquela área. Ele foi o arquiteto que mais se aproximou de uma análise social e funcional, além de realizar as análises tipológicas e morfológicas da zona.

Os dois últimos arquitetos citados nos parágrafos acima, Viana de Lima e Jhon Gisiger, contribuíram através dos seus estudos com a produção do conjunto de aspectos conceituais que posteriormente daria origem ao *Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCHSL*. Este projeto foi responsável pelas principais intervenções de requalificação para aquela área.

Eles tinham como missão diagnosticar os problemas vivenciados no período em que tiveram relação com o Centro Histórico de São Luís, entre 1973 e 1979. Os seus trabalhos, neste período, contribuíram para as questões relacionadas aos problemas urbanos e cartográficos; posteriormente seus trabalhos foram aproveitados para serem inseridos no programa de preservação, como discutido em seguida.

O arquiteto Viana de Lima tinha como dever o de realizar um diagnóstico da área central e de estabelecer um plano de proposições para a recuperação do Centro Histórico. Conseguiu reunir um levantamento fotográfico e cartográfico que lhe permitiu ter uma visão do conjunto arquitetônico, sendo o primeiro a revelar, de forma precisa e metodológica, a natureza do desenho urbano da cidade.

Para Viana de Lima, os monumentos não deveriam ser vistos isoladamente; era necessário serem percebidos como um conjunto patrimonial que merecia uma atenção diferenciada. Esta interpretação orientou-o para que realizasse um dos mais importantes estudos feitos na década de 1973, na qual insistia que o patrimônio arquitetônico deveria ser analisado “do ponto de vista da especialidade urbana, dos usos, com evidentes preocupações ambientais” (ANDRÈS, 2012, p. 68).

Somente a partir de seus argumentos e reflexões sobre a área de intervenção, foi que o governo estadual passou a organizar seu sistema preservacionista na cidade, o que antes era realizado pelo IPHAM sobre imóveis isolados. A organização deste sistema de proteção ao patrimônio histórico por parte do governo local levaria à contratação do arquiteto seguinte, John Gisiger, pela administração pública estadual, diferenciando dos anteriores arquitetos que eram contratados por uma entidade externa, UNESCO.

O arquiteto John Gisiger realizou um plano nominado *Renovação Urbana da Praia Grande* (figura 9.3), em que descrevia as formas de ocupação no centro, avaliando o patrimônio imobiliário, tratando de temas específicos e atuais, como a circulação de veículos e de pedestres, das redes de utilidades públicas e as questões relacionadas aos logradouros.

Figura 9.3
O álbum Renovação Urbana da Praia Grande



Fonte: ANDRÈS, 2012, p. 70

A repercussão do plano de John Gisiger para o centro de São Luís foi tão grande que, em 1979, o Poder Público estadual organizou o I Encontro Nacional da Praia Grande, promovido pela SEPLAN, com apoio do IPHAN/MINC, tendo como papel norteador discutir e avaliar a proposta de revitalização do Centro Histórico. O encontro contou com a presença de vários especialistas urbanos, técnicos, profissionais, como também representantes de sindicatos e de entidades na área de relevância social. Phelipe Andrès refere-se a este encontro e ao seu significado:

O evento contou com 32 especialistas de vários estados do Brasil, possuidores de experiência na área. Compareceram técnicos e profissionais especializados e competentes do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Brasília, Bahia, Pernambuco, contando com uma representativa participação de técnicos e dirigentes de órgãos locais das esferas municipal e estadual, das universidades, sindicatos e diversas entidades com atuação social na área (ANDRÈS, 2012, p. 72).

A principal recomendação do encontro foi a criação de um grupo de trabalho e de uma comissão de coordenação para desenvolver e implementar o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCHSL. Este

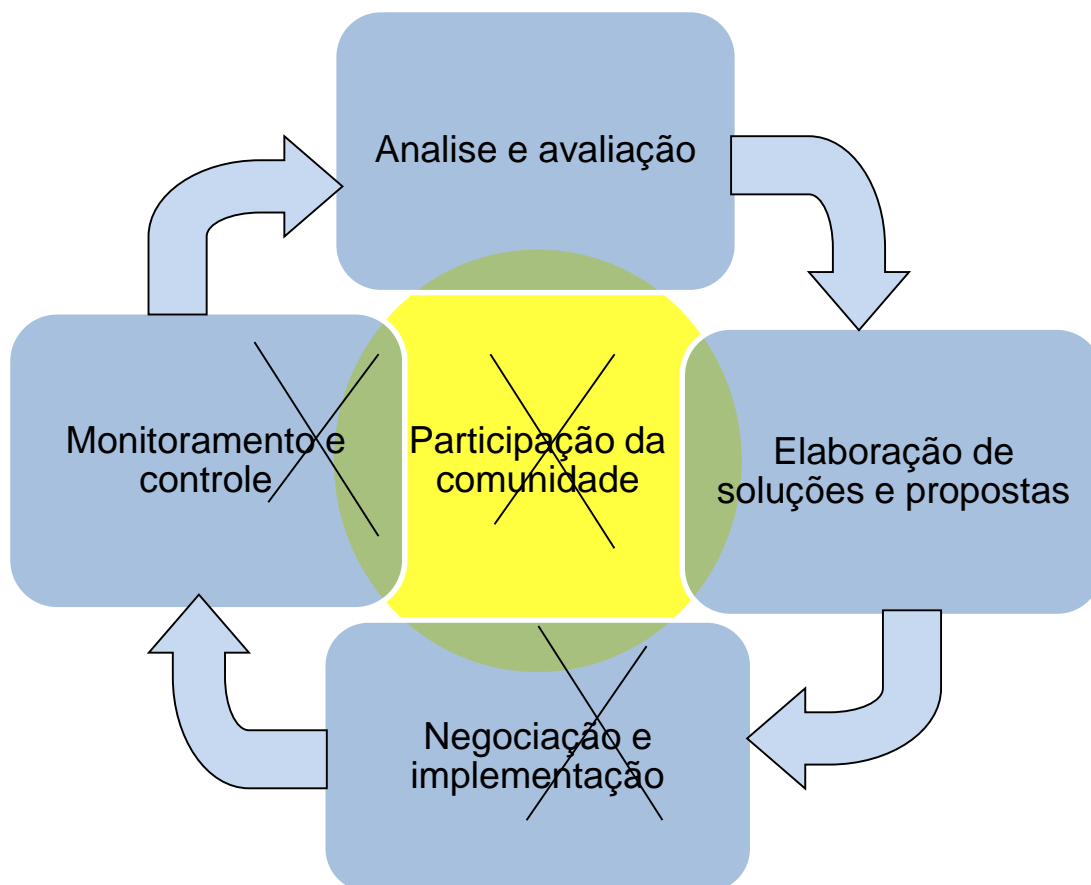
programa foi instituído a partir do Decreto nº 7.345 (16/11/1979), projeto que será analisado mais detalhadamente na segunda parte deste capítulo.

O projeto Praia Grande é considerado o primeiro momento do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís e foi oficialmente implantado em agosto de 1981. Espírito Santo explica a importância do programa na requalificação da área:

Este programa, após sucessivas alterações e complementações que ultrapassaram diferentes governos estaduais, foi responsável pelas principais intervenções de requalificação nas áreas do entorno do bairro da Praia Grande e em imóveis isolados até o final da década de 90 (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 72).

Com relação aos projetos realizados pelos arquitetos Viena de Lima e John Gisiger quando relacionados à ferramenta da Conservação Urbana Integrada, constatou-se que faltaram a aplicação dos princípios da negociação e da implementação, como também o monitoramento e o controle, além da ausência da participação comunitária. A análise permitiu inferir que os intervencionistas realizaram um trabalho direcionado para pesquisa e diagnóstico no intuito de entender o acervo arquitetônico no tempo e no espaço, assim como elaboraram soluções e propostas que geralmente estavam compostas por planos de ação, leis e regras para modelar o plano urbanístico em prol das ações preservacionistas (figura 9.4).

Figura 9.4
Diagrama da CI indicando as etapas que não foram atendidas



Fonte: ANDRÈS, 2012, p. 69

A falta da continuidade dos projetos por parte das administrações públicas torna-se um empecilho para a conclusão dos programas propostos para o Centro Histórico e é o principal motivo para uma longa duração em concluí-los. A mudança do governo sempre é um momento de instabilidade, o que ocasiona, às vezes, a interrupção dos programas em andamento. Isso fez com que o principal projeto, o programa de preservação de São Luís, tivesse uma duração de 27 anos, começando em 1979 e terminando sua última etapa somente no ano de 2006.

Apesar da análise realizada acima, pode-se dizer que todos os gestores de alguma forma contribuíram para a realização da proposta mais emblemática do centro de São Luís, o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico, como será visto em seguida.

9.2 Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCHSL

O surgimento da “visão da cidade como um organismo único e vivo nos mostra que é essencial conservar, e muito bem conservado, o seu núcleo original, que funciona como raiz, cérebro e coração” (NETO, 1994, p. 25). Compreende-se que a malha urbana antiga deve ser pensada como um todo, raiz, cérebro e coração; este conjunto define as características arquitetônicas e urbanísticas que dão forma à personalidade da cidade. Partindo desse princípio e para poder solucionar os problemas existentes neste espaço, os novos gestores, arquitetos e interventores pensaram na revitalização e preservação do Centro Histórico de São Luís.

O programa de conservação e revitalização foi o principal projeto realizado para tentar reverter o processo de abandono e degradação da zona afetada. Como a maioria dos projetos de revitalização, tem como principal objetivo o de proporcionar a preservação, a reabilitação de imóveis e ou conjuntos arquitetônicos sem interferir e impactar negativamente no entorno. O programa em São Luís não se restringe apenas à preservação do acervo arquitetônico, mas também revela uma preocupação com a sustentabilidade local, assim como busca o equilíbrio entre os moradores locais e o entorno.

Luiz Phelipe Andrès, como um dos fundadores do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, do qual foi coordenador por 27 anos, apresenta os objetivos propostos pelo programa e aclara sua estrutura em 11 políticas:

- 1 - Proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do Centro Histórico;
- 2 - Intensificar as atividades de assistência e promoção social, e priorizar ações de fomento à geração de emprego e renda;
- 3 - Apoiar a instalação de centros profissionalizantes;
- 4 - Incentivar as manifestações culturais e educacionais mediante o estabelecimento de centros culturais e de criatividade e do fortalecimento das instituições públicas e privadas que se dedicam à ação e difusão cultural, bem como apoiar as manifestações artísticas de indivíduos ou grupos comunitários sediados na área;

- 5 - Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-o à dinâmica social e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social;
- 6 - Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural;
- 7 - Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária, de forma a beneficiar a população residente e usuários, propiciando ademais uma ocupação mais coerente e diversificada no Centro Histórico;
- 8 - Dinamizar as atividades portuárias tradicionais, visando à revitalização das funções econômicas e culturais mais representativas do Centro Histórico, relativas à pesca artesanal e ao transporte hidroviário de passageiros e carga;
- 9 - Contribuir para o incremento do associativismo e consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico;
- 10 - Garantir, no âmbito da Coordenadoria do Programa, um processo permanente de avaliação crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís;
- 11- Assegurar o compromisso político da administração pública quanto à inclusão dos temas relativos à restauração e à conservação dos bens culturais nos planos de governo estadual e municipal (ANDRÈS, 2012, p. 74).

A implantação do Programa de Preservação e Revitalização no Centro Histórico foi dividido em cinco etapas no decorrer do período de 1979 a 2006. As etapas, geralmente, correspondiam aos períodos governamentais de quatro anos; no entanto, a etapa considerada mais longa corresponde aos anos de 1995 a 2002, devido à reeleição da governadora do estado do Maranhão. Essas etapas serão analisadas em seguida.

9.2.1 Primeira etapa: O programa da Praia Grande 1981-1983

Na primeira etapa não serão incluídos os anos de 1979 a 1980, por ter sido uma fase preparatória ao projeto que já foi analisada anteriormente através dos trabalhos de Viena de Lima e John Gisiger. Assim, este estudo parte de 1981.

A primeira ação efetiva para a preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís ocorreu de 1981 a 1983, quando o governo estadual estava representado por João Castelo, que tinha em seu plano de governo priorizar as questões referentes à preservação da área central. Desta forma, o governo começa a atuar através do Projeto Praia Grande. O Projeto foi elaborado a partir dos conjuntos de orientações, informações levantadas e reunidas nos estudos dos arquitetos e gestores anteriores, como visto na primeira parte deste capítulo.

A etapa inicial do Programa de Preservação e Revitalização do Centro de São Luís concentrou as intervenções no bairro da Praia Grande (figura 9.5), abrangeu cerca de sete hectares do Centro Histórico de um total que corresponde à dimensão de 250 hectares com 5.500 edifícios³⁸. A delimitação dessa pequena área inicial, mais precisamente nos arredores do Mercado Coberto, foi selecionada por abarcar a maior parte dos edifícios em péssimo estado no centro e, ainda, por conter a maioria dos conjuntos arquitetônicos luso-brasileiros de maior importância. Deve-se ressaltar que também existiu outro fator que contribuiu para a escolha da área e que está relacionada diretamente à insuficiência de recurso do governo estadual para abranger toda a área do Centro Histórico, o que acarretou, de maneira estratégica, a execução do projeto por etapas, de forma progressiva, diante a impossibilidade de abranger o todo de uma só vez.

³⁸ Fonte: ANDRÈS, 2012, p. 85

Figura 9.5
Foto aérea do Centro Histórico de São Luís e da área Praia Grande



Fonte: <http://es.scribd.com/doc/104430515/1-a-cidade-de-sao-luis-ma-e-a-conservacao-de-seu-centro-historico#scribd>

O projeto Praia Grande, nessa primeira etapa, realizou o início da recuperação do Mercado Coberto (Feira da Praia Grande), da Praça da Praia Grande, do Albergue e do Beco da Prensa, além de outras obras de urbanização no entorno, representando um investimento de aproximadamente de 2,5 milhões de reais.

O princípio das obras lembrava um cenário de destruição, que permaneceu durante vários meses devido às obras inacabadas, vistas como um “panorama que se aproximava mais do aspecto de uma cidade bombardeada ou sacudida por um terremoto” (NETO, 1994, p. 26).

Por outro lado, as obras garantiram trabalhos, renda e movimentação para a área implicada, motivos que ao final eram bem vistos pelos cidadãos envolvidos nesse processo, incluindo principalmente a obra da feira da Praia Grande. O antigo mercado popular, que estava então sujo e decadente, mantinha uma freguesia

razoável, formada por moradores locais, funcionários de repartições públicas daquela região e poucos turistas.

A recuperação da feira da Praia Grande (figura 9.6), o mercado público mais antigo do Maranhão, teve grande cooperação da comunidade local, que estava implicada ativamente na obra através do sindicato do Comércio Varejista de Feirantes de São Luís, o que proporcionou aos feirantes uma participação mais ativa nas tomadas de decisão sobre a reforma. Sua colaboração no processo apontou construtivamente alternativas técnicas para a melhoria do espaço, construindo um ambiente de confiança entre os feirantes, os arquitetos e os engenheiros, o que possibilitou um entendimento entre as partes para obter uma solução eficaz para o espaço.

Desta forma foi possível solucionar os principais problemas que se encontravam na feira da Praia Grande, como “o abastecimento de água, redes de esgotos, instalações sanitárias, circulação, ventilação, armazenamento e exposição de mercadorias, dimensão” (ANDRÈS, 2012, p. 89). Houve um melhoramento nos boxes de armazenamento comercial, separado por cada modalidade de produto a ser comercializado. O mercado obteve um alargamento na circulação para pessoas, passou de 560m² para 900m², e o número de boxes subiu de 72 para 102, tendo uma ampliação³⁹ de 1.010m² para 1.375m².

³⁹ Dados extraídos do Jornal *O Estado do Maranhão*, em matéria publicada em 06/10/1982.

Figura 9.6
Vista aérea da feira da Praia Grande com as obras já concluídas localizada no centro da foto



Fonte: NETO, 1994, p. 38

Pode se estimar que, se não houvesse uma revitalização nesta área, talvez ela se tornasse um monumento histórico sem vida local, apenas destinado para turistas, como explica o historiador acadêmico Jeronimo Viveiros, que acrescenta que “Sem as atividades mercantis que lhe haviam dado vida ativa, acabaria por se transformar simplesmente em um acervo arquitetônico de grande valor histórico e de promissoras possibilidades turísticas” (Viveiros, 1954, p. 219).

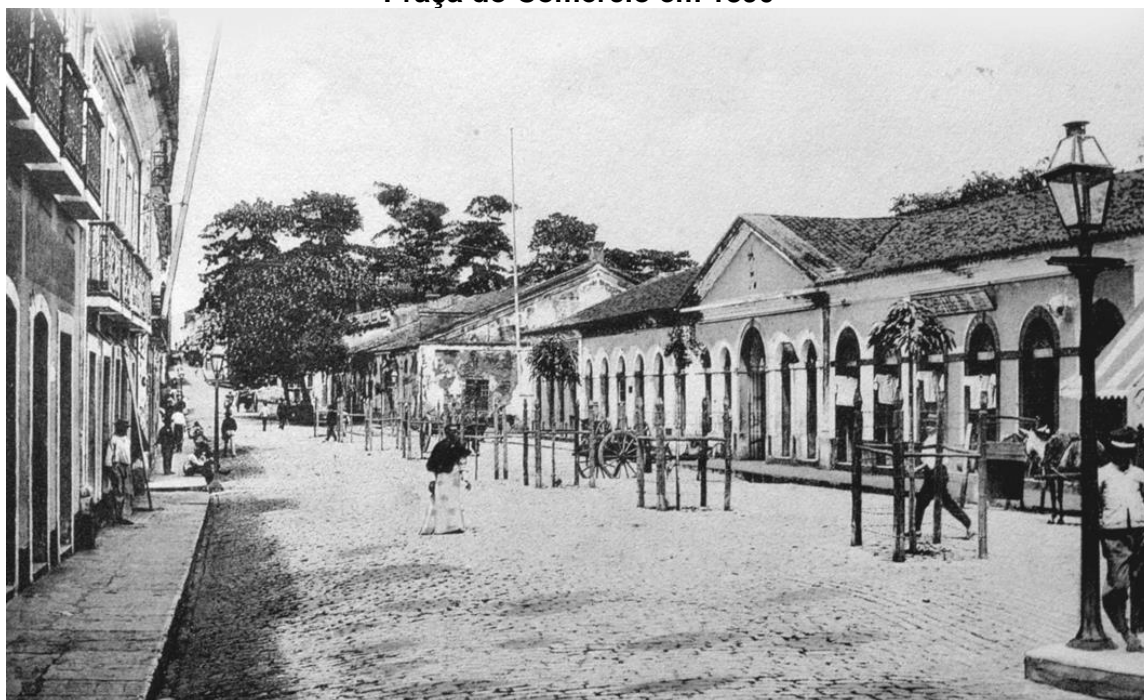
As obras realizadas na feira da Praia Grande também contribuíram para livrar o entorno do aspecto sujo e decadente que se vivenciava aquela área. Assim, uma das etapas deste projeto foi a revitalização dos espaços públicos, incluindo principalmente a transformação de áreas abandonadas em praças públicas.

As obras promoveram a remoção de entulhos, resíduos e lixo acumulados em terrenos baldios, que afetavam a salubridade da zona, tornando intransitável o uso desses lugares pelos habitantes locais. O principal objetivo desta etapa foi alterar esse cenário, criando áreas verdes propícias para a convivência comunitária e construindo equipamentos básicos para o lazer.

A arborização de alguns passeios deu lugar a um novo ambiente, convertendo as zonas afetadas pelo abandono em sítios agradáveis de passar o dia, onde as pessoas paravam para conversar, caminhar ou admirar o Centro Histórico. Exemplo desta revitalização é o passeio da Praia Grande, também conhecido como Praça do Comércio. Neste lugar, historicamente, ocorreram episódios marcantes. Praça do Comércio é “o primeiro nome deste logradouro, que, em 1868, foi centro de agitações, com a prisão de comerciantes da Praia Grande, acusados de passarem cédulas falsas” (MELO, 1990, p. 32), posteriormente também adotou o nome de Praça Fran Paxeco em homenagem ao escritor e diplomata português Manuel Fran Paxeco, que representou durante muito tempo os interesses dos comerciantes.

Antigamente, a Praça do Comércio era um alargamento da rua da estrela em frente ao terreiro da feira da Praia Grande. Depois da implantação do programa de preservação e revitalização, foi recuperado em seu traçado original conforme informes fotográficos do século XIX (figura 9.7), contando inclusive com arborização e bancos de pedra de cantaria. Outras quatro praças foram construídas no lugar dos antigos terrenos baldios que haviam sido transformados em depósitos de lixo.

Figura 9.4
Praça do Comércio em 1890



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/>

O fim da primeira etapa do programa de preservação e revitalização ocorreu em 1983, depois de concluir as obras do Beco da Prensa e a obra social do Albergue do Voluntariado de Obras Sociais - VOS. O trabalho realizado para a construção do albergue foi a restauração de um imóvel que se encontrava totalmente em ruína. O prédio foi recuperado com o objetivo de hospedar uma instituição destinada para abrigar pessoas carentes, onde recebiam alimentação, assistência médica e instruções de emprego.

O Beco da Prensa foi chamado assim porque João Gaulberto da Costa mandou construir uma importante prensa de algodão que destinava sua produção para a exportação (MELO, 1990, p. 76). As obras realizadas pelo programa neste beco foram a remoção dos entulhos e lixo que obstruíam a passagem dos pedestres. Hoje é utilizada como rota mais curta para chegar ao Anel Viário.

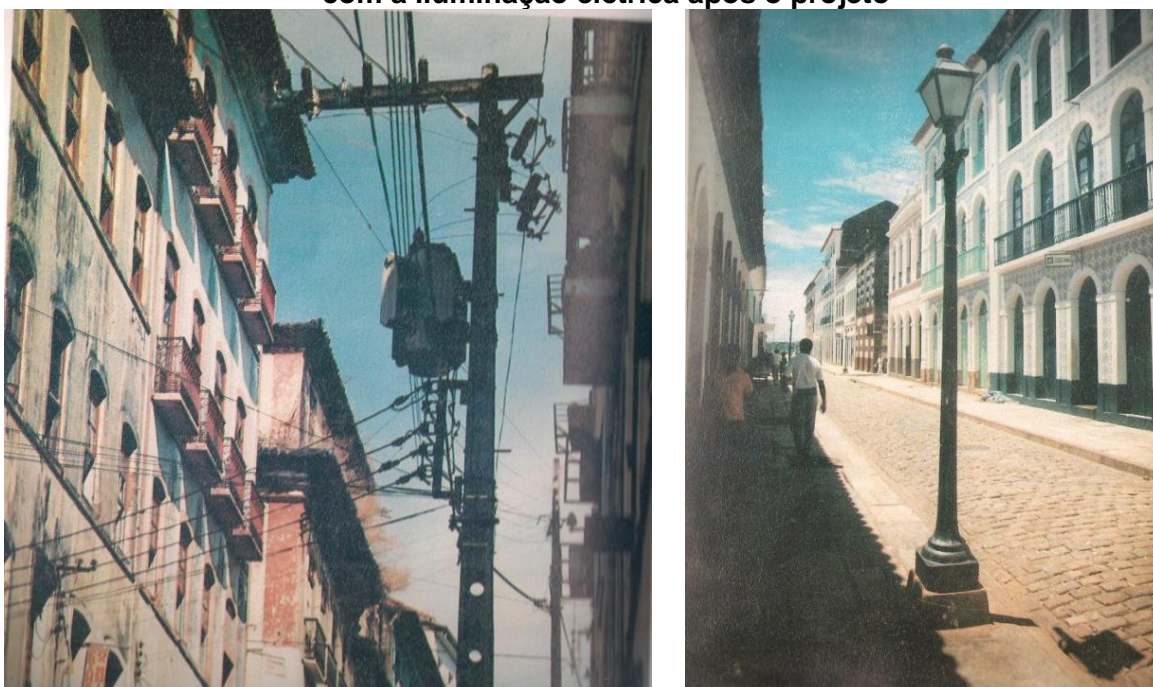
9.2.2 Segunda etapa: Projeto Reviver 1987-1990

Durante a segunda fase do programa foram recuperados os serviços públicos de água, esgoto, energia elétrica e telefone. As redes elétricas e de telefone foram instaladas por debaixo da terra, possibilitando a retirada de postes com seus emaranhados fios elétricos, transformando o cenário antes agredido pelos cabos de alta tensão e de telefones em uma forma urbana mais aproximada do século XIX e ainda com uma visão paisagística redirecionada para a estética do Centro Histórico.

A nova rede elétrica subterrânea conta com 6.100 metros de cabos elétricos de cobre e os antigos transformadores foram substituídos por três subestações blindadas abrigadas dentro de edifícios para que não sejam visíveis (figura 9.8).

Figura 9.8

A foto da esquerda com o sistema elétrico antes do projeto Reviver e a foto da direita com a iluminação elétrica após o projeto



Fonte: NETO, 1994, p. 66–69.

Para o sistema de drenagem foram descobertas galerias de túneis construídos por volta do final do século XVIII, sendo recuperadas e adaptadas para o século XX. Aproximadamente 1.500 metros lineares dessas galerias subterrâneas estavam aptos para o funcionamento, o que possibilitou resolver os problemas relacionados

com as inundações provenientes das fortes chuvas de inverno e, conseqüentemente, à insalubridade que existia nesta zona.

Enquanto ao trânsito, ficou proibida a circulação de veículos de carga ou de passageiros nas ruas recuperadas pelo projeto, através do Decreto nº 11.013, de 27 de dezembro de 1988, que estabelecia:

Art 1º Fica proibido o tráfego de veículos automotores de carga e de passageiros, de qualquer tipo, nos arruamentos do Centro Histórico de São Luís nos trechos a seguir descritos;

Parágrafo único. Excetua-se da proibição prevista neste artigo o trânsito de veículos considerado indispensável ao atendimento dos serviços de segurança pública, manutenção de serviços públicos, prestação de socorro à saúde, de manutenção e reconstrução dos bens tombados.

Desta forma, a área ficou sendo exclusiva para os pedestres e, através do alargamento das calçadas de cantaria, retornou seu aspecto original; por meio da reconstrução do calçamento de paralelepípedos, eles puderam desfrutar de um ambiente mais tranquilo e com uma aparência mais próxima ao século XIX.

É importante lembrar que, além das infraestruturas realizadas nessa segunda etapa, também houve outras intervenções, voltadas para edifícios de grande valor histórico e arquitetônico, como o Convento das Mercês, a Fábrica Cãnhamo e o Centro de Criatividade Odylo Costa Filho.

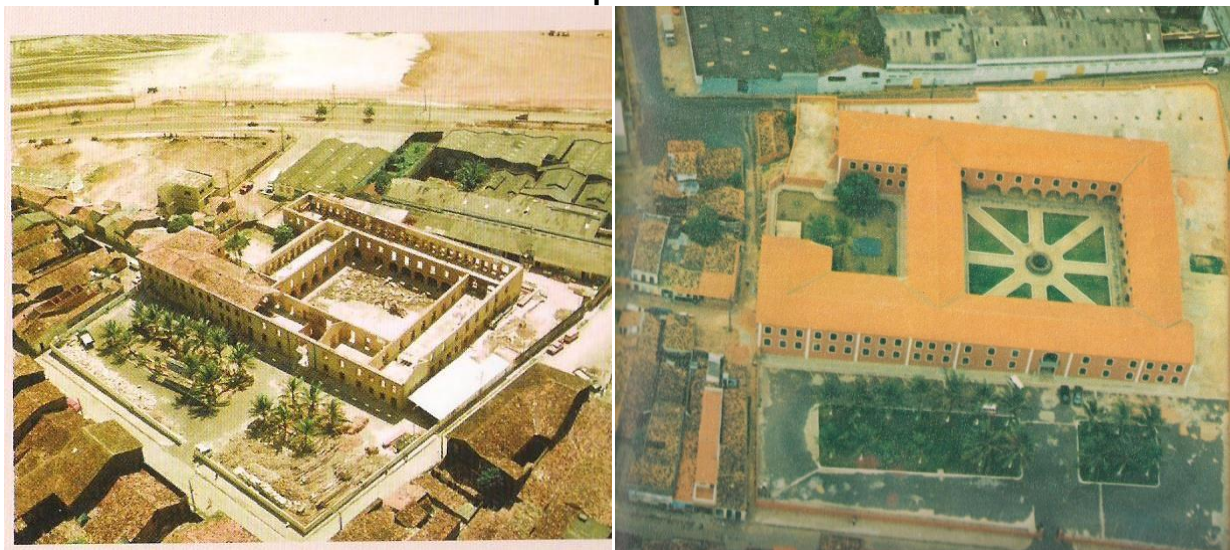
O Convento das Mercês (figura 9.9) tem uma área construída de 5.800m² e, antes, alojava o Quartel da Polícia Militar e o Corpo de Bombeiro. Esta área encontrava-se em condições precárias de funcionamento e a restauração do projeto Reviver permitiu recuperar a forma original e proporcionou outro uso para aquele espaço: após a reforma, deu lugar à instalação da Fundação da Memória Republicana.

A alteração do uso permitiu transformar o ambiente dedicado ao militarismo em um lugar voltado para a cultura. Além de hospedar o acervo museológico, tornou-se

cenário para várias festas culturais, entre elas o *Vale Festejar*⁴⁰ com suas apresentações típicas do estado do Maranhão, realizadas no mês de julho na cidade de São Luís.

Figura 9.9

A foto da esquerda mostra o Convento das Mercês antes da reforma e a foto da direita depois



Fonte: Fotos extraídas dos livros; *Reviver*, 1994, p.51 e *Reabilitação do Centro Histórico*, 2012, p 104.

Como já foi dito anteriormente, o Maranhão foi o terceiro polo industrial do país no final do século XIX e, desta forma, herdou algumas de suas fábricas mais emblemáticas desta época, a Fábrica Cânhamo, localizada no bairro da Madre de Deus. Ela é um dos mais ricos exemplares da arquitetura fabril daquela época. Conta com uma área total de 5.780m² e foi inteiramente restaurada no tempo recorde de um ano, deixando-a apta para a instalação de um moderno Centro de Comercialização de Artesanato e Cultura Popular – CEPRAMA.

A instalação do CEPRAMA trouxe benefícios para a comunidade artesã que adquiriu o espaço para poder comercializar seus produtos, melhorando a renda das pessoas que mais necessitavam e fomentando a cultura popular maranhense, como explica os princípios do projeto no livro editado no governo Epiácio Cafeteira, o *Reviver*.

⁴⁰ O Vale Festejar é uma atividade já incorporada ao calendário de programação cultural que ocorre no mês de julho no Convento das Mercês, correspondendo a uma extensão da temporada das brincadeiras juninas no Estado.

A restauração da Fábrica Cânhamo traduz, de forma exemplar, a filosofia do Projeto Reviver, ou seja: um espaço arquitetônico antes deteriorado e inacessível à comunidade, que foi adquirido pelo Governo Estadual, integralmente recuperado e aberto ao público (NETO, 1994, p. 54).

O Centro de criatividade Odylo Costa Filho é composto por galpões do século XIX que se encontravam em ruínas. Foi reformado e transformado em um cinema e teatro, abrigando restaurantes de comidas típicas, livraria de autores maranhenses, oficina de artes plásticas, laboratório de fotografia, galeria de exposições e sala de dança. Esse espaço é utilizado para a elaboração de eventos e manifestações culturais, como a proposta de encontros literários mensais:

O evento que já faz parte do calendário cultural da cidade, desde sua criação em agosto de 2009, permite a interação entre escritores e a comunidade, focados em literatura e abertos para a discussão da produção literária do estado e do resto do Brasil, a exemplo do que acontecia na São Luís de outros tempos.

A ideia de criar um Café Literário mensal, no Centro de Criatividade Odylo Costa, filho, buscava reunir escritores, leitores, alunos, ou simplesmente pessoas amantes da literatura que teriam um cantinho para palestras, conversas, mesas-redondas e trocas de ideias⁴¹.

Esta etapa ficou marcada pelas obras realizadas tanto no bairro da Praia Grande como nas adjacências, sendo a primeira vez que são realizadas intervenções além do bairro. Os investimentos totais realizados para as zonas foram de sessenta milhões de reais, com recursos próprios do Tesouro Estadual⁴², o que possibilitou a recuperação da paisagem urbana, uma melhoria na infraestrutura, implementação de centros culturais e a recuperação de inúmeros edifícios públicos.

Esta etapa acaba quando chegam as eleições governamentais de 1990, e as obras somente seriam retomadas no ano seguinte, com a entrada do novo governador,

⁴¹ Notícia publicada dia 01/12/2014 e consultado dia 17/03/2015

Fonte: http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sede/index.php?page=noticia_extend&loc=ccocf&id=129

⁴² Dado extraído ANDRÉS, 2012, p. 109.

Edison Lobão, que assumiu a responsabilidade de dar continuidade ao Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

9.2.3 Terceira etapa: Teatro Arthur Azevedo e o Projeto Piloto de Habitação 1991-1994

Esta etapa está marcada por três grandes projetos: a recuperação do segundo teatro mais antigo do país, a transformação da antiga fábrica do Rio Anil do século XIX em um Centro Educacional, Cultural e Comunitário (CINTRA) e, por último, a implementação de um projeto piloto de habitação para o centro.

Além dessas obras, também houve outras iniciativas do governo, como a construção de um novo mercado do peixe para os bairros do desterro e portinho, atividade importante dentro da comunidade local e que teve benefício na geração de renda. Uma atividade que, até então, era abandonada e que foi regularizada com a criação desse espaço, com higienização adequada para esse tipo de atividade. Outra ação do governo foi a isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU nas zonas tombadas do Centro Histórico de São Luís. Essa iniciativa teve o intuito de incentivar o setor privado a manter preservadas as fachadas dos edifícios.

O teatro Arthur Azevedo é um lugar encantador, de estilo neoclássico, construído 1817 com uma capacidade de 740 lugares, o maior teatro já visto em São Luís: “isto há 198 anos e até o presente momento, nenhum outro foi construído pelo poder público igual ou maior e a cidade não tinha nem um quinto da população atual⁴³”. Por isso, a importância deste espaço para a história da cidade.

A recuperação do segundo teatro mais antigo do país possibilitou resgatar o estilo original neoclássico que se encontrava em estado de deterioração, além de poder acrescentar elementos tecnológicos mais modernos, destinados à atratividade do público, como o melhoramento do som e luz, elevadores de palcos, isolamento acústico, entre outros. Hoje, novamente realiza o seu principal papel, que é a difusão

⁴³ Citação extraída do <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/taa/index.php?page=historico> com a pequena modificação na atualização referente aos anos, em itálico.

da cultura maranhense, através das apresentações de diversos artistas ludovicenses em seu palco.

A fábrica do Rio Anil, uma das mais importantes do período fabril que a cidade vivenciou e que foi responsável pelo surgimento do bairro Anil, encontrava-se naquele momento em estado de abandono. O projeto de revitalização proporcionou a recuperação do edifício, que abrange uma área de 9.000m² e transformou-o em um Centro Integrado de Ensino – CINTRA, desta maneira cobrindo um importante papel social na educação ao desenvolver atividades pedagógicas, profissionalizantes e comunitárias.

O Projeto Piloto de Habitação, realizada nesta terceira etapa, tinha como objetivo principal resgatar o uso residencial no Centro Histórico, além de recuperar um importante sobrado que estava em ruína. O planejamento deste projeto era adaptar o antigo sobrado para apartamentos em boas condições para alojar dez famílias do centro que viviam em condições precárias, além de instalar duas lojas comerciais no térreo para manter a característica antiga de sobrados misto do século XIX, residencial e comercial.

Este projeto tinha como principal objetivo fortalecer a implementação do Subprograma de Promoção e Habitação no Centro Histórico, tendo como finalidade recuperar vários sobrados para fins residenciais, o que ao mesmo tempo permitiu promover o aumento da qualidade de vida dos moradores no Centro Histórico. Infelizmente, o projeto não tomou forma, devido à inviabilidade de atingir a sustentabilidade pelas famílias que eram incorporadas nos sobrados. O principal motivo foi que os patriarcas das famílias não tinham renda suficiente para manter os casarões.

A terceira etapa do programa de preservação e revitalização desempenhou um papel voltado para recuperações pontuais de sobrados, casarões e fábricas. Realizou um menor número de obras destinadas ao melhoramento urbanístico e de infraestrutura, comparado à etapa anterior; no entanto, a realização dessas obras pontuais, referindo-se ao Centro Integrado de Ensino – CINTRA, Mercado do Peixe

e Teatro Arthur Azevedo, no período de 1987 a 1991 permitiu e permite até hoje benefícios para a sociedade ludovicense.

9.2.4 Quarta Etapa: Patrimônio da Humanidade e PRODETUR/NE 1995 -2002

Entre 1995 e 1996, São Luís começa os preparativos para a incorporação do Centro Histórico na lista de Patrimônio Mundial. A etapa que se sucede antes deste acontecimento envolveu praticamente as negociações e a preparação do dossiê apresentado pelo governo do Estado à UNESCO.

Para muitos autores, este período de 1995 a 1996 foi considerado uma etapa isolada para o programa de preservação e revitalização, já que o trabalho do levantamento de dados e a preparação da defesa do dossiê para a inclusão do Centro Histórico na lista foi um trabalho árduo e exaustivo. Tal petição foi aprovada em julho de 1997 sem restrições pelas delegações dos sete países componentes da 22ª Reunião Internacional do Bureau do Comitê do Patrimônio Mundial/COM na sede da UNESCO em Paris e, em dezembro do mesmo ano, foi aprovada pelo plenário do Comitê do Patrimônio Mundial, oficializando assim a inclusão de São Luís na lista da UNESCO, tema este analisado posteriormente, no capítulo 10.

Após a incorporação de São Luís na lista da UNESCO, o governo consegue pela primeira vez recursos externos destinados para o Centro Histórico. O recurso é obtido através do financiamento do Banco Internacional de Desenvolvimento – BID, por meio do programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – PRODETUR. A implantação desse recurso exige a alteração dos procedimentos técnicos aplicados na zona, pois obrigatoriamente requer um estudo de viabilidade econômica e de impacto ambiental para o centro.

O PRODETUR/MA foi um programa destinado ao desenvolvimento do turismo no Nordeste, do Governo Federal, tendo como principal objetivo destinar recursos para investimentos em infraestruturas turísticas. Após uma ampla negociação entre a equipe do programa de preservação e revitalização com o BID, juntamente com o Banco do Nordeste, foi possível implementar os recursos do PRODETUR no

Maranhão. Uma vez terminadas as negociações, foi estabelecido que 70% dos recursos totais do financiamento desse programa federal, provenientes do Ministério do Turismo, seriam destinados ao Maranhão.

A finalidade do programa era fornecer infraestrutura básica para as áreas potencialmente turísticas, buscando o aumento quantitativo de turistas nessas regiões. Em 1997, o centro já havia sido declarado patrimônio da humanidade e no ano seguinte as ações realizadas pelo PRODETUR/MA conseguem fomentar o turismo através da potencialização das propagandas midiáticas e de construções de infraestrutura básica. Alguns espaços restaurados foram arrendados para abrir restaurantes e bares como, também, outras atividades do setor turístico.

O período de 1998 a 2002 marca uma nova etapa. É a partir daquele ano que foram realizados diversos projetos de grandes envergaduras, como a ampliação do Cais da Praia Grande em 1999, o aumento das redes subterrâneas do Centro Histórico, concluídas em 2001, a urbanização do canal do Portinho e a restauração de vários edifícios.

A quarta etapa do programa foi a que mais durou, consequência das reeleições de 1998 da governadora Roseana Sarney, o que garantiu uma maior continuidade das obras em andamento dos anos anteriores, de 1995 a 1998. Além disso, foi a fase em que mais se disponibilizaram recursos financeiros para a recuperação de obras voltadas para a infraestrutura turística e social. Os investimentos neste período de 1995 a 2002 representaram um total de 165 milhões de reais, provenientes das fontes PRODETUR/BID e do Tesouro Estadual.

9.2.5 Quinta Etapa: Projeto de Habitação no Centro Histórico de São Luís 2002 – 2006

Esta etapa se caracteriza pela continuação do programa piloto de habitação, porém focado em uma nova estratégia habitacional para o centro, já que naquele momento o centro se encontrava na lista de patrimônio da humanidade e por isso necessitava modificações na política habitacional.

A nova política habitacional realizada pelo projeto após a obtenção do título de Patrimônio Mundial era de restaurar antigos casarões destinados a um novo tipo de morador, que estaria mais adequado para aquele entorno turístico. Os precários habitantes antigos dos casarões foram substituídos por funcionários públicos que moravam em outra zona mas trabalhavam no centro. Pode-se ressaltar as obras de quatro imóveis finalizadas nesse período de 2002 a 2006, que foram recuperados e tornados em moradias, contando com mais de 23 apartamentos e 15 lojas no térreo.

O projeto habitacional, mesmo não atingindo a cifra de moradores desejados, alcançou em parte seus objetivos: conseguiu estimular a ocupação de alguns casarões por famílias de renda média-baixa, trasladando os menos favorecidos a zonas periféricas e tornando mais difícil a situação dos que ainda residiam nos cortiços, devido à valorização da área, o que acarretou aumento de aluguel.

Esta nova política de habitação foi redirecionada para adaptar o morador a um perfil mais condizente com o entorno referente ao Patrimônio Mundial. Esse novo princípio ocasionou o abandono do objetivo inicial do projeto piloto, implantado nos anos anteriores, que era adaptar nos antigos sobrados apartamentos destinados a famílias em condições precárias que viviam no centro.

Também é importante lembrar que esse período de 2002 a 2006 foi palco de outros projetos, como a recuperação de mais de dez sobrados em ameaça de desmoronamento e a instalação de cinco escolas, entre elas, a Escola de Enfermagem do SUS, o Centro Estadual de Educação Profissional de São Luís, a Sede da Universidade Virtual do Estado do Maranhão - UNIVIMA, Sede da Aliança Francesa do Maranhão e o Projeto do Estaleiro Escola, este último fora do centro antigo.

A construção desses centros educacionais proporcionou o incremento de estabelecimentos indiretos relacionados à necessidade educacional. Dessa maneira, surgiram pequenos negócios, como papelaria, copiadora e livrarias, como também pequenas infraestruturas no setor alimentício voltadas para os alunos: lanchonetes, bares, quiosques, entre outros.

9.2.6 Um repasso pelas 5 etapas

As obras realizadas no núcleo urbano surgiram a partir da necessidade de revitalizar, preservar e recuperar o Centro Histórico na década de 1970, período em que os casarões começaram a entrar em estado de degradação devido ao abandono. O Estado, já consciente do patrimônio existente no centro de São Luís, se envolve ativamente na intervenção do espaço para transformar esse cenário; deste modo, os projetos subsequentes agregaram ao discurso sobre o centro o tema de sustentabilidade e de revitalização.

O surgimento do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCHSL seguiu esta linha de discurso, colocando como foco principal o turismo como meio de sustentabilidade. Nesta perspectiva, o Estado desenvolveu programas para que a população local estivesse mais integrada a este cenário planejado para o Centro Histórico; assim, realizaram-se cursos de sensibilidade comunitária e de educação patrimonial voltada para o entorno turístico e histórico.

Pode-se observar no quadro 9.1, encontrado no final deste capítulo, um pequeno resumo do programa de preservação e revitalização, em que se definem: as diferentes etapas do programa, os anos em que foram realizadas, os governantes que estavam no poder, as principais obras ou projetos executados e os valores investidos. Antes do quadro, é feita uma pequena análise das etapas:

A primeira etapa foi a em que menos se realizaram investimentos; no entanto, é uma das mais importantes, já que foi o berço do projeto devido à iniciativa do governo em elaborar as ações e estratégias que se tomariam e que percorreriam ao longo da vida do programa.

A segunda parte, conhecida como Projeto Reviver, modificou consideravelmente a aparência do Centro Histórico de São Luís, revivendo a fisionomia das fotografias do século XIX, resultando na recriação desse lugar, de sua imagem e de sua representação, sendo a etapa que mais se destacou para a comunidade ludovicense, o novo *point* da cidade, o cartão postal. Ela conduziu ao grande *slogan*,

sendo até hoje área da Praia Grade conhecida como pelos ludovicenses como Reviver.

O programa da terceira etapa começa a tomar forma. Pode-se dizer que a intensão real era transformar o lugar da memória em um lugar turístico e fazer dele o símbolo da cidade. Além disso foram realizados também projetos voltados para a população local, como equipamentos culturais locais e a restauração do teatro Arthur Azevedo. O governo Edson Lobão, aliado da família Sarney, tinha como principal objetivo o Projeto Piloto de Habitação. Vendo pela perspectiva social, é um excelente projeto, porém havia uma outra finalidade, a de suprimir a incomoda presença dos cortiços, que eram vistos como nada social, tampouco civilizados, gerando assim um ambiente impróprio para o consumo turístico.

A quarta etapa é a mais duradora e foi a que mais disponibilizou de recursos para investimento, obtendo um total de 165 milhões de reais, sendo 54,54% deste valor destinados para o incremento do turismo na zona e somente 45,46% para o bem-estar dos moradores locais, revertendo os conceitos que deveriam ser aplicados. Nessa etapa também foi criado um plano Estratégico para o Desenvolvimento Turístico no estado, que, junto com o PRODETUR, tinha como objetivo potencializar as áreas turísticas com equipamentos básicos e turisticamente eficientes, buscando o aumento quantitativo dos turistas nessa região.

Na quinta etapa do período de 2002 a 2006, é eleito como governador José Reinaldo Tavares, o vice da Roseana Sarney do anterior mandato. Ele assume o compromisso de continuar o projeto empenhado pelo governo anterior de fomentar o turismo na região. Essa etapa ficou marcada pela entrega de 23 apartamentos a funcionários públicos, a nova camada social que deveria compor o Centro Histórico.

Em uma análise geral dos programas, pode-se dizer que, apesar dos excessivos esforços para colocar o Centro Histórico de São Luís na rota do turismo nacional e internacional, também foi palco de diversas ações que contribuíram para as questões sociais, como a criação de centros educacionais, programas de interação

social, programas culturais, recuperação de diversos casarões, arborização e equipamentos urbanos.

Todavia, como todo projeto tem seus benefícios e prejuízos, embora as ações implementadas pelo programa de preservação e revitalização proporcionarem a restauração de lugares e monumentos, dando novas funcionalidades, melhorando infraestruturas que favoreceram uma melhor condição de vida no centro, também dificultaram a permanência da classe de baixa renda, devido à valorização da zona, consequência que gerou o aumento dos aluguéis, obrigando o deslocamento dessa classe para a periferia.

As diversas estratégias utilizadas para o enobrecimento do Centro Histórico acarretaram a saída da população menos favorecida, pois a nova camada social proposta para o centro estava mais apta para o propósito mercadológico turístico, o que foi um dos principais objetivos do programa a partir de 1995.

Finalmente, a nova política adotada para a revitalização do centro em 1995 estava marcada pela entrada de investimento externo. Foram disponibilizados 90 milhões através do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, com o objetivo de promover o turismo e de melhorar a qualidade de vida no centro de São Luís. O aumento da qualidade de vida ficou em segundo plano, apesar de que foram realizadas algumas obras com esta finalidade. O enfoque principal, no entanto, era proporcionar o melhoramento da qualidade da atividade turística. Devido aos esforços de colocar São Luís na rota do turismo, hoje a Praia Grande, mais conhecida como Reviver, chamada assim por causa do programa, é um ponto de visita obrigatório para quem vem conhecer São Luís.

Quadro 9.1
Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís– PPRCHSL

Etapas	Ano	Governo	Principais obras	Investimento aproximado
I	1981-1983	João Castelo	Recuperação da Feira da Praia Grande; do Albergue e do Beco da Prensa.	2,5 milhões de reais
II	1987 -1990	Epitácio Cafeteira	Infraestrutura (água, esgoto, redes elétrica e de telefonia), urbanização, recuperação de edifícios emblemáticos como o Convento das Mercês, a Fábrica Cânhamo e o Centro de Criatividade Odylo Costa Filho.	60 milhões de reais
III	1991 -1994	Edison Lobão	Recuperação do Teatro Arthur Azevedo, recuperação e adaptação da fábrica do Rio Anil e implementação do projeto piloto de habitação.	30 milhões de reais
IV	1995 -2002	Roseana Sarney	A incorporação do Centro Histórico na lista do Patrimônio da humanidade, ampliação da infraestrutura (água, esgoto, redes elétrica e de telefonia), urbanização do canal do Portinho e a recuperação de alguns imóveis na área central.	165 milhões de reais*
V	2002 -2006	José Reinaldo Tavares	Projeto de Habitação no Centro Histórico de São Luís.	62,5 milhões de reais**

Elaboração do autor.

*Investimento estimado de 90 milhões do PRODETUR e 75 milhões de recursos próprios do Tesouro Estadual.

**Esta cifra foi encontrada a partir da subtração do total dos investimentos realizados desde 1981 a 2006 com as etapas anteriores. Excluindo os investimentos realizados pela PRODETUR, desta forma obtendo um resultado de uma inversão somente de recursos públicos.

CAPÍTULO 10

A INCLUSÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA

Uma vez conhecedor dos trabalhos dos grandes intelectuais de São Luís, em que expressaram suas satisfações a favor da defesa do patrimônio histórico e que ajudaram a constituir um sentimento conservacionista na capital (capítulo 8), se fez necessário conhecer o esforço do governo estadual para inserir o Centro Histórico na lista do Patrimônio Mundial, este sendo um reconhecimento de valor universal expressado no mais alto nível, testemunho do processo cultural, social e econômico da história ludovicense.

Este capítulo dedica-se à apresentação da *Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco*, através do dossiê de maio de 1996, volume I. Analisar este dossiê permitiu conhecer os agentes implicados nesse processo e que deram início ao procedimento de inclusão do Centro Histórico na lista da UNESCO. Neste sentido, é importante estudar quais os órgãos e as pessoas que contribuíram para alcançar o almejado título de reconhecimento.

Também aborda-se a própria proposta do dossiê original e, por seguinte, sua finalidade, estrutura, diagnóstico e resultados. A realização do trabalho do dossiê é uma contribuição de várias secretarias, parcerias, instituições, professores, arquitetos, urbanistas e, por último, ainda que não ativamente na escrita, no entanto importante, do incentivo e do clamor da voz ludovicense pela conservação de sua identidade cultural e patrimonial herdado de seus antepassados. O arquiteto Ronald

de Almeida Silva enfatiza, no prefácio do dossiê, a vontade dos moradores de São Luís em ter sua cidade reconhecida como patrimônio da humanidade:

Procuramos, assim atender à conclamação feita pelo Dr. Eliézer Moreira Filho, secretário de Estado da Cultura, **por uma mobilização coletiva permanente da comunidade ludovicense** em torno das questões culturais e em especial pela preservação do Patrimônio Histórico maranhense, ação esta que a SECMA em empreendendo com grande convicção e competência (anexo 1, grifo do autor).

No âmbito político, o início da formalidade começa na manifestação do governo do Maranhão através da carta da governadora Roseana Sarney ao diretor geral da UNESCO, Frederico Mayor (anexo 2), em que expressa a importância da inserção de São Luís na lista do Patrimônio Mundial. Nessa carta, identifica a extraordinária paisagem urbana, palco de importantes acontecimentos na história do Brasil, marcados pelos conflitos sociais do Brasil Colônia entre a elite branca portuguesa, miscigenada às raças e culturas negras e indígenas.

A carta se fundamenta, além do caráter mais que explícito da paisagem urbana e da cultura herdada, no fato de que o título ajudará a contribuir para a proteção do acervo. No entanto, nem sempre o efeito gerado pelo título Patrimônio Mundial é como esperado. A descoberta deste patrimônio pela comunidade mundial pode causar desgaste pelo uso excessivo desses locais pelos turistas, o que, caso não haja um controle, pode ser negativo para o patrimônio em preservação. É nessa perspectiva que o ICOMOS alerta para dois cuidados necessários para a área que estava sendo avaliada em São Luís. A primeira está relacionada com a qualidade de vida da população local e a segunda chama atenção ao turismo em massa e da necessidade de realizar projetos futuros com o intuito de minimizar este impacto no Patrimônio da Humanidade, assim o explicam:

[...] Em segundo lugar, eventual inscrição na Lista do Patrimônio Mundial é provável resultar em um aumento considerável no turismo de São Luís.

ICOMOS, portanto, chama a atenção do Estado parte para a necessidade de planejamento de projetos futuros com intuito de prestar especial atenção para a regeneração social do centro da histórico, e também para as potenciais ameaças

que o turismo de massa pode apresentar (texto completo no anexo 3, traduzido pelo autor).

Em São Luís, após o título, houve um aumento dos empreendimentos hoteleiros e dos bares na zona. O impacto gerado pelas empresas privadas no centro tanto tem pontos positivos como negativos, mas não se pode definir nesta investigação quais foram as consequências, já que está fora do escopo dos objetivos de estudo. Mas é certo que o reconhecimento internacional também chamou maior atenção dos agentes responsáveis pela conservação e preservação, por meio de um conjunto de medidas adotadas para manter a ordem e o controle da zona em questão.

Retomando as questões essenciais a serem discutidas neste capítulo, vale identificar os principais pontos de questionamento para o desenvolvimento do estudo proposto. Assim, no contexto de inclusão do Centro Histórico na lista da UNESCO, cabe interrogar em que meio social a ideia de tornar São Luís Patrimônio da Humanidade foi desenvolvida, quem foram seus agentes, a finalidade e as estratégias utilizadas para viabilizar este projeto e qual foram as repercussões do almejado título no âmbito político, no contexto social e no campo da cidade.

Para responder essas questões, este capítulo foi desenvolvido em três etapas, separadas da seguinte forma: 1) Os agentes participativos; 2) Etapas, estruturas e procedimento; e, por último, 3) A repercussão do título Patrimônio da Humanidade.

O primeiro subcapítulo, dedicado à identificação dos agentes participativos, é fundamental para poder conhecer as instituições que de alguma forma estavam envolvidas com o processo da convocatória ao título, além de conhecer como atuaram, ou seja, quais foram seus papéis, ações e propostas realizadas nessa etapa.

A segunda parte aborda as etapas, estruturas e procedimento para concretizar a proposta à UNESCO, que, por sua vez, está separado pelos procedimentos exigidos pela Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios – ICOMOS, assim estruturado:

1. Identificação dos bens a serem colocados na Lista Indicativa;
2. A realização da proposta; neste caso, estuda-se como foi elaborado o Dossiê entregue para a UNESCO;
3. Avaliação;
4. Parecer.

E a terceira parte investiga como repercutiu o título Patrimônio da Humanidade para o Centro Histórico de São Luís no âmbito político, social e no contexto da cidade.

10.1 Agentes participativos no processo de inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista da UNESCO

Para estudar como foram realizados os procedimentos desenvolvidos para a obtenção do título de patrimônio da humanidade do Centro Histórico, foi necessário compreender quem e quais foram as instituições que estavam por detrás deste grandioso projeto, que durou quase dois anos desde a manifestação do interesse do Governo do Maranhão até o resultado final.

Primeiramente serão abordados os organismos institucionais com o intuito de compreender quem são e quais foram suas finalidades nesse processo. Posteriormente, dá-se foco na análise da formação da *Comissão Institucional “São Luís – Patrimônio Nacional”* a respeito das suas atribuições em relação à Proposta à UNESCO, além do que se pretende explorar uma de suas ramificações, o Comitê Executivo, formado para acompanhar os procedimentos necessários para a realização do projeto de inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista da UNESCO. Tais análises ajudaram a detectar quais foram os agentes envolvidos e seus papéis no processo da proposta.

Por meio do estudo da documentação disponibilizado ao doutorando, foi possível identificar as instituições, secretarias e órgãos que tanto diretamente como indiretamente participaram no processo de inclusão do Centro Histórico na lista da UNESCO durante os anos de 1995 a 1997. Pode ser que haja algum departamento menor que realizou alguma atividade em específico que não tenha sido identificado e por isto não citado; no entanto, os agentes que mais se destacaram nesse processo foram os que serão mencionados em seguida:

- 1) A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, criada no ano de 1945 com a missão de contribuir para a construção de uma cultura da paz, para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para o diálogo intercultural, por meio da educação, das ciências, da cultura e da comunicação e informação. Na abordagem da defesa do patrimônio mundial, cultural e natural, está empenhada em identificar, proteger e preservar em todas as suas dimensões o patrimônio considerado especialmente valioso para a humanidade. O reconhecimento do patrimônio tangível e intangível no Brasil pode contribuir para o incentivo de ações políticas em relação com este campo.
- 2) O Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios – ICOMOS; é uma organização não governamental fundada em 1995, com sede em Paris, França. O seu papel consiste em fomentar a aplicação da teoria, metodologia e técnicas científicas à conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico. O seu trabalho assenta nos princípios da Carta Internacional de 1964 (Carta de Veneza) sobre a conservação e restauração dos monumentos e sítios.
- 3) O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras⁴⁴.
- 4) A Secretaria de Estado da Cultura Maranhão – SECMA; foi criada com base na lei nº 934, de 31 de julho em 1953, com função de auxiliar o governo. A sua organização estrutural foi mudada várias vezes, inclusive o nome da própria secretaria, que somente obteve o nome atual em 1991, através da reestruturação do poder executivo do Estado, quando incorpora na sua estrutura as Coordenadorias de Museus e de Patrimônio e assim adquire as competências do planejamento, a normalização, a coordenação, a execução

⁴⁴ Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>

e a avaliação da política cultural do estado, compreendendo a pesquisa histórica, arquitetônica e documental.

- 5) O Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão - DPHAP/MA; está subordinado à Secretaria de Cultura do Estado. Foi criado no ano de 1973 com a responsabilidade de proteger e fiscalizar o acervo cultural do estado. Apresenta os mesmos mecanismos da lei federal no que diz respeito aos procedimentos legais em relação a defesa do bem cultural.
- 6) O Departamento de Projetos Especiais – DPE; está subordinado também à Secretaria de Estado da Cultura e ligada ao DPHAP/MA através da Coordenação Geral. É o responsável pela concepção e elaboração dos planos de intervenção global no Centro Histórico de São Luís.

A cada uma dessas instituições, secretarias, departamentos, órgãos, entre outros agentes implicados no processo relacionado à proposta à UNESCO, estavam atribuídos distintos papéis, que cada um cumpria com diferentes atividades.

No quadro 10.1, podem-se observar os agentes com os seus respectivos representantes, como também os seus papéis ou as atividades relacionadas ao processo de inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista da UNESCO entre os anos de 1995 a 1997.

Quadro 10.1
Agentes, responsáveis e ações realizadas durante o processo de inclusão do
Centro Histórico na lista à UNESCO

Instituição, Secretarias e ou Departamentos	Responsáveis	Ação ou atividade desempenhada
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	Frederico Mayor	Avaliar a proposta de inclusão e dar o parecer junto com a ICOMOS
UNESCO/Brasil – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	Jorge Werthein	Intermediar e exigir as documentações necessárias
ICOMOS / Comité do Patrimônio Mundial (WHC- <i>World Heritage Committee</i>)	Bernd Von Droste	Avaliar e dar o parecer à proposta para o governo de São Luís.
ICOMOS/Brasil – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios	Suzanna Sampaio	Avaliar através das exigências da Carta de Veneza e dos conceitos de autenticidade a proposta preliminar
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Glauco Campelo	Coordenar todas as gestões relacionadas com a execução da Convenção do Patrimônio Mundial no Brasil.
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 3º coord.	Silvia Machado Leal	Promover a tutela jurídica na proteção e fiscalização do patrimônio cultural no estado.
SECMA – Secretaria de Estado da Cultura Maranhão	Eliézer Moreira Filho	Programar, acompanhar, coordenar e avaliar a execução das atividades do DPHAP-MA, do DPE e de outras atividades relativas ao desenvolvimento do Patrimônio Cultural do Maranhão.
CPC/SECMA – Coordenadoria do Patrimônio Cultural	Luiz Phelipe Carvalho de Castro Andrès	Coordenar o Comitê Executivo, responsável pelas atividades de caráter técnico e operativo, no que diz respeito ao centro histórico de São Luís.
DPHAP-MA – Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão	Ronaldo Sérgio Coelho	Desenvolver uma política estadual de preservação dos bens históricos, artísticos e paisagísticos, através da difusão, proteção e preservação dos bens já tombados pelo Governo do Estado do Maranhão.
DPE – Departamento de Projetos Especiais	Carlos Frederico Lago Burnett	Elaborar os planos de intervenção global no Centro Histórico de São Luís.

Elaboração do autor.

Uma vez familiarizado com as instituições relacionadas ao processo de inclusão da cidade na lista da UNESCO, é importante lembrar que o primeiro agente público a dar um passo foi o Governo do Maranhão, quando realizou a ação de evidenciar, no dia 23 de maio de 1996, seu interesse em participar da inclusão do Centro Histórico da cidade lusitana na lista do Patrimônio Mundial, como dito anteriormente, através do ofício enviado ao diretor geral da UNESCO Frederico Mayor (Anexo 2). Esta ação dá início ao longo caminho que deveria trilhar o estado para lograr o objetivo desejado: o título *Patrimônio da Humanidade*.

Visto que o Governo do Maranhão já se encontrava envolvido com a candidatura do Centro Histórico na inclusão na lista da UNESCO, tornou-se necessário reunir toda uma equipe de especialistas, intelectuais, historiadores, urbanistas, arquitetos, professores, entre outros profissionais, para poder realizar uma proposta digna com condições de ser competitiva e vitoriosa. É nessa perspectiva que é proposta a criação da *Comissão institucional “São Luís – Patrimônio Nacional”*, para dar acompanhamento à proposta à UNESCO e ao PRODETUR, como também aos projetos integrantes do *Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís*.

A Comissão Institucional “São Luís – Patrimônio” compreende um amplo objetivo, como promover as articulações pertinentes às diversas instâncias do setor público e em todos os segmentos sociais, orientando em boa direção os projetos e obras de preservação permanente; incentivar parcerias com órgãos públicos, entidades não governamentais sem fim lucrativos, órgãos de classe e empresas privadas, com a intensão de divulgar as atividades de preservação e captação de investimento para conservação e manutenção dos bens culturais; preparar dossiês e documentos técnicos; e, por último, subsidiar as negociações institucionais entre o Governo do Maranhão, o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Cultura, UNESCO e o ICOMOS.

Esta Comissão Institucional, de acordo com a minuta da 2ª versão de 28/10/1996, deveria estar composta pelo Secretário de Estado da Cultura, que a preside, o Secretário de Estado da Educação, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Turismo, Secretário de Estado da Comunicação Social, Representante da

Assembleia Legislativa, Representante da Prefeitura de São Luís, Representante da Câmara dos Vereadores, Presidente da Academia Maranhense de Letras, Presidente da Fundação Cultural do município, Reitor da Universidade Federal do Maranhão –UFMA, Reitor da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Presidente da FIEMA, Presidente da Associação Comercial e Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Maranhão – CREA/MA.

A criação da Comissão Institucional “São Luís – Patrimônio” abarcou três grandes projetos: Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste-PRODETUR/MA, Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PPRCSL e, por último, objetivo deste capítulo, a proposta de Implementação do Projeto de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial, nos quais a Comissão tinha como função a de orientar, dar instruções, auxílio e diretrizes com o propósito de viabilizar a realização das obras previstas dos projetos. Para isso, teriam a colaboração de um Conselho Consultivo e um Comitê Executivo (figura 10.1).

Figura 10.1
Organograma da Comissão Institucional



Elaboração do autor.

O Conselho Consultivo foi dirigido, à época, pelo escritor ludovicense Josué Montello, que, além de presidir as reuniões, também era um personagem muito importante para a sociedade maranhense. Autor de uma vasta obra, escreveu o famoso romance *Os tambores de São Luís*, no ano de 1965 e seus diversos trabalhos foram traduzidos para o inglês, francês, alemão, sueco e espanhol. Seu esforço como escritor, periodista e professor foram reconhecidos pela Academia Brasileira de Letras em 1954, escolhendo-o para a Cadeira de número 29. Detentor

de um amplo conhecimento sobre a história da sua cidade natal, São Luís, ajudou no desenvolvimento das atividades do Conselho Consultivo.

O referido conselho também contou com a colaboração de especialistas nacionais e internacionais de notório reconhecimento, que ajudaram na missão de orientar, advertir e aconselhar durante as etapas de implantação dos projetos propostos. O Conselho estava formado por:

- Prof. Dr. Rafael Moreira, da Universidade Nova de Lisboa;
- Escritor e historiador Prof. Mario Meirelles;
- A arquiteta Dora Monteiro de Alcântara, do IPHAN/MEC;
- O arquiteto Pedro Gomes de Alcântara, do IPHAN/MEC;
- O escritor e historiador Jean Pierre Halevy, do Instituto de Altos Estudos da França;
- O arquiteto Olavo Pereira da Silva Filho, pesquisador do centro histórico de São Luís

O Comitê Executivo foi criado devido à necessidade de formar uma equipe para acompanhar exclusivamente todo o processo da candidatura da proposta à UNESCO; esse grupo estava constituído por uma equipe multidisciplinar de engenheiros, arquitetos, urbanistas e historiadores, que atuaria a nível das ações de caráter técnico e operativo e, assim, tendo a finalidade de preparar os dossiês e os documentos específicos necessários para dar suporte à candidatura à lista de patrimônio mundial. A criação desse grupo é reforçada em diversas cartas emitidas pela UNESCO; vale destacar o fax enviado pelo segundo secretário da delegação permanente do Brasil em Paris, Alessandro Candeas, no qual enfatiza o tema:

Creio que, de início, o mais importante é compor junto ao IPHAN e Secretaria de Cultura do Governo do Maranhão uma equipe técnica composta por arquitetos, urbanistas, historiadores, e especialistas em arte para sustentar no plano técnico e histórico a candidatura brasileira junto ao ICOMOS (anexo 4).

A formação da equipe também é lembrada pelo próprio Embaixador e Delegado Permanente do Brasil junto à UNESCO em um fax enviado de Paris no dia 14 de

agosto de 1996, dirigindo-se à governadora do estado do Maranhão, Roseana Sarney, no qual ressalta que é fundamental por parte do Brasil estabelecer uma equipe técnica para sustentar o plano técnico e histórico referente à candidatura brasileira (anexo 5).

A formação do Comitê foi uma das recomendações da UNESCO, o qual teve um importante papel na atribuição de atividades técnicas de interesse geral para a preservação do Centro Histórico de São Luís, e, principalmente, de assumir a responsabilidade de dar todo o assessoramento em relação ao procedimento necessário para a aprovação do pleito de inclusão do Centro Histórico na lista da UNESCO, assim como facilitar os documentos exigidos por esta instituição. Para poder realizar suas tarefas satisfatoriamente, foi necessário o auxílio das Secretarias de Estado da Cultura, da Indústria, Comércio e Turismo e do Planejamento.

O comitê estava formado da seguinte maneira:

- I- Coordenador do Patrimônio Cultural, da SECMA, que coordenou as ações de caráter técnico e operativo;
- II- Diretor do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão, DPHAP-MA/SECMA, Ronaldo Sérgio Coelho;
- III- Diretor do Departamento de Projetos Especiais, DPE/SECMA, Carlos Frederico Lago Burnett;
- IV- Coordenadores Regionais do IPHAN em São Luís, Sílvia Machado Leal e Stella Regina Soares Brito
- V- Técnicos e especialistas integrantes das equipes dos órgãos acima mencionados;
- VI- Técnicos Especialistas, Projetistas e Consultores externos contratados;
- VII- Colaboradores em geral.

O Comitê Executivo foi presidido pelo Coordenador do Patrimônio Cultural – CPC, o engenheiro Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, que, por sua vez estava vinculado à Secretaria de Cultura do Maranhão, dirigida por Eliézer Moreira. O engenheiro Luiz Phelipe C.C. Andrès, apesar de não ser maranhense, é um perito nas questões relacionadas ao centro de São Luís, refletida por sua trajetória

profissional e pessoal. Antes de assumir a coordenação, já havia publicado, no ano de 1979, o livro titulado *Monumentos Históricos do Maranhão* e, em 1982, um artigo sobre a *Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís*, além do que ocupou cargos de prestígio, que estavam ligados diretamente à identidade histórica de São Luís, como chefe do setor de pesquisa e documentação do programa de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís, no ano de 1980, coordenador geral do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico – PPRCHSL, assumido em 1984. No ano de 1986, torna-se membro do Conselho de Cultura do Estado do Maranhão e, em 1992, assume a presidência.

Uma das principais tarefas desse comitê foi organizar um grupo de trabalho responsável pela elaboração do dossiê oficial em português e da montagem da documentação no formato padrão para a Unesco, em que participaram Eliézer Moreira, Luiz Phelipe Andrés, Ronald de Almeida Silva, Frederico Burnnet, Edson Fogaça, Sílvia Leal, Danilo Rocha e Albani Ramos.

O comitê executivo contribuiu para a elaboração das tarefas propostas, nas quais sua participação foi essencial nas questões técnicas e operativas, na realização do dossiê definitivo para a apresentação a ICOMOS e na missão de acompanhar os técnicos internacionais na pré-avaliação do Centro Histórico. Tais esforços resultaram no êxito da candidatura de São Luís como patrimônio da humanidade.

10.2 Etapas, estrutura e procedimento para a realização do dossiê original, maio de 1996

Uma vez que o estado do Maranhão já estava envolvido com o processo de elevar a cidade de São Luís à categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade, torna-se necessário preparar os documentos exigidos pela UNESCO. Tais procedimentos são lembrados em diversas cartas em resposta à solicitação de informação sobre as medidas necessárias para a apresentação da intenção de inclusão do Centro Histórico na lista de patrimônio, carta esta emitida no dia 12 de julho de 1995 por Maria de Fatima Ribeiro Araújo Wallin, Consultora para Assuntos Sociais, Ciência e Cultura do Palácio do Governo.

Das respostas obtidas se destacam: a da delegação do Brasil em Paris, ante a UNESCO representada por Elvira Cross Frías (anexo 6), em que escreve as etapas que deve percorrer o Brasil para incluir um bem cultural ou natural na presente lista. O procedimento deveria estar de acordo com as diretrizes contidas na conversão sobre a proteção de patrimônio mundial, cultural e natural aprovada pela Conferência Geral da UNESCO no dia 16 de novembro de 1972, as quais são:

Primeira etapa: **a Identificação dos Bens** – O Estado que está interessado deve colocar à disposição da UNESCO um inventário dos bens que se considera suscetíveis de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial; este inventário, que é chamado de **Lista Indicativa**, inclui os bens que se acredita serem patrimônio cultural e/ou natural de Valor Universal Excepcional e que são objeto da intenção da proposta de inscrição nos cinco ou dez anos subsequentes.

Segunda etapa: **a Proposta de Inscrição** – Nesta etapa o Estado deve preparar um dossiê em inglês ou francês com a proposta de inscrição de acordo com o formulário preestabelecido pelo comitê do Patrimônio Mundial; somente podem-se incluir os bens culturais ou naturais que já estão na lista indicativa.

Terceira etapa: **a Avaliação** – Aqui cabe ao Comitê do Patrimônio Mundial (WHC- *World Heritage Committee*) receber o dossiê e avaliá-lo. A partir deste momento cabia ao mesmo analisar o cumprimento das exigências solicitadas, caso estivessem de acordo, registraria seu parecer e procederia com o processo para dar continuidade à avaliação, neste caso encaminhando a outro setor competente. Em São Luís, este é destinado ao setor responsável pela avaliação dos lugares de interesses artísticos e histórico, ICOMOS.

Quarta etapa: o **Parecer** – O Comitê do Patrimônio Mundial, a cargo do diretor Bernd Von Droste e juntamente com outros membros que a compõem, deveria decidir através dos estudos e da análise do dossiê se estão a favor ou contra a entrada do acervo arquitetônico na lista proposta.

Essas são as etapas que foram submetidas para obtenção do título pretendido e que serão discutidas e analisadas em seguida, através dos documentos disponíveis pelo

doutorando, neste caso, o dossiê da proposta, as cartas emitidas pelas secretarias, escritórios, minutas, decretos criados e também pelas cópias disponíveis das trocas de fax entre as delegações, instituições e agentes envolvidos no processo da elaboração da proposta de inclusão na lista do Patrimônio.

10.2.1 Inscrição dos bens para a Lista Indicativa

A 3ª coordenadoria do IPHAN estava responsável pela primeira etapa, que era a elaboração da Lista Indicativa para apresentar a UNESCO, com um prazo máximo até dia 15 de setembro de 1996, documento indispensável para dar início ao procedimento da proposta de inclusão na lista do Patrimônio Mundial.

Deveria apresentar a Lista Indicativa em inglês ou francês e de preferência pelo menos um ano antes da apresentação de qualquer proposta de inscrição à UNESCO. Nessa lista devia configurar o nome dos bens, sua localização geográfica, uma breve descrição dos bens e uma justificativa do seu valor universal excepcional.

O acervo arquitetônico de São Luís não constava na Lista Indicativa do Brasil, e somente poderiam ser examinados os bens propostos que já estavam na Lista Indicativa do país, problema este detectado anos anteriores ao prelúdio da intenção de promover o Centro Histórico de São Luís a Patrimônio da Humanidade.

Em setembro de 1995, foi observado, pelo engenheiro e historiador de arquitetura holandês, Herman Van Hoof, na posição de Especialista do Programa Centro do Patrimônio Mundial, que o acervo arquitetônico de São Luís não se encontrava na Lista Indicativa do Brasil e que, antes de passar para a segunda etapa, deveria ser incluída naquela lista. Assim como escreve em sua carta, destinada a Maria de F. R. Araújo Wallin:

Quisiera indicarle además que el sitio São Luís de Maranhão no figura en la lista indicativa de bienes sometida por el gobierno nacional de Brasil. Por lo tanto, antes de poder presentar la proposición de inscripción es necesario que su gobierno revise dicha lista indicativa (anexo 7).

Os bens arquitetônicos de São Luís, até então, eram tombados isoladamente, como a Capela de São José da Quinta das Laranjeiras (1940), Portão Armoriado da antiga Quinta das Laranjeiras (1940), Fonte do Ribeirão (1950), Retábulo do altar-mor da Igreja Catedral de Nossa Senhora da Vitória (1954), as casas de nº199 a 205 na Av. Pedro II (1961), Fonte das Pedras (1963), entre outros, realizados de acordo com o Decreto de Lei 25/37, no que diz o Art. 1º:

§1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos **separada** ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei⁴⁵ (grifo do autor).

Mesmo que a lei nacional permita os tombamentos isoladamente, para que o acervo arquitetônico da malha urbana de São Luís pudesse configurar na Lista Indicativa do Brasil foi aconselhado pelo IPHAN que o governo do Maranhão solicitasse o tombamento de todo o conjunto, para que também estivesse de acordo com os critérios da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO.

Pode-se entender por meio das cartas internacionais que a imagem urbana definida pelos traçados, sua parcela e pelos conjuntos de elementos históricos, deveria ser tombada como um todo. É neste sentido que a Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas ou Carta de Washington, estabelecida em 1987, complementando a Carta de Veneza, expressa no artigo 2 que “os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que exprimem a sua imagem”.

A situação de tombamento do acervo arquitetônico de São Luís já havia sido lembrada em 1955 pelo o diretor do IPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, personagem importante para esta instituição, que foi responsável por definir a criação e os primeiros trabalhos do órgão que, após 79 anos em funcionamento, continua com a missão de preservar e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Naquele mesmo ano, ele manifestou-se contra os tombamentos pontuais do

⁴⁵ Fonte extraída http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm

conjunto arquitetônico e paisagístico da malha urbana, circunstância lembrada na carta de 1995, por Sabino Barroso, diretor do Departamento de Proteção – DEPROT em resposta a Maria de Fátima R.A. Wallin. A carta expressa que só se deve dar andamento ao processo de inscrição de bens como patrimônio Mundial quando os mesmos já estiverem acautelados pela instância máxima de proteção do Patrimônio Nacional.

10.2.2 O dossiê (A proposta)

Uma vez superado a primeira parte, deve ser elaborado um dossiê com a proposta de inclusão para a UNESCO. Este dossiê é o instrumento de pesquisa utilizado pelo doutorando para escrever o capítulo proposto. O documento está composto por cinco capítulos que serão analisados a seguir:

- 1-Localização precisa;
- 2-Domínios jurídicos;
- 3-Identificação;
- 4-Estado de conservação e preservação;
- 5-Justificativa para inscrição na lista de patrimônio Mundial.

O dossiê entregue à UNESCO também contava, em anexo, com os seguintes documentos:

- 1.Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís: Elementos Conceituais e Diretrizes Gerais de Orientação do Projeto Praia Grande/Reviver e do Programa PRODETUR/MA;
- 2.Relatório de Visita do Consultor da UNESCO – Arq. Viana de Lima;
- 3.Cronologia Histórica de São Luís de autoria do Prof. historiador Mario Meirelles;
- 4.Legislação de Tombamento Federal;
- 5.Legislação de Tombamento Estadual;
- 6.Legislação Municipal.

Ademais, deve ser citada a inclusão de outros documentos enviados para a UNESCO e que não constam nesta versão do dossiê e por este motivo não houve

acesso aos mesmo pelo doutorando, a saber: um álbum fotográfico, contendo de 61 fotos coloridas (20x25cm), um álbum de slides com 60 cromos, dois mapas do centro histórico na escala de 1:5.000, cópia dos livros *Azulejos Portugueses em São Luís do Maranhão*, *Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão*, *Rua Grande, um Passeio no Tempo* e *Bens tombados do Maranhão*.

A compilação desses dados resultou em um documento de mais ou menos 150 páginas com os anexos incluídos, sendo que a elaboração do mesmo estava sob a responsabilidade da supervisão da Secretaria de Estado da Cultura – SECMA.

10.2.1.1 Localização Precisa

O primeiro capítulo do dossiê, a Localização Precisa, como o nome mesmo diz, dedica-se à localização exata do acervo arquitetônico de São Luís e indica a região e as coordenadas geográficas. Como já visto anteriormente, no capítulo 7, o Centro Histórico de São Luís está localizado na ponta oeste do promontório com uma elevação abrupta de aproximadamente vinte a trinta metros de altura.

10.2.1.2 Domínios Jurídicos

O segundo capítulo revela os agentes responsáveis pela preservação e manutenção do acervo; neste caso atuam as três esferas governamentais, Federal, Estadual e Municipal, e mais o setor privado. A administração está dividida entre três entidades, que são: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão – DPHAP/MA e Fundação Cultural do Maranhão – FUNC/MA, (Quadro 10.2).

Quadro 10.2
Agentes públicos responsáveis pelo acervo arquitetônico,
área de atuação e responsabilidade

Instituição	Área de Atuação	Responsabilidade
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	É a instituição responsável pelo tombamento em âmbito Federal	Preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros.
DPHAP/MA Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão	É responsável pela proteção do patrimônio cultural no âmbito Estadual	Adotar medidas e desenvolver atividades de cadastro e inventário, processamento de levantamentos físicos e arquitetônicos, fotográficos e históricos, além de fazer a fiscalização de todos os imóveis existentes na área.
FUNC/MA Fundação Cultural do Maranhão	Atua no âmbito municipal	Descentralizar as atividades culturais através da municipalização da cultura, preservando e disseminando os valores culturais, patrimoniais, artísticos e paisagísticos com o fim de estimular a produção cultural, valorizar e promover as manifestações artístico-culturais.

Elaboração do autor.

Os bens protegidos aparecem no estatuto jurídico através das inscrições do Tombamento Federal e Estadual: o primeiro está baseado na lei nº 25 de 30/11/1937 do Acervo Arquitetônico e Paisagístico, através do Processo nº 509 – T, inscrição nº 432, Livro das Belas-Artes, fls 81 de 23/12/1955 e Processo nº 454 – T-54, inscrição nº 513, livro de Belas Artes, fls 93 de 13/03/1974. O segundo, correspondente ao tombamento estadual, está fundamentado na Lei nº 3.999 de 05/12/1978, através do decreto nº 11.591 de 12/10/1990.

10.2.1.3 Identificação

O capítulo três do dossiê trata de identificar, caracterizar e escrever sobre o patrimônio proposto do centro da cidade de São Luís, como também evidenciar a sua história e o significado através do tempo, para que fique clara a sua autenticidade.

É nesta parte que o dossiê se esforça em escrever sobre o esplendor do acervo arquitetônico herdado e a conexão direta com a identidade cultural brasileira. Por

este motivo, é o maior capítulo do dossiê; foram dedicadas várias páginas à história da cidade, da cultura e do Centro Histórico.

Em relação à história da cidade, é importante lembrar que a expansão urbana ocorreu de acordo com a malha urbana já existente, mantendo o padrão original do plano de Frias de Mesquita, plano este decisivo para conferir um aspecto de regularidade geométrica. Ao mesmo tempo, a cidade seguiu o modelo de ocupação adotado pelas cidades costeiras, em que, na “cidade alta”, encontravam-se os edifícios que representavam o poder institucional como sede administrativa, militar, religiosa e, também, casas de alto poder aquisitivo. Já na “cidade baixa”, concentravam-se os comércios e as atividades marinheiras, enquanto em seu entorno configuravam as residências de baixa renda.

O acervo arquitetônico é formado por um conjunto homogêneo de arquitetura civil remanescente, construído principalmente nos séculos XVIII e XIX, quando o estado tem uma participação decisiva na produção econômica do Brasil, através das exportações de matéria prima, como arroz e algodão. Nesse período, São Luís estava entre as quatro primeiras cidades mais prósperas do Brasil, depois de Salvador, Recife e Rio de Janeiro.

O desenvolvimento foi acelerado, e a cidade foi uma das primeiras a ter luz e água. Posteriormente passou a contar com um sistema de transporte urbano sofisticado para a época, os bondes de tração animal, que ajudou a conectar o centro com os pequenos subúrbios, e as casas, que antes eram em sua maioria precárias e construídas de palha, passam a ser substituídas por sólidas edificações de alvenaria de pedra argamassada com cal de sarnambi e óleo de peixe, madeira de lei, serralheria e cantarias de lioz importadas de Portugal.

A tipologia dominante das edificações aparece no mesmo período do auge econômico, com forte conotação lusitana, por causa do desejo da elite burguesa de reproduzir o cenário das cidades portuguesas, com o intuito de se sentirem mais próximo da pátria deixada além-mar. Tais efeitos geraram uma impressionante paisagem urbana, que se reflete nos dias atuais em diversos trechos do centro em uma sensação de passeio pelo século XVIII e XIX.

As arquiteturas civis estão distribuídas pelo Centro Histórico e hoje podem ser apreciadas em diversos pontos dessa zona. Os tipos de habitação que mais caracterizam este conjunto são os solares, sobrados, moradas inteiras, meias moradas e porta e janela, tema já abordado com muito mais aprofundamento no capítulo 7, em que se discute a tipologia do acervo arquitetônico.

10.2.1.4 Estado de preservação e conservação

O estado de preservação tem forte conexão com o estancamento e o isolamento da economia do Maranhão no princípio da década de 1990 até o meado do século XX, circunstância relacionada à queda dos preços do algodão e do arroz, além da abolição da escravatura, que forçou a mudança do setor agrária para industrial. Essa nova economia não teve sucesso devido à inexperiência dos proprietários, efeito que alargou mais ainda a crise financeira.

Este episódio contribuiu para que a cidade de São Luís não fizesse parte do processo urbanístico que outras cidades do Brasil passaram e que paradoxalmente foi um dos maiores responsáveis pela preservação do acervo arquitetônico de São Luís, já que o poder público não disponibilizava de recursos para aplicar o modelo *haussmaniano* dos *boulevares* parisienses. A única forma de realizar transformações foram intervenções pontuais na tentativa de abrir espaço para a circulação de veículos.

Outro fato importante e que deve ser ressaltado foi a mobilização social na atenção ao patrimônio, expressada principalmente pelos intelectuais da época em defesa dos monumentos, sentimento surgido com o começo das pequenas intervenções que resultaram na destruição de algumas casas, igrejas e praças do século XVIII. Este tema é abordado com mais ênfase no capítulo 8 - Sentimento Preservacionista na produção da morfologia através dos agentes interventores.

Neste capítulo do dossiê também se refere às questões relacionadas às responsabilidades da preservação do acervo arquitetônico no âmbito Federal,

Estadual e Municipal. Embora o tema seja abordado anteriormente no dossiê, é neste capítulo que destaca a participação das três esferas do poder no patrimônio, determinando quais os papéis dos agentes nesse processo e como deveriam atuar em relação às casas do século XVIII e XIX.

Em 1996, quando foi preparada a proposta do dossiê para a UNESCO, calculava-se que a proteção dessas casas envolvia 4.000 imóveis, delimitados na zona de tombamento Federal e Estadual. Na atualidade esses números são superiores e aproximam-se de 5.607 imóveis sob a proteção dos mesmos órgãos, o que indica que houve um aumento no registro de imóveis no livro de tombamento após a proposta e incluso depois da obtenção do título de Patrimônio Mundial.

Depois de 40 anos do primeiro tombamento federal realizado pelo antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, hoje IPHAN, foi criada a 3ª coordenadoria regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com sede em São Luís, no ano de 1980, que tinha a responsabilidade de proteger e revitalizar em torno de 1.000 imóveis compreendidos na zona de tombamento Federal, os quais abarcam os conjuntos da Av. Pedro II, Portinho, Desterro, Remédios, Fonte do Ribeirão além dos tombamentos individuais de imóveis; esta delimitação pode ser apreciada no capítulo 7, na figura 7.3.

Durante a elaboração do dossiê em 1996, o IPHAN realizou todo o levantamento de bens imóveis, cadastrando o conjunto tombado pelo governo federal, através de levantamentos arquitetônicos fotográficos e históricos. Sua equipe era multidisciplinar e tinha autonomia econômica, possuía orçamento anual para desenvolver trabalhos diretos com a zona, e também poderia transferir orçamentos a órgãos do governo local para realizar restaurações ou fiscalizações.

Os registros da área tombada pelo Governo do Estado em 1996 representavam mais que a metade de todo o tombamento do centro e abarcavam aproximadamente 3.000 imóveis, área que estava sob a responsabilidade do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão – DPHAP/MA, como já visto no Quadro 10.2. Este departamento estava subordinado à Secretaria de Cultura do Estado-SECMA e sua finalidade era praticar uma política estadual de preservação

dos bens históricos, artísticos e paisagísticos através da contribuição da equipe interdisciplinar de arquitetos, urbanistas, historiadores, arqueólogos, bibliotecários, entre outros.

Além dos agentes citados acima, devem ser mencionados os trabalhos realizados pelo Departamento de Projetos Especiais – DPE; similar aos demais órgãos, também está subordinado à Secretaria de Estado de Cultura. O objetivo inicial desse departamento foi criar uma equipe técnica para acompanhar o Grupo de Trabalho do Projeto Praia Grande e posteriormente participar na segunda etapa do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PPRCHSL (tema abordado no capítulo 9 desta tese), etapa conhecida como Projeto Reviver; além dessas atuações também se envolveu no Projeto de Habitação, Restauração da Fábrica Cânhamo e Rio Anil e projetos de pesquisas.

A dedicação desses órgãos, junto com os demais fatores, ajudou a conservar os recursos urbanos e ambientais do Centro Histórico de São Luís, sorte esta que não teve a maioria das capitais brasileiras, que sofreram em consequência do progresso urbanístico.

10.2.1.5 Justificativa de inscrição na lista do Patrimônio Mundial

A justificativa utilizada para que o Centro Histórico de São Luís fosse incluído na lista do Patrimônio Mundial deve-se à dedicação observada no Dossiê em demonstrar a riqueza do bem cultural que existe no referido centro. O Dossiê descreve a passagem no tempo desse núcleo urbano por meio dos acontecimentos históricos de São Luís, que foi palco de diversas lutas sociais e políticas que contribuíram para o processo de emancipação política do Brasil.

Nesse capítulo do dossiê é ressaltado a arquitetura peculiar através dos materiais utilizados que adornam as construções, no caso dos azulejos, utilizados com o objetivo de proteção térmica, resultado da necessidade de solucionar os problemas ambientais, e também como embelezamento das fachadas. São destacadas ainda as pedras de lioz que reforçavam e emolduravam de forma singular e elegante os

passeios, as sacadas e os pisos térreos das casas. Desta forma, as casas maranhenses se distinguem de toda arquitetura colonial do país.

Considera o conjunto urbano e arquitetônico colonial mais extenso da América Latina. Na época da elaboração do dossiê, representava 4.000 imóveis da história da cidade, hoje arredor de 5.607, sendo um dos mais acabados exemplos da maneira de viver no Brasil dos séculos XVIII e XIX. É nesta contextualização que se justifica a entrada do centro na lista do patrimônio mundial.

Existem diversas cartas que não estão neste capítulo do Dossiê e que expressam com mais objetividade por que o magnífico exemplar do urbanismo colonial português, o Centro Histórico, merece estar na lista do patrimônio mundial. Assim explica a própria governadora do Maranhão, Roseana Sarney, em 1996:

A eventual inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO servirá como um grande manto protetor de reconhecimento universal, que virá e perenizar o expressivo trabalho de preservação que os brasileiros no Maranhão vêm realizando em defesa do patrimônio cultural do Brasil e, por extensão, da América Latina (anexo 2).

Tais expectativas são bem interpretadas pelo arquiteto Ronald de Almeida de que o reconhecimento da UNESCO ajudaria a difundir e conservar o valioso acervo arquitetônico.

Finalmente, esperamos que o almejado título de reconhecimento da UNESCO, de valor universal, possa ser concedido ao magnífico patrimônio do Centro Histórico de São Luís, acervo que o povo maranhense espera legar às futuras gerações, como testemunho inequívoco de um processo cultural, social e econômico ímpar na História do Brasil e de Portugal, e por que não dizer, de todos países de língua e tradição portuguesas no mundo (anexo 1).

A justificativa está baseada no inestimável valor cultural de que este núcleo central foi e é testemunho, ambiente “vivo” na história da ocupação do território, cuja gênese tem origem nas melhores tradições urbanísticas portuguesas do século XVII

e XVIII, motivo pelo qual deve ser conhecida pela comunidade nacional e internacional, através do precioso título da UNESCO.

10.2.3 Avaliação do Dossiê

Após a realização das etapas acima, da Identificação dos Bens e da elaboração do dossiê para a proposta de inclusão do Centro Histórico na lista do Patrimônio Mundial, é realizado uma pré-avaliação pelo Comitê do Patrimônio Mundial (WHC- *World Heritage Committee*) da proposta e também uma apreciação *in loco* da instituição responsável pela avaliação dos lugares de interesses artísticos e histórico, ICOMOS.

Este último enviou, no dia 28 de outubro de 1996, um especialista em sítios históricos para fazer um parecer sobre o Centro Histórico de São Luís. A cargo desta missão estava o arquiteto argentino Julio Angel Morosi com a responsabilidade de formular um relatório a favor ou contra o conjunto arquitetônico. Durante sua estância, solicita a presença dos representantes dos órgãos institucionais envolvidos no processo da proposta à UNESCO para realizar entrevistas sobre questões relacionadas ao mesmo, a saber, da 3ª coordenadoria Regional do IPHAN, do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão (DPHAP/MA/SECMA), do Departamento de Planejamento do Estado do Maranhão (SEPLAN/MA), da Fundação Cultural do Maranhão (FCM/PMSL), de Associações comunitárias que estejam interessadas no assunto e do Departamento responsável pelo planejamento urbano dentro da Prefeitura Municipal de São Luís, para discutir assuntos sobre zoneamentos (anexo 8).

O parecer do arquiteto Julio Angel Morosi foi uma das etapas mais importante, devido ser uma avaliação *in loco*. O relatório que emitiu causou uma impressão extremadamente favorável em relação ao estado de conservação do conjunto arquitetônico; ele manifestou-se a favor do patrimônio, expressou sua satisfação e frisou que o conjunto arquitetônico de São Luís do Maranhão se encontrava em melhores condições que os de outras cidades brasileiras que foram incluídos na lista do Patrimônio nos anos 80 (anexo 9).

Apesar do informe favorável da análise prévia da proposta preliminar, o Estado deveria preparar as documentações complementares do referido trabalho, com o fim de cumprir com o calendário previsto pela a instituição da UNESCO; tais prazos são lembrados por Jerônimo Mosoardo, embaixador permanente do Brasil junto à UNESCO (anexo 10):

- 1- Julho de 1996 - Apresentação do pedido;
- 2- Setembro de 1996 - Exame pela ICOMOS;
- 3- Janeiro de 1997 – Visita da missão do ICOMOS em São Luís;
- 4- Julho de 1997 - Exame pelo Bureau do Comitê do Patrimônio Mundial;
- 5- Dezembro de 1997 – Exame e eventual aprovação definitiva pelo Comitê do Patrimônio Mundial.

Naquele momento somente faltavam ser submetidos os dois últimos itens do calendário previsto. A proposta definitiva oficial deveria ser enviada até final de abril de 1997, prazo este obrigatório devido ao calendário, pois a UNESCO realizaria a primeira reunião conjunta do comitê internacional em julho de 1997.

Naquele mesmo ano, os integrantes da equipe de coordenação do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCSL, estava presente na delegação do Brasil com a finalidade de defender a proposta na 22ª Reunião Internacional do Bureau do Comitê do Patrimônio da Humanidade na sede da UNESCO em Paris. Este encontro realizou a avaliação da proposta, que foi sujeita a um júri de sete países componentes do Bureau – México, Japão, Alemanha, Austrália, Marrocos, Nigéria e Itália. Uma vez aprovada, passaria para a etapa definitiva, que seria realizada em outra reunião, nesse caso, em dezembro de 1997. Este segundo encontro procederia a análise de todos os pleitos dos diferentes países.

A proposta de inclusão do Centro de São Luís na lista do Patrimônio Mundial concorreria com outras 40 proposições dos mais distintos países. Por isso deveria se preparar, segundo as recomendações do arquiteto argentino Julio Angel Morosi, uma proposta imperiosa, profunda, detalhada e abrangente em todos os aspectos

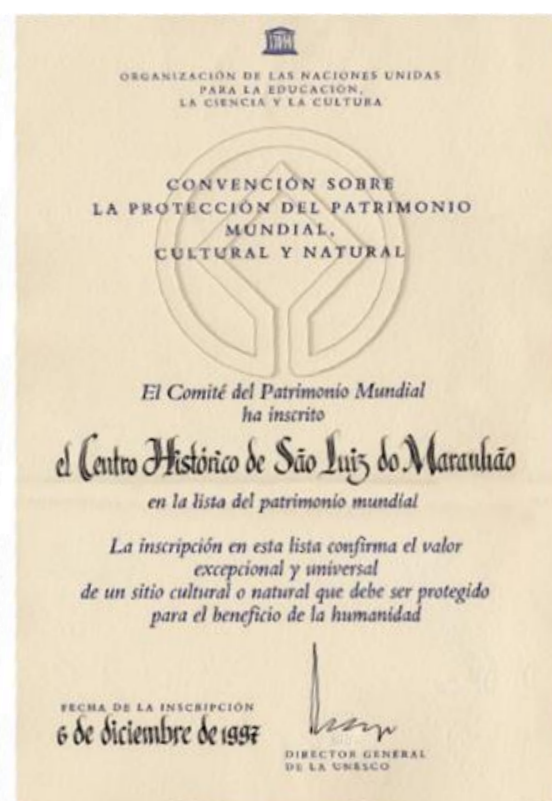
técnicos, científicos e intelectuais, sempre procurando atender a todos os paradigmas e normas convencionadas internacionais da UNESCO e do ICOMOS.

Naquele momento, encontravam-se na reta final da possível aprovação do Centro Histórico à lista da UNESCO. Assim todo o esforço para lograr o objetivo almejado dependeria da eficácia e eficiência da equipe na elaboração da proposição definitiva e oficial para a apresentação àquela instituição.

10.2.4 O Parecer

Como previsto nas etapas das tarefas do calendário da UNESCO e no cumprimento da mesma, foi, portanto, em Nápoles, Itália, no mês de dezembro de 1997, que o Comitê do Patrimônio Mundial (*WHC-World Heritage Committee*) volta a se reunir para dar um veredito final. Dessa vez a comissão brasileira contava com a presença da Governadora do Maranhão Roseana Sarney e do prefeito da cidade de São Luís, Jackson Lago. O parecer tomado pela UNESCO coincide com a decisão técnica favorável do mês de julho do Bureau, e assim é homologado oficialmente o reconhecimento do Centro Histórico de São Luís como Patrimônio Mundial (figura 10.2).

Figura 10.1
Título de inclusão do Centro Histórico na lista do Patrimônio Mundial



Fonte: ANDRÉS, 2012, p. 113.

O acervo arquitetônico é aprovado como um bem de valor universal excepcional com base nos critérios de número III, IV e V da Convenção do Patrimônio Mundial:

III - Constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;

IV - Representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;

V - Ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis.

Como o próprio relatório do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS) registra:

O Comitê decidiu inscrever esta propriedade com base em critérios (iii), (iv) e (v), considerando o Centro Histórico de São Luís do Maranhão um excelente exemplo de uma cidade colonial Português, que adaptado com sucesso para às condições climáticas equatorial da América do Sul e que tem preservado o seu tecido urbano, harmoniosamente integrado com o seu ambiente natural, a um grau excepcional. (texto completo em anexo 3; tradução do autor).

O parecer do ICOMOS do Brasil, emitido um ano antes do veredito final, realizado sobre o estudo da proposta preliminar apresentada para a inscrição dos bens, já coincidia em partes com o relatório final de 1997, no que dizia que o conjunto urbano de São Luís deve ser inserido na lista do Patrimônio Mundial pela sua excepcional arquitetura colonial portuguesa, por ter características de **legitimidade** e **autenticidade** e que o título devia contribuir para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, no intuito de conservar para as gerações futuras esse exemplar de sua identidade histórica.

Em relação à autenticidade, baseando-se na carta de Veneza de 1964 e principalmente no documento de Nara, Japão, de novembro de 1994, considera-se um dos parâmetros importantes e fundamentais o estudo da veracidade do patrimônio em questão, assim, o conhecimento, a compreensão e a interpretação das fontes de informação a respeito das características originais e subsequentes do patrimônio, em relação a sua história e seu significado, são requisitos básicos para avaliar a autenticidade de uma obra.

É neste sentido que o parecer de Suzanna Sampaio, presidente do ICOMOS no Brasil, ressalta em sua análise (anexo 9):

- Que o conhecimento da história de um sítio e seu significado através do tempo, constituem os elementos básicos para identificação de sua autenticidade;

- Que a autenticidade do patrimônio edificado do Centro Histórico de São Luís Maranhão está comprovada pela análise, avaliação e interpretação dos elementos materiais tangíveis que o compõem;
- Que a autenticidade desse Patrimônio Cultural está diretamente ligada à identidade cultural brasileira, não una, mas múltipla com a cidade de São Luís tem tão claramente retratada em seu perímetro histórico.

É baseado nesses motivos e pelo estado de conservação do acervo arquitetônico que Suzanna Sampaio chegou à conclusão por que o Centro Histórico deveria ser tombamento mundial. Também frisa no seu relatório que a inclusão do patrimônio na lista promoveria uma corrente de emoções e entusiasmos entre os habitantes, em conjunto com os profissionais e técnicos que trabalharam e participaram do projeto.

10.3 Repercussão do título Patrimônio da Humanidade

Naquele momento de 1997, a capital ludovicense, através do seu acervo arquitetônico luso-brasileiro tornou-se a oitava cidade brasileira a receber o título de Patrimônio da Humanidade. Destas somente três haviam recebido o título por causa do seu Centro Histórico; melhor dizendo, São Luís foi a quarta cidade destas, recebendo o título pela riqueza da arquitetura colonial do seu Centro Histórico.

A inclusão do Centro Histórico neste grupo seletivo posiciona a cidade de São Luís entre os outros sete cartões postais brasileiros, ao lado do Centro Histórico de Ouro Preto, em 1980, Olinda, em 1982, Salvador, em 1995, como também outras cidades que foram tombadas por distintas características, como o projeto piloto de Brasília, em 1987, o Santuário de Bom Jesus de Congonhas, em Minas Gerais no ano de 1985 e a Serra da Capivara, no Piauí no ano de 1991 (FONSECA, 2005, p. 295). Desta forma, a cidade passou a usufruir do maior título que uma cidade histórica e cultural pode ostentar, ao lado de sítios como Veneza, a Torre de Pisa, as Pirâmides do Egito e a Muralha da China, entre outros.

Com a outorga do título de Patrimônio da Humanidade a São Luís, aumentou consideravelmente o interesse pela cidade tanto dentro do Maranhão como fora de

suas fronteiras. É assim que descreve o jornal local *O Estado do Maranhão* como é vista a cidade pelo mundo:

São Luís já não está somente situada no mapa do Brasil, como uma cidade esquecida, ilhada em quase todos os sentidos, mas no mapa do mundo, como uma ilha lembrada e que agora começa a ocupar espaço universal [...] O mundo finalmente reconheceu a importância histórica da cidade e rendeu-se à sua beleza arquitetônica e passa a reverenciar sua cultura (*O Estado do Maranhão*, 13 /dez/97, p.2 e 19 /dez/97, p.12).

Neste subtópico investiga-se a repercussão do título Patrimônio da Humanidade da cidade de São Luís através de livros, revistas e principalmente pela imprensa local, este último por meio do jornal diário *O Estado do Maranhão*, que detém a maior representatividade do poder público e a maior circulação no estado, segundo IBOPE 2009. Devido a esse fator, de certa forma o estudo corre o risco de ter somente uma visão, já que, neste caso, esse jornal tende a favorecer o governo.

Para compreender as consequências geradas pelo novo status de cidade patrimônio da humanidade em que se encontrava a capital do Maranhão, é importante visualizar quais foram os efeitos do título em três esferas, no meio político, social e da cidade.

10.3.1 No Contexto Político

A maioria dos veículos de comunicação do estado do Maranhão são controlados pelos interesses pessoais dos grupos dominantes e esses meios são utilizados como aliados para o favorecimento político, sendo um instrumento propagandístico de extrema importância para a prática da persuasão. É nesta lógica que o ex-presidente da república, José Sarney, tem sob seu domínio os principais veículos de notícias do estado de Maranhão, como a TV Mirante, rádio e o jornal, este último representado pelo periódico *O Estado do Maranhã*, o adquirido pela família no ano de 1973 e utilizado pela sua filha Roseana Sarney em 1997, então governadora do estado, com o propósito de divulgar a vitória de inclusão do Centro Histórico na lista da UNESCO.

As notícias relacionadas à conquista do título sempre estavam vinculadas com a imagem do governo que mencionava a felicitação aos trabalhos realizados durante a candidatura e o resultado conquistado. Uma das principais notícias da época destacou a admiração dos que estavam presentes junto à governadora durante a celebração da conquista do título do patrimônio da humanidade; “Roseana foi aplaudida por todo o plenário quando, falando em francês, agradeceu a manifestação favorável de delegados de diversos países presentes” (*O Estado do Maranhão* p. 9, 04/12/1997).

Figura 10.3
Portada do jornal *O Estado do Maranhão* enfatizando a atuação do plenário no discurso da Roseana Sarney



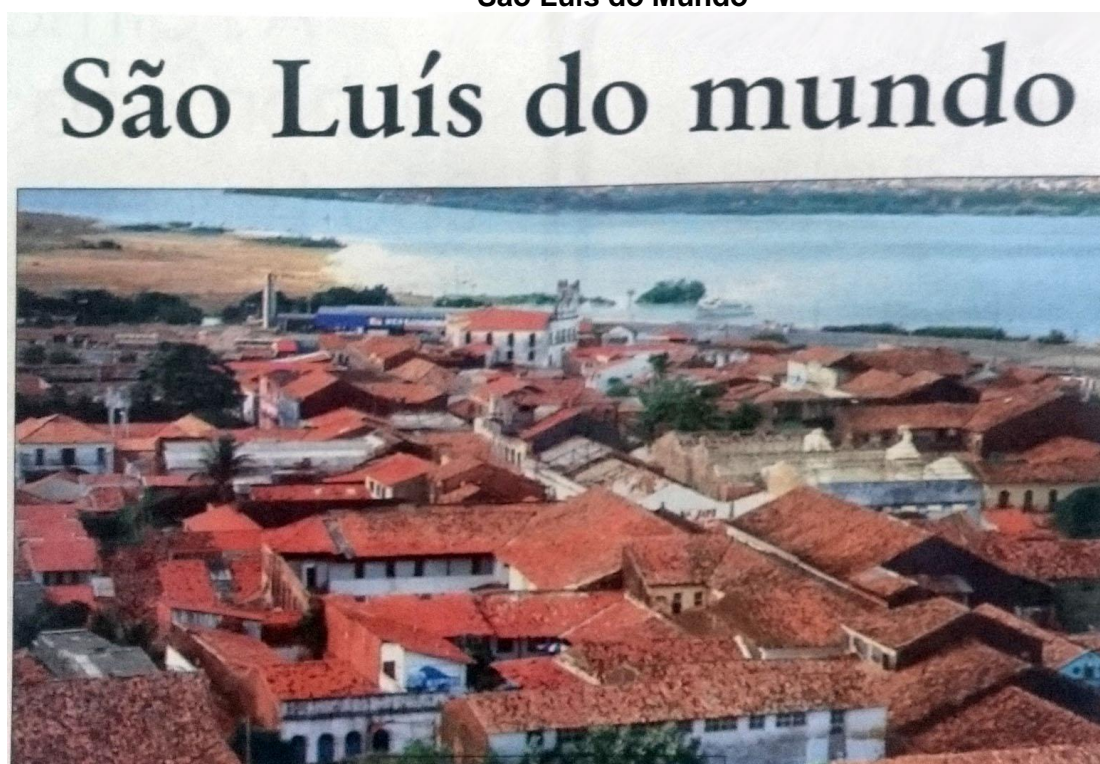
Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão* 4/dez/1997 p. 9.
 Foto tirada do arquivo da biblioteca Benedito Leite.

Posteriormente, o título virou símbolo de seu governo; segundo as notícias, uma vitória conquistada pela sua administração, em que a governadora afirma que “foi preciso que eu chegasse ao governo e acreditasse nessa possibilidade e por ele

brigasse durante quase dois anos para que se transformasse em realidade. Se tenho algum mérito nessa história é o de sempre ter acreditado no valor histórico de São Luís e ter elegido essa questão como bandeira de luta” (Estado do Maranhão p. 3, 19 dez. 1997). Desta forma, naquele período, a governadora reduz todas as questões relacionadas às políticas de preservação patrimonial, cultural e histórico dos governos anteriores a uma condição unicamente pessoal.

A “Bandeira de luta” mencionada pela gestora pública dá a entender que se trata de um amplo projeto político em tornar São Luís patrimônio da humanidade e, conseqüentemente, o título viria a se transformar na personificação de um Slogan publicitário divulgado pelos meios midiáticos como “São Luís do mundo”. Esta expressão concebe a interpretação que, naquele momento, a capital ludovicense estivesse inserindo no rol da globalização, superando, assim, suas limitações físicas, culturais e econômicas.

Figura 10.4
São Luís do Mundo



Fonte: recorte do jornal do *O Estado do Maranhão* 19/dez/1997, p12.
Foto tirada do arquivo da biblioteca Benedito Leite.

O título Patrimônio da Humanidade, no âmbito político, foi uma das maiores vitórias e colaborou para a captação de recursos: “com a concessão do título, tornaram-se bem maiores as possibilidades de serem abertas as linhas de crédito, com cláusulas privilegiadas [...]” (Estado do Maranhão, p. 2, 14/dez/1997); também garantiu a reeleição da governadora Roseana Sarney no Estado do Maranhão e, por último, a família Sarney conseguiu materializar sua marca pessoal da dominação identitária, simbólica e política no estado, fazendo uso da memória coletiva como um instrumento de poder.

10.3.2 No âmbito sociocultural

O título aumentou os sentimentos de pertencimento, de orgulho e do interesse da população local pelo o patrimônio histórico, embora poucos soubessem o significado do título outorgado, consequência de uma política participativa pouco expressiva, em que, em quase todo processo de inclusão do Centro Histórico na lista da UNESCO, a população ficou à margem das decisões. Medidas que vão de encontro das exigências da UNESCO, apartado III - processo de inscrição de bens na lista do patrimônio mundial, Nº 123:

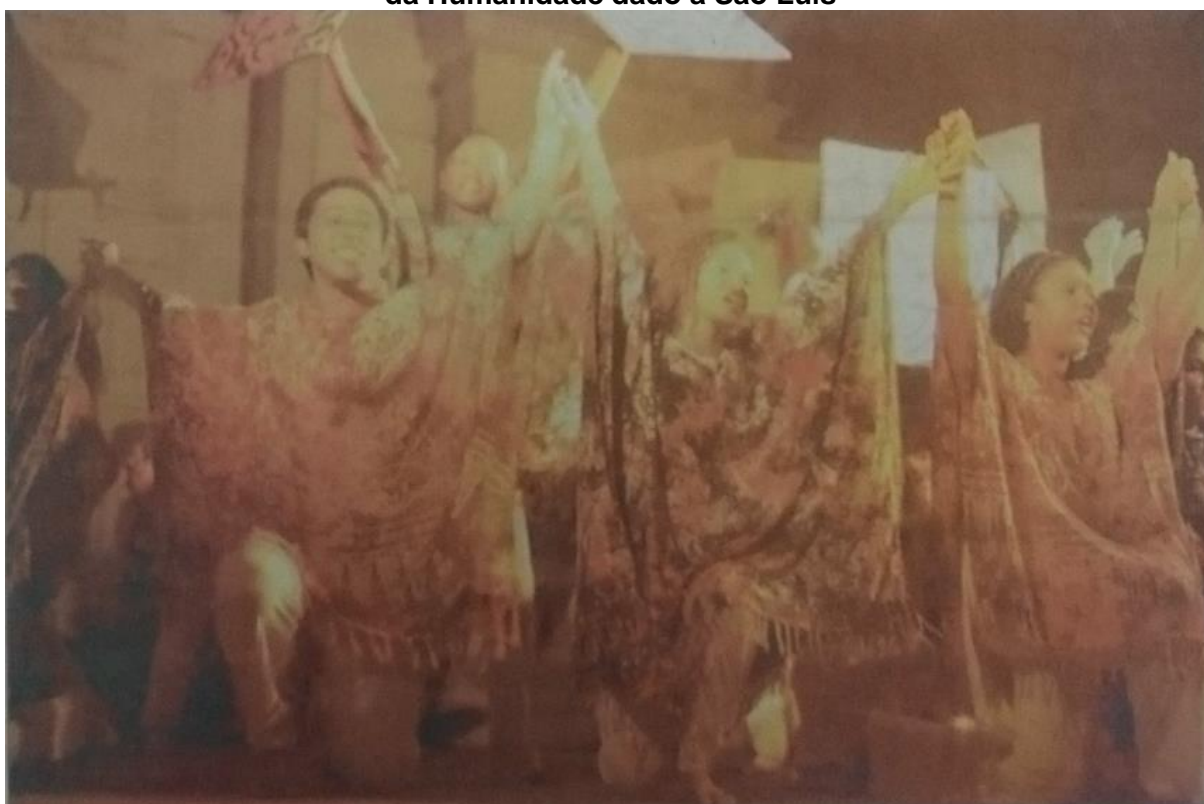
A participação da população local no processo de proposta de inscrição é essencial para que esta partilhe com o Estado parte a responsabilidade de manutenção do bem. Os Estados partes são encorajados a preparar as propostas de inscrição com a participação de um vasto leque de intervenientes, incluindo os gestores dos sítios, autoridades locais e regionais, comunidades locais, ONGs e outras partes interessadas (AGAREZ; SOUSA, 2012, p. 24).

O título Patrimônio da Humanidade, inclusive, serviu para minimizar ou desviar a atenção dos problemas sociais e infraestruturais, que estavam longe de serem resolvidos, dando lugar às festas comemorativas do logro alcançado por aquele governo, igual que os coliseus romanos em que as atrações serviam para desviar a atenção dos plebeus das questões políticas.

Assim, para que a população pudesse comemorar a conquista realizada pelo governo, foi elaborado pelo o Poder Público do Estado uma programação festiva

com vários eventos pela cidade: passeio ciclístico (com concentração no Iate Clube), Abraço Simbólico do Centro Histórico, Encontro Folclórico na Praia Grande, passeio de idosos pela Praia Grande, Festival de Arte do João do Vale, Ato ecumênico no Largo do Carmo, após o culto passeio-serenata (tour), lançamento da cartilha São Luís Cidade Cultural, “Patrimônio da Humanidade”, elaborada pela coordenadoria de Patrimônio Cultural da FUNC, entre outros.

Figura 10.5
Artistas festejando em frente à igreja do Carmo comemorando o título de Patrimônio da Humanidade dado a São Luís



Fonte: recorte do jornal *O Estado do Maranhão* 7/12/97, nº12.904.
Foto tirada do arquivo da biblioteca Benedito Leite.

O título Patrimônio da Humanidade é consequência de uma herança paterna dos nossos antepassados, uma herança riquíssima de uma sociedade, legado este que custou o esforço de uma junção de raças - brancos, índios e negros - e que se deve a esta geração; são conquistas conseguidas pelo suor, lágrimas e às vezes sangue dessa sociedade e que merecem todo o mérito do atual título. Por isso, o reconhecimento deveria ser mais da sociedade e menos dos políticos.

O cronista José Chagas enfatiza as conquistas do povo do passado e do presente num contexto que engrandece os sentimentos de orgulho maranhense e que é acompanhada da atual responsabilidade por herdar o que há de mais belo e precioso a servir de exemplo para o mundo, além do que não esquece de agradecer ao governo pelo trabalho realizado, já que o cronista escreve no jornal *O Estado do Maranhão*.

O reconhecimento de São Luís como Patrimônio da Humanidade é uma vitória do passado e do presente de nosso povo, com uma responsabilidade imensa, que cabe agora a todos nós. Muitos lutaram por um futuro que hoje é passado, para que tenham um futuro ainda melhor. Somos herdeiros do que há de mais belo e precioso, que é a glória eternizada na memória de um povo, a servir de exemplo para o mundo. São Luís é hoje mais São Luís do que nunca. Todo o Maranhão está de parabéns, engrandecido que também se acha com a proteção de sua capital. É feliz o governo que, com o seu decidido empenho, marcou a culminância desse trabalho de tantas e tantas gerações, através dos séculos (*O Estado do Maranhão*, 04.12.1997, p.1).

10.3.3 No campo da cidade

O slogan “São Luís é do mundo” de certa forma inseriu a cidade na lógica da globalização, com uma expectativa de um novo fluxo de pessoas, o que reflete em uma política de gestão diferenciada para aquela área. Este novo conceito proporcionou elementos condizentes a inédita categoria alcançada por aquele espaço, reproduzindo um desencadeado processo de infraestrutura adequada ao deguste turístico.

Os meios publicitários apontavam constantemente as potencialidades da capital do Maranhão, sobretudo uma cidade de história, arte, cultura, tradição, monumento erguido e memoráveis conquistas do homem no tempo, elementos atrativos para um viajante, que de certa forma era influenciado pelo sentimento do descobrimento e da curiosidade gerada pelos veículos informativos.

Como consequência do processo de valorização turística do espaço urbano no Centro Histórico de São Luís, gera-se uma série de enobrecimentos de determinadas áreas, repercutindo em zonas mais atrativas, admiravelmente para os estrangeiros de poder aquisitivo elevado, objetivando à sua inclusão na lógica de consumo do mercado turístico globalizado. Em seu desfecho os casarões coloniais tornaram-se sede de órgãos das administrações públicas estaduais e municipais, que também passam a alojar equipamentos associados ao turismo, como casas de cultura, museus, lojas de artesanatos, *souvenirs*, agências de viagens, bares e restaurantes.

O Centro Histórico de São Luís passa por uma reconfiguração dos seus espaços devido às consequências das políticas públicas aplicadas com ênfase no turismo, resultado que proporciona o aumento da valorização das atividades empresariais, com vista a atender demandas do consumidor (turista); assim retira daquele espaço práticas sociais e costumes locais construídos cotidianamente, para dar lugar ao usufruto turístico e do consumo.

A preservação do patrimônio deve estar associada ao conceito de sustentabilidade, e para isto é necessário a criação de um planejamento que esteja formulado para manter o equilíbrio entre os três elementos básicos: a qualidade social, a conservação ambiental e a eficiência econômica. A euforia do título em 1997 beneficiou principalmente a eficiência econômica gerada pela indústria do turismo; posteriormente, a conservação do ambiente, este com diversos cursos destinados aos organismos competentes para a proteção do espaço, e, por último, considerado o menos importante pelas políticas públicas, as questões sociais. Na lógica das prioridades, deveriam estar em ordem reversa para que a população local também pudesse disfrutar do espaço, com o intuito de criar laços maiores de identificação com o ambiente.

CONCLUSÃO

Esta investigação objetivou estudar como se produziu a morfologia urbana da cidade de São Luís para compreender o percurso histórico da construção dos espaços no núcleo central, quais foram os fatores e os agentes da produção da morfologia, que processo dirigiu para sua contribuição e, evidentemente, quais os fatores que derivaram para que este espaço juntamente com seus monumentos, fosse considerado um bem de valor universal excepcional pela UNESCO.

A análise realizada no Centro Histórico de São Luís possibilitou um desenvolvimento mais profundo sobre os aspectos monumentais e espaciais da área. Por isso, a caracterização da mesma formou parte essencial do objetivo planejado neste trabalho, tarefa árdua que necessitou de um período prolongado de tempo para poder descrever as diferentes facetas, indicadas pelas recopilações de dados que vêm desde a fundação da cidade, e deste modo, poder determiná-la.

Esta pesquisa analisou os fatores e os processos de crescimento, a ação de distintos agentes na formação dos espaços, as formas e funções que foram adquirindo ao longo do tempo, os planos de ordenação dos espaços e os ciclos econômicos que afetaram o estado do Maranhão. Esses eventos, em seus devidos momentos, proporcionaram uma mudança na capital ludovicense, repercutindo diretamente no principal objeto de estudo, o Centro Histórico.

Para melhor compreensão dos processos estudados, utilizou-se o método histórico, recorrendo ao passado da cidade para desvendar seu presente e analisar a construção do seu espaço desde de sua fundação até o ano de 2006. O término deste período está marcado pelo fim das obras do primeiro programa de preservação e revitalização do Centro Histórico.

Durante a investigado constatou-se que existiram momentos marcantes na história da cidade de São Luís, que foram cruciais para determinar e preservar as características coloniais que hoje são apreciadas no Centro Histórico. Esses momentos foram:

- A fundação da cidade, realizada pelas leis ditadas pelo velho mundo (Portugal e Espanha), que planejaram a construção urbana da cidade através de um plano urbanístico compreensivo em forma de xadrez, para que fosse possível ser facilmente ampliada. Este plano trata de ruas paralelas e perpendiculares, formando quadrículas, que a expansão urbanística seguiu até a atualidade sem muitas alterações.
- Na segunda metade do século XIX, a cidade vivenciou um auge econômico, permitindo que os portugueses construíssem grandiosos casarões, revestidos de azulejos com desenhos em forma de mosaicos, com os pisos de calcários com pedras de lioz e as grades forjadas de ferro com formatos simétricos guarnecendo os balcões, as venezianas, os vidros, entre outros elementos que formavam as casas dos nobres e foram trazidas da peninsular ibérica. Essa fase transformou São Luís em uma cidade próspera em elementos arquitetônicos portugueses, proporcionando uma paisagem diferente das outras cidades brasileiras e ao mesmo tempo deslumbrante.
- No início do século XX, São Luís sofreu uma estagnação econômica, que ocorreu em um momento em que o pensamento urbanístico estava sendo renovado no Brasil. Os governantes das cidades brasileiras adotavam a postura de que deveriam adaptar a estrutura das cidades antigas a uma nova realidade social. Dito isso, os núcleos urbanos, com seus traçados urbanísticos originais construídos para outra realidade social, deveriam ser alterados, adaptados para as novas exigências de locomoção, de saneamento e de espaços abertos. Mas devido à estagnação econômica em São Luís, a cidade acabou ficando à margem das reformas de grandes envergaduras.

- Entre 1916 a 1944, foram identificados os primeiros movimentos conservacionistas. O estudo identificou os intelectuais que se interpuseram às reformas urbanísticas dos prefeitos que ocuparam o cargo da capital naquele período; entre esses personagens destacam-se os irmãos Raimundo Lopes da Cunha e Antonio Lopes da Cunha, que fundaram uma corrente de pensamento em prol da conservação do maior conjunto colonial da América Latina e acenderam a chama do sentimento de apego cultural e de orgulho maranhense pelas propriedades arcaicas herdadas dos antepassados.
- Em 1979 é criado, pela primeira vez, um programa de intervenção para toda a área central. Esse programa, chamado de Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCHSL, foi responsável pela recuperação e revitalização do centro antigo. Foi o principal projeto em converter a área que inicialmente era somente destinada aos moradores locais para fazer parte também de uma política voltada ao turismo. Esta política direcionada à captação de viajeros foi intensificada após a terceira etapa do programa (1995), que converteu as obras realizadas no centro em *slogan* propagandístico para atrair turistas.
- Em 1996, o governo do Maranhão inscreve o Centro Histórico de São Luís na candidatura à lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. Essa ação marcou o início de um processo que elevaria o nível do patrimônio, assim como as responsabilidades para com ele. Em 1997, o centro antigo é considerado Patrimônio da Humanidade. Estar inserido nesse grupo seletivo proporcionou o reconhecimento universal do testemunho do processo cultural, social e econômico da história ludovicense.

Como já mencionado anteriormente o objetivo desta tese é analisar os processos que proporcionaram ao Centro Histórico o título de mais alto nível, estudando a importância de cada evento ocorrido ao longo do tempo e que contribuiu à sua maneira com um cenário propício para que fosse considerado, em 1997, o acervo urbano colonial português mais extenso da América Latina.

O histórico da relação entre o poder público e as classes populares, no que diz respeito ao acervo arquitetônico, foi um aspecto que mereceu ser estudado e que fez perceber os constantes conflitos de opiniões entre essas duas esferas, de um lado os agentes em prol da mudança e do outro a defesa dos rasgos culturais do passado. Pode-se dizer que este último ganhou essa batalha; inclusive, houve momentos em que conseguiram até destituir um prefeito que ia de encontro à corrente conservacionista.

Sem dúvida os logros daquela sociedade permitiram definitivamente a conservação da herança riquíssima, hoje preservada. Pode afirmar-se, portanto, que o reconhecimento ao título Patrimônio da Humanidade é uma vitória da sociedade dos séculos XIX e XX, que proporcionou um acervo arquitetônico privilegiado para a candidatura à lista da UNESCO em 1997.

No entanto, as conquistas realizadas antes de 1997 pela população conservadora foram esquecidas no processo de inclusão do Centro Histórico na lista do Patrimônio da Humanidade. Por mais que o reconhecimento desse título seja um processo de uma sociedade que ergueu pedras para construir uma cidade, transformando-a e adaptando-a ao estilo cultural daquela época, por mais que os acontecimentos históricos digam isso, o mérito foi exclusivamente atribuído a um governo e/ou entidades, responsáveis únicos a determinar o valor dessa arquitetura. Situação triste que coloca a população à margem de decisões imperiosas, como inserir o Centro Histórico da capital do Maranhão, São Luís, na lista do Patrimônio da Humanidade.

Constatou-se que a proposta realizada pelo governo do Maranhão de incluir o Centro Histórico na lista da UNESCO não foi submetida a um referendo e/ou consulta popular quanto àquilo que merecia ser preservado. Ademais, muitos se inteiraram do fato de que o Centro Histórico havia ganhado o título somente nos dias de festas celebradas pelo governo. O ambiente político era mais de reeleição do que de uma conquista do povo para o povo.

O grande desafio atualmente para o Centro Histórico é conseguir manter uma relação dialética entre os gestores públicos e a população local para conciliar os

interesses e, assim, responder de maneira satisfatória às necessidades da sociedade, com o propósito de conduzir a uma melhor qualidade de vida urbana, em harmonia com a arquitetura colonial.

O tema proposto nesta tese é um entre os muitos a serem investigados ainda sobre o Centro Histórico de São Luís. É nessa perspectiva que o estudo realizado despertou no doutorando o desejo de continuar o trabalho aqui deixado, sendo que já vem idealizando um esboço de propostas para abordar os problemas atuais de que vem sofrendo o Centro Histórico de São Luís, como o abandono pelas entidades competentes que deveriam conservá-lo.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1987.

ABREU, Mauricio de Almeida. *Cidades: Revista científica*. São Paulo: Outras expressões, 2011. v. 8.

ABREU, Mauricio de Almeida. Cidade brasileira: 1870-1930. *Observatorio geográfico de América Latina*, [S.d.]. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/62.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

AGAREZ, Francisco; SOUSA, Cíntia Pereira De. *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial: Comité intergovernamental para a proteção do património mundial, cultural e natural*. Lisboa: CENTRO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, 2012.

ANDRÈS, Luis Phelipe Carvalho Castro; MOREIRA, Rafael; ALMEIDA, Ronald De. *Centro histórico de São Luís Maranhão*. São Paulo: Audichromo, 1998.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. *Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada*. 2006. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. *São Luís - reabilitação do Centro Histórico - Patrimônio da Humanidade*. São Luís: Iphan, 2012.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: EDUSP, 1993.

AUGEL, Johannes. Sustentabilidad de la revitalización: el casco antiguo de Salvador/bahía, Brasil. *Centro de Investigación de Sociología del Desarrollo Universidad de Bielefeld*, 1998. Disponível em: <<http://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/42306>>. Acesso em: 2 ago. 2015.

BARBOSA, Érica Garreto Ramos; SANTO, José Marcelo do Espírito; TRINTA, Patricia. *Leitura Urbana São Luís: Diagnóstico Revisão da lei Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo*. Instituto da Cidade ed. São Luís: [s.n.], 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições 70, 1979.

BARROS, Valdenira. *Imagens do Moderno em São Luís*. São Luís: UNIGRAF, 2001.

BERELSON, Bernard. *Content analysis in communication research*. New York: Hafner, 1984.

BOMFIM, Juarez Duarte. *O centro histórico da cidade do Salvador: Sua integração sócio urbana*. Feira de Santana: UEFS, 2010.

BURNETT, Frederico Lago. Da cidade unitária à metrópole fragmentada, crítica à constituição da São Luís moderna. In: IX SEMINÁRIO DE HISTORIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 2006.

BURNETT, Frederico Lago. *Urbanização e desenvolvimento sustentável*. São Luís: UEMA, 2008.

BURNETT, Frederico Lago. *São Luís por um triz: Escritos urbanos e regionais*. São Luís: UEMA, 2012.

BURREL, Gilbson; MORGAN, Gareth. *Sociological Paradigms and Organizational*. London: Heinemann Educational Books, 1979.

CANECA, Frei. *Ensaio político*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1976.

CANTANHEDE, Palmério de Carvalho. *Saneamento das cidades e sua aplicação à Capital do Maranhão: relatório apresentado ao Governo do Estado*. São Luís: Typ, 1902.

CAPEL, Horacio. La definición de lo urbano. *Scripta Vetera. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidade de Barcelona, n. 138-139, p. 265–301, 1975. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sv-33.htm>> Acesso em: 17 de jun. 2014.

CAPEL, Horacio. Continuar y superar a Milton Santos. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. VI, n. 124, 2002a. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124i.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades: Sociedad, cultura y paisaje urbano*. España: Ediciones del Serbal, 2002b. v. I.

CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades: Aedes Facere: técnicas, culturas y clase social en la construcción de edificios*. Barcelona: Serbal, 2005. v. II.

CAPEL, Horacio. La fuerza de los ideales. Creación de estados liberales, constituciones políticas y transformación democrática. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XVI, n. 418(4), 2012. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418->

4.htm>. Acesso em: 16 set. 2013.

CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades: Agentes urbanos y mercado inmobiliario*. Barcelona: Serbal, 2013. v. III.

CAPEL, Horacio. *El patrimonio: la construcción del pasado y del futuro*. Barcelona: Serbal, 2014.

CAPEL, Horacio. Continuar y superar a Milton Santos. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. VI, n. 124, 2002a. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124i.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

CAPEL, Horacio. *El patrimonio: la construcción del pasado y del futuro*. Barcelona: Serbal, 2014.

CARDOSO, Paula Paoliello. *A reabilitação de edifícios para uso residencial multifamiliar no centro histórico de São Luís/MA*. 2012. 149 f. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Repensando a geografia urbana. São Paulo, v. 6, p. 119–122, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino De. *Geografias de São Paulo: Representação e crise da metrópole*. [S.l.]: Editora Contexto, 2004.

CARTA del ICOMOS Australia para Sitios con Significación Cultural. *Carta de Burra*. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/charters/burra1999_spa.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.

CARTA de Veneza - 1964. Disponível em: <http://ipce.mcu.es/pdfs/1964_Carta_Venecia.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.

CARTER, Harold. *El Estudio de la geografía urbana*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1974.

CARVALHO, Heitor Ferreira De. *Urbanização em São Luís: entre o institucional e o repressivo*. 2005. 177 f. UFMA, São Luís, 2005.

CASTRO, Lúcia. *Que ilha bela! São Luís, o tempo reconstrói a tua história (1612-2012)*. São Luís: 360º Gráfica e Editora, 2013.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís. , Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. relatório técnico, nº 454-T-57. São Luís: Ministério da Cultura - MinC, 2005.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. *Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX*. São Luís: EDUFMA, 2006.

CUETOS, M.^a Pilar García. *El patrimonio cultural: Conceptos básicos*. 1. ed. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2012.

CUNHA, Gaundêncio Rodrigues. *Maranhão 1908*. Rio de Janeiro: Andrade Gutierrez, 1992.

D'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte: Itatiaia & São Paulo: Edusp, 1975.

DEIRÓ, Pedro Eunápio da Silva. *Fragmentos de estudos da história da assembléia constituinte do Brasil*. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2006.

DOURADO, José Ribamar; BOCLIN, Roberto Guimarães. *A indústria do Maranhão: um novo ciclo*. Brasília: IEL, 2008. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2012/07/06/120/20121101181107766750e.pdf#page=1&zoom=auto,632,801>. Acesso em: 9 set. 2013.

DOSSIÊ original. Proposta de inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. São Luís: Governo do Maranhão, 1996, v. I.

ESPÍRITO SANTO. *Uma Leitura da cidade*. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, Henrique Costa. *Administrações maranhenses: 1822-1929*. 2. ed. São Luís: Instituto Geia, 2003.

FIGUEIREDO, Tayana do Nascimento Santana Campos. *Expressões e desafios do restauro arquitetônico em edificações da arquitetura luso-brasileira no Centro Antigo da cidade de São Luís (MA/Brasil)*. 2012. 251 f. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Paulo, São Paulo, 2012.

FILHO, Olavo Pereira da Silva. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. Brasília: Fontana. Efecê, 1986.

FILHO, Olavo Pereira da Silva. *Varandas de São Luís: Gradis e Azulejos*. bilíngue ed. Brasília: IPHAN, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ - IPHAN, 2005.

FREITAG, Barbara. *Teorias da cidade*. Campinas: Papyrus Editora, 2006.

GOFF, Jacques Le. *História e memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003. Disponível em: <<http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e>

Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBARZ, Joan Vilagrasa. El estudio de la morfología urbana: una aproximación. *Geo crítica*, v. Ano XVI, n. 92, 1991. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/geo92.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

JOHNSON, James H. *Geografía urbana*. Barcelona: Oikos-tau, 1974.

LACAZE, Jean Paul. *O ordenamento do território*. Flammarion - Francia: Instituto Piaget, 1995.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. São Luís: EDUFMA, 2000.

LEAL, Aurelino. *Historia Constitucional Do Brazil*. Brasília: Senado Federal: Fac-Similar, 2002.

LEFEBVRE, Henri. *Espacio y Política: El derecho a la ciudad. II*. Barcelona: península, 1972.

LEFEBVRE, Henri. *Le retour de la dialectique: 12 mots clefs pour le monde moderne*. Paris: Messidor/Éditions sociales, 1986.

LEFEBRVE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LIMA, Carlos Orlando Rodrigues De. *História do Maranhão*. Brasília: do autor, 1981.

LOPES DA CUNHA, Raimundo. *Uma região tropical*. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970. v. 2.

MARANHÃO. *Código de Posturas do Município de São Luís*. Diário Oficial. São Luís: [s.n.], 4 dez. 1936.

MARANHÃO. *Coleção de Leis e Resoluções da Província do Maranhão*. São Luís: Tipografia José Matias, 1865.

MARANHÃO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil Dr. Paulo Martins de Souza Ramos - Interventor Federal no Estado do Maranhão*. São Luís: Imprensa Oficial, 1942.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico e geográfico da Província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

MARQUES, Gustavo Martins. *Uma estratégia de desenvolvimento para São Luís - MA/Brasil*. 1996. Oxford Brookes University, Grã-Bretanha, 1996.

MARTINS, José Reinaldo Castro. *Passado e modernidade no Maranhão pelas lentes de Gaudêncio Cunha*. 2008. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

- MEIRELES, Mário M. *Dez Estudos Históricos*. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 1994.
- MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.
- MELO, Magnolia Sousa Bandeira De. *Índice toponímico do centro Histórico de São Luís*. São Luís: UFMA, 1990.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro De. *Aula de Comércio*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982.
- MERRIAM, Sharan B. *Qualitative research and case study applications in education*. São Francisco (CA): Jossey-Bass, 1998. Disponível em: <http://stu.westga.edu/~bthibau1/MEDT%208484-%20Baylen/introduction_to_qualitative_research/introduction_to_qualitative_research.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Capítulo I. Ciência, Técnica e arte: O desafio da pesquisa social. *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 7–29. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>.
- MONBEIG, Pierre. Texto clássico: O estudo geográfico das cidades. *Reprodução do original*, v. 1, n. 2, p. 277–314, 2004.
- MONTELLO, Josué de Sousa. *Os tambores de São Luís*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965.
- MURATORI, Saverio *et al.* *Studi per una operante storia urbana di Roma*. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche, 1963.
- NETO, Américo Azevedo; et al. *Reviver*. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1994.
- NUNES, Karla Cristina. *Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís*. Fundação Municipal de Patrimônio Histórico ed. São Luís: Prefeitura de São Luís: compromisso e ação, 2006.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens Urbanas*. SENAC ed. São Paulo: [s.n.], 1996.
- PEÑALBA, JOSUÉ LLULL. Evolución del concepto y de la significación social del patrimonio cultural. *Arte, Individuo y Sociedad*, v. 17, 2005.
- PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo: programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo*, v. 2, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. *Rua grande: um passeio no tempo*. São Paulo: Pancrom, 1992.

RAMOS, Maria Helena Rauta; SÁ, Maria Elvira R. De. *Avaliação da política de habitação popular segundo critérios de eficácia societal*. In: *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

REIS, Flávio Antonio Moura. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão: (1850-1930)*. São Paulo: UNICAMP, 1992.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. *Formação do espaço urbano de São Luís*. 2º. ed. São Luís: FUNC, 2001.

RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1990.

RÚBIES, Isabel Pujadas; VILLANUEVA, Cristina López. Hogares y cambios residenciales: la diferenciación espacial de los hogares en la región metropolitana de Barcelona 1986-2001. *Cuadernos geográficos de la Universidad de Granada*, n. 36, 2005. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2124424>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

SANTANA, Pedro Neiva De. *Relatório apresentado pelo Dr. Pedro Neiva de Santana a Paulo Martins de Souza Ramos*. São Luís: [s.n.], 1942.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. *Metamorfose Citadinas: Constituição do urbano, disputas territoriais e segregação sócio-espacial em São Luís/Maranhão/Brasil*. 2003. 254 f. UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. O Papel Ativo da Geografia: Um Manifesto. *Revista Território*, v. V, n. 9, p. 103–109, 2000.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Urbana*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SÃO LUÍS, Senado da Câmara. *Código de posturas de 1866, 1882, 1891*. Disponível na Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria Estadual de Cultura do Maranhão: transcrição paleográfica do livro de postura: Original, [S.d.].

SEGAWA, Hugo M. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 1996.

SELBACH, Jeferson Francisco. *Código de Posturas de São Luís/MA*. São Luís: EDUFMA, 2010.

SERRA, Geraldo. *Urbanização e centralismo autoritário*. São Paulo: USP, 1991.

SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezande. *Cidades históricas inventário e pesquisa*.

Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

PALHANO SILVA, Raimundo Nonato. *A produção da coisa pública: serviços públicos e cidadania na primeira República : a república ludovicense*. São Luís: IPES, 1988.

SIMÕES, João Miguel dos Santos; ANDRADE, Rodrigo Melo Franco De. *Azulejaria portuguesa no Brasil: 1500-1822*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife)*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.

SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição. Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. Brasília e São Paulo: Brasiliense, 1990.

TELLES, Augusto C. da Silva. Francisco de Frias da Mesquita: Engenheiro-mor do Brasil. *Revista Da Cultura*, v. 5, n. 9, 2005. Disponível em: <http://www.funceb.org.br/images/revista/18_7q5t.pdf>.

TRUYOL, Francesca Tugores; FERRER, Rosa Planas. *Introducción al patrimonio cultural*. España: Trea, S.L., 2006.

VIANA LOPES, José Antonio. *São Luís ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem*. Sevilha: bilingüe, 2008. Disponível em: <http://www.juntadeandalucia.es/fomentoyvivienda/estaticas/sites/consejeria/areas/arquitectura/fomento/guias_arquitectura/adjuntos_ga/Guia_Sao_Luis_e.pdf>.

VIANA LOPES, José Antonio. *São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial: Antonio Lopes da Cunha e a preservação do patrimônio cultural ludovicense*. São Luís: Aquarela, 2013.

REFERENCIAL LEGISLATIVO

Leis Federais

Brasil Lei nº 601, de setembro de 1850

Brasil. Lei nº 1.237, de setembro de 1864.

Brasil. Lei nº 25, de novembro de 1937.

Brasil. Lei Rounet nº 8.313, de dezembro de 1991.

Brasil. Lei nº 3.551, de agosto de 2000.

Diário Oficial da União de 06 de agosto de 1938

Leis estaduais e municipais de São Luís

Lei Estadual do Maranhão nº 775, de julho de 1866

Decreto municipal de São Luís nº 11.013, de dezembro de 1988

Decreto-lei nº 25, de novembro de 1937

Decreto municipal de São Luís nº 330, de junho de 1938

Lei municipal de São Luís nº 2.527, de junho de 1981

Decreto Estadual nº 11.591 de outubro de 1990

Lei Orgânica do Município de São Luís, a lei 3.253, de dezembro de 1992

Lei municipal de São Luís nº 4.669, de outubro de 2006

Planos Diretores de São Luís 1974, 1977, 1992, 2006

JORNAIS

Diário do Norte. São Luís, 16 de abril de 1937

O Imparcial. São Luís, 26 de fevereiro de 1937

_____. São Luís, 08 de abril de 1938

_____. São Luís, 23 de março de 1966

_____. São Luís, de 3 de novembro de 2002

O Estado do Maranhão. São Luís, 06 de outubro de 1982

_____. São Luís, 04 de dezembro de 1997

_____. São Luís, 07 de dezembro de 1997

_____. São Luís, 13 de dezembro de 1997

_____. São Luís, 14 de dezembro de 1997

_____. São Luís, 19 de dezembro de 1997

FONTES DE INTERNET

- http://www.icomos.org/charters/burra1999_spa.pdf
- <http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/08/constituicaoma.pdf>
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm
- <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/62.pdf>
- <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=326225>
- <http://www.geocritica.com>
- http://www.international.icomos.org/charters/burra1999_spa.pdf
- <http://www.ibge.gov.br/home/>
- <http://www.ilam.org/index.php/es/ilam-patrimoniolac/diversos-patrimonios>
- <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4kfza2FIUK0J:www.oimparcialonline.com.br/noticias.php%3Fid%3D23596+S%C3%A3o+Lu%C3%ADs+inc%C3%AAdio+no+bairro+goiabal&cd=3&hl=es&ct=clnk&gl=br>
- http://www2.saoluis.ma.gov.br/politicaurbana/download/leis/vigente/PLANO_DIRETOR_VIGENTE.pdf
- <http://www.tramz.com/br/sl/sl.html>
- <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=245>
- <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=645C0E2961896535751E004F6AE33C14?id=647>
- <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm
- <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/42/427>
- <http://es.scribd.com/doc/104430515/1-a-cidade-de-sao-luis-ma-e-a-conservacao-de-seu-centro-historico#scribd>
- http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sede/index.php?page=noticia_extend&loc=ccoef&id=129
- <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/taa/index.php?page=historico>

ANEXOS



ANEXO 1: Prefácio do arquiteto Ronald de Almeida Silva.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
PREFÁCIO

O presente trabalho de compilação e distribuição dos documentos relacionados à UNESCO, é uma colaboração da USIMAR aos permanentes esforços da Governadora ROSEANA SARNEY em defesa da preservação e valorização do Patrimônio Cultural maranhense e ao Dr. Eliézer Moreira Filho, Secretário de Estado da Cultura, a quem cabe uma extraordinária e desafiante missão.

Com a compilação do presente dossiê objetivamos contribuir para a formação de um consenso operacional e conceitual em relação aos futuros e especiais trabalhos de elaboração, detalhamento e complementação da Proposta Preliminar entregue pela Governadora Roseana Sarney ao Diretor-Geral da UNESCO, Sr. Frederico Mayor, em Paris, no dia 28 de maio de 1996, para inclusão do Centro Histórico de São Luís (Zona Tombada Federal) na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Esse dossiê é também uma colaboração à equipe executora do documento oficial em questão, elaborado sob a coordenação do Eng. Luiz Phelipe Andrès, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SECMA.

Procuramos, assim, atender à conclamação feita pelo Dr. Eliézer Moreira Filho, Secretário de Estado da Cultura, por uma mobilização coletiva permanente da comunidade ludovicense em torno das questões culturais e, em especial, pela preservação do Patrimônio Histórico maranhense, ação esta que a SECMA vem empreendendo com grande convicção e competência, apesar das extraordinárias contingências e adversidades financeiras.

Como sugestão, recomendamos adotar-se um curso de articulação permanente com o IPHAN, através da sua 3ª CR, em São Luís, o que julgamos essencial para o bom andamento da fase de complementação e detalhamento da Proposta Preliminar encaminhada à UNESCO e para o alcance dos objetivos finais. A intrínseca competência federal e a renomada experiência das equipes do IPHAN são fatores essenciais ao sucesso dessa empreitada coletiva de interesse nacional.

Finalmente, esperamos que o almejado título de reconhecimento da UNESCO, de valor universal, possa ser concedido ao magnífico patrimônio do Centro Histórico de São Luís, acervo que o povo maranhense espera legar às futuras gerações, como testemunho inequívoco de um processo cultural, social e econômico ímpar na História do Brasil e de Portugal, e por que não dizer, de todos países de língua e tradição portuguesas no mundo.

*Ronald de Almeida Silva, arquiteto
São Luís, novembro 1996*

ANEXO 2: Carta da Governadora Roseana Sarney solicitando a inscrição do Centro Histórico de São Luís na lista da UNESCO.



ESTADO DO MARANHÃO

OFÍCIO Nº 125/96 - GG

São Luís, 23 de maio de 1996

REF: SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO, BRASIL, NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO.

Senhor Diretor-Geral

Dentre os núcleos históricos brasileiros de excepcional valor cultural e ambiental, destaca-se o Centro Histórico de São Luís, capital do Estado do Maranhão, por sua expressiva dimensão arquitetônica, cuja gênese tem origens nas melhores tradições urbanísticas portuguesas dos séculos XVII e XVIII.

No Centro Histórico de São Luís se encontram mais de 3.500 edificações de relevante interesse histórico-arquitetônico, inseridas numa área urbana com notável patrimônio ambiental, totalizando mais de 250 hectares listados como Patrimônio Cultural Estadual e Nacional.

Essa extraordinária paisagem urbana foi palco de importantes passagens na História do Brasil, marcadamente pelo embates sociais do Brasil Colônia, quando aqui viviam a elite branca portuguesa miscigenada às raças e culturas negras e indígenas.

São Luís, enquanto marco de ocupação política territorial, foi a única cidade brasileira fundada, em 1612, pelos franceses súditos de Maria de Médicis e Luís XIII. Vencidos estes, após efêmera ocupação, cederam o passo da história aos portugueses que edificaram a jóia urbana reconhecida, por viajantes franceses no primeiro quartel do século XIX, como *"la petite ville aux palais de porcelaine"*.

Após o surto de desenvolvimento econômico do século XIX, São Luís passou a receber, pós-1950, os fortes impactos das migrações internas e das aceleradas mudanças sócio-econômicas que o país experimentou nas últimas quatro décadas. Já em 1955 o governo federal, reconhecendo o avanço e o potencial dessas ameaças à preservação do Centro Histórico de São Luís, promoveu o tombamento de grande parte da área central da cidade, com identidade arquitetônica e urbanística mais expressiva, configurando um perímetro que caracteriza um tecido urbano de excepcional unidade social e cultural.

AO EXMO. SR.

DR. FREDERICO MAYOR

DIRETOR-GERAL DA UNESCO

Paris - França



ESTADO DO MARANHÃO

Atualmente, este núcleo histórico é o hipercentro institucional, econômico e social da capital do Maranhão, a qual se situa numa região metropolitana com um milhão de habitantes, na ilha de São Luís. Esta configuração nos dá a dimensão do complexo desafio que enfrentam as autoridades públicas e as comunidades locais para preservação do Centro Histórico de São Luís.

Para enfrentar esses desafios permanentes, o Governo do Maranhão promoveu, nos últimos 20 anos, várias e importantes iniciativas para preservação do Centro Histórico de São Luís. Nesse período o governo estadual adotou medidas legais efetivas, mediante ampliação do perímetro urbano de tombamento e de proteção de bens culturais isolados. Além disso, além de promover eventos de interesse nacional, realizou e vem realizando significativas intervenções físicas e infra-estruturais, obras viárias e de restauração, envolvendo mais de 200 edificações (algumas utilizadas como escolas e centros de treinamento) e monumentos e dezenas de logradouros públicos, investindo para isso recursos do Tesouro Estadual na ordem de US\$ 100 milhões para revitalização cultural e econômica desse núcleo urbano.

Esse trabalho, ao lado do realizado em Salvador, é hoje reconhecido por especialistas como um dos paradigmas do processo cultural de preservação de núcleos e sítios históricos, ombreando-se com aqueles realizados no Chiado, em Lisboa.

Esses esforços tem sido amplamente reconhecidos pela população maranhense e de outros estados brasileiros, além de visitantes de outros países, cujo testemunho, seja em congressos e eventos especializados ou através da imprensa nacional e internacional, tem demonstrado o acerto da política estadual de preservação e revitalização dos centros históricos maranhenses.

No entanto, defronta-se doravante o poder público brasileiro nos três níveis de governo e, particularmente, o Governo do Estado do Maranhão, com o complexo e dispendioso desafio de preservar esse valioso patrimônio cultural urbano, sem dispor de recursos financeiros governamentais suficientes e sem a possibilidade de carrear recursos privados locais para essa finalidade. Como uma das principais alternativas, o governo estadual está pleiteando financiamentos a instituições internacionais, dentre os quais destaca-se o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, visando dar continuidade aos trabalhos descritos e garantir a consolidação desse processo de revitalização cultural e sócio-econômica.

Objetiva-se, com isso, criar melhores condições de vida para a população residente e para os trabalhadores no Centro Histórico de São, através da recuperação e restauração de novos setores desse núcleo urbano e do conseqüente aumento do fluxo de turismo cultural seletivo e **das atividades artísticas e educacionais na área tombada.**

Senhor Diretor-Geral,

O meu governo vê como de excepcional importância a inserção de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial. Essa inserção será o instrumento simbólico maior para perenização da estratégia de preservação e revitalização desse magnífico exemplar do urbanismo colonial português, ímpar no mundo, enquanto **cidade-capital**, verdadeira maquete em escala 1:1, plena de atividades culturais, sociais, comerciais e institucionais, um modelo vivo e vibrante do *modus vivendi* e *ambiente* de séculos passados, no limiar do século XXI.



ESTADO DO MARANHÃO

A eventual inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO servirá como um grande manto protetor de reconhecimento universal, que virá coroar e perenizar o expressivo trabalho de preservação que os brasileiros no Maranhão vem realizando em defesa do patrimônio cultural do Brasil e, por extensão, da América Latina.

Venho, portanto, em nome do povo do Maranhão e do Brasil, solicitar a Vossa Excelência a sua distinta atenção para o pleito que ora apresentamos, em caráter de excepcionalidade, face à exiguidade de prazo..

Informo-lhe que já estou adotando as medidas de praxe necessárias ao fiel cumprimento do rito processual regular de tramitação desse pleito, junto ao Governo Federal e à representação da UNESCO no Brasil, meios pelos quais ampliaremos o nível de abordagem e detalhamento do dossiê sobre São Luís.

Contando com a sempre distinguida cordialidade de Vossa Excelência, renovo minhas expectativas de uma solução favorável ao Centro Histórico de São Luís e reitero protestos de elevada consideração e apreço.

ROSEANA SARNEY

Governadora do Estado do Maranhão

ANEXO 3: Avaliação do ICOMOS, transmitido ao Comité do Património Mundial no processo de nomeação.

WORLD HERITAGE LIST

São Luis do Maranhão (Brazil)

No 821

Identification

<i>Nomination</i>	The Historic Centre of São Luis
<i>Location</i>	State of Maranhão, North-East Region
<i>State Party</i>	Brazil
<i>Date</i>	16 July 1996

Justification by State Party

São Luis was founded by the French, having already been visited by the Spanish, looking for a possible route to Eldorado, and was conquered and ravaged by the Dutch before being finally colonized by the Portuguese, consolidating their hold over the whole territory of Brazil. The town's future, and that of its people, sprang from these beginnings, to play an active role in the life of the colonial state of Maranhão, with its direct commercial and administrative links with Lisbon.

São Luis was the port for handling the exports of the entire northern region, a major producer of textiles, until the mid 20th century, giving the town a significant role in the national culture, represented by the work of its poets, writers, and politicians and in material terms by its urban fabric of open spaces and dwellings.

It was the setting for the struggle to assert national identity and evolved its own architectural style from that of Portugal. The Maranhão house is distinct from the rest of colonial architecture in Brazil both by the opulence of the materials used and by its adaptation to the natural environment. The unique nature of this form of construction results from the elegant coloured tiles (*azulejos*) used both for heat insulation and for decoration and from the relationships between living and open spaces, underlined by the use of decorative stone, mouldings, cornices, fountains, and corridors. The interiors are distinguished by their balconies protected, by grilles, the thickness of the walls, and the varied ceilings.

São Luis grew in accordance with the plan laid out by the engineer Francisco Farias de Mesquita in 1615. It diverged in places from the classical schema in order

to conform with topographical exigencies, but the overall result was to the benefit of the whole without prejudice to its ensemble of facades, roofs, and gardens. This, the largest colonial urban and architectural ensemble in Latin America, with over four thousand buildings representative of its whole history, is unquestionably one of the most successful examples of the way of life in 18th and 19th century Brazil.

Paradoxically, this huge cultural heritage has been preserved to the present day as a result of the economic crisis that overcame Maranhão from the 1920s to the 1970s. Throughout that period there were no public or private funds available for what is known as "urban renovation," in which old architectural groups are replaced by modern structures, such as the tower blocks of over ten storeys to be found in other Brazilian towns.

Today substantial capital investment has resulted in significant socio-economic changes in Maranhão. The establishment of production and exportation facilities or aluminium, the creation of the Port of Itaqui as the export terminal for the iron ore from the Carajás region, farming activities in the Central-Southern part of the State, and the new aerospace centre at Alcântara, are the principal economic factors in the refashioning of the socio-cultural profile of Maranhão and its capital.

The main administrative, financial, and commercial functions of the capital come together in the Historic Centre. It is the epicentre of a metropolitan region that now has over one million inhabitants. This provides a rare opportunity for the protection and preservation of its precious cultural heritage. The State Government has made considerable efforts to find viable solutions. Over the past twenty years dozens of city blocks, more than two hundred buildings of historic interest, and two large 19th century industrial buildings have been adapted for modern use. Other legislative and institutional measures are currently being applied in order to improve and protect the heritage. However, because of the continued expansion of the city and the large areas that are still in a precarious condition, the State Government and the Municipality of São Luis are obliged to carry out works unceasingly in order to guarantee the continuity of the preservation programmes that are already under way. Contacts are currently being made with national and international bodies in order to ensure that the necessary financial resources are available.

At the present time the economy of the planet is in course of being reorganized and internationalized, resulting in the dismantling of old frontiers. The inscription of São Luis on the World Heritage List would constitute an important element in the recognition by the international community, represented by UNESCO, of its cultural value as living testimony to the history of the occupation of South America.

[Note The State Party does not make any proposals in the nomination dossier concerning the criteria

under which it considers the property should be inscribed on the World Heritage List.]

Category of property

In terms of the categories of cultural property set out in Article 1 of the 1972 World Heritage Convention, this is a *group of buildings*.

History and Description

History

In 1612 two Lieutenants of Louis XIII of France, in the service of Marie de Médicis, were instructed to set up a colony in this region, as part of the policy of creating an "Equinoctial France" in Brazil. Daniel de la Touche, Seigneur de La Ravardière, and his associate François de Razily, Seigneur de Razily et Aunelles, built a fort on the site of the abandoned Capitania de Maranhão on the island of Trindade, known to the Tupinambás Indians as Upaon-açu. Historians assert that there had been a Portuguese and Spanish village, known as Nossa Senhora de Nazaré, since 1531. The new fort was named Fort Saint-Louis in honour of the French king.

The French were well received by the 27 tribes living on the island, but they were there for only two years. The Portuguese Jerônimo de Albuquerque drove them out in 1615 after the battle of Guaxenduba. However, less than three decades later Maranhão again attracted a European colonial power. Emissaries of Maurice of Nassau, from The Netherlands, took possession of the town in 1641 and held it until 1643, when the native spirit re-asserted itself. A resistance movement was organized by a local leader, Muniz Barreto; he was killed during the struggle against the Dutch invaders, but his successor, Teixeira de Melo, held the town until the Portuguese returned.

As early as 1615, when the French had been driven out, the Chief Engineer of the State of Brazil, Francisco Frias de Mesquita, visited São Luis to draw up plans for new defences of the liberated town. In addition, he prepared an urban plan, and this was used as the guide to its expansion and development. It was based on geometric regularity (perhaps the first of its type in Brazil), in contrast to the medieval layout of narrow winding streets applied by the Portuguese in Rio de Janeiro, Recife, and Olinda. It was to serve as the basis for the expansion of what was from the early 17th century the capital of Maranhão up to the end of the 19th century.

By the end of the 17th century São Luis had a population of some ten thousand, a figure that had risen to seventeen thousand a century later. The economy of the town underwent profound changes during this period, owing to a number of measures taken by the Marquês de Pombal, Prime Minister of King José I. The most important of these were the introduction of trade in black slaves and the creation in 1755 of the Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e do Maranhão. São Luis and Alcântara,

the main shipping ports for the region, were integrated into the world trading system, exporting rice, cotton, and other regional products. The wealth that ensued led to a cultural flowering in both towns.

As São Luis developed in the 18th and 19th centuries the early houses in pisé and straw were replaced by solid structures in mortared stone and finished with lime, fish oil, wood, and marble brought from Portugal. Features adapted to a humid tropical climate were introduced, such as wooden verandas. The use of *azulejos* for cladding the exteriors became one of the most characteristic features of the architecture of São Luis.

It was the first town in this region of Brazil to install a tramway system, to set up a water and electricity company, to light its streets with gas, and to have a telephone system. Its prosperity was enhanced by the establishment of a number of textile companies, which have left their mark in the form of imposing industrial buildings.

However, the 20th century saw a long period of economic stagnation. All expansion came to an end in the 1920s and the town of that period was effectively what is now identified as the Historic Centre of São Luis. This was in fact a major factor in allowing the town to retain its historic framework and features.

Description

The Historic Centre of São Luis do Maranhão, nominated for the World Heritage List, consists of the original core of the town, dating from the late 17th century, and the inner areas of urban expansion from the 18th, 19th, and early 20th centuries. It covers 200ha and is situated at the end of the promontory formed by the confluence of the Bacanga and Anil rivers.

The buildings of the town are disposed on the rectangular grid of streets laid out in the 17th century. The private houses are built round courtyards, and the most outstanding examples have tiled roofs, facades faced with Portuguese *azulejos* or painted, ornamented cornices, tall narrow window bays with decorated surrounds, and balconies with forged or cast iron railings. The floors are of dressed stone. Features relating to the tropical climate in which they were built include raised piers and shuttered verandas on the inside.

There are some four thousand buildings within the Historic Centre. They may be classified into three categories.

The sumptuous *manor houses* were built by the rich middle classes in the 18th century. Common features include dressed stone door and window openings, some embellished with classical decorative elements, triangular pediments, curved balconies, marble facades, and wrought-iron grilles. Inside there are vestibules with marble or river-pebble floors. A main staircase provides access to the upper storeys in which the family lived, the ground floor being reserved for housing coaches and services.

The *multi-storey houses*, sometimes up to four storeys in height, are mostly faced with marble. Balconies

run right across the facades, in front of the windows. They have elegant wrought- or cast-iron balustrades.

The third group, that of *small houses*, is sub-divided into "full dwellings", with a central doorway and a window on either side; "half dwellings," with a doorway at one end and two windows side-by-side; and simple "door and window" dwellings. They are either single- or two-storeyed. Despite their modest form, many have facades decorated with *azulejos*.

In addition to the dwelling houses that make up the greater proportion of the town's stock of historic buildings, there is a number of public buildings from the 19th and early 20th centuries, which are largely in neo-classical style. These include the Palace of Lions, the seat of government of the State of Maranhão (on the site of the original Fort Louis), and the Arthur Azevedo Theatre.

The economic stagnation of the earlier part of the 20th century has resulted in the historic urban fabric having been preserved to a remarkable degree. Only two buildings in unexceptionable modern style disturb the overall view.

Management and Protection

Legal status

The Historic Centre of São Luis do Maranhão is designated as a National Monument under the provisions of Federal Law No 25 of 30 November 1937 on the Architectural and Landscape Heritage. It is also protected under State Law No 3999 of 5 December 1978. Both statutes require authorization of works likely to affect the townscape of São Luis adversely.

Management

Ownership of properties within the Historic Centre of São Luis do Maranhão is spread over national, state, municipal, and religious authorities and private owners.

Construction of bridges over the Anil and Bacanga rivers led to a move out of the historic centre, as a result of which a number of buildings deteriorated alarmingly. To counteract this, the municipal and State authorities introduced a series of measures. Designation as a National Monument in 1974 was a basic step.

In 1987-89 a programme for the preservation and revitalization of the Historic Centre was implemented, with an investment of the equivalent of US\$ 25 million. This has been followed by a series of other programmes with the same objectives.

The work is coordinated by the Coordenação Regional of the Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) of the Federal Ministry of Culture. This body consists of a multidisciplinary team (architects, engineers, historians, etc) with its own annual budget that is responsible for the protection, restoration, and revitalization of the Historic Centre (as designated under Federal legislation).

The corresponding body within the Maranhão State administration (DPHAP/MA) works alongside the Federal agency, concentrating on the area protected by State rather than Federal legislation.

Conservation and Authenticity

Conservation history

Until the late 1960s the only form of conservation resulted from the designation of some individual buildings as National Monuments. Positive action for the entire town was initiated with the creation of the Maranhão Cultural Foundation in 1971. A UNESCO expert made a proposal for the preservation of both São Luis and Alcântara in 1973, and this was followed by the establishment of various agencies and departments at State and municipal level and, in 1980, the Federal agency IPHAN. A ring road was built to divert traffic from the centre and buses were banned from it.

Between 1990 and 1994 the State Government funded three major projects forming part of the Programme for the Preservation and Vitalization of the Historic Centre of São Luis. These were the restoration of the Arthur Azevedo Theatre, built in 1816 and the second oldest in Brazil, which was in a ruinous state; the restoration and conversion into an educational centre of the impressive Fabrica do Rio Anil, the finest 19th century industrial building in the town; and a pilot project for the complete rehabilitation of an important building that was in ruins and its refitting as accommodation for ten families.

The Programme is currently working on the rehabilitation of the Desterro and Portinho quarters and the revitalization of port activities.

The Historic Centre, as nominated for inscription on the World Heritage List, consists of the compact core of the old town, under the management of IPHAN. There is an extensive buffer zone, comprising the area designated under State legislation and managed by DPHAP/MA. Some later port installations, gardens, and sports grounds on the west side (on the bank of the Bacanga river) are omitted from either zone, but development there is controlled by the municipal authorities.

In its report, the ICOMOS expert mission (see "Action by ICOMOS" below) commented very favourably on the comprehensive nature of the series of plans that have been and are being implemented by the agencies involved and on the manifest commitment of all concerned (including the local population) to the preservation and rehabilitation of the Historic Centre.

Authenticity

There is no statement regarding the authenticity of the nominated area in the dossier. The report of the ICOMOS expert mission (see "Action by ICOMOS" below) comments that the authenticity of materials and substance in buildings, street pattern and layout, and urban spaces is high, and is respected by official bodies and inhabitants alike.

So far as authenticity of design and form is concerned, there had been some unfortunate pastiche using modern *azulejos* as a result of misguided municipal directives in the 1970s, but this had now been brought to an end. The measures taken to ensure authenticity of use and function were commended.

The Historic Centre of São Luis do Maranhão is an outstanding example of a Portuguese colonial town that adapted successfully to the climatic conditions in equatorial South America and which has preserved its urban fabric, harmoniously integrated with its natural setting, to an exceptional degree.

Evaluation

Action by ICOMOS

An ICOMOS expert mission visited São Luis do Maranhão on 28 October-1 November 1996. ICOMOS also consulted its International Committee on Historic Towns and Villages and experts in this field in the ICOMOS National Committee for Argentina.

ICOMOS, September 1997

Qualities

The Historic Centre of São Luis do Maranhão is an outstanding example of a Portuguese colonial town of a type more commonly associated with Spanish colonial town planning. The integral pattern of streets and open spaces is preserved in its entirety. There is a high proportion of buildings of high individual quality, which acquire a more significant quality when treated as a townscape ensemble. The urban complex is also perfectly integrated with its setting at the junction of two rivers.

Comparative analysis

An ICOMOS comparative study of historic towns in the former Spanish and Portuguese colonies of Latin America is currently in progress. It is hoped that this will be completed by the time of the meeting of the World Heritage Committee in December 1997. However, there is a general consensus among experts consulted by ICOMOS that São Luis do Maranhão is likely to score highly in this comparative study.

ICOMOS recommendations for future action

Two important points emerged from the ICOMOS expert mission.

First, reservations were expressed about the quality of urban life that will ensue when the present admirable conservation, restoration, and rehabilitation programme is completed.

Secondly, eventual inscription on the World Heritage List is likely to result in a considerable increase in tourism to São Luis.

ICOMOS therefore draws the attention of the State Party to the need in future planning projects to pay special attention to the social regeneration of the historic centre, and also to the potential threats that mass tourism may present.

Recommendation

That, subject to a favourable evaluation in the forthcoming ICOMOS comparative study, this property be inscribed on the World Heritage List on the basis of *criteria iii, iv, and v*:

ANEXO 4: Fax do segundo secretário da delegação permanente do Brasil em Paris
Alessandro Candéas.

DELEGATION DU BRÉSIL AUPRES DE L'UNESCO

DE: Secretário Alessandro Candéas
FAX (331) 47.83.28.40

PARA: Exmo. Sr. Jorge Murad Jr.
Secretário de Estado do Planejamento
Governo do Estado do Maranhão
FAX: (195598) 221-3107 235 2932

3 páginas

Urgentes
Ao Sr. Luis Felipe Azeiteiro
X
23 08 96
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
ESTADO DO MARANHÃO

Paris, em 14 de agosto de 1996.

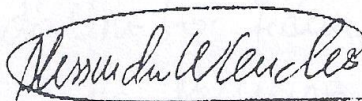
Senhor Secretário,

Em aditamento ao nosso contato telefônico, tenho a honra de transmitir, em anexo, cópia de fax encaminhado pelo Delegado Permanente do Brasil junto à UNESCO, Embaixador Fernando Pedreira, para a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado do Maranhão contendo informações preliminares sobre a tramitação da proposta de inclusão de São Luís do Maranhão na Lista do Patrimônio da Humanidade.

Creio que, de início, o mais importante é compor junto ao IPHAN e a Secretaria de Cultura do Governo do Maranhão uma equipe técnica composta por arquitetos, urbanistas, historiadores, e especialistas em arte para sustentar no plano técnico e histórico a candidatura brasileira junto ao ICOMOS. Os membros de tal equipe deveriam não só acompanhar a missão *in loco* daquela ONG em São Luís no início do próximo ano, mas também vir a Paris na reunião da « mesa » do Comitê do Patrimônio em junho de 1997 ou em outras oportunidades, sobre as quais comunicaremos ao Governo com a devida antecedência.

Ademais, penso que nossas gestões seriam facilitadas pela produção de brochura sobre São Luís.

permaneço aqui à sua inteira disposição para tudo o que for útil.



Alessandro Candéas
Segundo Secretário
Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO

ANEXO 5: Fax do Embaixador e Delegado Permanente do Brasil junto à UNESCO.

DELEGATION DU BRESIL AUPRES DE L'UNESCO
 DE: Embaixador Fernando Pedreira
 FAX (331) 47.83.28.40
 PARA: Exma. Sra. Roseana Sarney
 Governadora do Estado do Maranhão
 FAX: (195598) 227-3732

APECMA / De ordem: para conhecimento
 e providências que o caso exigir
 EM, 14.08.96
 Antonio de Oliveira
 ASSESSOR ESPECIAL
 Gab. Governadora

Paris, em 14 de agosto de 1996.

Senhora Governadora,

Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência informações preliminares sobre a tramitação da proposta de inclusão de São Luís do Maranhão na Lista do Patrimônio da Humanidade. O dossier encaminhado por Vossa Excelência a esta Delegação Permanente foi naturalmente aprovado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional), do Ministério da Cultura, e apresentado ao Centro do Patrimônio Mundial em junho último.

Aguardamos, porém, o envio de formulários contendo a lista indicativa de bens culturais suscetíveis de inclusão futura na Lista do Patrimônio Mundial. Tal lista, que está sendo elaborada pelo IPHAN, e que deverá ser encaminhada até 15 de setembro próximo, é um dos documentos exigidos pela UNESCO para a apresentação de novas propostas como a de São Luís.

A tramitação do assunto divide-se em três níveis, cada uma das quais correspondendo a uma instância específica. A primeira constitui a etapa de abordagem técnica do tema, sob a condução do ICOMOS, ONG cultural internacional. Após o estudo da proposta (setembro a novembro de 1996), essa instituição deverá enviar uma missão *in loco*, provavelmente em janeiro ou fevereiro de 1997.

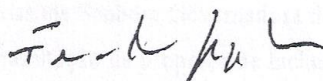
É fundamental que a parte brasileira estabeleça uma equipe técnica composta por arquitetos, urbanistas, historiadores, e especialistas em arte da Secretaria de Cultura do Governo do Maranhão e do IPHAN para sustentar no plano técnico e histórico a candidatura brasileira.

O segundo e o terceiro níveis são mais políticos, correspondem ao exame da matéria pela « mesa » e pelo Comitê do Patrimônio Mundial, respectivamente em junho e

dezembro de 1997. A Delegação Permanente e o Itamaraty farão as gestões apropriadas para que tal apreciação seja favorável.

Penso que nossas gestões seriam facilitadas pela produção, pela Secretaria de Cultura do Maranhão e pelo IPHAN, de versão simplificada do formulário de apresentação da proposta encaminhado ao Centro do Patrimônio, possivelmente em brochura de boa qualidade gráfica (fotos, texto em inglês, e, se possível, também em francês e espanhol). Isso constituiria um elemento importante para a divulgação do pleito brasileiro.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhora Governadora, os protestos de minha alta estima e consideração.



Fernando Pedreira
Embaixador
Delegado Permanente do Brasil junto UNESCO

ANEXO 6: Carta de resposta da delegação de Brasil ante a UNESCO por Elvira Cross Frías.



United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture

REF:

París
19 de julio de 1995

Distinguida Sra.

Asunto: Tombement de São Luis de Maranhão.

El Director de la División del Patrimonio Físico de la UNESCO me pidió dar respuesta a su carta del 12 del presente mes en la que solicita información sobre el procedimiento de inscripción de bienes en la lista del patrimonio mundial.

A este respecto encontrará a continuación algunas informaciones sobre las condiciones exigidas para que un bien cultural o natural figure en la citada lista.

El procedimiento de inscripción obedece a las directivas contenidas en la Convención sobre la protección del patrimonio mundial, cultural y natural (aprobada por la Conferencia General de la UNESCO el 16 de noviembre de 1972) y comporta cuatro etapas sucesivas, bien distintas:

Primera

La identificación del bien

El Estado parte a la Convención, prepara un inventario prospectivo de los bienes que desea ver figurar en la lista de los bienes del patrimonio mundial durante los próximos cinco o diez años. Ésta se conoce con el nombre de lista indicativa. Ésta es presentada al Director del WCO de la UNESCO, responsable de la Secretaría que secunda al Comité de la Convención, y cuyos miembros son nombrados por el Director General de la UNESCO.

Segunda

La proposición de inscripción

El Estado parte de la Convención, prepara en una de las lenguas de trabajo (inglés o francés) un expediente de

...
Sra. Profa
Maria de Fatima R.A. Wallin
Rua 24, Quadra 14 Casa No. 1
Parque Shalom
Olho d'Água 65.047- 400
São Luis- Ma.
Brasil

Adresses postales : place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP / 1, rue Miollis, 75732 Paris Cedex 15
Télex : 204461 Paris / 270602 Paris - Téléphone central : + (33.1) 45 68.10.00 - direct
Téléfax central : + (33.1) 45.67.16.90 - direct :

proposición de inscripción, de acuerdo con un formulario preestablecido por el Comité del Patrimonio Mundial¹. Sólo pueden presentarse para inscripción, los bienes culturales o naturales que figuran en la lista indicativa.

Tercera
Evaluación

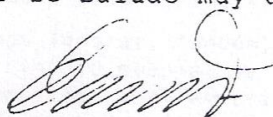
La Secretaría de la Convención, es decir el WHC recibe el expediente, lo examina a fin de determinar si todas las exigencias están cumplidas, lo registra y lo transmite al órgano consultivo competente para que proceda a su evaluación. Si se trata de un bien cultural la evaluación incumbe al Consejo Internacional de Monumentos y lugares de interés artístico e histórico (ICOMOS) y si es un bien natural, a la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza y sus recursos (IUCN).

Cuarta
Decisión

Antes de que el Comité del Patrimonio Mundial examine el expediente, la mesa del Comité lo estudia y se pronuncia. Luego, a la luz de las recomendaciones formuladas por el organismo consultivo y la mesa del Comité, éste se determina en favor o en contra de la inscripción.

El Servicio de la UNESCO encargado del asunto es el Centro del Patrimonio Mundial, conocido generalmente bajo la sigla inglesa: WHC y su Director es el Sr. Bernd von Droste, a quien estoy enviando copia de su carta y de mi respuesta para toda que le suministre toda información que juzgue pertinente.

Sin otro particular le saludo muy atentamente.



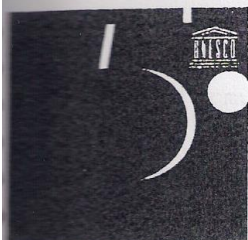
E.A. Cross Frías

CC:
WHC
Delegación de Brasil ante
la UNESCO

¹ El Comité del Patrimonio Mundial es un órgano intergubernamental creado conforme a la Convención, y sus miembros son elegidos por la Conferencia General de la UNESCO. Los miembros del comité se renuevan por mitad cada dos años.

ANEXO 7: Carta do arquitetura Herman Van Hoof para Maria de F. R. Araújo Wallin.

Organisation des Nations Unies
pour l'éducation, la science et la culture



cinquante ans

Sra. Maria de Fatima R.A. WALLIN
Consultora para Assuntos Sociais,
Científicos y Culturales
del Palacio de Gobierno
Rua 24, Quadra 14 casa n.1
Parque Shalom, Olho d'Água
65.047-400 Sao Luis - Ma
Brasil

Reference WHC/74/204/439

25 de septiembre de 1995

Estimada Sra. Wallin:

Hemos recibido copia de su carta enviada al Sector de Cultura de la UNESCO, solicitando información sobre el procedimiento de proposición de inscripción de un bien en la Lista del Patrimonio Mundial, en vista de una posible proposición de inscripción de *Sao Luis de Maranhao*.

Adicionalmente a la información que le fuera proporcionada por la Sra. Elvira Cross-Frias, quisiera indicarle que todas las gestiones relacionadas a la ejecución de la Convención del Patrimonio Mundial en Brasil son coordinadas por el IPHAN. El punto focal para el Patrimonio Mundial en el IPHAN es:

Sra. María Virginia Guedes
IPHAN
Assessora de Cooperacao Técnica Internacional
SBN - Quadra 02, Ed. Central Brasilia, 6o.
70.040 Brasilia D.F.
Fax (55 61) 226 4735
Tel (55 61) 321 4282 / 223 7181

Quisiera indicarle además que el sitio *Sao Luis de Maranhao* no figura en la lista indicativa de bienes sometida por el gobierno nacional de Brasil. Por lo tanto, antes de poder presentar la proposición de inscripción es necesario que su gobierno revise dicha lista indicativa.

En cuanto al procedimiento a seguir para proponer la inscripción de un sitio cultural en la Lista del Patrimonio Mundial, puede referirse a los párrafos del 7 al 22 de las "*Directrices para la ejecución de la Convención del Patrimonio Mundial*" (Orientations)

Votre correspondant

7, place de Fontenoy
75352 Paris 07 SP France
Tél + (33 1) 45 68 10 00
Fax + (33.1) 45 67 16 90

.../2

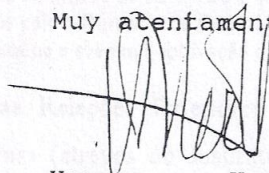
WHC/74/204/439
25-09-95

y al formulario de proposición de inscripción, ambos anexos a la presente carta. Como Ud. podrá notar, únicamente el gobierno nacional, en este caso representado por el IPHAN, puede presentar proposiciones de inscripción de sitios.

Efectivamente en la Convención del Patrimonio Mundial está prevista la posibilidad de asistir los Estados Partes en la preparación de expedientes de proposición de inscripción. Al igual que en el caso mencionado arriba, una solicitud de esa naturaleza puede ser presentada únicamente por el IPHAN, y por un monto máximo de US\$15,000. Para su conveniencia, le adjunto el formulario correspondiente.

Espero que esta información y las explicaciones de las Directrices le sean de utilidad.

Muy atentamente,



Herman van Hooff
Especialista del Programa
Centro del Patrimonio Mundial

ANEXO 8: Solicitudes do arquiteto Julio Angel Morosi

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES			
Tipo FAX	Pág. 1	Anexos	Destinatário Ilustríssimo Senhor Luís Felipe Andrés Coordenador do Patrimônio Cultural do Estado do Maranhão
Caráter OSTENSIVO	Prioridade URGENTÍSSIMO		(FAX : (098) 235 45 30)
Distribuição DAMC/			
Índice UNESCO.Patrimônio Mundial.São Luís do Maranhão.Avaliação técnica.		Classificação PEMU UNESCO	
		OF. Nº GOVESTA-00451	07/10/96 17:04:02

Em aditamento aos entendimentos mantidos sobre o assunto, levo ao conhecimento de Vossa Senhoria que o arquiteto Julio Angel Morosi deverá chegar a essa Capital no próximo dia 28 de outubro, às 22:35 horas, pelo voo VP 280, procedente do Rio de Janeiro.

2. Por intermédio da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, apresentou pedido de entrevistas com um representante de cada um dos seguintes órgãos : (1) 3ª Coordenadoria Regional do IPHAN; (2) Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão (DPHAP/MA/SECMA); (3) Departamento de Projetos Especiais da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão (DPE/MA/SECMA); (4) Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão (SEPLAN/MA); (5) Fundação Cultural do Maranhão, ligada à Prefeitura de São Luís (FCM/PMSL); (6) Departamento responsável pelo planejamento urbano dentro da Prefeitura Municipal de São Luís (para conversar, em especial, sobre o Plano Diretor da cidade e as normas aplicadas às zonas ZT1, ZT2 e áreas adjacentes); (7) Associações comunitárias eventualmente interessadas no assunto.

3. Solicitou, ademais, o Senhor Morosi : (a) que as entrevistas em apreço sejam organizadas de forma que lhe permita dispor de, pelo menos, meio dia livre, (b) que não sejam marcadas mais de quatro entrevistas por dia (não mais de duas na parte da manhã e duas à tarde) e (c) que uma cópia completa do dossier apresentado à UNESCO seja colocada à sua disposição, para consulta durante a visita a São Luís.

4. Ainda a pedido do interessado, muito agradeceria

Minutado em 07/10/96	Recebido na DCO Em 07/10/96 às 16:15 horas	Autorizo
MDPAC060.FAX		
Expedido em .. /.. /.... às ... via por		

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Tipo
FAX 451

Pág. Nº
2

a gentileza de providenciar reserva de hotel no Centro Histórico de São Luís.

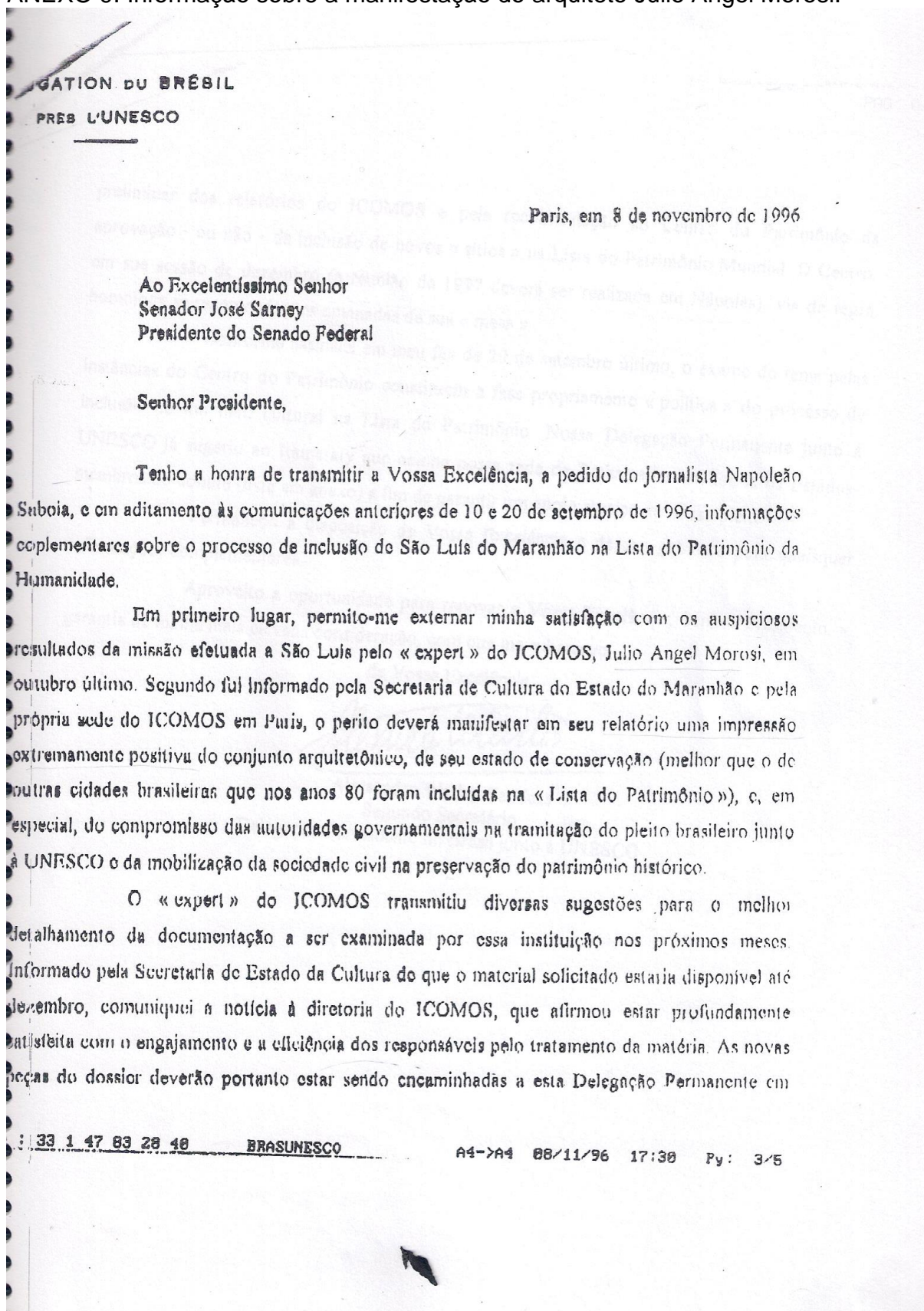
5. Por oportuno, recorro que, de acordo com a praxe adotada pela UNESCO, o Senhor Morosi prefere não manter contato com a imprensa durante sua estada em São Luís.

Cordiais saudações,

(Sua assinatura)

Minutado em 07/10/96		Autórizo	
MDPAC060.FAX		<i>[Assinatura]</i>	
Expedido em .. /.. /.... às via por			

ANEXO 9: Informação sobre a manifestação do arquiteto Julio Angel Morosi.



preliminar dos relatórios do ICOMOS e pela recomendação ao Centro do Patrimônio da aprovação - ou não - da inclusão de novos « sítios » na Lista do Patrimônio Mundial. O Centro, em sua sessão de dezembro (a reunião de 1997 deverá ser realizada em Nápoles), via de regra homologa as recomendações emanadas de sua « mesa ».

Conforme assinalo em meu fax de 20 de setembro último, o exame do tema pelas instâncias do Centro do Patrimônio constitui a fase propriamente « política » do processo de inclusão de um bem cultural na Lista do Patrimônio. Nossa Delegação Permanente junto à UNESCO já sugeriu ao Itamaraty que ative nossa rede de Embaixadas em todos os Estados-membros do comitê (lista em anexo) a fim de garantir um apoio maciço ao nosso pleito.

Permaneço à disposição de Vossa Excelência e de seu gabinete para quaisquer informações complementares.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, a garantia de minha mais elevada consideração, com que me subscrevo,

de Vossa Excelência,

Alessandro Warley Candias
Segundo Secretário
Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO

The above territory are members of the Committee...
until the end of the 20th session of the General Conference of UNESCO (1997)
until the end of the 19th session of the General Conference of UNESCO (1995)
until the end of the 18th session of the General Conference of UNESCO (1993)

ANEXO 10: Calendário previsto pela a instituição da UNESCO.

FAX NO. (49) 33611311-111
321-7333 06FE

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que encaminhei à Excelentíssima Senhora Governadora do Estado do Maranhão formulários para a proposta de inscrição de São Luis na Lista do Patrimônio da Humanidade estabelecida pela UNESCO.

2. Segundo o Centro do Patrimônio Mundial, setor da UNESCO responsável pelo acompanhamento das propostas, o provável calendário de tramitação do assunto seria o seguinte:

Julho de 1996 - apresentação do pedido;
Setembro de 1996 - exame pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e outros lugares de interesse artístico e histórico);
Janeiro de 1997 - visita de missão do ICOMOS a São Luis do Maranhão;
Junho de 1997 - exame pelo « Bureau » do Comité do Patrimônio Mundial;
Dezembro de 1997 - exame e eventual aprovação definitiva pelo Comité do Patrimônio Mundial

3. Os Ministérios das Relações Exteriores (através da Divisão de Cooperação Intelectual - DCINT) e da Cultura (através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN) estão encarregados de tratar do tema no âmbito do Governo Federal

4. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos da minha mais elevada consideração.

Jeronimo Moscardo
Jeronimo Moscardo
Embaixador

Delegado Permanente do Brasil junto à UNESCO

*com a administração
e o objeto do
Jeronimo*

ANEXO 11: Parecer de Suzanna Sampaio presidente do ICOMOS no Brasil.**O PROJETO**

1- Trata o presente projeto do pedido formulado pela senhora Rosana Samey Governadora do Estado do Maranhão de inscrição de São Luiz capital do Estado, na lista Patrimônio Mundial da UNESCO;

2- Encontram-se no texto, perfeitamente detalhadas nos quesitos de 1 à 5, formulados pela UNESCO, as seguintes informações;

- 2.1- Localização e limites Jurídicos
- 2.2- Domínios Jurídicos
- 2.3- Identificação
- 2.4- Estado de conservação e preservação
- 2.5- Justificativa para inscrição na lista de Patrimônio Mundial

3- São também claros e precisos os documentos anexos relativos aos itens 1,2,3,4,5 e 6 inclusos no Sumário a fls. 2 do projeto e desenvolvidos em páginas seguintes;

Conhecemos os documentos fotográficos, podendo atestar sua alta qualidade e fidelidade ao estado real do Patrimônio da capital maranhense;

5- É também de nosso conhecimento a bibliografia de apoio, juntada ao pedido;

A ANÁLISE

Julgamos que o pedido se justifica e para apoiá-lo acrescentamos as seguintes considerações:

- Que o conhecimento da história de um sítio e o seu significado através do tempo, constituem os elementos básicos para identificação de sua autenticidade;
- Que a autenticidade do patrimônio edificado do Centro Histórico de São Luiz Maranhão está comprovada pela análise, avaliação e interpretação dos elementos materiais tangíveis que o compõe;
- Que a autenticidade desse Patrimônio Cultural está diretamente ligada à identidade cultural brasileira, não uma, mas múltipla como a cidade de São Luiz tem tão claramente retratada em seu perímetro histórico;
- Que a permanência dos elementos intangíveis da cultura brasileira, tem na manutenção de tradições e usos da cidade, da preservação de sua mensagem espiritual secular, cujas manifestações persistem na memória coletiva das populações que sucessiva e alternadamente ali tem residido;
- Que há vínculos indissociáveis em São Luiz entre elementos materiais e espirituais, e assim como permanecem a preservação de técnicas construtivas dos

padrões de habitação assentamento e uso do solo, persistem as práticas comunitárias, crenças e festas religiosas;

- Que encontram-se no perímetro histórico em harmonia com os princípios da Carta de Veneza, a superposição visível dos diversos passados de São Luiz, desde os remanescentes e do sítio original, das fortificações Francesas seiscentistas, e do crescimento da cidade portuguesa no final do século XVII e todo o seu esplendor oitocentista, como capital do Grão-Pará e da homogênea e aristocrática metrópole comercial do século XIX;
- Que São Luiz do Maranhão abriga no Brasil o maior conjunto preservado de arquitetura civil dos séculos XVIII e XIX e neste aspecto atinge mundialmente o nível da excepcionalidade (os exemplares de arquitetura religiosa e militar não atingem a mesma expressão). Lembramos também que os azulejos notáveis e originais que recobrem as fachadas dos casarões, moradas, "meias - morada" e "portas - e - janela", constituem em termos qualitativos e quantitativos o maior documento da arte em nosso país. Sobre este particular aspecto, crêem alguns historiadores da arquitetura que tenham retornado a Portugal como elemento de guarnição dos frontispícios lisboetas, na reconstrução havida depois do terremoto (1755);

AS CONCLUSÕES

Ante o exposto, consideramos que o monumental conjunto urbano de São Luiz do Maranhão, deve ser inserido na lista de Patrimônio Mundial, pelas suas características de legitimidade e autenticidade, e pela sua excepcionalidade, para que o Patrimônio Cultural Brasileiro conserve para as gerações futuras esse exemplar de sua identidade histórica, que vem sendo tutelado pelos Orgãos Federal, Estadual e Municipal de Conservação e Defesa, há várias décadas. Enfatizamos que a atual legislação Municipal é rigorosa e assegura a manutenção correta do perímetro tombado pelos 3 níveis de poder acima mencionados, e garantirá o tombamento Mundial, pelo mesmo motivo. Também frisamos que a inclusão da cidade na lista do Patrimônio Mundial, deverá promover uma corrente de emoção e entusiasmo entre os habitantes, que em conjunto com os profissionais e técnicos, trabalham e participam dos diversos projetos de reabilitação e restauro. Novos aportes de capital são previsíveis pois a titulação concedida pela UNESCO determina maior confiança de investimento entre os agentes econômicos públicos e privados.

É o parecer.

SUZANNA SAMPAIO
PRESIDENTE DO ICOMOS/BRASIL

Este parecer foi exarado com base nas exigências da CARTA DE VENEZA e nos conceitos de AUTENTICIDADE LEGITIMIDADE E IDENTIDADE enunciados nos documentos de Nara (Japão) Bergen (Noruega) Brasília (Brasil) e San António (USA), todos aprovados em 9 de outubro, na XIª Assembléia Geral de Sofia, Bulgária, sob o título genérico de "SOBRE AUTENTICIDADE"